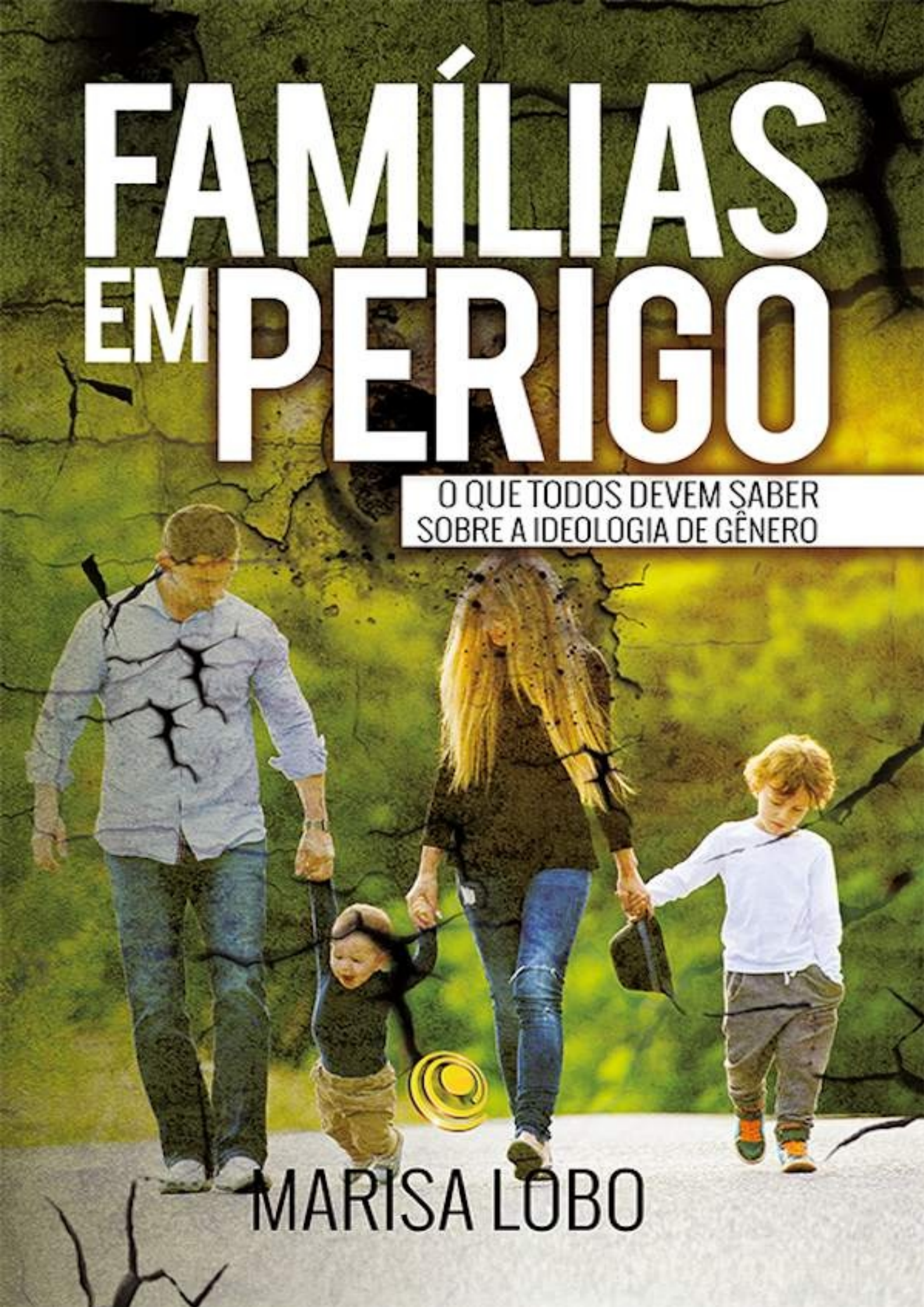
FAMÍLIAS EM PERIGO

O QUE TODOS DEVEM SABER SOBRE A IDEOLOGIA DE GÊNERO



MARISA LOBO

MARISA LOBO

FAMÍLIAS EM PERIGO

O QUE TODOS DEVEM SABER
SOBRE A IDEOLOGIA DE GÊNERO

CENTRAL GOSPEL

COORDENAÇÃO DE E-BOOK
Elba Alencar
Diretora Executiva
Flávia Andrade
Gerente de Marketing
Renata Gonçalves
Nicole Freixo
Marketing

GERÊNCIA EDITORIAL E DE PRODUÇÃO
Gilmar Chaves

GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS
Jefferson Magno Costa

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Michelle Candida Caetano

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESIGN
Regina Coeli

REVISÃO
Alessandra Nascimento
Maria José Marinho
Patrícia Calhau

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Souza

CAPA
André Faria

CONVERSÃO E DISTRIBUIÇÃO E-BOOK:
Brazil Deluxe Ltda

Copyright © 2016 por Editora Central Gospel.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Autor: LOBO, Marisa
Título: Famílias em perigo:
o que todos devem saber sobre a ideologia de gênero
Rio de Janeiro: 2016
320 páginas
ISBN:
1. Bíblia - Família I. Título II.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do texto deste livro por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos etc.), a não ser em citações breves, com indicação da fonte bibliográfica.

As citações bíblicas utilizadas neste livro foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida (ARC), Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação específica, e visam incentivar a leitura das Sagradas Escrituras. Este livro está de acordo com as mudanças propostas pelo novo Acordo Ortográfico, em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: janeiro/2017

Editora Central Gospel Ltda
Estrada do Guerenguê, 1851 - Taquara
Cep: 22.713-001
Rio de Janeiro – RJ
TEL: (21) 2187-7000
www.editoracentralgospel.com

SUMÁRIO

Prefácio
Apresentação
Agradecimentos
Introdução
Capítulo 1
Ideologia de gênero: a manipulação do discurso por meio da filosofia e do marxismo
Capítulo 2
Contextualização da ideologia de gênero
Capítulo 3
O sentido de gênero para os que divulgam essa falácia
Capítulo 4
A confusão da identidade de gênero e seus possíveis transtornos
Capítulo 5
Teoria Queer
Capítulo 6
Ameaças ao papel sexual e social da família
Capítulo 7
Organização mundial da saúde e a erotização infantil no contexto de gênero
Capítulo 8
Ideologia de gênero na infância
Capítulo 9
A experiência catastrófica de um psicólogo com a ideologia de gênero
Capítulo 10
Pedofilia e sua perigosa relação com a ideologia de gênero
Capítulo 11
PNE: tentativa de divulgação nacional da ideologia de gênero
Capítulo 12
Mapeamento do material didático e do conteúdo programátcico da ideologia de gênero
Capítulo 13
Educação moral dos filhos dever e direito dos pais
Capítulo 14
A ideologia de gêneroe o relativismo moral
Capítulo 15
Discurso de ódio contra religiosos
Capítulo 16
A falácia da homofobia x racismo
Capítulo 17
Colapso cultural promovido pela manipulação das massas
Capítulo 18

Feminismo subversivo e promoção da ideologia de gênero
Capítulo 19
Darwin | seleção sexual das espécies versus ideologia de gênero
Capítulo 20
Grandes golpes sofridos pela ideologia de gênero no mundo
Capitulo 21
A ideologia de gênero sob a ótica judaico-cristã
Capítulo 22
Perseguição religiosa e intolerância religiosa
Conclusão

PREFÁCIO

Essa tal ideologia de gênero

Muito oportuna é esta iniciativa da psicóloga Marisa Lobo de escrever sobre ideologia de gênero. O assunto está em pauta em todas as instâncias e, além de já termos trabalhado o tema na Editora Central Gospel através dos livros (que eu também recomendo) do doutor Guilherme Schelb, temos agora a imensa satisfação de apresentar o livro *Famílias em perigo: o que todos devem saber sobre a ideologia de gênero.*

A ideologia de gênero, em outras palavras, a ideologia da ausência de sexo, afirma que a criança nasce sem um sexo definido. Quando, prezado leitor, prezada leitora, uma criança nasce como fruto do amor de vocês, não deve ser considerada do sexo masculino ou do sexo feminino. Mais tarde é que essa criança fará sua escolha, se quer ser menino ou menina. Já ouviram falar em tamanho absurdo? Poucas vezes tenho visto o diabo atacar a família com tanta fúria como tem feito com essa tal ideologia de gênero. Na Europa, já existem escolas para crianças onde não se pode chamar o aluno de menina ou menino. São simplesmente crianças. Quando crescerem é que decidirão se vão querer ser homem ou mulher.

Abro a minha Bíblia e encontro, no primeiro livro, no primeiro capítulo deste livro, o livro de Gênesis, versículo 27, a afirmação: *E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou*. Deus é contrário à ideologia de gênero; é inimigo dela.

A ideologia de gênero diz também que não existe só homem e mulher, e, sim, “outros gêneros”. Já dá para perceber quem ou o que está por trás da ideologia de gênero, não dá? A resposta mais contundente que encontrei a essa tal ideologia de gênero é a da socióloga alemã Gabriele Kuby: “A Ideologia de Gênero é a mais radical rebelião contra Deus que é possível: o ser humano não aceita que é criado homem e mulher, e por isso diz: ‘Eu decido! Esta é a minha liberdade!’ — contra a experiência, contra a Natureza, contra a Razão, contra a ciência! É a perversão final do individualismo: rouba ao ser humano o que lhe resta da sua identidade, ou seja, o de ser homem ou mulher, depois de se ter perdido a fé, a família e a nação. É uma ideologia diabólica: embora toda a gente tenha uma noção intuitiva de que se trata de uma mentira, a Ideologia de Gênero pode capturar o senso-comum e tornar-se em uma ideologia dominante do nosso tempo”.

Sabe quando você não conhece o nome de uma pessoa ou essa pessoa é uma ilustre zero à esquerda e você a chama de “Fulano de Tal?”. Pois é. Essa tal ideologia de gênero também é de tal. Eu profetizo aqui que ela no futuro não terá nem nome nem futuro. Será uma “superada fulana de tal”. Prevalecerá o bom senso, a vontade da sociedade e a Verdade da Palavra de Deus.

Pastor Silas Malafaia

Presidente da Editora Central Gospel

Presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo

APRESENTAÇÃO

A intolerância da Idade Média tornou-se o relativismo da pós-modernidade, e o exclusivismo cedeu ao inclusivismo. No ângulo extremo desse movimento pendular da história, encontramos a potencialização do desconstrucionismo — conceito de que não existe verdade. A ideologia de gênero usa essa "janela de oportunidade histórica" para se desenvolver.

Assim, a autora afirma que "a imposição social ideológica da 'pluralidade sexual' está, de forma compulsória e normativa, mediante uma manipulação metafísica, transformando a educação sexual no Brasil para resolver de maneira 'falsa' os problemas sociais que intelectuais potencializados por relativistas e ativistas ideológicos apontam".

Portanto, o texto apresenta um excelente arrazoado técnico-histórico da ideologia de gênero. A partir de uma cosmovisão cristã, a psicóloga Marisa Lobo expõe um alerta à sociedade quanto aos desmandos daqueles que impõem suas ideias, atingindo principalmente nossas crianças.

L. Roberto Silvado

Pastor da Igreja Batista do Bacacheri, Curitiba, PR

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS em primeiro lugar, que abriu meus olhos e me motivou a escrever sobre este tema tão complexo, porém necessário, para alertar nossa igreja e sociedade.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram na construção deste conhecimento, a todos citados nesta obra, a minha família, em especial, ao meu esposo, Jofran, que, com sua compreensão, pelas noites e noites que passei pesquisando o tema, foi fundamental na conclusão deste livro.

Aos amigos das redes sociais, dos seminários e das audiências públicas de que participei como palestrante, lutando contra a inclusão da ideologia de gênero na educação, que me motivaram a escrever esta obra para alertar a sociedade contra esta ideologia, que visa, entre outras coisas, claramente, destruir a família biológica e tradicional.

E a todos que lutam por uma sociedade mais justa, sem privilégios e sem desconstrução da identidade sexual das nossas crianças, aos corajosos que enfrentam o tema por amor as nossas crianças.

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo a maior ditadura de “gêneros” de todos os tempos, com contornos de subversão e esquizofrenia social. Ainda pouco se discute sobre os profundos impactos dessa opressão imposta pelo pensamento de esquerda autoritária que está tomando conta da sociedade através da mídia e da educação. É, então, tarefa nossa recuperar a trajetória da evolução social da luta pela verdadeira democracia do nosso Brasil resgatando princípios que correm o risco de ser reorientados e transformados em aberrações sociais, perversões legalizadas.

Esta mordaça imposta por estes grupos sociais já existe há muitos anos e está impregnada em todos os níveis — político, cultural, científico e intelectual. Também deixou novas marcas negativas na sociedade, destruindo valores e princípios fundamentais para uma sociedade sadia.

Não se pode mais falar em família, tradição, normalidade, moral, ética sem correr risco de ser moralmente atacado pelo “politicamente correto”, que é uma estratégica maquiavélica dessa ditadura para amordaçar o contraditório. A ordem é perverter todo e qualquer sentido natural de toda a história da natureza humana.

A heterossexualidade tem sido deturpada, distorcida, vista apenas como uma normativa dentro de sociedade pluralista; a família tradicional, violentada em sua funcionalidade, acusada de ser machista, sexista e opressora. Há uma clara tentativa de oprimir toda e qualquer manifestação em favor da família heterossexual (homem e mulher), colocando-a como uma ditadora monogamia que impede a multiplicidade sexual, a diversidade de relações afetivo-sexuais. O que se pretende é induzir a sociedade a normalizar as “uniões poliafetivas”, que são, no meu entender, perversões sexuais que promovem claramente um colapso na sociedade e na cultura brasileira.

No Brasil, a ditadura de gênero, a ditadura da libertinagem sexual, desencadeou o surgimento dessa tendência, deturpando os direitos democráticos de organização política e cultural. Isso está orquestrando uma organização política ativista de LGBTTs influenciada pela primeira onda mundial da libertação sexual, apaixonada pelas ideias revolucionárias e impostas pelas direções do movimento libertário desconstrucionista.

Em nome da “emancipação do ser”, ignorando o caráter normal de sanidade mental, os limites sociais e a natureza humana, seguem desconstruindo, difamando, manipulando qualquer base, regras e qualquer sentido da vida humana.

Também é relevante lembrar que o surgimento de grupos políticos pela promoção da ideologia de gênero e da subversão sexual é marcado pela epidemia da AIDS, de muitas doenças sexualmente transmissíveis e pelo aparecimento de parafilias, que são preferências sexuais anormais e doentias, no sentido de bizarras a pervertidas, que uma pessoa pode desenvolver ao longo da vida. Além disso, as ações de controle dessas epidemias são tidas como preconceituosas.

Tentam dar um significado perverso a toda ciência, mudando os resultados,

reinterpretando até o sentido do normal, do evidente, daquilo que é comprovado cientificamente, para dar voz às loucuras inventadas como direitos humanos. Para essa ditadura do pensamento queer de desconstrução/subversão, normal é ser anormal.

A ordem agora, neste mundo contemporâneo, é subverter qualquer conceito, qualquer regra, qualquer base, como se fosse possível navegar na vida sem um ponto de apoio, um ponto de partida, uma origem.

Essa ideologia de gênero tenta anular todas as diferenças entre os seres humanos, esquecendo que homens e mulheres são biológica, psicológica e culturalmente diferentes e que apenas com a compreensão dessas diferenças é que conseguiremos contemplar a verdadeira igualdade. Não podemos esquecer que a humanidade vive em movimento, buscando a sua verdadeira essência, e que essa busca sempre encontra sua razão na continuidade, ou seja, na evolução das espécies.

A intenção é claramente a reorientação de todos os conceitos morais vigentes. A ordem é destruir qualquer referência histórica que se remeta à heterossexualidade como a forma normal e a única capaz de trazer plenitude ao ser humano.

Quando indagamos às feministas o porquê dessa necessidade de destruir a heterossexualidade, os papéis social e sexual do homem e da mulher, a resposta passa pela crítica ao simbólico, aos arquétipos do inconsciente, que, segundo o feminismo e os movimentos LGBTTs, estão carregados de educação machista. Logo, cabe a esses movimentos — de pessoas, em sua maioria, subversivas — desconstruírem a figura masculina, tomando-lhe o lugar social, cultural e, até mesmo, aparentemente biológico, já que se mutilam ou usam hormônios para formar, de modo artificial, o “biológico construído”.

Com esse movimento de “transmutação cultural/social, transmutação sexual”, pretende-se convencer a humanidade de que a mulher não só pode ocupar o lugar do homem em igualdade — o que é um fato — como pode tornar-se o próprio homem, e assim se resolve o problema da opressão — uma ação esquizofrênica repassada como verdade para diversas sociedades no mundo nos últimos 30 anos.

Estamos vivendo essa ditadura, lei da mordaça. A liberdade de expressão e opinião no Brasil está sendo ameaçada. As bases da cultura brasileira, da religião, a moral, os costumes e o senso comum, aos poucos, em todas as áreas, estão sendo destruídos. A mídia, as TVs com seus programas e novelas estão sendo porta-vozes, usadas como mecanismos de manipulação de massa e de sugestão psicológica com a finalidade de convencer.

O mais grave e evidente é que este golpe se intensificou ainda mais com o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que, em 2009, havia decidido abarcar “todas as áreas da administração” e, fato inédito, havia sido “proposto por 31 ministérios”, “estruturado em seis eixos orientadores, subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas”, feito para ser não uma política de governo, mas “a política do Estado brasileiro”, com o Ministério da Educação, de modo especial, colocado à frente de tal empreitada para disseminar uma ideologia anárquica na rede

pública de ensino, a contento das fundações internacionais e de agências da ONU etc.

Essa ditadura ideológica de gênero promove o maior golpe contra a humanidade, e está sempre em meio a discussões políticas, sempre em movimento, implicada em gestos de ansiedade e tensão, gestos que são o estado da verdadeira ditadura opressora travestida de liberdade.

O discurso é vitimizante e manipulador. Usam bandeiras ideológicas que emocionam a sociedade. Apoderam-se de pautas relacionadas às mulheres, aos negros, aos índios e a todas as minorias, para fortalecerem sua luta. Porém, na atualidade, os movimentos têm mais assustado do que convencido, dada a militância de ações desconstrucionistas que tem, claramente, o intuito de promover uma guerra moral e religiosa contra a sociedade, em sua maioria, conservadora.

É uma imposição propagada pela mídia quase que até a exaustão a ideia de que o ser humano só se torna "homem" ou "mulher" pela influência cultural, e que seu sexo é obsoleto.

Em teoria, dizem que a ideologia de gênero nasceu para acabar com o preconceito contra os diferentes, mas, na realidade, a verdadeira intenção é 'incutir' (este é o termo apropriado), nas crianças e na sociedade alienada por ela, preconceitos contra a família, contra os pais, contra a religião, contra a diferença entre pai e mãe — palavras doces que, agora, parecem não apenas fora de moda, mas também constrangedoras, tanto que a tendência é eliminá-las até dos documentos. É a leitura ideológica de "gênero" — uma verdadeira ditadura — que quer decretar a diversidade, tratar a identidade do homem e da mulher como puras abstrações e abordar todas as suas formas de apresentação e manifestação, dando, aos homens, *status* de "deus" e, a DEUS, *status* de Mito.

Outro fato que mostra a ditadura orquestrada de gênero é que, no mesmo dia em que a feminista Judith Butler, maior divulgadora da "teoria queer" da subversão sexual, encerrava sua primeira visita ao Brasil, o governo brasileiro mostrava serviço, "decretando" seu compromisso com as organizações internacionais, dando apoio à agenda da tarefa gay internacional, apesar de encontrar enorme resistência no campo em todo parlamento e sociedade.

Os que não aceitam essa ideologia, essa desconstrução social, cultural e sexual, são rotulados de obscurantistas, sexistas, preconceituosos, racistas, homofóbicos. São perseguidos profissionalmente e pessoalmente, assassinados em sua moral. Esses movimentos estão promovendo um colapso cultural, destruindo todo e qualquer valor humano que conhecemos como civilização e humanidade. Precisamos reagir, ou seremos engolidos por essa ditadura.

Este livro tem a clara intenção de chamar sua intenção para o caos que estamos vivendo e de motivá-lo a lutar em favor de nossas crianças, pela preservação da nossa cultura e da nossa verdade, que é a verdade pela qual todo ser humano deve lutar, em prol da vida e da família sempre, e pelo seu direito de viver a verdade da vida conforme os princípios morais de sua fé, que é um direito constitucional e um direito humano, e deve ser priorizado e exaustivamente defendido.

Pois mudaram a verdade de Deus em mentira, e honraram e serviram mais a criatura do que o Criador, que é bendito eternamente. Amém.

Romanos 1.25

Boa leitura.

Marisa Lobo,

cristã com a Graça de Deus.

Capítulo 1

IDEOLOGIA DE GÊNERO
A MANIPULAÇÃO DO DISCURSO
POR MEIO DA FILOSOFIA E DO MARXISMO

O termo *ideologia* foi usado de maneira marcante pelo filósofo francês Antoine-Louis-Claude Destutt, conhecido como conde de Tracy, e o conceito foi trabalhado pelo filósofo alemão Karl Marx, que o associava aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) criados pela classe dominante com o objetivo de manter os mais ricos no controle da sociedade. Para Marx, portanto, a ideologia era uma "falsa consciência", não um conjunto de ideias.

É fato que o discurso que acompanha certas ideologias não considera as coisas como elas realmente são, e sim de maneira invertida, deturpada. Não precisamos de Marx para entender isso. E as características do falso discurso são vistas com clareza na ideologia de gênero, assunto deste livro, ironicamente ligada ao pensamento marxista. Suas contradições e falácias são tão evidentes que aqueles que a promovem nem se empenham em apelar para a ciência e preferem impô-la pela política e pela mensagem enganosa.

Dessa forma, estamos sendo bombardeados, há algum tempo, pela ideologia de uma cultura sexual, que aos poucos vai formando uma "falsa consciência" na sociedade. O próprio nome *ideologia* já contradiz os movimentos de gênero, que encontram no marxismo seu sentido. São discursos que corrompem, e nesse contexto podemos citar a realidade da indústria cultural, hoje a principal difusora de ideologias sem propósito. Ela propaga ideias mentirosas, como, por exemplo, a de que a posse de bens materiais e o gasto com viagens tornam o ser humano mais feliz.

O mesmo acontece com o fetiche sexual, que associa a felicidade exclusivamente a esse tipo de prazer, reduzindo o ser humano a um animal que vive em busca de "gozo", entendendo que é a única forma de liberdade. Isso é uma falsa ideologia, uma falsa consciência da realidade que atribui ao "ser mercadoria" um caráter que ele não tem. Tais ideologias geram em nós uma frustração programada, pois, com o tempo, tanto o "sexo" quanto as "coisas" deixam de ter importância, e a infelicidade volta a reinar.

O próprio Marx critica a ideologia e mostra que devemos desmascará-la para transformá-la em realidade. A realidade não é de que as pessoas nascem com uma sexualidade diferente da heterossexualidade e não podem existir porque a cultura religiosa não permite; é de que, no processo de socialização, a heterossexualidade pode se perder, modificar-se devido a inúmeros problemas familiares, afetivos, sociais, culturais e outros, que podem ocorrer durante a construção afetiva desse sujeito, após sua história de vida ter

sido desconstruída e ter se reorientado.

A imposição social ideológica da “pluralidade sexual” está, de forma compulsória e normativa, mediante uma manipulação metafísica, transformando a educação sexual no Brasil para resolver de maneira “falsa” os problemas sociais que intelectuais potencializados por relativistas e ativistas ideológicos apontam. Se a sociedade e os políticos não enfrentarem com postura crítica e sem medo a indústria cultural midiática, os problemas de preconceito não se resolverão e retornarão ainda mais graves que o preconceito que se pretende abolir.

Por fim, ao longo da nossa construção de pensamentos, teorias e ideias, não podemos ser intelectualmente desonestos. Coisas não são mais importantes que pessoas, e sexo é apenas um constituinte do ser humano. Podemos e devemos viver sem preconceito, mas não podemos impor a uma criança uma fantasia de sexo “plural” como forma de felicidade, pois estaremos mudando a natureza das coisas, o curso da história, e veremos em um futuro bem próximo o retorno como problemas sociais gerados pelas relações conflitantes que se desenvolveram. O ser humano não é tecnologia, portanto não pode ser tratado com ela, e sim com amor e direitos.

1.1 Ideologias do século 20

Dentre as ideologias do século 20, as que mais se destacaram foram:

- **Ideologia fascista**: implantada na Itália e na Alemanha, tinha caráter militar, expansionista e autoritário.
- **Ideologia comunista**: disseminada na Rússia e em outros países, visava à implantação de um sistema de igualdade social.
- **Ideologia anarquista**: defendia a liberdade e a eliminação do Estado e das formas de controle de poder.
- **Ideologia de gênero**: também conhecida como *ideologia da ausência de gênero*, traduz a ideia de que a sexualidade humana é parte de “construções sociais e culturais”, e não um fator biológico ou genético.
- **Ideologia na Filosofia**: Hegel a abordou como uma separação da consciência em relação a si própria.

Nessas ideologias, um termo muito utilizado é *pluralidade*, que, atribuído à multiplicidade de gênero, precisa ser questionado.

Pluralidade significa algo que existe em grande quantidade, o mais amplo, geral e múltiplo. Está relacionada com a diversidade de coisas ou pessoas reunidas em um mesmo espaço físico. Também pode se referir às várias hipóteses disponíveis para solucionar determinada situação (pluralidade de alternativas).

Devemos nos familiarizar com alguns termos empregados na sociedade em que estamos inseridos e usados contra nós, ou mesmo em discursos intelectualizados, tais como:

- **Pluralidade cultural**: está relacionada com a multiculturalidade de uma nação, ou seja, com a reunião, em um mesmo espaço, de vários tipos de manifestações

culturais e tradições.

- **Diversidade religiosa**: é definida pela existência de diversos cultos e formas de religião em um único espaço. Já a pluralidade religiosa é entendida como um pensamento filosófico que afirma abranger todos os tipos de religiões e considerá-los verdadeiros e válidos, alegando que buscam alcançar os mesmos objetivos: o bem celestial e a felicidade da alma.
- **Diversidade cultural**: são os inúmeros aspectos que representam particularmente as diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam determinado território.

O universo LGBTTs apropriou-se da palavra *diversidade* para construir as expressões *diversidade sexual e diversidade de gênero* a fim de dar explicações à sociedade e, ao mesmo tempo, confundi-la, como se a palavra tivesse sido usada ao longo de toda a história da humanidade.

A *ideologia de gênero* rouba símbolos, significados da cultura e da história para descontextualizá-los, elaborando seus enunciados a fim de que pareçam técnicos, científicos, com algum valor tradicional. Além disso, recorre à manipulação do discurso das eras antigas para dar sustentação e credibilidade ao que apregoa, ainda que seja mais uma ideologia marxista ou invenções matematicamente criadas.

Nessa construção de discursos, tal ideologia começa a transmitir sua história infiltrando-se, influenciando e desmontando termos, conceitos e valores morais, religiosos e éticos ensinados às pessoas nos seus primeiros anos de vida pelo convívio familiar. Com o passar do tempo, os indivíduos aperfeiçoam esses valores a partir de observações e experiências obtidas na vida social. E é nessa fase que a ideologia de gênero se instala, mudando paradigmas e subvertendo as ciências sociais.

A religião é uma das principais entidades sociais que ajudam a moldar os valores morais, assim como a família. A fé, a bondade, o amor, o matrimônio e a união familiar são alguns exemplos desses valores, que se baseiam nos ensinamentos descritos na Bíblia, tidos como o que a doutrina considera certo, errado, bem ou mal.

A escolha da religião é um direito constitucional e a maior conquista de direitos humanos. Fundamentado nessa máxima, todo cidadão tem o direito de viver conforme a sua religião e os seus valores morais. Em virtude dessa força histórica, social, cultural, ética, moral e afetiva, tenta-se, com a ideologia de gênero, desconstruir tudo o que é impedimento ao sucesso da agenda desse grupo em todo o mundo.

Pautados nesse princípio, os movimentos ligados ao gênero sexual, ao feminismo e aos LGBTTs seguem tentando destruir, reorientar a ética — um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica —, que é uma reflexão sobre a moral, bem como a própria moral — conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente por cada cidadão.

Neste mundo desconstrutivista, ter regras que orientam cada indivíduo, norteiam suas

ações e seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau, é um entrave.

Ética e moral são muito semelhantes. Ambas são responsáveis por construir as bases que guiarão a conduta do homem, determinando seu caráter, altruísmo e virtudes, e por ensinar o melhor modo de agir e de comportar-se em sociedade.

Pode-se observar que a ética, a religião e a moral construíram um mundo heterossexual, que, por isso, deve ser destruído, reorientado em um movimento conjunto de maneira orquestrada que confere duplo sentido, ou inverte o sentido, ou, ainda, desconstrói seu poder de transformação do ser humano.

Por esse motivo, dizemos que a ideologia de gênero é uma falácia, ideias construídas de modo a sujeitar, manipular e doutrinar as pessoas. Funciona, também, como meio de reorientação sexual da humanidade, mudando, inclusive, seu juízo de valor. O julgamento feito a partir de percepções individuais cujas bases são fatores culturais, sentimentais, ideologias e pré-conceitos pessoais, normalmente relacionados aos valores morais, tem seu sentido deturpado pela propagação das ideologias esquerdistas.

Na loucura dessa doutrinação de gênero em toda a sociedade, tenta-se destruir o senso comum, o modo de pensar da maioria das pessoas, noções adquiridas por conhecimentos empíricos acumulados ao longo da vida e passados de geração em geração.

Tais doutrinadores sabem que, pelo senso comum, uma criança aprende o que é o perigo e a segurança, o que é justo e o que é injusto, o que é bom ou mau, e outras normas que direcionarão seu modo de agir e pensar e, principalmente, sua sexualidade. Sendo assim, querem interferir nesse processo para que os conhecimentos adquiridos sejam deturpados e a criança e os adolescentes, sugestionados como aprendizes, mudem sua forma de pensar e aceitem qualquer tipo de relacionamento, experienciando-o. Os portadores da ideologia de gênero reconhecem que somente pela prática, pelas vivências e observações do mundo poderão “ressignificar” valores para dar a eles a “naturalidade” dos relacionamentos LGBTTs e suas construções sociais.

Se temos uma ideologia a seguir, seguiremos então a ideologia nacionalista, aquela que exalta e valoriza a cultura do próprio país, ou a ideologia conservadora ligada à manutenção dos valores morais e sociais. Ou acaso temos que viver conforme a ideologia de esquerda liberal, que somente destrói tudo o que construímos historicamente pela naturalidade da vida e vivência humana? Não precisamos viver pautados no que uma minoria deseja para a sociedade, mesmo porque essa sociedade da nova era apresenta uma cultura exportada de outras culturas sexuais. Temos o direito de lutar em favor da conservação da nossa cultura, de valores morais, e não podemos ser considerados homofóbicos ou preconceituosos por isso.

Essas são questões existenciais que devemos elaborar em nossa mente, são valores naturais que não podem e não devem ser perdidos, reorientados com o prejuízo de causar inúmeros conflitos morais, éticos, sociais e religiosos. O ser humano é afetado em quatro dimensões: biológica, psicológica, social e espiritual, e negligenciar isso é contribuir para um desequilíbrio natural na evolução sadia da humanidade.

1.2 Filosofias, estratégias e discursos[i]

O mundo pós-moderno é marcado pelo relativismo ético, pelo pessimismo existencial e pela negação da religião. Neste cenário, figura a discussão sobre os valores que perpassam o problema da sexualidade, o que nos coloca no cerne da questão da ideologia de gênero.

Sobre essa perspectiva ideológica, temos as marcas do desconstrutivismo, que busca a negação dos valores cristãos, e do materialismo dialético, que entende a defesa cristã como ideologia dominante, negando qualquer verdade absoluta.

Acerca do primeiro, refere-se à filosofia de vida elaborada no século 19 voltada para a desconstrução da filosofia da reflexão de tradição metafísica ocidental (leia-se teológica cristã). Ou seja, a vida é entendida como um empoderamento da vontade, no sentido de viver e não tentar entender o porquê, sem se preocupar com explicações acerca de impulsos voluntários. Já a reflexão se preocupa em dar voz à consciência, buscar entender o motivo de todas as ações e a necessidade de avaliar suas consequências, tendo, para isso, responsabilidade.

Assim, o desconstrutivismo não se refere à concepção de vida cristã; antes, atacou o cristianismo em suas bases teológicas, negando, portanto, uma moral cristã como verdade absoluta e a importância da consciência como orientadora da vontade. Foi por isso que Nietzsche disse que Deus está morto; nessa nova proposta filosófica, a ideia de Deus não caberia.

Logo, o que se tem aqui é uma desconstrução da concepção de sexualidade no Ocidente. No entanto, essa perspectiva não institui uma proposta, mas apresenta uma crítica. Propor algo em tais bases é contraditório. Para essa filosofia, a verdade é extraída do prazer, e a verdade do sexo é um procedimento ordenado. No caso da primeira afirmativa, o sexo segue sem padronizações, expandindo-se; no caso da segunda, ele é controlado, regulado. É nesta última perspectiva que Foucault insere o mundo cristão ocidental e acusa o cristianismo de desenvolver dispositivos de controle arbitrário sobre o corpo, ou seja, a relação sexual.

Contudo, reduzir o cristianismo à leitura crítica de um mundo medieval e moderno, espiritualista e mecânico-racional, é desconsiderar nossas bases bíblicas. A sexualidade como consta na Bíblia é para todos, saudável e humana. Por exemplo, no Antigo Testamento, no livro de Cantares, o assunto é claramente abordado. O apóstolo Paulo trata da questão do amor na relação conjugal.

Na verdade, trava-se uma crítica ao cristianismo a partir de um ataque à filosofia grega, que vinculava a consciência à verdade. Uma vez que tal consciência é racional, falta a sensibilidade humana para entender a vida sexual sem regras racionais. Porém, não temos só consciência; nossa dimensão da fé de herança judaica nos convida a uma experiência poética para além das acusações de um envolvimento humano frio e normativo.

Os discursos para Foucault, representante maior do desconstrutivismo contemporâneo, têm efeito de verdade, mas não são verdadeiros. E o que tem acontecido hoje no Brasil são discursos que visam instaurar uma nova normatividade de caráter pós-moderno, que vê o homem como natural, não sendo bom nem mau, o qual, portanto, deve seguir suas pulsões

orgânicas sem questioná-las, seus desejos sem responsabilidade, porque se pensar, refletir, estará cedendo a uma consciência fria e moralista.

Ora, o ser humano é cultural e produtor de significados. Se está constantemente instituindo padrões morais, se nega a moral cristã, está instituindo outro critério de moral, considerado contraditório. Logo, criticar a moral cristã do ponto de vista da sexualidade é de maneira ardilosa propor outro modelo de moral. Mas um ponto de discussão é sobre em que se assenta essa nova moral de nossa época, visto que a vontade precisa ser orientada pela consciência; caso contrário, perderá seu caráter coletivo e instituirá uma anarquia dos desejos. O cristianismo estabeleceu um código moral para preservar a vida em comunidade, não para controlar de maneira sórdida o prazer humano, que, aliás, é uma emoção básica como a tristeza, o ódio e o medo.

Além da desconstrução, foram lançadas as bases do materialismo dialético, de Marx, o qual busca identificar contradições e tensões no meio social produtoras das lutas sociais, bem como perceber ideologias dominantes que servem aos interesses de uma elite.

Os que acolhem esse modo de pensar voltando-se para a concepção de vida cristã estão inseridos em tal ideologia de controle da vida, da moral, e que, para eles, tenta castrar a liberdade humana, condenando, por exemplo, o aborto, negando a liberdade da mulher de escolher se quer ter o filho ou não. Aqui está o ataque marxista ao cristianismo, por entender que somos representantes de uma ideologia moral dominante, que visa controlar as minorias. Perceba as armas filosóficas.

E temos também a dita filosofia da “vida”, que convida a vontade a ter superpoderes e que esquece a consciência na avaliação das reponsabilidades diante da vida, não considerando que ela está acima da liberdade, algo canônico em nossa filosofia do direito ocidental. Além disso, traz à tona a acusação de que a moral cristã deve ser extirpada porque se sustenta no binarismo de gênero, legalista e patriarcal, de perfil heteronormativo. Tal filosofia ignora que desenvolver posições identitárias na sociedade, como marido e esposa, não se trata de mera bipartição, mas de uma base social dialeticamente construída. Negar isso e buscar uma harmonia entre os gêneros é uma contradição dentro da concepção dialética que defende o conflito como motor da história.

Em continuidade, o materialismo dialético também instaura uma nova relação entre trabalho e natureza, pois o homem, por meio do trabalho, transforma a natureza. Ora, isso significa que o natural é refeito pelo cultural, enquanto construção humana, a partir das relações sociais. Então o cultural é o desenvolvimento superior de um ponto de partida primário do biológico.

Assim, a família “tradicional” sustentada em bases naturais, biológicas, para eles não tem lugar no mundo contemporâneo, porque traz marcas culturais que impossibilitam seu entendimento a partir de traços biológicos, como sendo criada por Deus. Então, como é possível defender a relação conjugal no entendimento cristão sobre bases naturais, já que o natural está sofrendo constante alteração cultural? Assim, o modelo de família bíblico não poderia se sustentar. O que fazer?

A resposta é continuar com a Bíblia, porque, mesmo que o biológico sofra ingerências

do cultural, ele não altera sua base constituidora natural. Foucault disse ao movimento homossexual europeu que não buscasse explicar a homossexualidade, mas vivê-la, pois a tentativa de explicar em bases biológicas seria entendida pelos opositores do movimento como síndrome, uma vez que toda alteração cromossômica tem essa concepção.

Portanto, primeiro, Foucault não propôs algo direto em sua desconstrução. Segundo, também rejeitou explicações de opção sexual em bases biológicas. E terceiro, ao criticar uma moral metafísica cristã, o fez a partir do conceito abstrato, de poder, portanto metafísico.

Mas as filosofias não acabaram em Foucault. O relativismo cultural afirma que tudo é cultural e parte de uma crítica inicial nos estudos de Geertz à concepção de homem universal, desconsiderando uma essência humana, já que tudo emerge da cultura e ambas são diferentes. Então, nossa cultura cristã usou da colonização europeia para dominar a América pré-colombiana.

E aqui cabe o problema do desenvolvimento humano, pois ele se dá em bases culturais, que aparecem em um movimento de produção constante de significados; logo, nessa concepção, a imposição de padrões culturais se tornaria inviável.

Portanto, a ideologia de gênero tem como alvo desconstruir o modelo colonizador binário heteronormativo e patriarcal de sociedade, entendendo que o mesmo se sustenta a partir das bases da família nascida do casamento masculino e feminino. Ela defende uma concepção pluralista de família, que visa dar conta das múltiplas configurações parentais do mundo contemporâneo.

Para tal ideologia, a verdade cristã sobre a sexualidade é apenas um discurso de poder. Lembro aqui de Foucault em sua crítica acerca dos dispositivos de sexualidade, quando diz que o poder-lei está lá, que nunca se escapa a ele e que constitui até seus opositores. Assim, Foucault insere o problema do poder não como teoria, mas como uma analítica, e diz que tanto quem reprime o desejo como quem o afirma tem uma representação comum do poder. E continua afirmando que tal poder com respeito ao sexo o limita, lhe diz não.

O poder domina sobre o sexo por meio da linguagem, estabelecendo um regime binário, certo e errado, legítimo e ilegítimo. E o faz a partir da prática discursiva, mediante a qual cria regras. Continua dizendo que a forma pura do poder está na função legislativa em seu modo de ação jurídico-discursiva. Aqui estão os movimentos que defendem a ideologia de gênero, no sentido de buscar a tomada do poder jurídico-discursivo para, no cerne do poder, atacar os limites que ele instituiu ao sexo.

Um dos ataques retóricos mais famosos é sobre a estrutura binária, heterossexual, masculino e feminino. Sobre isso, é interessante entender que as ciências humanas que desenvolvem a crítica ao dualismo filosófico, ao maniqueísmo religioso, à polarização social, enfim, a tudo o que é binário, para continuar usando uma linguagem matemática, trazem em seu corpo teórico a preeminência da classificação binária, que inclusive é frequente no pensamento estrutural.

Diante disso, temos um problema: a crítica a uma estrutura binária de família nega a nossa própria forma de conhecer, que se dá a partir da diferenciação de opostos, pois só

posso conceber o que é certo a partir da referência que tenho de errado. Portanto, Igreja, esse jogo intelectualista que busca negar os valores cristãos contém incoerências em seu próprio conteúdo.

Fontes de consulta

Foucault M. História da sexualidade: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1988.

Foucault M. Uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Verve. 2004; 5: 260-77.

¡ Agradecimento especial ao meu colega Patrício Câmara pela contribuição neste texto.

Capítulo 2

CONTEXTUALIZAÇÃO
DA IDEOLOGIA DE GÊNERO[ii]

Historicamente, o feminismo posicionou os papéis de gênero como construídos socialmente, independentemente de qualquer base biológica. Pessoas cuja identidade de gênero difere do gênero designado de acordo com os genitais costumam ser identificadas como transgêneras.

O biólogo britânico Richard Dawkins critica o uso da palavra *gênero* como sinônimo eufemístico de sexo, pelo fato de o termo ter sido tomado como empréstimo do conceito de gênero gramatical, que só reflete a divisão entre masculino e feminino em algumas línguas (principalmente as indo-europeias), enquanto outras possuem outros tipos de divisão de gêneros totalmente desvinculados do sexo, como, por exemplo, gênero animado e gênero inanimado.

No Brasil o conceito de gênero foi introduzido por pesquisadoras norte-americanas que utilizavam a categoria *gender* para abordar as "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres".

O feminismo tem mostrado, mediante estudos sociológicos e antropológicos, que as explicações de ordem natural são, na verdade, uma formulação ideológica, utilizada para justificar e legitimar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Gênero serve, dessa forma, para determinar tudo o que é social, cultural e historicamente definido e não é sinônimo de sexo. É mutável, pois está em constante processo de ressignificação devido às interações concretas entre indivíduos dos sexos feminino e masculino.

O livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949, suscitou, por meio da Filosofia e da Literatura, um debate político mais radical, ao contestar o determinismo biológico e/ou o desígnio divino, retomando a perspectiva hegeliana de que ser é tornar-se, resultando na ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher.

Ao distinguir o componente social do sexo feminino do seu aspecto biológico, Lucila Scavone destaca que "essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar 'gênero'".

A palavra *gênero* é usada desde os anos 1980 em estudos de grupos feministas, gayzistas e marxistas sobre família e sexualidade com base nas teses de Karl Marx e Friedrich Engels. Contudo, foi a partir de 1990, impulsionadas pela publicação do livro *O problema do gênero*, de Judith Butler, professora da Universidade de Berkeley (EUA), que

essa palavra e essa ideologia gradativamente evoluíram para a atual configuração.

Um momento importante para o reconhecimento e o desenvolvimento de tal ideologia foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, de Pequim, em 1995. Constava no programa que se falasse sobre “discriminação sexual”, mas os grupos feministas conduziram astutamente a discussão para a “discriminação de gênero”. Com essa estratégia, introduziram o tema na agenda da Organização das Nações Unidas.

A confusão semântica causada pela palavra *gênero* durante a Conferência e nos anos subsequentes teve culminância na Conferência de Yogyakarta, na Indonésia, em 2006, quando se produziu um consenso acerca dos termos *identidade de gênero* e *orientação sexual*. Nessa Conferência, além de resolverem o problema semântico, os grupos feministas, e agora também os gayzistas, conseguiram incluir a ideologia de gênero no programa de direitos humanos da ONU para os países membros.

Desde então, os esforços da ONU acentuaram-se para que os países membros adotem, por um lado, a clara política de “desconstrução da heteronormatividade”, ou seja, que não reconheçam mais como normal o masculino e o feminino e também a família formada por homem, mulher e filhos. Por outro lado, a Organização recomenda a “construção da homonormatividade”, ou seja, que se considerem como normais a existência do gênero neutro, a diversidade sexual e a diversidade familiar.

Essa causa ganhou mais força com a ascensão de Barack Obama ao poder, nos Estados Unidos, em 2009. Desde então, ele trabalha para quebrar a resistência do tradicionalismo americano contra essa ideologia e usa a diplomacia e as relações comerciais para promover a agenda de gênero no mundo. Obama criou, por exemplo, a função informal de “embaixador *gay*”, com a finalidade de divulgar a causa no mundo, e nomeou Randy Berry para o posto. Este diplomata, inclusive, veio prestigiar a última parada *gay* de São Paulo.

A eleição presidencial de François Hollande, na França, representou mais um ganho extraordinário para esse movimento. O presidente empenha-se em implantar essa agenda em seu país e influenciar os países membros da Comunidade Europeia a tomarem decisão semelhante. Em abril passado, numa clara intenção de desafiar e ao mesmo tempo provocar desconforto à Igreja Católica, ele indicou o diplomata Laurent Stéfanini, *gay* assumido, para o cargo de embaixador no Vaticano. O papa Francisco não o aceitou.

2.1 Formalização no Brasil

O Brasil foi um dos primeiros países a seguir essa orientação da ONU quando, em 2009, o presidente Lula assinou o Decreto 7037/2009, que aprovou o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Em seu eixo orientador III, diretriz 10, objetivo estratégico V, ação programática d, o decreto estabelece a meta de: “reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade”. Ou seja, o Governo não quer somente o reconhecimento das outras configurações familiares e da diversidade sexual, como se propaga ao senso comum, mas

a desconstrução do *status* de normalidade da família tradicional, ainda contemplada na Constituição.

Para que as mudanças ocorram efetivamente, é necessário mudar a Constituição. Os governos Lula e Dilma bem que tentaram, mas não venceram a resistência do Congresso. O último exemplo foi a tentativa de incluir a ideologia de gênero no PNE.

Ciente da pouca chance de cumprir com sua agenda no Congresso, o governo vale-se da estrutura de secretarias especiais, ministérios, autarquias e estatais para estabelecer sua vontade, driblando a Constituição e o Legislativo. Dessa forma, empreende ações por meio de decretos, portarias, resoluções e até circulares. Além disso, oferece estrutura, cargos, financiamento e dá liberdade para que defensores dessa ideologia exerçam o *lobby* dentro do próprio Governo e também em estados e municípios com a finalidade de implantar políticas do interesse deles. Foi assim, driblando a vontade do Congresso, que o CONAE/MEC inseriu em seu relatório todos os interesses da ideologia de gênero.

2.2 Argumentos favoráveis e contrários

A professora Ângela Soligo, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entende que os gêneros devem ser debatidos com as crianças em sala de aula. Segundo ela, a criança precisa alargar os horizontes e obter conhecimentos diferentes daqueles recebidos em casa. Para tanto, não se pode negar que o gênero diferente do sexo exista. A escola tem de fornecer ao aluno subsídios para que ele pense e construa suas próprias opiniões.

O cientista social Alípio de Sousa Filho, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), demonstra a construção histórica da sexualidade humana para relativizar a crença na heteronormatividade: “(…) no longo processo de colonização do imaginário de nossas sociedades, ganhou força uma concepção que corresponderia a uma naturalização da sexualidade humana, cujo efeito mais destacado é ter criado a ideia segundo a qual a heterossexualidade seria inata (a natureza daria os exemplos em todas as espécies), sendo então natural e normal, e a homossexualidade seria uma tendência adquirida, nem natural nem normal”. É uma ideologia que se estabelece com força de verdade para governos e mercados.

Talvez o leitor questione por que uma ideologia sem consenso na sociedade e na Ciência, mesmo nos campos científicos nos quais se estabeleceu, ganha *status* de verdade absoluta a ponto de influenciar leis e forçar a mudança de paradigmas sociais cristalizados. Uma ideologia que, embora trate do corpo, não se firmou nos estudos biológicos e genéticos, mas acomodou-se nas ciências sociais e humanas, sobretudo nos limites do discurso e do comportamento.

Uma ideologia que não consegue se equilibrar no critério cartesiano de verdade, que, para vestir-se do manto científico, orienta-se nos terrenos movediços do desconstrutivismo e do relativismo filosófico. Muitos dos seus achados importantes derivaram do método científico de pesquisa-ação, que é livre de preocupação objetiva e predominantemente subjetivo como nenhum outro método. Este é, aliás, um método científico ideal para a pesquisa engajada e de legitimação da militância de causas.

É possível que haja bem mais relações de interesse do que é percebido pelo senso comum sobre o esforço global para a troca da heteronormatividade pela homonormatividade nas sociedades. Este não é, portanto, um fenômeno somente brasileiro. Algumas perguntas em forma de resposta, inclusive, podem ser arriscadas a partir da análise dos ditos e não ditos encontrados em vozes de autoridade para essa ideologia e também das Nações Unidas.

Merecem estudos aprofundados, por exemplo, as motivações da ONU, dos governos, das universidades e grandes empresas em apoiar e promover a ideologia de gênero, elaborada a partir dos ideais feministas e gayzistas. Pode-se especular que atende aos interesses globais por inúmeras razões: controle demográfico; lucro para a indústria turística e do entretenimento, porque aumenta a liberdade e o desprendimento individual para viagens; maior consumo de bens e serviços de uso individual, porque se gasta menos com o sustento e a fixação da prole; maior volatilidade dos bens e recursos individuais; reflexos diretos nos sistemas de previdência pública e privada e de seguros; menor apego à cultura e aos valores locais e familiares em atendimento à cultura e aos valores universais; menor compromisso do indivíduo com o núcleo familiar, em benefício do coletivo; menor necessidade de acúmulo de capital para investimento na família ou herança; fortalecimento dos governos e do mercado sobre a vontade dos cidadãos, pelo enfraquecimento e/ou derretimento do modelo de agregação familiar tradicional; tentativa de quebrar a espinha dorsal das culturas judaica e cristã (e o consequente enfraquecimento da influência dessas culturas neste novo mundo que se desenha), visto que são baseadas nos conceitos de heteronormatividade e de família tradicional.

Pelo visto, o apreço que essa ideologia alcança principalmente dos governos, dos mercados e da cultura é porque serve muito bem ao projeto de construção de uma Nova Ordem Mundial.

2.3 Beneficiação da interdição dos discursos

Infelizmente, não há no meio acadêmico espaço para vozes contrárias a essa ideologia, onde especulações como as listadas acima pudessem ser confirmadas ou não. Isso porque, como estratégia de proteção contra as contestações, estabeleceu-se a interdição discursiva, ou seja, esse tema foi colocado no campo dos tabus e do politicamente incorreto. O lema é não discutir, mas aceitar incondicionalmente o que se diz. Com isso, a universidade deixa de contemplar a pluralidade de ideias para satisfazer-se num projeto que estabelece nela e na sociedade hegemonia discursiva.

O espaço para a contestação acha-se cada vez mais escasso também no restante da sociedade. Pode-se considerar que a influência formadora da pesquisa engajada que é produzida na universidade atravessou os seus muros. Hoje, centros acadêmicos, sindicatos, partidos políticos, entidades representativas de classe e imprensa, com raríssimas exceções, acham-se submissos à ideologia de gênero.

Os recursos argumentativos de defesa e ataque criados e desenvolvidos pelos que seguem essa visão cumprem o efeito de calar os que se opõem, mesmo que sejam manifestações pacíficas de opinião e respeitosas. Não escapa nem tese acadêmica. Tudo

isso é feito com a intenção de promover uma agenda positiva sem a necessidade de enfrentar o debate de ideias.

Na própria universidade, há questionamentos sobre os gastos públicos com disciplinas ligadas ao gênero criadas para espalhar a ideologia nos mais diversos cursos de graduação, especialmente nas licenciaturas, e também na pós-graduação. As interpelações internas à universidade são mais contundentes quando se analisa a função dos grupos de pesquisa e da produção de dissertações e teses. Em parte, essa produção acadêmica é financiada pela CAPES e pelo CNPq, além de agências de fomento estaduais. A crítica corrente diz respeito à necessidade de racionalizar a aplicação do escasso dinheiro público para a pesquisa científica, haja vista que o país carece, prioritariamente, de encontrar o rumo para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.

Os deputados estaduais e vereadores precisam também interpretar o sentido da mensagem veiculada pela máquina de propaganda dessa ideologia. A ideia repetida à exaustão, que hoje é quase senso comum, intitula os contrários ao ensino da ideologia de gênero às crianças de preconceituosos. Segundo a propaganda, essas pessoas interferem na opção sexual de terceiros e impedem a realização de seus direitos. Mas esta não é a regra. Pelo menos os bem-intencionados defendem as liberdades para todos, sem privilégios, o respeito entre as pessoas, e que todos usufruam igualmente dos benefícios do estado democrático de direito.

O que está em discussão neste momento é a possibilidade de se aprimorar e tornar compulsório o ensino da ideologia de gênero a crianças em creches e centros municipais de educação infantil (CMEIs) de escolas públicas e privadas.

Outro ponto de discórdia igualmente importante é a proposta de fazer com que as crianças educadas pela escola nessa ideologia assumam a tarefa de mudar a visão de sua família e da sociedade, visão essa propagada pelos defensores da ideologia considerada desatualizada, preconceituosa e constituída de tabus. Uma pergunta que surge é: Que consequências e conflitos de um projeto como esse, de reengenharia social, pode trazer aos alunos e às famílias, visto que são culturalmente entranhados no modelo tradicional?

[ii] Parte do texto deste capítulo foi cedida por Orley José da Silva, professor em Goiânia, mestre em Letras e Linguística (UFG) e mestrando em Estudos Teológicos (SPRBC)

Capítulo 3

O SENTIDO DE GÊNERO PARA OS QUE DIVULGAM ESSA FALÁCIA

Neste capítulo, para fins de conhecimento, mostrarei de forma resumida como profissionais conceituam e definem *gênero,* fazendo algumas considerações de acordo com o modo como nós enxergamos essa ideologia, bem como com os possíveis transtornos citados pela Classificação Internacional de Doenças (CID).

Na sociedade, *identidade de gênero* se refere ao gênero com o qual a pessoa se identifica (isto é, se ela se identifica como homem, mulher, ou se ela se vê como fora do convencional), mas o termo pode também ser usado para se referir ao gênero que certa pessoa atribui a um indivíduo tendo como base o que ela reconhece como indicações de papel social de gênero (roupas, corte de cabelo etc.). A ideologia contrapõe-se à natureza identitária do ser humano (homem e mulher).

3.1 Como os “estudiosos” LGBTTs definem gênero

Esse grupo utiliza a seguinte definição: “identidade de gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, *gays* ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero”.

Afirmam que os papéis sociais de gênero não são biologicamente determinados, mas somente construtos culturais e históricos. A identidade de gênero “remete à constituição do sentimento individual de identidade”. No entanto, Henrietta L. Moore pontua que a identidade de gênero é construída e vivida na “relação entre estrutura e práxis, entre o indivíduo e o social”.

Em 1968, Robert Stoller, psicólogo norte-americano, definiu a diferença conceitual entre sexo e gênero: sexo refere-se aos aspectos anatômicos, morfológicos e fisiológicos (genitália, cromossomos sexuais, hormônios) da espécie humana. Ou seja, a categoria *sexo* é definida por aspectos biológicos: quando falamos em sexo, estamos nos referindo a sexo feminino e sexo masculino, ou a fêmeas e machos. Já o conceito de *gênero* remete aos significados sociais, culturais e históricos associados aos sexos.

Ele estudou casos de crianças intersexo (na época classificadas como “hermafroditas” ou como tendo “genitais escondidos”) que foram educadas de acordo com um gênero que lhes fora designado no nascimento. Essas crianças, mesmo depois de saberem que suas genitálias eram ambíguas, parciais, duplicadas, ausentes ou sofreram alguma intervenção cirúrgica compulsória, empenhavam-se em manter os padrões de comportamento de

acordo com os quais haviam sido educadas, o que levou Stoller à conclusão de que seria "mais fácil mudar o genital do que o gênero de uma pessoa".[1,2]

A identidade de gênero nem sempre corresponde ao sexo do nascimento: segundo essa ideologia, uma pessoa pode nascer com o sexo feminino e sentir-se um homem ou vice-versa, como acontece com travestis e transexuais. A identidade de gênero também não deve ser confundida com orientação sexual: a primeira remete à forma como as pessoas se definem (como mulheres ou como homens); a segunda, à questão da sexualidade, do desejo, da atração afetivossexual por alguém de determinado gênero (homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade).[3]

3.2 Multiplicidade

Para Jaqueline Gomes de Jesus, "a vivência discordante de um gênero (que é cultural, social) com o que se esperaria de alguém de determinado sexo (que é biológico) não deve ser tratada como um transtorno, mas sim como uma questão de identidade, como acontece com travestis e pessoas transexuais, que compõem o grupo de transgêneros".[4]

O perigo é confundir a criança e abrir as portas para múltiplas *parafilias*, que são doenças sexuais negligenciadas por essa teoria. Uma delas, e a mais preocupante, é a pedofilia, que será tratada em um capítulo à parte.

Pessoas transexuais "geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem 'corrigir' isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde o uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos".

Ou seja, nem todas as pessoas transexuais buscam a cirurgia de redesignação sexual. Já os travestis são os que vivenciam "papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero".[5]

3.2.1 Transgeneridade ou Transgênero

Refere-se à condição na qual a expressão de gênero e/ou identidade de gênero de uma pessoa é diferente daquela atribuída ao gênero designado no nascimento. Mais recentemente o termo também tem sido utilizado para definir pessoas constantemente em trânsito entre um gênero e outro. O prefixo *trans* significa "além de", "através de".

Transgênero é um conceito abrangente que engloba grupos diversificados de pessoas que têm em comum a não identificação com comportamentos e/ou papéis esperados do sexo biológico, determinado no nascimento. Esses grupos não são homogêneos, dado que a não identificação com o gênero de nascimento se dá em graus diferenciados e reflete realidades diferentes.

3.2.2 Intersexualidade

Diz respeito a pessoas "cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou

clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas.

O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas 'reparadoras', que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais".[6]

3.2.3 Cissexualidade ou Cisgênero

Em estudos de gênero (LGBTTs), *cissexual* ou *cisgênero* são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento, isto é, configuram uma *concordância* entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo, bem como aludem a seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo.

Em algumas situações, *cisgênero* começa a ser usado para identificar uma identidade de gênero concordante com um dos gêneros binários, independentemente de haver ou não concordância com o sexo biológico. Nesta perspectiva, *cisgênero* é o contraste de *transgênero* no espectro das identidades de gênero.

Trocando em miúdos, estão de forma declaradamente *compulsória*, *normativa*, destruindo a heterossexualidade. Na maioria das "literaturas" e "estudos" patrocinados pelo Governo Federal, o termo *heterossexualidade* foi substituído por *cisgênero*. Perceba a *manipulação* e a *ressignificação ou destorção de conceitos* e como essa reorientação da humanidade caminha a passos largos. Toda a literatura atual desse movimento de esquerda, todos os estudos pseudoacadêmicos, não usam mais a verdade da heterossexualidade, substituindo-a pela mentira disseminada pelos grupos LGBTTs.

A questão é: Por que precisam desconstruir a heterossexualidade, acusando-a de ser normativa, se por outro lado tentam, incansavelmente, tornar a homossexualidade ativa na sociedade? Querem trocar seis por meia dúzia? Nossa intenção é esclarecer, abrir seus olhos para a manipulação absurda dessa ideologia de gênero que visa reorientar nossas crianças e a humanidade a uma orgia institucionalizada.

Nos Estados Unidos já há cerca de 100 classificações de gênero, ou seja, 100 tipos de gênero, e o "estudioso" que encontrar uma terá o privilégio da cota para estudar tal gênero.

3.3 Percepção da diferença entre os sexos na infância

De acordo com a ideologia em questão, os papéis de gênero podem ser percebidos como a representação de "personagens". Tudo o que é associado ao sexo biológico, fêmea ou macho, em determinada cultura é considerado papel de gênero.

Para essa ideologia, os papéis mudam de uma cultura para outra e também sofrem

modificações dentro da mesma cultura. Assim, os atributos que estabelecem coisas e comportamentos classificados como típicos e naturais de mulheres ou de homens constituem o que é chamado papéis sociais de gênero.

Na cultura ocidental, esses papéis são pautados em dicotomias, diferenças. Os homens são dotados de uma natureza ativa, são menos sentimentais, mais racionais e de instinto sexual desenvolvido, portanto suas atividades estão situadas na esfera pública. Já as mulheres são mais bondosas, emotivas e sentimentais, de sexualidade menos desenvolvida, naturalmente passivas e submissas, por isso suas tarefas estão situadas na esfera privada: donas de casa, esposas e mães.

Referências bibliográficas

1. Grossi MP. Identidade de gênero e sexualidade. Acesso em 15 out. 2013.
2. Lima RL. (2011). Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. Acesso em 15 out. 2013.
3. Jesus JG. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Acesso em 15 out. 2013.
4. Jesus JG. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Acesso em 14 out. 2013.
5. Jesus JG. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Acesso em 17 out. 2013.
6. Jesus JG. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Acesso em 17 out. 2013.

Capítulo 4

A CONFUSÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEUS POSSÍVEIS TRANSTORNOS

Partindo do princípio de que, para a maioria da população, a quem dedico este livro, identidade sexual e identidade de gênero são a mesma coisa, no sentido de usarmos o gênero para diferenciar o sexo do macho e da fêmea, faço algumas considerações.

Identidade de gênero seria uma categoria que permite pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura e que nem sempre pode corresponder ao sexo biológico. Porém, temos que simbolizar essa identidade ainda no útero com a certeza de que estamos fazendo o que é certo. Nossa identidade de gênero se constrói nessa fase, quando simbolizamos o bebê como menina ou menino.

Por isso, simbolizar a criança é tão importante. Vamos sinalizando-a de acordo com seu nascimento dando-lhe educação moral, religiosa, não apenas conforme nossas tradições. Fortalecendo o sexo desse modo, socialmente esperamos que a criança tenha comportamentos condizentes com ele. A identidade de gênero é composta pelos papéis de gênero, pela sexualidade e pelo significado biológico, cultural, social da reprodução humana.

Esclareço que minha posição é duramente criticada pela militância feminista de gênero, que não aceita que se simbolizem crianças desde o nascimento. Com isso, reafirmo que essa é a maneira mais cruel de confundir a identidade de uma criança, é a ideologia de gênero neutro.

A ideologia de gênero negligencia que transtornos de identidade de gênero existam e possam derivar da criação de crianças em gênero neutro. É função deste exemplar apresentar o contraditório. Citarei alguns transtornos de identidade de gênero, negligenciados ou reinterpretados conforme suas ideologias, mas que ainda configuram uma preocupação para a Ciência, mesmo que a mera citação possa parecer, para o ativismo de gênero, “homofobia”, o que, claro, é um absurdo e um abuso.

4.1 Transtorno de identidade de gênero

O transtorno de identidade de gênero é um transtorno psicológico caracterizado pela disforia de gênero, desconforto persistente com o gênero no nascimento, e por um sentimento de inadequação no papel social desse gênero. A atração sexual pode se dar por homens, mulheres ou gêneros não binários e não é analisada nesse diagnóstico.[1] Para a psicologia moderna, não se trata de uma desaprovação. O objetivo do tratamento deve ser

endócrino, psicológico e cirúrgico e tem que estar focado em levar o indivíduo a se sentir mais confortável com sua identidade de gênero, aumentar seu bem-estar psicológico e atingir a autorrealização. Frequentemente o tratamento inclui hormônios para retardar a puberdade e cirurgia de redesignação sexual. São apresentados os seguintes argumentos contra o retardo da puberdade:[2]

1. Alguns pesquisadores defendem que não é possível fazer um diagnóstico definitivo de TIG na adolescência.

2. Outros temem que bloquear o desenvolvimento das características sexuais secundárias inibirá a formação espontânea de uma identidade consistente de gênero, que ocorre em consequência da crise que envolve o momento da identificação de gênero.

3. Ainda outros afirmam que há risco potencial para o processo de crescimento e do desenvolvimento cerebral e da massa óssea (Cohen-Kettenis PT 2008).

Considera-se que somente na idade adulta a identidade de gênero está suficientemente consolidada para permitir decisões acerca de intervenções invasivas e irreversíveis, como terapias hormonais cruzadas (gênero oposto) e cirúrgicas.

Não é permitido nem se discute nesses artigos científicos a possibilidade de tratar essa pessoa com disforia para adaptar seu psicológico e/ou desejo ao seu sexo, somente o oposto é recomendado. Ditadura?

No campo das ciências humanas, a vivência de um gênero (social, cultural) discordante do que se esperaria de alguém de determinado sexo (biológico) não é compreendida como uma patologia ou como um transtorno. Prefere-se discuti-la como uma questão de identidade. Por isso, mais adequado seria falar em “transgeneridade”.

Em novembro de 2012, a American Psychiatric Association (APA) aprovou as revisões para o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), que passou a ser conhecido como DSM-5. O novo manual deixa de classificar a transexualidade como uma desordem ou transtorno mental, o mesmo que aconteceu com a homossexualidade em 1973. O DSM-5 também não aborda o transtorno de identidade de gênero, já que o termo está associado a uma patologia, e passa a usar *disforia de gênero* nos casos em que há incongruência marcante entre a própria experiência de gênero e o sexo do nascimento.[3]

No entanto, a transexualidade ainda é considerada um transtorno de identidade de gênero pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10, e, no Brasil, é essa classificação que garante às pessoas transexuais o direito a terapia hormonal, psicoterapia e cirurgia de redesignação sexual. Ou seja, a não conformidade entre sexo biológico e gênero ainda é vista como uma patologia, sem nenhum outro fundamento psicopatológico.[4]

“A identidade não deve ser confundida com identificação. Identificação supõe a existência de um eu estruturado que tenta encontrar sua identidade com um outro eu igualmente estruturado. Identificação pode produzir-se apenas depois que a criança cresceu e desenvolveu sua capacidade de se distinguir de outras pessoas. Referimos, pois,

identidade à fase mais precoce do desenvolvimento da criança”.[5]

As teorias de aprendizado social postulam que o fenômeno de identificação é mesmo válido. Afirmam que a criança apreende e retém os modelos de comportamento expostos pelos pais ou por figuras afetivamente importantes, o que induz ou reforça seu comportamento e facilita o fenômeno de identificação com esse modelo.

Uma dessas teorias, chamada “construcionista”, aponta que a identidade sexual é construída a partir de referências sociais e políticas; portanto, “a identidade sexual é lábil e pode ser terapeuticamente modificada”.[6]

Todas as teorias psicológicas estão voltadas apenas para transformar o que a pessoa sente. Há uma ditatura, um silêncio absurdo entre os profissionais da saúde mental, uma lei da mordaça que nos proíbe de enxergar com olhos científicos, a fim de proteger a criança, que ainda está em formação, de seus afetos, sua sexualidade.

Deixo claro que não se trata de impedir que o adulto faça suas escolhas, e sim de resguardar a criança, que não definiu sua identidade sexual e, mesmo que esteja em conflitos, não amadureceu o suficiente para estabelecer com consciência o que deseja. Logo, o adulto é o responsável e tem que ter esse entendimento, simbolizar essa criança, ainda que mais tarde, na idade adulta ou após a adolescência, ela se sinta segura quanto ao que deseja se tornar.

É a própria pessoa que decide o que fazer com sua orientação sexual, mas, enquanto é criança, não podemos tratar como direitos sexuais da criança, pois sequer sabemos o que ela se tornará. Este é o paradoxo dessa ideologia, que se esforça em defender a pluralidade e a igualdade negando totalmente as diferenças e a própria pluralidade.

Na CID (F64.2) consta o seguinte: Transtorno de identidade de gênero infantil.

Transtorno que usualmente primeiro se manifesta no início da infância (e sempre bem antes da puberdade), caracterizado por um persistente e intenso sofrimento com relação a pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou a insistência de que se é) do outro sexo.

4.2 DSM-IV 302.6 Transtorno de identidade de gênero em crianças

Em crianças, a perturbação manifesta-se por qualquer das seguintes formas: em meninos, afirmação de que seu pênis ou testículos são repulsivos ou desaparecerão, declaração de que seria melhor não ter um pênis ou aversão a brincadeiras rudes e rejeição a brinquedos, jogos e atividades estereotipadamente masculinos; em meninas, rejeição a urinar sentada, afirmação de que desenvolverá um pênis, afirmação de que não deseja desenvolver seios ou menstruar ou acentuada aversão a roupas caracteristicamente femininas.

A título de conhecimento e pesquisa, listarei os códigos da CID que se referem a transtornos envolvendo a sexualidade usados por médicos, psiquiatras, psicanalistas, psicólogos e todos os profissionais de saúde mental. Há vários transtornos sexuais

elencados que devemos procurar investigar e conhecer, pois, quando falamos de diversidade, de pluralidade sexual, ainda que estejamos praticamente proibidos de falar as verdades, mesmo científicas, não podemos ser desonestos intelectualmente e negar que elas existem. Eis a lista:

(F63.3) Tricotilomania

(F64) Transtorno de identidade de gênero

(F64.0) Transexualismo

(F64.1) Transvestismo de duplo papel

(F64.2) Transtorno de identidade de gênero infantil

(F65) Transtornos da preferência sexual (parafilia)

(F65.0) Fetichismo

(F65.1) Transvestismo fetichista

(F65.2) Exibicionismo

(F65.3) Voyeurismo

(F65.4) Pedofilia

(F65.5) Sadomasoquismo

(F65.6) Múltiplas distorções da preferência sexual

(F65.8) Outras desordens da preferência sexual

Frotteurismo

Necrofilia

(F66) Transtornos psicológicos e comportamentais associados ao desenvolvimento e à sua orientação sexual

(F66.0) Desordem da maturidade sexual

(F66.1) Orientação sexual egodistônica

(F66.2) Transtorno do relacionamento sexual

(F66.8) Outros transtornos do desenvolvimento psicossexual

(F66.9) Transtorno do desenvolvimento sexual, não especificado.

Essas afirmações de que nada se constitui um transtorno fazem parte de uma teoria complexa que procura legitimar a “sexualidade mutável” ou “líquida” em nome de uma “autonomia sexual” que permita a cada um escolher a própria identidade sexual (com ou sem cirurgia de mudança de sexo).

Uma parcela relevante da ciência médica, no entanto, enxerga tais crenças como patologias mentais, definindo o transexualismo como um “transtorno de identidade de gênero” no *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais* e explicando-o

como “o desejo persistente das características físicas e dos papéis sociais que conotam o sexo biológico oposto”.

De acordo com o manual, portanto, existe apenas o sexo biológico; desejar ser diferente daquilo que naturalmente se é seria sintoma de um distúrbio, independentemente de valores morais. Portanto, deve ser tratado como desejo da pessoa em questão, e não incentivado. A criança não deve ser induzida ao erro; deve-se pelo menos esperar que se desenvolva totalmente para fazer suas escolhas. Por conta da pluralidade defendida, ela pode mudar de ideia no futuro e estará só para arcar com seus conflitos. Se há uma forte corrente para apoiar e desconstruir a heterossexualidade em todas as áreas, há uma ditadura que impede que o caminho inverso seja realizado.

Referências bibliográficas

1. Val AC, Melo APS, Grande-Fullana I, Gomez-Gil E. Transtorno de identidade de gênero (TIG) e orientação sexual. Rev Bras Psiquiatr. [online]. 2010;32(2):192-3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462010000200016&lng=en&nrm=i.
2. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/pareceres/CFM/2013/8_2013.pdf.
3. APA Revises Manual: Being Transgender Is No Longer A Mental Disorder; 2012.
4. Arán M e Murta D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde, 2009.
5. Moreno JL. Psicoterapia de grupo e psicodrama. São Paulo: Mestre Jou; 1974.
6. Hart J. Therapeutic implications of viewing sexual identity in terms of essentialist and constructionist theories. J Homosex. 1984;9(4):39-51.

Capítulo 5

TEORIA QUEER

Para falarmos da ideologia de gênero, precisamos entender a *teoria queer*, que trata da desconstrução sexual e social, pois é ela a norteadora de toda essa corrente pedagógica que quer usar a sexualidade como forma de atingir a plenitude de sua subversão.

A teoria queer é uma teoria sobre o gênero que afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são resultados de uma construção social, e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana; antes, há formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais.

5.1 Origem

A teoria queer surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1980 a partir das áreas de estudos *gays*, lésbicos e feministas, alcançando notoriedade a partir do final do século passado.

Fortemente influenciada pela obra de Michel Foucault e pelo movimento feminista, nessa teoria encontra-se a desconstrução da heterossexualidade como normal, pela criação crítica de “heteronormatividade”, sugerindo que a heterossexualidade é imposta e normativa. Apregoa-se, então, um gênero neutro, segundo o qual crianças seriam criadas sem definição de papéis sexuais e/ou sociais, pois, para a teoria, não existe diferença entre os sexos. Desta forma, a teoria garante que se extinguiria o preconceito entre homens e mulheres.

Ela expande o âmbito da análise para abranger todos os tipos de atividade sexual e de identidade classificados como “normativos” ou “desviantes”, conforme os denomina. Ou seja, tudo o que a Ciência classifica como normal a teoria queer desconstrói; tudo o que as ciências médicas, por exemplo, consideram comportamentos desviantes, parafilia (doenças sexuais), esse movimento militante classifica como apenas gênero ou orientação sexual.

Podemos a grosso modo, em um primeiro olhar, acreditar que o objetivo é até nobre; no entanto, ele abriga uma prática perigosa ao colocar o sujeito em conflito com sua sexualidade, com sua identidade sexual, podendo gerar muitos transtornos de identidade de gênero, pois sabemos o quanto os papéis, bem como a figura e os modelos de pai e mãe, são essenciais na construção de um cidadão.

Embora essa dinâmica social contemporânea pulse de maneira intensa na tentativa de desconstruir a heterossexualidade como natural e a família nuclear fundamentalmente heterossexual, patriarcal e fundada em laços sanguíneos, elas prevalecem como modelo, conforme sua natureza biológica, e não de modo normativo e/ou compulsório.

No século 20, o foco foi desacreditar a dicotomia entre a homossexualidade e a heterossexualidade sob a perspectiva biológica e ressaltar a noção do descentramento do sujeito — ou seja, a ideia de que as faculdades intelectuais e espirituais do ser humano não são parte da sua herança biológica, embora se definam em condições biológicas, mas o resultado de uma multiplicidade de processos de socialização, mediante os quais se constituem de maneira sumamente diferenciada as noções do eu, do mundo e das capacidades intelectuais.

Essa teoria afirma que os indivíduos obtêm sua condição "masculina" ou "feminina" como produto meramente histórico-social. Não aceita uma forma "normal" de sexualidade, inata — o casal heterossexual estável, e sim todas as manifestações de orientação sexual como normais. Neste ponto podem-se abordar a diversidade sexual, a pluralidade sexual e todos os tipos de desvios, transtornos de orientação e de preferência sexual, os quais, para essa teoria, devem ser encarados apenas como modos de viver e experimentar a sexualidade, maneiras distintas de se obter prazer, consideradas um direito constitucional e um direito humano. Com base nessa teoria, então podemos dizer que a pedofilia é aceitável como manifestação natural? Normal? O futuro disso tudo é tenebroso.

5.2 Heteronormatividade: uma crítica à heterossexualidade

A teoria queer inaugurou um termo combatido pela psicologia atual: *heteronormatividade* (heterossexualidade construída pelas normas sociais vigentes). Ele foi criado por Michael Warner, em 1991, em uma das primeiras grandes obras sobre a teoria queer, que diz que os que não são heteronormativos não são percebidos como "normais, morais ou merecedores de ajuda do Estado". Querem imputar aos que são a favor da heterossexualidade o rótulo de preconceituosos?

A heterossexualidade, então, é tomada como normativa dentro de uma sociedade. Cathy J. Cohen define a heteronormatividade como a prática e as instituições que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e "naturais". Ela diz que essa "norma" é imposta por uma classe e/ou religião, por um grupo opressor que impede a manifestação plural da sexualidade.

A preocupação do movimento queer e de seus militantes (psicólogos, educadores, sociólogos, antropólogos, profissionais da mídia etc.) é que, numa sociedade "heteronormativa", entre as normas estabelecidas para ambos os gêneros está o requisito de os indivíduos sentirem e expressarem desejo somente por parceiros do sexo oposto. Para os que apregoam a teoria em questão, isso é antinatural, pois o indivíduo pode se interessar por todas as formas de sexo, e essa liberdade é interrompida pelas maiorias opressoras (religiosos) desde o nascimento.

O discurso reforça uma inversão de valores, é falacioso, negligencia o sexo por nascimento e todas as outras ciências (p. ex., genética, biologia, fisiologia, reprodução humana) e se apoia em suposições que nunca foram comprovadas. A tentativa de reinterpretar estudos científicos a qualquer custo promovida por ativistas ideológicos políticos LGBTTs e feministas usa a bandeira do fim do preconceito atribuindo à

heterossexualidade o rótulo que eles carregaram por muitos anos. Seria vingança? Esquizofrenia social?

Não podemos negligenciar a verdade de que o sujeito é predisposto a desenvolver características psicológicas do sexo a que pertence. A teoria queer promove um discurso aparentemente nobre em seu meio, mas uma prática totalmente arriscada, uma "invencionice" acolhida por aqueles que defendem apenas um grupo, como se este vivesse em uma ilha e pudesse criar saberes, regras e normas e impô-los à maioria da população mundial, o que sabemos não ser possível. Faz parte de uma educação saudável e da construção do sujeito saber lidar com a frustração e entender que nem tudo é ou pode ser como idealizamos ou queremos.

O mundo caminha para essa reorientação sexual, que deveria ser vista pelas áreas médicas e psicológicas com grande desconfiança e cuidado. Há os que a defendem, mas também os que a criticam.

Cleber Lizardo de Assis diz: "em outro momento tentam defender a necessidade de 'desanguinização' desse modelo familiar, bem como que a instituição familiar se configure, sobretudo, sobre os laços afetivos".[1]

Isso significa que, para os heterossexuais, a teoria queer é a certeza da desconstrução da família tradicional e de uma reorientação social acerca da sexualidade do sujeito, a qual, sendo imposta, não eliminará preconceito algum, apenas criará mais um tabu, pois acusam a heterossexualidade da maioria da humanidade de ser "anormal", colocando a homossexualidade como "normal". A dicotomia permanece sobre outra ótica: a da desconstrução da heterossexualidade.

O ser humano deve ser entendido como um todo, como a soma de suas partes. A significação e a formação da identidade fundamentam-se exatamente sobre essa máxima: somos um corpo que é resultado da soma de várias partes, e cada uma deve ser ouvida, mas pensando-se no sujeito em sua totalidade.

O movimento em questão argumenta que a família homoafetiva deve ser motivada e afirma em seus discursos que a intenção é colocar definitivamente em xeque esse conjunto que eles chamam de "normativo ocidental", elaborando o seguinte: "o sangue era como uma das últimas barreiras à etapa de nos tornarmos de fato seres culturais, afetivos e simbólicos".[2]

Esse pensamento não parece motivar ações contra a família e a religião, sugerindo um preconceito mundial contra o Ocidente por sua tradição e/ou fé? A teoria queer trata da questão da sexualidade com alienação psicológica; não podemos nos esquecer de que há coisas que somos capazes de mudar e outras que, ainda que manipulemos com palavras, permanecem imutáveis.

Minha crítica é que movimentos ideológicos, políticos ou contrários à família tradicional vêm se vitimando e nos induzindo a nos inclinarmos a defendê-los por emoção, e não pela lógica da razão, que faz parte da construção do pensamento humano e dos direitos que devem ser consolidados e conscientes. Agindo assim, violam o próprio direito. Ceccarelli alerta: "Se a heteronormatividade encontra-se questionada, na linha de

uma desconstrução do discurso social sobre a sexualidade e num fluxo freudiano, provoca que também a homossexualidade seja uma invenção de nosso contexto ocidental".[3]

Sobre a teoria queer, Cleber Lizardo de Assis comenta: "ela emerge contra o instituído do conceito de 'heterossexualidade', apregoando a vivência e a condição do sexual não natural e não normativo". Lançando mão de uma fala do psiquiatra Dr. Eduardo Adnet: "contra a ciência legítima não cabem malabarismos".

As críticas à heterossexualidade da maioria da população mundial são severas e descartam totalmente a biologia, a genética e outras áreas que provam sua existência e essência, tentando destruí-la e dar uma nova interpretação a todos os conhecimentos e saberes afirmados, testados e comprovados pela evidência científica.

Segundo Souza Filho: "as realidades humano-sociais, em toda a sua diversidade e em todos os seus aspectos, são produtos de construção humana, cultural e histórica […] [e se opondo] a todas as tentações substancialistas e essencialistas, notadamente as tentativas de biologização do social, muito difundidas atualmente".[4]

E é nessa perspectiva que esse movimento vem se constituindo como referencial teórico à temática da sexualidade e influenciando, ou melhor, norteando no Brasil as ciências humanas, em particular toda a psicologia e a pedagogia pós-moderna.

Desta maneira, na desconstrução, a religião e a fé de todo cidadão têm sido usadas de forma negativa e como reforçadoras de preconceito contra os tipos possíveis de gêneros sexuais. Com manipulação intelectualmente desonesta, tentam atribuir ao judaísmo/cristianismo a normativa da heterossexualidade, levando ao delírio de seus seguidores a lógica da desconstrução da heterossexualidade e desrespeitando, inclusive, a laicidade do Estado.

De acordo com Santos Júnior: "O Estado laico é aquele que não privilegia nenhuma religião em particular e cuja política não é determinada por critérios religiosos. Significa dizer, ainda, que os Estados e as comunidades religiosas não sofrem interferências recíprocas no que diz respeito ao atendimento de suas finalidades institucionais".[5]

Por um lado devemos entender que a interferência e a influência existem como algo que mesmo um Estado laico não está isento de sofrer. Por isso, o embate democrático entre os mais diversos atores sociais se faz necessário: assim se estabelecem políticas públicas. Logo, todo segmento contrário a essas "falácias" tem que ter esse entendimento de que as políticas que contemplam todos os cidadãos são políticas públicas construídas, muitas vezes, com nossa omissão. O Estado as legitima, porém não podem ser definidas por um grupo e/ou uma minoria. Cabe à sociedade, inclusive a nós, que também fazemos parte dela, lutar pela atenção do Estado como todos os movimentos fazem.

É chegado o momento do enfrentamento popular contra essa desconstrução para que se estabeleça um equilíbrio que proporcione à humanidade viver de maneira muito menos intolerante e conflituosa. Não podemos negar, de forma alguma, direitos constitucionais a qualquer pessoa, porém também não podemos perverter e/ou inventar direitos promovendo abusos em nome de uma minoria vitimizada, que se vale de discursos

distorcidos carregando em seu bojo preconceito contra quem não concorda com suas ações e opiniões. Estamos caminhando para uma cultura do desrespeito ao próximo e de privilégios e cerceamento de direito das maiorias, contudo, de acordo com os que defendem a teoria queer, levantar essa questão é agir com preconceito.

Esse embate, esse diálogo entre atores diferentes, movimentos sociais, sociedade e Estado, é algo que não deve ser suprimido, pois constitui-se fruto da democracia brasileira. Não podemos aceitar um Estado refém de qualquer ideologia política. Isso não é democracia. Temos que aprender a conviver com o diferente, mas para isso não precisamos nos tornar como ele. É nosso dever, como cristãos, promover a tolerância, todavia também é nosso direito não sermos discriminados por nossa fé e por nossa maneira de viver, pois é nossa escolha e nosso princípio.

Estudantes e profissionais devem entender seu dever de respeitar o próximo, mas devem lançar um olhar crítico aos saberes inventados, conhecendo as leis e a política. É necessário aprender, compreender e lutar, no nosso caso, para que nosso modo de vida não seja desconstruído. Não é preconceito, e sim direitos. Em Oseias 4.6 está escrito:

O meu povo foi destruído, porque lhe faltou o conhecimento. E em Romanos 12.2 lemos: *E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus.*

O absurdo do pensamento da teoria da qual tratamos é a divulgação e promoção da "fórmula" que dizem terem encontrado para acabar com o preconceito contra os diferentes sexualmente e contra as mulheres oprimidas. Essa "fórmula" se baseia em transformar crianças desde o ventre da mãe em seres humanos "neutros", sem simbolizar seu sexo, pois reafirmá-lo nada tem a ver com o seu "ser", que só será construído com a influência dessa "nova cultura".

Sob a acusação de imposição de uma cultura religiosa opressora, não se pode sinalizar, simbolizar, modelar o comportamento conforme o sexo do nascimento, conforme a sociedade e a família entendem a criança, pois isso é uma mera construção religiosa, conservadora, que deve ser combatida para não frustrar a elaboração dessa insanidade.

A humanidade ficou cega, a invencionice se espalhou de tal forma que os que se levantam contra essa loucura são punidos, taxados de preconceituosos, moralmente destruídos. Muitas vezes por medo e falta de entendimento, principalmente quanto aos seus direitos, eles têm se visto obrigados a aceitar, engolir o que uma "minoria elitista aculturada" (militantes ideológicos de gênero) sem referência nos inflige. Muitos são enganados pela ignorância, não conseguem enxergar com clareza e não percebem que a inversão social é que está gerando conflitos intermináveis em todas as esferas.

Reflita no que estou dizendo, *porque o Senhor te dará entendimento em tudo* (2 Timóteo 2.7). *O entendimento, para aqueles que o possuem,* é uma *fonte de vida, mas a instrução dos tolos* é *a sua estultícia* (Provérbios 16.22).

Temos muito a aprender com a natureza animal. Mesmo que se questione a existência, por algum desequilíbrio ambiental, de relacionamentos raros entre animais do mesmo

sexo, a verdade é que a observação da natureza animal nos traz conhecimentos evidentes do que é um relacionamento equilibrado e de como o homem precisa de seu oposto para perpetuar sua existência. Simples assim.

5.3 Implantação da teoria queer ou criação de gênero neutro

Veja, no trecho de um artigo de Reinaldo Azevedo, o que falou Leandro Colling, identificado como professor da Universidade Federal da Bahia, presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e membro do Conselho Nacional LGBTA durante um seminário em Brasília, em 2013, sobre gênero. Ele comprova o que estou dizendo:

> Ela [heterossexualidade] é a única orientação que todos devem ter. E nós não temos possibilidade de escolha, pois a heterossexualidade é compulsória. Desde o momento da identificação do sexo do feto, ainda na barriga da mãe, todas as normas sexuais e de gêneros passam a operar sobre o futuro bebê. Ao menor sinal de que a criança não segue as normas, os responsáveis por vigiar os padrões que construímos historicamente, em especial a partir do final do século 18, agem com violência verbal e/ou física. A violência homofóbica sofrida por LGBTTs é a prova de que a heterossexualidade não é algo normal e/ou natural. Se assim o fosse, todos seríamos heterossexuais. Mas, como a vida nos mostra, nem todos seguem as normas.

Um discurso manipulador que está encontrando voz até no meio cristão. Líderes já se deixaram enganar e ajudam a desconstruir a heterossexualidade por interesses próprios, ou simplesmente para se vingarem de algum líder que não concorde e que esteja em evidência defendendo a família, na arrogância de julgarem a legitimidade espiritual da pessoa em questão, como se isso fosse possível para nós, pobres mortais.

A teoria queer, da multiplicidade de gêneros sexuais, almeja inverter a sociedade, apenas isso. Em nada tem a ver com a extinção do preconceito, somente com subversão. Esse movimento é extremamente doentio. Ainda não consigo entender como uma pessoa que se diz intelectual pode compactuar com isso e não perceber a armadilha dessa reorientação.

Conforme lemos em Provérbios 23.23: *Compra a verdade e não a vendas; sim, a sabedoria, e a disciplina, e a prudência*.

Tal teoria recusa a classificação dos indivíduos em categorias universais como “homossexual”, “heterossexual”, “homem” ou “mulher”, sustentando que estas escondem um número enorme de variações culturais, e nenhuma seria mais “fundamental” ou “natural” que as outras. Contra o conceito clássico de gênero, que distinguia o “heterossexual” socialmente aceito (em inglês *straight*) do “anômalo” (queer), a teoria afirma que todas as identidades sociais são igualmente anômalas.

A teoria também critica as classificações sociais da psicologia, da filosofia, da antropologia e da sociologia tradicionais, baseadas habitualmente na utilização de um único padrão de segmentação — seja a classe social, o sexo, a raça ou qualquer outro — e defende que as identidades sociais se elaboram de forma mais complexa, pela intersecção

de múltiplos grupos, correntes e critérios.

É uma briga de ego de “saberes” subjetivos: o que permanece como verdade segundo a Ciência é classificado pelos favoráveis a essa teoria como inversão, engano. Entretanto, a manipulação da palavra não pode se transformar em verdade social. Infelizmente, isso tem se dado a passos largos, e temos contribuído grandemente para essa esquizofrenia.

Se o mundo chegou a tal ponto, fomos omissos até então. Jesus não agiu assim conosco: Ele enfrentou tudo e todos, enfrentou a cultura da época, que era exatamente a que hoje pretende se estabelecer, mesmo sabendo que seria sacrificado. Cristo mudou a forma das pessoas viverem, trouxe luz à humanidade, recuperou relacionamentos, resgatou a figura da mulher da prostituição, condenou comportamentos promíscuos, trouxe o homem ao centro do equilíbrio emocional, ao cerne da vontade de Deus.

Além de desconstruírem a heterossexualidade, acusando-a de ser apenas uma norma, uma regra compulsória, que pode e deve ser quebrada nos âmbitos social e cultural, querem garantir a constitucionalidade dessa teoria por intermédio da escola. Escolas públicas têm se tornado um verdadeiro laboratório para a implantação do gênero neutro. A prática se dá em seu próprio ambiente, reorientando a criança, seus costumes, sua tradição, sua religião e sua fé, enfrentando a educação formal dos pais.

Desde 2010, lutamos como sociedade para retirar do plano nacional de educação essa falácia, essa mentira da ideologia de gênero, que aparenta estar disposta a eliminar preconceitos quando, na verdade, quer reorientar a sexualidade humana e, de modo impositivo, legitimar a homossexualidade como “normal”, usando a escola como seu instrumento principal.

Nossas crianças estão sendo usadas como “cobaias”, servindo a uma teoria feminista de gênero, que não reproduz o pensamento da grande maioria da mulheres, e a movimentos LGBTTs, que abrangem apenas 6% da população. Como cristã, não me sinto representada por nenhum grupo feminista nem por nenhuma ideologia de gênero, pois não militam pelas mulheres, e sim pelo “sentir-se” mulher. Neste contexto, qualquer homem faz parte do movimento. Ou seja, quais direitos das mulheres defendem? A bandeira dos direitos humanos não pode ser usada como bandeira ideológica da minoria contras as maiorias. Direitos humanos são para todos.

Em 2005, quando iniciei meus estudos sobre essa reorientação mundial, busquei acompanhar os conceitos e definições de gênero. Então descobri essa manipulação e a impossibilidade de definir algo que defende a multiplicidade, a pluralidade. O gênero sexual, defendido tão bizarramente hoje, não está a serviço das diferenças sexuais entre um homem e uma mulher, e sim militando em favor de uma ditadura feminista de gênero “mutante”, que se altera conforme um novo artigo ou um novo desejo de alguém insano, que, por argumentações maquiavélicas, impõe seus anseios à sociedade obrigando sua aceitação.

Paralelamente a toda essa reorientação sexual e cultural apresenta-se a tentativa de retorno a uma era que antecede o cristianismo, em que tudo era permitido de forma ditatorial, repressora; em que a escravidão das mulheres era escancarada, mas as orgias

entre homens e prostitutas era reverenciada. Deus nos avisou que essa manipulação de discursos aconteceria, mais uma prova para você, leitor, de que tudo o que está acontecendo tem contornos espirituais e objetiva a destruição final do nosso Deus. Como está escrito em 2 Timóteo 4.3-5:

> *Porque virá tempo em que não sofrerão a sã doutrina; mas, tendo comichão nos ouvidos, amontoarão para si doutores conforme as suas próprias concupiscências; e desviarão os ouvidos da verdade, voltando às fábulas. Mas tu sê sóbrio em tudo, sofre as aflições, faze a obra de um evangelista, cumpre o teu ministério.*

A tentativa da teoria queer de desconstruir a heterossexualidade, acusando-a de ser "anormal" ou "compulsória", é um discurso de esquerda que invadiu o mundo acadêmico, a dominação de uma classe sobre outra; é uma revolução socialista. Como não tem força simplesmente pela quantidade de pessoas, usa as academias, o ambiente universitário. É uma revolução que pretende calar a maioria, o povo que acredita em Deus.

Como não são a maioria em número, a estratégia é a desconstrução. Tenta-se tornar a maior parte da população, que não serve aos seus propósitos, em seres despersonalizados, desacreditados; uma sociedade inferiorizada intelectualmente, para que a desonestidade intelectual domine mediante uma retórica falaciosa, mentirosa, estabelecendo-se a tão sonhada paz mundial. Esta não advém da paz de Cristo, e sim de uma alienação ideologizada.

Temos que, igualmente, afinar nosso discurso e derrubar a tentativa de psicotizar a sociedade impondo a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade em pé de igualdade com a heterossexualidade cientificamente. Temos que chamar a atenção de todos para essas manobras, para o preconceito mundial contra a família nos moldes em que a conhecemos. Observe o que consta no Artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

> Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

No Artigo 16, III, está escrito: "A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado".

Nosso direito religioso é protegido pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, assinada pelo Brasil na mesma data.

Referências bibliográficas

1. Lizardo de Assis C. Queer theory and the CFP n. 1/99 resolution: a discussion about heteronormativity versus homonormativity. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v05n06art06_assis.pdf
2. Ibidem.
3. Ceccarelli P. A invenção da homossexualidade. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. 2008 (2): 71-93.
4. Sousa Filho A. Por uma teoria construcionista crítica. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. 2007 Jul/Dez; 1(1). Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art02_sfilho.pdf

5. Santos Júnior A. A laicidade estatal no direito constitucional brasileiro. 2008. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11236

Capítulo 6

AMEAÇAS AO PAPEL SEXUAL E SOCIAL DA FAMÍLIA

Temos de nos preocupar com o rumo que a nação vem tomando nos últimos anos com relação à sexualidade da família, aos modelos e papéis sociais e com a forma como a mídia tem divulgado inúmeras ações contra essa instituição e poucas a favor. É assustadora a quantidade de pessoas alienadas pelos veículos de comunicação que tem sido engolida por ideologias mentirosas, maquiavelicamente engendradas para destruir a família brasileira.

A família biológica (portanto, natural), tradicional, está sendo severamente ameaçada por movimentos militantes do homossexualismo (partidário) com o apoio da psicologia, da sociologia e de outras áreas que se mostram afeitas à causa, uma faceta altamente antiética que tem não só envergonhado nossa nação, mas sido péssima influência social e internacional, traduzindo-se em luta egoísta por prazeres.

O conceito de família não pode ser compreendido como um ajuntamento de pessoas sem identidade, sem papel social e/ou sexual. A definição de papéis faz parte da construção familiar e é importante não apenas para a proteção social, mas para a saúde mental do cidadão e da infância.

Quando Deus criou o homem e a mulher, não criou um “par”, e sim um pai e uma mãe, ambos com funções diferentes nessa família para simbolizar a criança, para instruir. A família tem um papel que a define: educar a geração criada por Deus. O pensamento do homem de bem não deve limitar-se aos seus próprios filhos. Deve ir além, ser transmitido às gerações que se seguirão, e fazer com que aquilo que é virtude se torne tradição entre elas.

Sabemos que, ao longo da história de toda a ciência do comportamento humano e da construção do sujeito e de sua personalidade, o modelo familiar sempre foi necessário para a estruturação dos afetos, da autoestima, e para o estabelecimento do papel social e sexual do indivíduo. É o instrumento mais seguro para garantir sua saúde mental. A falta de modelos definidos causa uma grande confusão e conflitos psicológicos nas crianças e ocasionará efeitos maléficos mais tarde, inclusive em sua sexualidade, que é o principal objetivo do movimento.

O que me constrange é que todos os profissionais que estudam saúde mental (inclusive eu) sabem que a elaboração do conflito de Édipo (Freud) de forma positiva com seu sexo oposto depende exatamente dessa definição de papéis.

Para a psicopedagoga Irene Maluf, mesmo de modo inconsciente, as crianças tendem a

formular suas distinções de gênero observando o pai e a mãe: “É quase impossível, portanto, que uma criança seja criada completamente assexuada. Diferenciar gêneros é uma das bases do desenvolvimento”.

Esse movimento não é só uma engenharia maquiavélica para tornar a sociedade e nossos filhos em bissexuais, agora transgêneros por cultura, como uma doentia forma de dominar a nação pelos grupos que se opõem à família tradicional, mas, e principalmente, para se opor àqueles que acreditam em Deus e na fé como ferramenta de transformação social.

Henri Delauss afirmou:

> Todo homem que queira formar uma “família virtuosa” deve persuadir-se desde logo de que seu dever não se limita — como quis Rousseau — a prover as necessidades físicas do seu filho enquanto ele não tenha condições de provê-las por si mesmo.
>
> Ele lhe deve a educação intelectual, moral e religiosa. O animal tem a força necessária para atender às necessidades corporais da prole, e isto lhe basta. Mas a criança, ser moral, tem muitas outras necessidades, e é por isso que Deus deu ao pai de família a autoridade para instruir a vontade dos seus filhos e fazê-los entrar, manter-se e progredir na via do bem. Essa autoridade, Deus a quis permanente, porque o progresso moral é obra de toda a vida. Segundo as intenções da Providência, o progresso deve se desenvolver e crescer com a idade, e por isso é necessário que a família humana não se extinga a cada geração.
>
> O vínculo familiar deve subsistir entre mortos e vivos, enlaçar umas às outras todas as filiações de uma mesma descendência, mantendo-se assim durante séculos nas raças vigorosas.[1]

O discurso na mídia e no mundo acadêmico é o seguinte: existem as famílias que só se estabelecem no papel e as de laços concretos; diferentes formatos somam-se aos modelos tradicionais. Com parentescos inusitados, os novos vínculos conquistam espaço cada vez maior, sob a alegação de que cresce progressivamente o número de solteiros que querem ter filhos e criá-los sozinhos, de casais que levam para a nova relação filhos de casamentos anteriores, de separados que exercem a paternidade nos finais de semana, de casas onde as mulheres são as principais provedoras. As mudanças de comportamento converteram os arranjos familiares do século 21 em uma espécie de jogo de armar. Hoje, cada família se configura a partir das peculiaridades dos seus integrantes, e não o inverso, como ocorria em um passado não tão remoto.

Até aqui, não vejo por que a família deva ser desconstruída. É óbvio que todos sabemos, e não somos hipócritas, que essa realidade existe, mas sabemos também que não representa a maioria da população, portanto não achamos justo a maioria sempre ter que viver e ser doutrinada como a minoria quer. O estatuto da família em tempo algum discrimina essas novas configurações. Trata-se de uma desonestidade intelectual.

Estamos cientes de que a verdadeira intensão de tal movimento é a inclusão dos pares homossexuais e a instituição da relação homossexual como família, pois, segundo a ideologia de gênero, todas são absolutamente iguais. Querem incluir na leis parceiros

homossexuais que realizam o desejo de ter filhos por meio de inseminação artificial ou adoção, posto que, ocorrendo essa inclusão, estarão em pé de igualdade com a família tradicional. A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e o retardamento da idade limite para casar, segundo os especialistas, são alguns fatores que explicam as transformações dos núcleos familiares.

A ideia que se pretende consolidar é a de que há uma diversidade que torna cada vez mais obsoleta a concepção de família tradicional, inclusive porque até grupos formados por pai, mãe e filhos também tiveram que se adequar às demandas contemporâneas, a começar pela priorização das diferenças, expectativas e valores afetivos, que se sobrepõem a preceitos ligados ao casamento enquanto mera instituição.

A família continua sendo importante na organização da sociedade, no acolhimento e crescimento das pessoas como cidadãos, e esse discurso de discriminação contra a família tradicional não poder ser usado para nos acusar de preconceito. As argumentações de tais grupos são ainda mais estapafúrdias por envolverem situações adversas que nem têm a ver com a questão, apenas para intelectualizar e deixar o discurso protetivo às minorias, como as “pobres das mulheres” que trabalham fora e até mesmo a “perda da popularidade da união civil e religiosa”.

Nos trechos a seguir, retirados da tese *Sentidos da Função Paterna* (UFRGS, 2007), da psicanalista Roséli Cabistani, as famílias tradicionais são acusadas de viverem sob a obrigação de os casais permanecerem juntos, e o objetivo final da reorientação cultural e social dessa instituição, desacreditando o papel sexual, afetivo e social da mulher como mãe que gera e dá vida, é exposto:

> Livres da pressão para que se reproduzam e da obrigação de sustentar um modelo rígido de família, as pessoas se sentem mais preparadas para empreender relações mais sólidas, priorizando a autonomia: o individualismo e a realização pessoal vêm antes das tradições.
>
> As famílias cada vez mais se estruturam de forma diferente daquela que se acreditava ideal. A maternidade como realização da mulher e o grande apego da mãe aos filhos são fatores responsáveis por muitas neuroses e mal-estar no modelo rígido de família nuclear.

Dizer que o apego da mãe pelo filho e pela maternidade produz neuroses e mal-estar é o fundo do poço de qualquer profissional de saúde mental. Essa é a pior das desconstruções. Como podemos observar, há profissionais que, em minha opinião, manipulam e induzem pessoas, ressignificando o seu entendimento de maternidade e de paternidade na família para tentar reorientar a mulher no seu papel tão divino de dar à luz. Eu diria que ser mãe é tão bom que muitos homens sonham com isso.

A ideias como essas, acrescenta Anna Paula Uziel:

> As décadas de 60 e 70 foram fundamentais para as transformações que vemos hoje em relação à sexualidade e à família. A pílula anticoncepcional, a lei do divórcio, a entrada significativa da mulher no mercado de trabalho, as conquistas de movimentos sociais como os feministas e o hoje chamado LGBT foram alguns dos

propulsores das mudanças sociais.

Claramente o estudo mostra que estamos sendo pautados por feministas e pelos movimentos LGBTTs. Já somos capazes de perceber que hoje não existem mais as feministas de raiz, do início do século, que lutavam pelos direitos da mulher de ser respeitada na sociedade e no mercado de trabalho como cidadã e de votar, por exemplo. Essas causas são louváveis. Atualmente, porém, as verdadeiras feministas foram substituídas pelas feministas de gênero, que se estabeleceram e que definem como devemos agir e até mesmo sentir sobre nós mesmas.

Estudos científicos têm sido empreendidos para reafirmar a posição de grupos que dominam o mundo acadêmico e fazem o que bem entendem, publicando suas pseudopesquisas para fortalecerem suas causas. Como a mídia nas redações é recheada de defensores dos grupos LGBTTs e do "politicamente correto", é quase impossível conseguirmos uma publicação de estudos de levantamentos que contradigam esses amplamente divulgados para alienar e confundir a população brasileira e a opinião crítica, incitando-os a militarem na ideologia.

Outro trecho do referido artigo de Anna Paula Uziel mostra claramente a militância ideológica e política:

> Por outro lado, depois desse momento de conquista de direitos, os legisladores têm sido tímidos em avançar e a justiça assume um papel preponderante. Apesar de a lei não prever, desde 2005 no Brasil casais de pessoas de mesmo sexo podem registrar seus filhos no nome dos dois ou das duas. O reconhecimento pelo STF da união estável entre pessoas do mesmo sexo foi mais um passo do Judiciário. No entanto, é preciso reconhecer as tensões, que tendem a diminuir, mas não a acabar. Como não é lei, as decisões variam muito de comarca para comarca, mas a justiça tem se aberto ao debate sobre diferentes formas de família.

Embora estejam tentando desconstruir a família tradicional e declarar sua falência, homens e mulheres continuam buscando o casamento, e a família continua contribuindo para a reprodução da sociedade. Esta, não fosse a instituição, com certeza sucumbiria.

Alerto, contudo, quanto às pesquisas do IBGE das últimas décadas, que provam que divórcios e mulheres solteiras com filhos têm aumentado. Elas são desanimadoras e merecem uma observação especial da igreja. Ainda assim, é a família tradicional, formada por um homem e uma mulher, que permanece, apesar de suas "desordens".

> Estatísticas das últimas décadas. O padrão histórico de casal com filhos, predominante no país, aumentou de 52,8% em 1992 para 59,4% em 2002, mas sofreu uma redução, para 47,3%, em 2009, de acordo com o IBGE. Já o número de famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos vem crescendo desde a década de 80. O percentual de famílias que têm mulheres como referência aumentou de 15,8% em 1992 para 17,4% em 2009, assim como os casais sem filhos, que cresceram de 12,9% no começo da década de 90 para 17,4% no final dos anos 2000.[2]

Até mesmo pelo reconhecimento da estatística sobre a família, devemos nos empenhar nessa reconstrução, lutando pelos nossos queridos no âmbito político, no ambiente escolar,

religioso, impedindo que os pais sejam reduzidos a mero cuidadores, e que seus direitos como pai e mãe sejam perdidos ou negligenciados. Há algo que podemos fazer em conjunto como cristãos: valorizar os vínculos afetivos e melhorar a qualidade das relações entre nossos familiares, sobrepondo isso à mera manutenção da instituição família.

6.1 Influências do Marxismo comunista sobre a ideologia de gênero

A origem da ideologia de gênero é marxista. Para Marx, o motor da história é a luta de classes. E a primeira luta ocorre no seio da família. Em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), Engels escreveu:

> Em um velho manuscrito não publicado, escrito por Marx e por mim em 1846, encontro as palavras: "A primeira divisão de trabalho é aquela entre homem e mulher para a propagação dos filhos". E hoje posso acrescentar: A primeira oposição de classe que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher unidos em matrimônio monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino.[3]

Dentro da família, há uma segunda opressão — a dos filhos pelos pais —, que Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), pretenderam abolir: "Censurai-nos por querer abolir a exploração das crianças por seus próprios pais? Confessamos esse crime".[4]

Fiel à sua raiz marxista, a ideologia de gênero pretende que, no processo de educar, os pais não tenham qualquer controle sobre os filhos. Nas escolas, as crianças aprenderão que não há uma identidade masculina nem uma feminina, que homem e mulher não são complementares, que não há uma vocação própria para cada um dos sexos e, finalmente, que tudo é permitido em termos de prática sexual.

Note-se que a doutrina marxista não se contenta com melhorias para a classe proletária. Ela considera injusta a simples existência de classes. Após a revolução proletária, não haverá mais o "proletário" nem o "burguês". A felicidade se dará em uma sociedade sem classes – o comunismo –, na qual tudo será de todos.

De modo análogo, a feminista radical Shulamith Firestone (1945-2012), em seu livro *The dialet of sex* [A dialética do sexo] (1972), não se contenta com o término dos privilégios dos homens em relação às mulheres, mas da própria distinção entre os sexos. O fato de haver "homens" e "mulheres" é, por si só, inadmissível.

Como a meta da revolução socialista foi não somente a eliminação do privilégio da classe econômica, mas a eliminação da própria classe econômica, assim a meta da revolução feminista deve ser não apenas a eliminação do privilégio masculino, mas a eliminação da própria distinção de sexo; as diferenças genitais entre seres humanos não importariam mais culturalmente.[5]

> Se os sexos estão destinados a desaparecer, deverão desaparecer também todas as proibições sexuais, como a do incesto e a da pedofilia. Diz Firestone:

> O tabu do incesto é necessário agora apenas para preservar a família; então, se nós acabarmos com a família, na verdade acabaremos com as repressões que moldam a sexualidade em formas específicas.[6]
>
> Os tabus do sexo entre adulto/criança e do sexo homossexual desapareceriam, assim como as amizades não sexuais […] Todos os relacionamentos estreitos incluiriam o físico.[7]

Por motivos estratégicos, por enquanto os ideólogos de gênero não falam em portar-se a favor do incesto e da pedofilia, que Firestone defende com tanta crueza. Concentram-se em exaltar o homossexualismo.

Observe as palavras do Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz a respeito dessa ideologia:

> A ideologia de gênero pretende, porém, obrigar as crianças a aceitar com naturalidade aquilo que é antinatural. Tal ideologia distingue o sexo, que é um dado biológico, do gênero, que é uma mera construção social. Gêneros, segundo essa doutrina, são papéis atribuídos pela sociedade a cada sexo. O papel (gênero) de mãe e esposa que a sociedade impôs à mulher pode ser "desconstruído" quando ela decide, por exemplo, fazer um aborto ou "casar-se" com outra mulher. É a própria família brasileira que está em jogo.[8]

6.2 Legado desconstrutivista das revoluções francesa e industrial

Ser família antes da revolução francesa e da revolução industrial era um estilo de vida: os membros de determinado núcleo familiar ocupavam-se do mesmo ofício. Famílias de ourives, lavradores e carpinteiros não apenas trabalhavam juntas, mas compartilhavam a vida, a arte, as técnicas e os sonhos, edificando uma tradição. Os pais modelavam o comportamento de seus filhos e filhas, e estes se orgulhavam deles e buscavam seguir seus passos.

Com o advento das revoluções industrial e francesa veio o deslocamento das famílias para as cidades. Elas, então, perderam sua radicação profunda; não mais se identificavam com um local no qual viviam há séculos, com uma vizinhança cuja história também conheciam há séculos, mas tinham de limitar-se a ser um núcleo muito compacto de pessoas, pois na cidade não era possível propiciar vida a uma prole muito extensa. Cada um teve que se ocupar de um trabalho, procurar emprego numa fábrica ou numa empresa qualquer, e, por causa disso, deixaram de compartilhar da mesma vocação.

Obviamente esse processo de desconstrução levou séculos, mesmo aqui no Brasil. Nossas famílias permaneceram unidas e sólidas até umas décadas atrás. Todavia, esses acontecimentos foram ocorrendo de modo tecnicamente espontâneo; poderíamos dizer que as famílias que nasceram da revolução industrial e da revolução francesa tornaram-se assim como as conhecemos sem grandes intencionalidades escusas.

Contudo, no final do século ١٩ e início do século 20, algumas pessoas fascinadas por um Estado moderno todo-poderoso começaram a olhar com desconfiança para essa unidade familiar. Resumidamente, poderíamos dizer que a ideia de Estado de Hegel, um Estado que era o suprassumo da racionalidade moderna e que superava todas as estruturas

naturais arcaicas, entre elas a família (a principal), devia ocupar o centro ético do coração do homem. O Estado moderno era o espaço da ética porque era o espaço da universalidade.

Quando Feuerbach destruiu a noção transcendente de Estado de Hegel mostrando que era também, segundo ele, uma abstração do espírito humano que se projetava na realidade, ele abriu caminho para que, posteriormente, Marx traduzisse essa ideia de Estado racional como um Estado que, de maneira engenhosa, distribuísse os bens de consumo de todo cidadãos, fazendo com que se tornasse o grande senhor da vida dos homens.

Entretanto, Marx pensava que esse "Estado comunista" viria à luz pela destruição da propriedade privada, por força econômica. Era uma revolução econômica que ele queria. Nos últimos meses de sua vida, porém, chegou as suas mãos o estudo de um antropólogo chamado Lewis Morgan, que, baseado em deduções aprendidas a partir de "cacoetes" que ele atribuiu a algumas tribos indígenas, criou uma teoria que serviu como pauta para que Marx depois elaborasse uma gênese da família de acordo com um mirabolante conjunto de ideias delirantes.

Tais ideias se reuniram no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de autoria inacabada de Marx, mas assinado por Engels, seu discípulo, visto que Marx não teve tempo de concluí-lo. De acordo com o que consta na obra, no início os homens viviam em "hordas", nas quais havia total liberdade sexual. Não existia qualquer estratificação familiar, "ninguém era de ninguém". Eram mantidas relações íntimas com todas as mulheres e predominava um modelo tendencionalmente matriarcal, no qual as pessoas podiam saber quem era sua mãe, mas não seu pai. Por isso, diz Marx, nessa sociedade havia profunda igualdade entre todas as pessoas: uma igualdade fundamentada na indiferença total a qualquer tipo de compromisso firmado no vínculo do sexo.

Contudo, quando surgiu a agricultura, afirma o autor, o homem precisou estabelecer um território. Ele começou a acumular bens e a perceber a necessidade de transmitir o fruto de seu trabalho para herdeiros. Então, pela força física, subjugou a mulher, tornando-a sua primeira propriedade privada, sendo-o também os filhos provenientes dela. Portanto, para Marx, o matrimônio é fruto do patrimônio.

No Brasil, essa reorientação sexual avança violentamente, aliada à tentativa de caracterizar todos os seguidores do cristianismo como intolerantes, preconceituosos. Temos nossa parcela de culpa, como cristãos, em relação a esse progresso e à adesão cada vez maior desse conceito, que conduz à desconstrução familiar. Também somos responsáveis por essa "agenda internacional ideológica". Estamos relativizando cada vez mais a nossa fé e os nossos princípios e aceitando tudo o que a sociedade nos impõe. Mesmo sabendo que nossa fé é contrária a isso, estamos nos conformando com o mundo, exatamente como Deus nos alertou que não deveríamos fazer.

6.3 Disseminação falaciosa da falência da família

É interessante notar que as pessoas que criticam a família natural (homem e mulher), tradicional, nasceram de uma ou são frustradas por não ter tido uma. A família é, na verdade, um fator protetivo para a criança e o adolescente. Por mais que vejamos muitos

casos de violência decorrentes de relações familiares conflituosas, investir na família ainda é o melhor meio de proteger crianças e adolescentes da violência. A família é um presente de Deus e tem total relevância na sociedade. Além disso, com famílias reestruturadas, teremos uma sociedade curada, essa é a verdade. Temos o dever, a obrigação de usar todas as armas pessoais, políticas, sociais e espirituais para conservar a instituição e reconstruí-la para o bem da humanidade.

Em Gênesis 1.27,28 está escrito:

> *E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra.*

6.4 Uniões “poliafetivas”

Fim do mundo civilizado? Orgia legalizada? Ou apenas multiplicidade de gênero? Recentemente vi uma notícia que me deixou chocada: o governo da Tailândia aprovou o casamento trígamo entre homens. Ou seja: três homens oficializaram sua relação em um contrato que eles chamam de “casamento”. Observe as seguintes informações:

- Em 2012, houve a união de um homem e duas mulheres que viviam juntos em Tupã, interior de São Paulo. A tabeliã que lavrou o documento explicou que só poderia se negar a isso se encontrasse algo na lei que justificasse a ação, e não há nada nela que impeça esse tipo de relacionamento.
- Em 2013, nos Estados Unidos, houve uma celebração de casamento triplo lésbico em uma cerimônia oficial. Três mulheres que já moravam juntas e dividiam a cama resolveram oficializar a “união”, pois estavam grávidas, e as crianças terão três mães.
- Em outubro de 2015, o Brasil registrou sua primeira união estável entre três mulheres. O local escolhido para a formalização foi o 15º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, localizado na Barra da Tijuca, zona oeste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), este é o segundo trio que declara oficialmente uma relação.

Ao contrário do que se pretende fazer acreditar por profissionais ativistas contrários à fé cristã, a união monogâmica é saudável, traduz a família protetiva, e é ela que devemos legal e socialmente reconhecer, pois a Constituição a declara como legítima, e não as “poligâmicas”.

O objetivo dessa militância em prol das uniões “poliafetivas”, com várias pessoas, conhecidas por nós como orgias e bacanais, que traz no bojo de seus textos de pretensos intelectuais uma clara desconstrução sexual e uma reorientação cultural, é incluir os excluídos, os menos favorecidos? Não creio. Ao ler o conteúdo de todos os atuais artigos e matérias sobre o tema, é possível entender a clara e descabida perseguição religiosa e seus valores.

Tais grupos atacam as famílias monogâmicas induzindo a crença de que são problemáticas, ou seja, causadoras de inúmeros distúrbios sociais. Eles acusam a monogamia de querer ter exclusividade de conjugalidade dentro de um núcleo familiar, como se fosse um crime o ideal de fidelidade da família heterossexual. Não querem mais reconhecer a autonomia privada, que é um princípio do ordenamento jurídico pátrio; rechaçam-na por acreditarem que esses ordenamentos sofrem forte influência da Igreja Católica. Preste atenção no parágrafo a seguir, que retirei de um texto explicativo sobre a "importância da união poliafetiva":

> A força conjunta do Estado-Igreja, "além de impor o resumo da família ao casamento, constituído sob a bênção divina e, por isso, indissolúvel, estabeleceu a exclusividade conjugal; isto é, a monogamia. Deste modo, a monogamia se apresenta como dado histórico-sociológico que auxiliou na construção jurídica das civilizações ocidentais, se estabelecendo como um padrão desejável de comportamento do homem médio.
>
> A monogamia como imposição religiosa de um Estado anterior (não laico) é indiscutivelmente ainda enraizada na sociedade atual, contudo, não pode ser tratada como entrave ao reconhecimento das famílias paralelas como entidade familiar, ou melhor, não pode a monogamia inviabilizar direitos quando se tem em mente um novo paradigma de família trazido pela Constituição Federal de 1988.[9]

Fica evidente no texto citado a manipulação contextual para tentar iludir a sociedade a fim de que acredite que a união entre um homem e uma mulher no casamento monogâmico não passa de uma união imposta pela Igreja.

Mesmo que se tente pelo marxismo filosófico, pela prática da desconstrução e pela manipulação do discurso induzir ao erro o mundo acadêmico e a sociedade, taxando as relações monogâmicas de prejudiciais por não serem contempladas pelo ordenamento jurídico de modo a corrigir as injustiças sociais, uma ementa da Constituição Federal prova o oposto:

> Ementa: RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL - PESSOA CASADA - SEPARAÇÃO DE FATO NÃO DEMONSTRADA - REQUISITOS FÁTICOS/LEGAIS - AUSÊNCIA - NÃO RECONHECIMENTO. - A Constituição Federal de 1988 e o atual Código Civil reconhecem e protegem a união estável entre homem e mulher, configurada a convivência duradoura, pública e contínua, e o objetivo de constituição de família.

A lei contempla separações e divórcio, concordemos ou não com eles; logo, o argumento de que a mulher que apanha do marido não pode se libertar dessa opressão é infundado. Usam essa bandeira da violência contra a mulher para promover a subversão sexual, a desconstrução da família. Não há qualquer necessidade de legalizar orgias, e a Igreja não se intromete no ordenamento jurídico. Portanto, é uma mentira, mais uma falácia inventada pela militância da nova ordem mundial que visa à reorientação de todos os princípios e valores sociais da humanidade.

A questão da Igreja é espiritual, e a doutrina religiosa não pode ser rebatida por uma

sociedade ou por grupos militantes, pois os princípios nela contidos fazem parte de outro universo, e, além disso, os que creem neles têm seus direitos validados pela Constituição.

A Igreja tem liberdade para influenciar moral, intelectual e espiritualmente a vida das pessoas. Sua fé é expositiva, e essa influência está salvaguardada por lei; é o poder do Estado laico. O discurso contra o casamento e a crítica à concepção desse termo defendida pela igreja promovem ódio e são Cristofóbicos.

Estão patentes a sugestão da promoção das uniões "polis" e a tentativa de "juristas" de institucionalizar as orgias múltiplas. O discurso é orquestrado exclusivamente para vender preconceito contra a Igreja cristã e incitar toda forma de intolerância ao conservadorismo. Todos têm o direito de repudiar e questionar "juristas" que manipulam as leis descaracterizando a monogamia apenas para oficializar seus bacanais. Imagine quantas pessoas podem se casar segundo esse tipo de união. Se não podemos nos manifestar por medo de nos tornarmos intolerantes, que democracia é esta, na qual mantermos nossos princípios é motivo para sermos destratados e desrespeitados como cidadãos?

6.5 Sofismas de juristas ativistas contra a família tradicional

> À família contemporânea tem sido conferido status de formadora de personalidade dos seus membros, função indissociável do fundamento jurídico da dignidade da pessoa humana, e do respeito e proteção à liberdade de escolha dos cidadãos, princípios caros ao Estado democrático de direito. Portanto, a deferência ao pluralismo, uma das marcas das constituições republicanas, não permite ao Estado laico interferir na vontade de membros de entidades ou arranjos familiares que auxiliam a concretizar a norma de proteção à pessoa.[10]

Usam o livre-arbítrio tirando dele todas as convenções sociais, pois, segundo esse movimento, o ser humano não pode ter regras, limites, senso crítico, noção de julgamento; aliás, o julgamento é que está sendo extraído do senso crítico. A liberação de todas as formas de prazer é exposta nesses textos como afetividade inocente. A subjetividade doentia de seu discurso é permeada por perversidades sexuais, que, por conta desse movimento liberal, de gêneros múltiplos, tornaram-se apenas expressões afetivas.

Estão pleiteando legalmente a proteção de família, mas, por ora, o "poliafeto" não tem *direito de família*: família ainda é uma entidade formada por duas pessoas. Os adeptos dessa "orgia" poderão requerer, na esfera cível, indenização por serviços prestados ao longo do tempo de convivência, divisão de bens em caso de separação e morte, entre outros direitos, pois pode ser registrado em escritura pública de união "poliafetiva", o que, para mim, é uma aberração jurídica.

Cada um faça o que quiser de sua vida; o que não pode acontecer é transformar relacionamentos desse tipo em uniões legalizadas, pois isso afeta diretamente a sociedade de forma negativa, principalmente no que diz respeito à educação de nossas crianças e nossos adolescentes, visto que a intenção é sempre expor essas práticas como redentoras dos problemas psíquicos da humanidade.

Essas “uniões”, que me recuso a chamar de casamento, acontecem porque não há leis que impeçam. Estamos chegando ao ponto de ver em nosso país a aceitação de todos os tipos de aberrações. Não se dão conta de que, junto com as uniões “poliafetivas”, algumas parafilias podem encontrar visibilidade, como a pedofilia e o sexo com animais (zoofilia).

Seria o fim da civilização? Estamos voltando à barbárie? O que está acontecendo com a humanidade? Por que jornais de renome fazem tanta questão de ovacionar essas “relações”? Tudo isso é para garantir a liberdade sexual? A quem interessa esse assunto, esse retorno a Sodoma e Gomorra? Está muito claro que o objetivo principal é desmoralizar e banalizar as relações heterossexuais, o amor entre um homem e uma mulher. A guerra é moral.

Quem conhece um pouco da história das civilizações antigas sabe como todas que eram adeptas de orgias, pactos sexuais e que viviam sem regras, moral ou princípios sempre foram reconhecidas como aberrações, capazes de cometer os piores crimes contra a humanidade, e que o sexo indiscriminado as tornava como animais selvagens. O ser humano não tinha valor, principalmente a mulher; ela era escrava sexual e continua sendo em muitas regiões. Não entendo essa maneira vulgar de defendê-la, subvertendo-a, expondo-a e sujeitando-a a atrocidades morais.

Essa é a prova incontestável de que uma sociedade que vive sem Deus age de modo truculento, sem amor. Parece uma formação reativa: os favoráveis a todos esses comportamentos estão vomitando nas pessoas as suas mazelas. Se fossem tão bons quanto falam, não precisariam subverter absolutamente nada; a subversão é o sinal de que mentes doentias psicopatas estão à frente dessas ideologias, arregimentando com seu poder de manipulação cabeças fracas, tão doentias quanto, servindo de idiotas úteis a esses movimentos sociais. O mundo está condenando a si mesmo, condenando o futuro. É um retorno total ao modo obscurantista de vida.

A sociedade precisa acordar. Tudo isso faz parte da nova ordem mundial que querem implantar. Está acontecendo. O governo do anticristo está sendo implementado e a banalização do amor verdadeiro e do sexo é uma das estratégias para destruir e alienar a humanidade. Essas coisas nada têm a ver com direitos humanos e progresso, e sim com um grave equívoco, um retrocesso e um grande golpe espiritual.

Contrariando os discursos ativistas políticos, cristãos vêm lutando ao longo da história para transformar o mundo por meio do amor e do respeito ao próximo, entre erros e acertos, batalhando por direitos e deveres. Devem prevalecer a ética e o bom senso, até para garantir os direitos humanos.

Nosso Estado tornou-se refém de discursos midiáticos, sociais e de políticas que visam apenas derrubar o casamento tradicional e a sexualidade como um todo. É nosso dever, como cristãos, promover a tolerância, mas também é nosso direito não sermos discriminados por nossa fé, por nossa maneira de viver.

Escolhemos os princípios embasados na Palavra de Deus, um Deus que temos o prazer de seguir. Obedecemos a preceitos que nos protegem, abraçamos valores que nos libertam, confessamos uma fé que transforma. Só os que se entregam a Jesus são capazes de sentir e

viver dessa maneira.

A liberdade que os ativistas buscam os aprisiona. Vivem transfigurando-se para tentar explicar a sua infelicidade. Se ao menos se dessem o benefício da dúvida, se houvesse um mínimo interesse em conhecer o Senhor, descobririam o que é a liberdade genuína, conforme está escrito em João 8.36: *Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente, sereis livres*.

6.6 Revolução sexual e casamento cristão[iii]

A saúde e o futuro de qualquer sociedade dependem basicamente de uma realidade: como essa sociedade define o casamento. Por meio dele é formada a família, a base para tudo o que aprendemos e vivemos.

Desde Freud, a família e, em especial, a relação mãe-filho têm sido referenciais explicativos para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior classificou a família como o *locus* potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento.[11]

Para o cristianismo, esse aspecto é claramente um dos mais importantes no que se refere à bênção divina: *em ti serão benditas todas as famílias da terra* (Gênesis 12.3b).

Marcos de Souza Borges comenta que, quando o matrimônio não está mais em seu grau de importância, a família se desconstrói, resultando em uma cadeia multigeracional de disseminação e desconstrução de identidade. Assim, o crescimento de cada indivíduo é dado à má qualidade de vida, uma vez que não sabe onde está inserido na sociedade. Isso leva a sociedade a comportamentos de imoralidade sexual, pobreza, violência, insegurança e falta de responsabilidade.[12]

Em meio a vários problemas sociais, surge o questionamento: Como a Igreja lida com isso? Como ela permanecerá edificada se seu maior alicerce social está sendo culturalmente danificado e banalizado? Podemos ver essa pergunta também na Bíblia: *Na verdade, que já os fundamentos se transtornam; que pode fazer o justo?* (Salmos 11.3).

Segundo Maria do Carmo Brant de Carvalho:

> Uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e a expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida, a partir do modelo pai-mãe-filhos estável.[13]

Observando um discernimento histórico e sociológico acerca do matrimônio, especificamente das heranças culturais que mais influenciam o comportamento desta geração, devemos compreender cinco revoluções sexuais que a humanidade presenciou, as quais produziram efeitos globais.

6.6.1 Jesus e a Igreja primitiva

A primeira revolução e restauração sexual iniciou-se com a mensagem de João Batista (Lucas 1.17), e seu auge foi no ministério de Jesus. O Mestre resgatou o valor da mulher, tirando-a da posição de inferioridade na qual se encontrava e retornando-a a seu papel original como auxiliadora idônea, ou seja, à mesma altura do homem, que permanece ao lado, não atrás nem à frente, imagem e semelhança de Deus. Ele restaurou seus direitos e sacerdócio, afrontando a cultura sacerdotal da época, dominada por divórcios, adultérios e poligamias praticados fora contrariamente ao propósito primário de fidelidade no casamento.

A poligamia desvaloriza a mulher e enfraquece os filhos, e foi por intermédio do cristianismo que a mulher voltou a seu lugar de cuidadora da família, única em seu lar.

Segundo Marcos de Souza Borges, o fato de haver fidelidade no casamento fortalece a mulher física, intelectual, social e moralmente, também fortalece os filhos e traz maturidade aos homens, gerando uma sociedade sadia, famílias unidas e uma nação forte.[14]

6.6.2 Movimento monástico

O movimento monástico iniciou-se como uma resposta ao caráter político dado à Igreja após Constantino no século 3. Muitos cristãos, com o intuito de se guardarem, decidiram se isolar de tudo e todos. O ponto de vista sobre a moralidade desenvolvido pelos monásticos foi o que mais afetou os conceitos relacionados à sexualidade. Uma cultura religiosa celibatária foi construída mediante tal isolamento.

Nos mosteiros estudavam-se várias ciências ao mesmo tempo, o que aprimorou o pensamento científico ao longo dos séculos. Os monges orientais se esvaziavam pela apreciação da natureza e os ocidentais exercitavam a mente e sofisticavam tecnologias para obterem melhor qualidade de vida. Entendia-se que cada vocação tinha em si um sacerdócio. Quando exercida com essa finalidade, recebia como recompensa o sustento que cada um necessitava.

Em relação ao trabalho social, esforçavam-se na ajuda aos mais pobres, construindo um alicerce de valorização da vida nas comunidades.

O movimento monástico trouxe consigo vários fatores positivos, porém seu isolamento transmitiu a imagem de que só se alcançaria a santidade religiosa mediante a abstinência sexual e conjugal. O sexo passou a ser visto como algo carnal, pervertido. Com o passar dos tempos, isso contribuiu para a cultura religiosa e social mantida até hoje pelo catolicismo, uma cultura sacerdotal celibatária.

6.6.3 Lutero

Martinho Lutero viveu em uma época de grande corrupção espiritual, na qual não se ouvia falar até mesmo de salvação, ou, quando se ouvia, o discurso estava deturpado ou distorcido. As bênçãos divinas eram oferecidas em troca de pagamentos.

Quando Lutero trouxe novamente à tona as verdades bíblicas pregadas no início, como

a salvação pela fé e pelo sacrifício de Jesus, exerceu um impacto social que mexeu nos cofres da Igreja Católica, gerando libertação financeira e religiosa. Foi esse um dos grandes motivos pelos quais a Reforma obteve tanto sucesso: o diferencial no bolso da população, antes aprisionada pela religião corrompida.

Contudo, seu aspecto principal atingiu a sexualidade e a família, pois Lutero confrontou o conceito de santidade proveniente do movimento monástico, baseado na abstinência conjugal.

Então, ele começou a ser perseguido e decidiu se refugiar no Castelo de Wartburg, na Alemanha, para se dedicar ao estudo e à tradução do Novo Testamento para o alemão. Por meio da leitura mais minuciosa da Bíblia, Lutero descobriu que o movimento monástico foi construído sobre uma crença errada, segundo a qual o sexo e o casamento transgrediam as leis divinas, e somente a abstinência total dos mesmos produziria santidade perante Deus.

Ao observar Gênesis 2.24, percebeu que o matrimônio original gera caráter e maturidade no ser humano, tendo sido criado antes de haver a noção de certo e errado, antes da Igreja ou das religiões, como a base para a sobrevivência do homem. O único texto na Bíblia em que é citado algo que não satisfez Deus no momento da criação é Gênesis ٢.١٨: *não é bom que o homem esteja só*.

Lutero identificou a importância dada ao casamento desde sua criação, e também que o isolamento monástico, apesar de ter auxiliado muito a racionalidade, não cultivava o caráter. Transmitir isso à sociedade seria seu papel principal.

Ele reconstruiu a imagem da união conjugal e sexual como parte da criação boa e perfeita de Deus, tornando a visão de abstinência sexual equivocada. Tanto levou a sério que se casou com uma ex-freira, provocando ainda mais seus adversários, que diziam que sua reforma seria egoísta, usada para realizar seus desejos pecaminosos por sexo.

Lutero respondeu às acusações agindo de modo totalmente contrário ao que esperavam, afirmando que vivera a verdadeira santidade no matrimônio: “Um ano de casamento me santificou mais que dez anos de monastério!”.

Borges fala um pouco sobre o caráter construído por meio do casamento:

> Casamento traz à tona o que há de pior em nós, mas também nos refina. O casamento monogâmico desafia o caráter humano, estabelecendo uma aliança por toda a vida, onde temos que aprender a conviver com uma pessoa, de sexo oposto, totalmente diferente de nós, exercitando fidelidade, confiança, compromisso, transparência e muitos outros valores implícitos na natureza divina. Um verdadeiro xeque-mate no egoísmo e nas limitações de caráter e comportamento.[15]

Além de Lutero propagar a ideia radicalmente nova do casamento como escola de caráter, e não o mosteiro, também deixou claro que a atividade sexual extramonogâmica é altamente destrutiva, pois não tem restrições de moralidade e sabedoria, tornando as famílias das comunidades fracas.

Os valores e princípios bíblicos foram resgatados por Lutero mediante a relação entre

um homem e uma mulher permeada por fidelidade, amor e companheirismo. O sexo passou a ser valorizado dentro do casamento como algo sagrado e honrado, porém pecaminoso e destrutivo se praticado fora dele. Tais princípios civilizaram a Europa.

Manter um relacionamento monogâmico não é fácil, pois envolve uma atmosfera de amor e fidelidade entre o casal; isso faz com que a maioria das pessoas escolha o contrário, uma vez que não se exige compromisso. Vejamos o que Borges diz:

> A monogamia é difícil porque não pode ser sustentada sem uma espiritualidade que ordena o amor acima da luxúria; submissão como segredo da legítima autoridade; fidelidade conjugal como base da confiança e da intimidade; mansidão como a fonte de serviço e conquista. Realmente, como uma escola que aprimora a índole humana, a monogamia é difícil. É por isso que nenhuma cultura na história a tornou obrigatória. Essa é uma ideia peculiar no NT, enraizada nas Escrituras judaicas: Adão e Eva deveriam ser permanentemente "um", aquilo que Deus uniu, não separe o homem.[16]

Esse conceito de fidelidade matrimonial unido ao ministério cristão espalhou-se por todo o mundo, especialmente na Inglaterra e noutros países do norte europeu. Lutero trouxe liberdade para vários sacerdotes que queriam amar e servir a Deus, mas sentiam-se presos e oprimidos pelo fato de terem que viver em abstinência familiar. Em meio a uma longa história, a sociedade que melhor definiu e viveu o modelo divino para a família foi a ocidental (anglo-saxônica e norte-americana), tornando-se significativamente mais forte.

Porém, tudo isso começou a mudar em meados de 1960, quando se iniciou um retrocesso crescente desses valores, que dura até os dias de hoje. A desfuncionalização familiar está cada vez mais globalizada. A próxima revolução da qual trataremos nos permite compreender alguns fatores cruciais das heranças culturais que estão colaborando para tal desconstrução.

6.6.4 Revolução sexual de 1960

A ligação que Lutero promoveu entre o prazer sexual no casamento e a geração da família em unidade permanente foi distorcida nessa fase. A revolução sexual de 1960 separou os prazeres do sexo do papel que tinha na união familiar como construtor de relações estáveis e seguras. Isso transformou homens em meninos que assumiam pouca ou nenhuma responsabilidade com as mulheres com quem se relacionavam e que geravam filhos; consequentemente, as mulheres que eram fortes se tornavam mães solteiras e sobrecarregadas, precisando exercer o papel de mãe e pai.

Borges cita o seriado americano Desperate Housewives, que aborda isso, e comenta sobre algumas pesquisas:

> Entre 1999 e 2004, a taxa de suicídio nos USA aumentou 19,4% para homens e 31% para mulheres de 45 a 54 anos. Uma pesquisa recente no Brasil denunciou que os homens em geral estão chegando à fase adulta apenas aos 45 anos de idade, em média, um retardamento moral e emocional crônico.[17]

Algumas fases demarcaram a revolução sexual de 1960, e uma delas foi quando a

Europa deixou de ser a grande potência mundial, abalada por ter se tornado o palco de tantas guerras na primeira metade do século 20. Os Estados Unidos se transformaram no poderio econômico, energético, científico e bélico do mundo, seguidos pela Rússia.

A indústria cinematográfica, a comunicação, o entretenimento e principalmente a *expertise* em propaganda e marketing também cresceram muito. Isso fez com que a América passasse a ser o maior exportador de cultura do planeta. Nasceu, nesse tempo, o massificante processo de secularização ou "hoolywoodização" do mundo.

6.6.5 Movimento feminista

Outra fase de extrema relevância foi o movimento feminista, pois gerou um desequilíbrio social na Segunda Guerra Mundial. Uma vez que milhões de homens americanos foram enviados para a batalha, as mulheres precisaram preencher o espaço deixado pelos maridos e pais, abandonando o cuidado exclusivo do lar para entrar no mercado de trabalho, pois tinham um lar para sustentarem sozinhas.

Não demorou para elas se tornarem uma grande força de mão de obra nas fábricas e indústrias americanas. As mulheres ajudaram a levantar a economia e conquistaram sua independência financeira, suscitando nessa época a grande demanda industrial de produtos eletrodomésticos para auxiliar nas tarefas do lar.

Depois de sua independência financeira, a mulher buscou sua independência sexual. Ela começou a duvidar que a base para tudo eram o casamento e a família. A partir daí iniciou-se o movimento feminista.

Conforme afirma Marcos de Souza Borges:

> Os milhões de homens enviados à guerra voltam e encontram suas esposas com visões diferentes, querendo outro estilo de vida fora de casa com liberdade total. O resultado dessa volta a seus lares são seus filhos gerados logo após a guerra, chamados de a geração dos "babyboomers" (crianças nascidas entre 1946 e 1964). Esta geração protagonizou o Movimento Hippie nos anos 60 e 70. Trouxeram em sua criação a morte do matrimônio.[18]

A partir da independência sexual da mulher houve um grande avanço com a descoberta da pílula anticoncepcional. Tal descoberta tinha como público-alvo as mulheres mais pobres de países subdesenvolvidos, mas as que mais utilizavam eram as de classe média e alta dos Estados Unidos e da Europa. Sendo assim, elas passaram a ter controle sobre sua fertilidade, abrindo espaço para discussões acerca de quais seriam seus papéis como mulher na era de liberdade feminista.

O divórcio se tornou algo comum, pois o amor, que antes era considerado sentimento, passou a ser entendido como algo químico e, neste sentido, passivo de mudança; não era mais preciso amar a mesma pessoa para toda a vida. Isso produziu a descriminalização social do adultério e a famosa cultura do *divorce no fault* (divórcio sem culpa) nos Estados Unidos, que só cresce desde os anos 1960.

6.6.6 Consequências da banalização do casamento e da família

Pesquisas revelam que o número de pessoas com transtornos depressivos sobe significativamente, em média de 3% para 30% na população americana. Elas vivem à base de remédios para ter mais domínio sobre si mesmas.

A vida sexual ativa começa cada vez mais cedo entre os adolescentes. Uma permissividade é transmitida disfarçada de liberdade, fazendo com que cresça o índice de jovens grávidas precocemente. Com isso, a quantidade de abortos aumenta, afinal essas gestações são empecilhos à liberdade tão desejada.

> Já foi referida a importância da família para a identidade do bebê. Não se pode deixar de refletir sobre a reciprocidade, isto é, a importância do bebê para o pai e a mãe. Quando um bebê é concebido e aceito, a identidade dos genitores também é alterada. Isto é, o homem e a mulher envolvidos nascem na condição de pai e mãe. Isto não acontece apenas com o primeiro filho. Cada nova criança promove uma alteração na "Gestalt" familiar.[19]

Na maioria das vezes, o que Kaloustian fala não acontece: o bebê gerado por uma adolescente costuma ser criado por seus avós ou parentes mais próximos, deixando de sentir o calor dos pais como deveria. Estes, pela falta de maturidade, também perdem esse momento de transformação que o autor comenta.

A fragmentação das famílias quebrou os vínculos, aumentando o índice de abuso infantil, pois as crianças não são cuidadas e protegidas como antes. Além de abusos físicos, também sofrem abusos morais e principalmente sexuais.

Com o aumento da agressão física às crianças, o governo decidiu interferir na educação dada pelos pais aos filhos com a intenção de diferenciar abuso e correção. Porém, com essa atitude, o resultado foi uma nova geração de indivíduos sem regras e superprotegidos pela lei, que crescem sem limites e sem respeito à família e às autoridades, tornando-se, muitas vezes, delinquentes.

A delinquência produz consequências que afetam os que a praticam. Borges cita algumas mais percebidas, e uma delas é a frustação:

> Todo prazer buscado e praticado em detrimento da responsabilidade espiritual e social só faz aumentar a ansiedade e a frustação. Esta desgovernada busca pelo prazer, ao longo de gerações, tem gradativamente conduzido o ser humano ao extremo da inversão e mutilação da identidade sexual, descaracterizando a essência do indivíduo.[20]

Toda busca excessiva por prazer gera sofrimento e frustação; quanto mais se busca, mais se deseja buscar. É uma insaciabilidade frustrante.

Outra consequência é a rejeição, podendo ser emocional, psicológica e social. As pessoas se sentem rejeitadas por falta de aprovação de suas escolhas ou atitudes sem terem discernimento de que a aprovação é diferente da aceitação. A primeira é condicional e depende de escolhas, mas a segunda é incondicional e ligada ao valor intrínseco do ser humano.

> […] Essa exposição da individualidade, sem papéis inteiramente preestabelecidos e

> fechados, abriu maior espaço para um tipo de comportamento que, como argumentou Giddens, tornou-se característico da nossa época, o comportamento compulsivo, que representa a perda do controle sobre o “eu”, movido não por uma escolha, mas por uma “compulsão” que implica a impossibilidade de escolher, de dizer “não”.[21]

Agir compulsivamente faz com que regridamos, pois esse comportamento é visto em nossos animais domésticos. Somos os únicos que raciocinam e podem dizer não a comportamentos que percebemos que não nos trarão bons resultados.

O fundo do poço, no entanto, é o conceito atual de família sem casamento, isto é, sem amor, sem compromisso, sem confiança, sem verdade. Isso vem destruindo os alicerces da sociedade. Sem a família, a luta contra todo tipo de violência e criminalidade é em vão.

> Esse sofisma tem-se propagado tanto que, atualmente, além dos heterossexuais não quererem se casar, os homossexuais estão brigando pelo direito de casar. Os solteiros estão vivendo como casados e os casados como solteiros. As prostitutas, agora, são apenas profissionais do sexo. A fidelidade conjugal tornou-se motivo de chacota, quadradice, enquanto o adultério é abertamente incentivado pela mídia… Todos querem uma família, porém ao excluir o matrimônio, as próximas gerações pagarão um preço cada vez mais elevado.[22]

O conceito de família tradicional que outrora fez da Inglaterra uma nação fortíssima vem desmoronando com sua transformação em famílias fragmentadas. Isso afeta diretamente a economia da nação, deixando-a fraca, pois os problemas socioeconômicos são enormes. Filhos são criados longe de seus pais, gerando pagamento de pensões alimentícias. Muitos tornam-se delinquentes, dando despesas ao governo, o que também ocorre com mães e esposas abandonadas em depressão e vícios. Outros custos altíssimos surgem nas áreas de saúde física, emocional, psicológica, no sistema penitenciário etc.

6.7 Igreja de Cristo: portadora da esperança

Revendo um pouco da história, dá para perceber que o início da queda foi quando a sociedade deixou de valorizar o matrimônio e a família e de cuidar desta como fruto dele.

> Mediante todo esse discernimento, resta-nos uma grande responsabilidade: a possibilidade de uma nova revolução sexual, uma revolução moral onde, como Igreja, vamos restaurar os valores divinos para o casamento e a família, refundando os alicerces da nossa sociedade.[23]

Nossa esperança está na Igreja de Cristo, que deve permanecer firme em seu propósito de levar a todos os ensinamentos básicos da Bíblia, desde a criação e a união de um homem e uma mulher como se fossem um só. Este ensino se baseia no amor de Cristo por sua Igreja: *E o Espírito e a esposa dizem: Vem! E quem ouve diga: Vem! E quem tem sede venha; e quem quiser tome de graça da água da vida* (Apocalipse 22.17).

Referências bibliográficas

1. Delassus MH. L’Esprit Familial dans la Maison, dans la Cité et dans l’État, Société Saint-Augustin. Lille: Desclée de Brouwer; 1910. p. 146-50.

2. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm

3. Engels F. The origin of the family, private property and the State. New York: International Publishers; 1942. p. 58.

4. Marx K e Engels F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret; 2002. Parte II, p. 63.

5. Firestone S. The dialect of sex. New York: Bartam Books; 1972. p. 10-11.

6. Ibidem, p. 59.

7. Ibidem, p. 240.

8. Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz/ Presidente do Pró-Vida de Anápolis. Disponível em: http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/428-o-perigo-do-genero-em-educacao

9. Disponível em: http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,familia-paralela-uma-analise-a-luz-do-pluralismo-familiar,43622.html

10.Disponível em: http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2012/09/01/uniao-poliafetiva/

11.Carvalho MCB, et al. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez; 1995. p. 23.

12.Borges MS. A espiritualidade e a homossexualidade. Curitiba: Editora Jocum; 2013.

13.Carvalho MCB, et al. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez; 1995.

14.Borges MS. A espiritualidade e a homossexualidade. Curitiba: Editora Jocum; 2013.

15.Ibidem, p. 81.

16.Ibidem, p. 82.

17.Ibidem, p. 84.

18.Ibidem.

19.Kaloustian SM, et al. Família Brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez; 1994. p. 50.

20.Borges MS. A espiritualidade e a homossexualidade. Curitiba: Editora Jocum; 2013. p. 93.

21.Carvalho MCB, et al. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez; 1995. p. 44.

22.Borges MS. A espiritualidade e a homossexualidade. Curitiba: Editora Jocum; 2013. p. 94-5.

23.Ibidem, p. 100.

Fontes de consulta

http://www.revistapepper.com.br/index.php?pagina=grupo_noticia&tela=19&vw=1542

http://colunas.gospelmais.com.br/conheca-teoria-queer-desconstrucao-sexual-invadiu-brasil_5579.html

Ceccarelli P. Sexualidade e preconceito. Rev Latino americana de Psicopatologia Fundamental. 2000 Set;3(3): 18-37.

---

iii Meus agradecimentos à aluna Meiriane de Paula Gandin, estudante de psicologia da primeira turma do curso “Desconstruindo a ideologia de gênero”, Curitiba/julho 2015, pela contribuição neste texto.

Capítulo 7

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E A EROTIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE GÊNERO

Aonde pretende chegar a ideologia de gênero? Responderemos a esta pergunta mostrando em que nível ela já está na Europa pela aceitação da sociedade.

Após concordarmos com tudo o que essa ideologia diz oferecer (a falácia do paraíso da liberdade sexual e da fraternidade), teremos que nos curvar aos desmandos de psicopatas sexuais, que usam instituições internacionais para "ensinar" à população como agir, inclusive o que deve sentir. Foi o que aconteceu na Europa, para onde a Organização Mundial da Saúde (OMS) enviou um "guia do sexo", que incentivava toda sorte de "atividades" sexuais, sem um mínimo de cuidado com a criança e o adolescente. O absurdo foi tão grande que chocou até mesmo os adeptos da ideologia de gênero, que se reuniram e colheram milhares de assinaturas para impedir que as escolas recebessem esse "guia", o qual ensinava a masturbação, o sexo, o aborto e a homossexualidade a crianças de 0 a 9 anos, e o aborto e a prostituição a crianças de 12 a 15 anos, incentivando tais práticas.

Não é segredo para o mundo que a Europa é o continente que mais incentiva o aborto e que possui a maior força-tarefa *gay*. Além disso, está havendo discussões sobre a pedofilia em 12 de seus países, e agora o continente acaba de lançar um guia de "educação" com 83 páginas para escolas e governos desenvolvido pela OMS, em conjunto com a agência do governo alemão para a Educação em Saúde.

A Igreja precisa se manifestar, já que nosso país está sem identidade e é fortemente influenciado por essa cultura relativista sexual europeia. Tenho denunciado isso em minha coluna, nos artigos sobre a ditadura ideológica de gênero. Algumas pessoas acham que somos obsessivos. Gostaria que quem pensa dessa forma lesse o conteúdo do manual para desconstruir a fé, a moral e a dignidade de seu filho, que descreverei aqui.

Peço aos profissionais do Brasil que se levantem, independentemente de religião, e que se revoltem contra esse absurdo, pois a OMS está militando politicamente na ideologia de gênero e deturpando a Ciência para induzir convicções ateístas e de orientação que chama de *não binárias*, contrárias à heterossexualidade. Vale uma observação: nos Estados Unidos, bem como na Europa, já existem catalogados mais de 100 (cem) gêneros não binários e um incentivo acadêmico, inclusive na forma de cotas, para quem descobrir outro gênero diferente desses ou se incluir em tal categoria. É uma total desconstrução, desnaturalização do ser humano.

É preciso lembrar também que todas as parafilias (doenças que envolvem a sexualidade doentia do indivíduo) podem estar inclusas nessa pluralidade, nessa multiplicidade de gêneros, que são expressões que transcendem o sexo de nascimento.

O documento começou a ser enviado aos Ministérios da Educação e Saúde na Europa e é, indiscutivelmente, um compêndio de corrupção de menores inspirado pelos dogmas da ideologia de gênero.

Cito, a seguir, alguns exemplos das aberrações que o guia recomenda transmitir às crianças com idades de 0 a 16 anos, uma mistura de pedofilia, sexualização precoce, indução de convicções homossexuais, apologia ao aborto… Enfim, leia e se revolte, porque é a pior coisa que já vi. Realmente estamos em guerra com os ateus, que odeiam princípios e estão destruindo a humanidade. Essas ações mostram que vivemos, de fato, o princípio do fim.

7.1 Recomendações do guia para ensinar sexo, promiscuidade, prostituição e aborto às nossas crianças

- De 0 a 4 anos, prescrevem aprendizagem do “gozo”, orgasmo e prazer quando tocamos o próprio corpo: “a masturbação da primeira infância”. Essa idade também é tida como ideal para “a descoberta do corpo e os órgãos genitais”.
  Aos 4 anos, a OMS diz que nossos filhos são capazes de “necessidades expressas, desejos e limites, por exemplo, no contexto de brincar de médico”.
- De 4 a 6 anos, as crianças precisam saber que a história da cegonha é um mito. Também se referem a esta faixa etária como ótima para “falar sobre assuntos sexuais”, explorar “relações do mesmo sexo” e “consolidar a identidade de gênero”.
- De 6 a 9 anos, os especialistas da OMS dizem que os nossos filhos estão preparados para aprender e defender os “direitos sexuais das crianças”.
- De 9 a 12, e até os 15 anos, devem saber o incômodo da maternidade inesperada. Parafraseando: “o impacto da maternidade e gravidez entre adolescentes; ou seja, planejamento familiar, planejamento de vida/estudos, contracepção, tomada de decisão e cuidados no caso de gestações indesejadas”. O que eles afirmam, sem rodeios, é que antes de 15 anos nossos filhos estão prontos e cientes sobre a indústria do aborto.
- De 9 a 15 anos, é bom para receber informações sobre métodos contraceptivos: onde encontrá-los e onde submeter-se a um aborto. Esta, segundo eles, é uma idade-chave para ensinar que a religião cristã é um obstáculo ao prazer e ao gozo de seu próprio corpo. “A influência da idade, do sexo, da religião e da cultura” na educação afetivo-sexual.
- Aos 15 anos é hora de “abrir-se para outros” (admitir a homossexualidade, a bissexualidade e outras opções). É também a idade de saber sobre “sexo comercial (prostituição e sexo em troca de pequenos presentes, refeições ou pequenas quantias em dinheiro), pornografia e vício em sexo”.

Além dos conteúdos específicos, o guia de sexo para os padrões de educação na Europa desenvolvido pela OMS apresenta seus princípios:

- O princípio de que os pais são uma "fonte informal" da educação, em relação ao Estado como "fonte formal".
- O princípio de que a educação emocional e sexual das crianças deve ser planejada com "sensibilidade de gênero". Ou seja: a natureza, os fatos, os dados, a responsabilidade dos pais… Enfim, tudo deve se submeter aos dogmas da "sensibilidade de gênero".
- O princípio de que a educação afetivo-sexual "começa no nascimento".
- O princípio de que a educação afetivo-sexual "deve ter uma abordagem holística".
- O princípio de que a educação afetivo-sexual serve ao "indivíduo e ao fortalecimento da comunidade".

O guia tem 83 páginas, e as palavras *amor* e *responsabilidade* não são citadas, ou, quando o fazem, seu peso e significado são completamente irrelevantes. Em vez disso, o material menciona constantemente *prazer*, *sexo*, *gozo*, *bem-estar pessoal*, *instintos* e *aborto*.

A Organização Mundial da Saúde é uma agência das Nações Unidas. Com a orientação contida nas Normas de Educação Sexual na Europa, a agência tenta definir princípios e conteúdos básicos que os Estados devem desenvolver para educar sobre o carinho e o sexo as crianças europeias, de acordo com os preconceitos e preceitos da ideologia de gênero. É um documento de enorme influência, dirigido aos ministros da Saúde e da Educação no continente.

Os Europeus fizeram um abaixo-assinado requerendo à diretora do Organismo Europeu da OMS, a senhora Zsuzsanna Jakab, a imediata retirada do guia. Em 2012, fui a escolhida para encabeçar esse abaixo-assinado, não pelo homem, mas por Deus. Ao ver essa notícia, disse em meu coração: "Eis-me aqui". Então, debrucei-me em traduzir o texto, publicar e recolher assinaturas. Foram mais de 20 mil compartilhamentos, e o Brasil contribuiu com mais de 300 mil assinaturas *on-line*, aliadas à ajuda de muitos irmãos da sociedade indignados. Como resultado da união da Europa e do Pró-Vida em todo o mundo, aconteceu a retirada desse guia, pelo menos formalmente, mas sabemos que, na informalidade, ele está presente exatamente como a ideologia de gênero está na educação. Acesse o *link* do abaixo-assinado: http://hazteoir.org/alerta/51869-firma-c-mo-corromper-un-menor-y-que-parezca-saludable e, se tiver interesse, leia na íntegra o manual completo: http://www.madridsalud.es/publicaciones/OtrasPublicaciones/standars_de_calidad_de_la_e

Nossa atitude em relação a essas questões deverá sempre ser a descrita em Provérbios 31.8: *Abre a tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham em desolação*.

7.2 Casos de doutrinação de gênero nas escolas do Brasil

Não se omita, não se corrompa, pois no Brasil há muitas denúncias sobre cartilhas que

tratam da ideologia de gênero, as quais explicitamos neste exemplar. No entanto, quero mostrar exemplos a mais que me chegaram enquanto terminava de revisar este livro.

7.2.1 Caso 1*: Em uma cidade do interior do Paraná, Saudade do Iguaçu, uma assistente social e mãe fez uma denúncia da escola sobre a imposição de gênero e a falta de cuidado de alguns professores. "Uma professora de uma escola municipal pediu ao alunos que fizessem uma pesquisa sobre homossexulidade, bissexualidade e transexualidade."*

Você pode pensar: "O que isso tem demais? É a diversidade, temos que aprender sobre os diferentes!". Ocorre que, para fazer a pesquisa, tiveram que acessar a internet. Você já acessou as imagens dos *sites* de busca sobre esses temas para saber o que aparece? Muitas de sexo explícito, ou seja, o adolescente, na fase da curiosidade, se deparará com fotos mostrando sexo a dois e a três, não somente com textos que explicitem a luta contra o preconceito contra homossexuais, por exemplo.

7.2.2 Caso 2: *Outra mãe em outro estado fez uma denúncia, nas redes de televisão, na qual uma professora, também de escola pública, passou como lição de casa para crianças de 8 as 12 anos uma pesquisa sobre sexo anal, oral e grupal. As crianças foram* à *internet e digitaram esses termos em* sites *de busca. Consegue adivinhar com quais conteúdos se depararam?*

Nossas crianças estão, de forma sórdida, sendo doutrinadas em todo o mundo, mortas, usadas como escudo humano, consideradas moeda de barganha em alguns países ou mesmo objeto sexual de adultos, e nós com receio de enfrentar o tema.

7.3 Consequências da omissão da Igreja e da sociedade

Como neste capítulo foi apresentada a realidade mundial, apontado o uso de uma instituição de poder pelo mal e mostrada a força da sociedade unida e organizada para que esse mal retrocedesse, é necessário alertar sobre o espírito da omissão e do engano que vigora atualmente.

Poucos se manifestam, poucos têm a coragem de falar a verdade. Alguns se expõem por pura promoção social e fazem o "circo" com essas questões, mas Deus tem convocado do seio da Igreja cristã, da sociedade conservadora, homens e mulheres, cada qual em sua realidade e profissão, para dar um basta. A Igreja não pode se omitir diante desse contexto.

O apóstolo Tiago diz o seguinte no capítulo 4, versículo 17, de sua carta: *Aquele, pois, que sabe fazer o bem e o não faz comete pecado*. As Escrituras declaram, a observação descobre e a experiência comprova que o pecado é um fato inconteste. Ele é um vírus que atingiu toda a humanidade. É uma chaga universal.

Realmente deve estar com visão enfraquecida quem não enxerga as operações maléficas, invertidas, brutais e bestiais do pecado da ideologia de gênero, que se esforça para reorientar os padrões de vida do homem. Após pecar contra Deus, o homem tornou-se sensível ao pecado, e é como vemos. Há muitos defensores dessa causa na própria Igreja, pois se acomodaram, se acostumaram a conviver com a iniquidade.

O animal não possui essa consciência da culpa. Estão transformando os homens em animais para aliviá-la. Ora, se os *experts* em comportamento querem aliviá-la e amenizar as neuroses que provêm dela, então têm consciência de que, se há culpa, há consciência do pecado. E é dessa maneira que tais "ideologias" enganam o mundo: aliviando a culpa, reduzindo o Autor da vida a mito, alegoria, tudo para que o homem não tenha essa consciência e viva iludido pelo prazer.

Muitos têm agido sem essa consciência, dominados pelo erro. São incapazes de perceber as armadilhas nas quais estão se enfiando, e tudo para gerar prazer. Que prazer é esse? Drogas, sexo, bens, fama? Tudo são vaidades; no final, estarão condenando essas crianças e jovens ao tormento eterno.

Quando o homem tem consciência, ele sente em sua alma ou em seu sistema psicossomático o peso do pecado (Números 32.23). Sabemos da realidade de morte que entrou no mundo por causa dele, como está escrito em Romanos 5.12: *Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram*.

As Escrituras Sagradas revelam em alguns textos o pecado de omissão. Na parábola dos talentos (Mateus 25.24-30), o homem que recebeu um talento do seu Senhor sabia de sua responsabilidade. Entretanto, escolheu enterrar o talento, em vez de trabalhar e multiplicá-lo. Assim, ele pecou contra o seu senhor e foi castigado por isso. Na parábola do bom samaritano (Lucas 10.30-37), o sacerdote e o levita pecaram não fazendo o que sabiam ser bom e direito, pecaram não amando o seu próximo. Em Mateus 25.41-46, Jesus adverte que muitos serão lançados no fogo eterno porque não fizeram o que era correto com seus irmãos.

Faça o que é correto: interesse-se por essa causa, milite em prol das crianças; hoje, elas são as necessitadas. Exerça a justiça. Em Provérbios 29.7 consta: *Informa-se o justo da causa dos pobres, mas o ímpio não compreende isso*.

Que Deus salve nossas crianças, e que nós, profissionais e pessoas de bem, estejamos unidos contra essa aberração. Além de orar, precisamos nos mobilizar.

Fontes de consulta

Barclay W. O Novo Testamento Comentado por William Barclay: João. Tradução de Carlos Biagini.

Lopes HD. Tiago: transformando provas em triunfo. São Paulo: Hagnos; 2006.

Seckler L. Aprenda a viver: lições do livro de Tiago. São Paulo: Ixtlan; 2013.

Capítulo 8

IDEOLOGIA DE GÊNERO NA INFÂNCIA

“A ideologia de gênero advoga que as crianças não são diferentes, e sim que os pais, a família, a cultura, a escola as obriga a serem diferentes. A menina é obrigada pela cultura, pela religião, pela família a ‘ser’ menina, e o mesmo acontece com os meninos, ou seja, as diferenças externas e internas no corpo são ignoradas por essa ideologia social.”

As crianças são diferentes quando bebês, quando maiores e quando adolescentes não apenas pelo órgão genital aparente, e sim por dentro. Porém, segundo alguns, isso gera um problema: a desigualdade entre meninos e meninas. Essas mesmas pessoas alegam que, mais tarde, isso se *converterá* em desigualdade entre homens e mulheres.

Vejamos o que a ciência afirma até este momento:

1. A ciência acerca do comportamento humano diz: Todo ser humano tem probabilidade de desenvolver características psicológicas do sexo a que pertence.

2. A educação formal dos pais está em risco. Nossos filhos, de acordo com essa ideologia de gênero, serão discriminados por serem héteros e por não concordarem com a neutralidade sexual.

Como vimos anteriormente, uma das premissas da teoria queer de desconstrução é a criação da criança em gênero neutro, sem simbolizar seu sexo. Em linhas gerais, posteriormente, depois de experienciar todas as possibilidades de relacionamento, ela escolherá o que deseja se tornar.

A criação de crianças em gênero neutro é realidade em várias escolas no mundo, principalmente nos países nórdicos, e chegou ao Brasil. Segundo essa teoria, as crianças devem ser criadas sem simbologia, signos, sem normas e papéis sexuais ou sociais. Deve-se deixá-las livres para escolherem de forma “natural” o que e como desejam “se tornar”.

Em linhas gerais, o adulto não pode interferir impondo papéis. Não se deve influenciar a criança a adotar comportamentos que sempre foram vistos como típicos de seu sexo. A neutralidade negligencia totalmente a biologia do nascimento, deixando-a à margem da construção da masculinidade e da feminilidade, que se tornam obsoletas.

O psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório de Transtorno de Identidade, de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas, em São Paulo, defende que dar opções à criança é válido, mas o exagero não é saudável. Forçar 100% uma situação de gênero neutro é irreal: “Isso pode causar o efeito completamente contrário e gerar um adolescente e um adulto muito confuso, que culpa os pais por isso”, ressalta.[1]

Nossa nação está prestes a ser incendiada por loucos que acreditam que a infância deva

ser formada sem referência, sem modelo, sem signos ou símbolos que a definam. Essa posição, esse movimento não é só uma engenharia maquiavélica para transformar crianças em militantes da bissexualidade, ou mesmo militantes da pluralidade sexual, pela mudança da cultura, como já falamos e vamos pontuar até o final deste livro.

Para ser alcançada essa quebra de tabus e preconceito, eles adotam práticas arriscadas, que podem, sim, confundir a sexualidade da criança. No entanto, como a ordem é desconstruir o que essa ditadura chama de "heteronormatividade", ou seja, desconstruir a heterossexualidade como normal, inerente, de acordo com a biologia, a genética e a fisiologia, então tal educação vem somente favorecer a teoria *gay*, pois proíbe que um adulto influencie a criança com comportamentos que sempre foram vistos como típicos do seu sexo.

Com todo esse discurso de eliminar preconceitos e usar a igualdade entre os sexos para evitar a violência contra as mulheres, os adeptos dessa teoria não informam como isso pode afetar negativamente nossos filhos.

Até hoje a Ciência não descobriu se a homossexualidade é inata ou adquirida no meio social, mas já se tem certeza de que toda criança nasce com predisposição a desenvolver características psicológicas do sexo a que pertence.

Essas ações e discussões são construídas quase exclusivamente para vender homofobia travestida de preocupação parental. É claro que, como pais, podemos ser convencidos de qualquer coisa se provarem com discursos que isso protegerá nossos filhos. Mediante manipulação da verdadeira intenção, esses militantes, que são influentes dentro do mundo acadêmico, nos sindicatos, conferências, enfim, no sistema educacional, vão introduzindo na grande massa calada as ideologias que bem entendem, até um ponto em que não mais conseguiremos reverter esse abuso sem sofrer retaliações como processos e prisões.

Várias empresas no mundo criam catálogos de brinquedos simbolizando a ausência do sexo, sem distinção de gênero. No Brasil, desenhos e cartilhas já implantam essa ideia nas escolas desde a década passada. Não mais se deve dar importância às diferenças sexuais; deve-se, em vez disso, estabelecer a tão sonhada igualdade.

Para esse movimento, não importa a educação que os pais dão em casa, não importam a religião ou as tradições familiares. A indução é clara: crianças devem ter desejos pelos dois sexos e podem e devem se apresentar socialmente da maneira como se sentirem confortáveis emocionalmente, da maneira como se sentirem "naturais". Deve-se ignorar todo o conhecimento anterior à escola.

Crianças elaboram e se conhecem na infância, em suas brincadeiras lúdicas, e é nesse brincar que começam a construir seus papéis positiva e negativamente. É necessário, sim, o modelo adulto, sua influência para essa construção, para a solidificação dessa sexualidade do nascimento. Sinto muito por vários professores, psicólogos e médicos terem se calado quanto a esse fato.

É uma realidade*, e muitos têm contribuído para o avanço dessas ações contrárias* à *família por se negarem a ouvir. Temo que, quando realmente quiserem ouvir, não seja possível fazer mais nada.*

A proposta é não mais estabelecer distinção entre meninos e meninas, enxergando apenas uma criança que seria “de gênero neutro”. Ou seja, independentemente de seu sexo biológico, ela será criada sem referência que o favoreça e incentive, incutindo-se assim, na cabeça da família e da criança, uma forma neutra de educação, pois isso supostamente a tornaria mais inteligente e mais saudável. Seu sexo e os papéis masculino e feminino estão sendo descartados. Neste sentido, um menino pode usar roupas de menina e vice-versa, pois são uma coisa só, são iguais. Resumindo: a criança pode fazer sexo com menino, com menina, casar a três, não importa. Essa seria a noção de família.

8.1 Como é ensinado o gênero neutro na escola?

Como a escola resolve o problema da ideologia de gênero em seu ambiente? Eliminando toda e qualquer diferença entre meninos e meninas e atuando como se fossem o mesmo.

Semelhantemente a uma fórmula de “alquimia”, dizem os doutrinadores ideólogos terem encontrado uma forma para que os pais, a sociedade e a escola deixem de *obrigar* os meninos a serem meninos e as meninas a serem meninas. Todavia, muitos não aceitam isso, inclusive os pais. Os defensores dessa ideologia chegaram à conclusão de que a escola, então, seria a melhor maneira de alcançarem seus objetivos, porque lá, longe dos pais, da família e de sua religião, podem reprogramar o que é “ser” um menino e uma menina. Eles dizem às crianças, distantes da presença dos pais, que *sim*, papai pode usar vestido e batom nos lábios, uma mulher pode usar bermuda masculina e cueca, e um bebê pode ter duas mães ou dois pais.

A escola deve então, segundo essa ideologia, desaparecer com as diferenças naturais, com as evidentes distinções entre os sexos, para, assim, garantir a igualdade de gênero. Paradoxal, não?

É uma ação perigosa, pois elimina totalmente as diferenças entre os sexos e se esquece de que é devido a essas diferenças que buscamos direitos civis e culturais pautados no respeito e na igualdade. Isso prova que o objetivo da ideologia de gênero não é empreender ações que diminuam os preconceitos contra as mulheres, e sim promover os LGBTTs desconstruindo o homem e a mulher heterossexuais. Essa é a verdadeira questão. Esse é o real motivo pelo qual a sociedade não aceita, independentemente de religião, pois essa ideologia está impondo uma tentativa de destruir a família tradicional, mesmo negando isso veementemente em seu discurso. O modo compulsório de infundir essa ideologia no mundo acadêmico e nas escolas mostra que a guerra está instalada contra a heterossexualidade. Eliminando essas diferenças, tais ideólogos de gênero creem que estarão eliminando a desigualdade. Para esses promotores da utopia, a desigualdade não mais existirá.

Mas como, depois dessa desconstrução da identidade sexual, um menino saberá que é um menino? Depois de misturar todas as diferenças, ele, na verdade, não saberá o que é, e assim os ideólogos afirmam que solucionarão o problema da desigualdade. Nós, porém, sabemos que outro problema foi gerado: o da *identidade*. Isso acontece justamente porque a biologia, a genética, os hormônios, as evidências das diferenças passam a ser

questionados psicologicamente. Esta é a verdade: o conflito psíquico se dá porque as crianças não sabem quem são; elas se veem de um jeito e aprendem a ser diferentes para garantir igualdade. Extremamente contraditório.

Crianças ainda em idade escolar assimilam muitas vezes de forma errônea o que lhes é ensinado por não terem repertório suficiente para questionar determinados assuntos e interagir com eles, assumindo comportamentos para os quais não estão preparadas devido a imaturidade emocional, psíquica e biológica.

Seu sistema nervoso central, em formação, não consegue compreender determinadas informações incompatíveis com seu modo de vida, com suas tradições, provocando conflitos intermináveis, alguns capazes de induzir comportamentos desajustados, que envolvem a afronta a autoridades e o uso e abuso de drogas como meios para aliviar esses conflitos. Crianças podem se sentir violentadas em sua moral e desenvolver transtornos emocionais, relacionais e sexuais futuros quando expostas a conteúdos que não têm suporte psíquico para compreender.

8.2 O direito de escolher ser menino ou menina é saudável?

Hoje, a mídia tem promovido o "gênero trans" sugestionando, induzindo o comportamento de celebridades mirins, promovendo matérias que mostram pais educando filhos em gênero neutro para que estes, mais tarde, escolham o que querem tornar-se.

Crianças em todo o mundo têm sido ovacionadas, recebidas com *flashes*, estampadas em capas de revistas. As atitudes dos pais que promovem a criança "trans" têm sido recebidas com unanimidade pelo menos pela mídia e pelos pseudointelectuais que defendem a causa.

Agora no centro de um polêmico debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), a mídia vem mapeando e expondo casos de crianças que se vestem como o sexo oposto, usando-as para a causa da transexualidade. Crianças e adolescentes "trans" têm sido orientados a pensarem que seu gênero está cruzado, e psicólogos têm convencido os pais de que o que seus filhos sentem é definitivo e não deve ser rejeitado.

O desejo de usar roupas masculinas e vise-versa é entendido pelo pais como um gosto próprio da criança. Esta inversão é melhor vista em meninos e está sendo acatada pelos pais, instruídos a não os questionarem. O que me preocupa é que a vontade, o desejo manifesto nas vestimentas por essas crianças, pode abrigar ou revelar uma perturbação da identidade sexual dos próprios pais.

O transtorno de gênero existe e é capaz de acometer diversas áreas da vida das crianças, que podem apresentar no futuro problemas como quadros de depressão e dificuldade de interação social — explica o psicanalista gaúcho Roberto Barberena Graña, especializado em crianças e adolescentes.[2]

As possíveis consequências na vida de uma criança que vive um gênero oposto ao seu (masculino ou feminino) são explicadas por questões sociais. A apologia de gênero, a criação de gênero neutro nas escolas e a promoção dessa ideologia estão negligenciando

possíveis transtornos.

De acordo com Carrie Paechter, autora do livro *Meninos e Meninas*, “a distinção entre homem e mulher é básica para a compreensão de nós mesmos enquanto seres humanos. Ela regula o modo como os indivíduos são tratados, os papéis que desempenham na sociedade e as expectativas sobre o modo de se comportar e se sentir”.[3]

Ainda quando na barriga da mãe, os bebês são inseridos em uma categoria definida: menino ou menina. De acordo com seu sexo, são simbolizados. É natural esta classificação de acordo com a biologia. Então, mães compram roupas relacionadas ao sexo e brinquedos diferenciados. A criança é inserida de modo natural no meio e vai se acostumando com conceitos sociais e culturais que enfatizam o sexo do nascimento, ou seja, conceitos que estão em consonância com ele. É tratada de acordo com o gênero que tem essa simbolização, vai construindo sua identidade. E quando decide ser diferente e assumir outro gênero, uma série de mudanças ocorre a sua volta. Como ainda se encontra em maturação biológica, sexual, afetiva e motora, pode ser vitimada por inúmeros transtornos posteriormente, como mostrado em um artigo sobre tragédia silenciada.

Muitas atividades realizadas com as crianças podem, obviamente, variar de acordo com o sexo, outras são comuns a ambos, desde que simbolizem o lugar do sujeito no mundo. Embora hoje seja difícil tocar em um tema tão polêmico, que choca a sociedade, não podemos nos amordaçar nem ser irresponsáveis deixando de sinalizar que essa criação deturpada pode representar a construção de uma personalidade conflituosa, empurrando o indivíduo para um abismo emocional, difícil de ser solucionado e ou elaborado.

Temos que entender que as generalizações infantis são constantes. Crianças menores demonstram essa tendência e modelam seu comportamento pelo de adultos, irmãos, pessoas de que gostam e com as quais convivem. Elas tiram conclusões sobre o masculino e o feminino a partir daquilo que enxergam no momento. Pais não precisam se preocupar se esporadicamente meninos e meninas trocam brinquedos ou papéis, pois isso pode representar apenas um exercício de convivência e pode ser, até certo ponto, saudável quando se deixa clara a intenção. Por exemplo, quando professores falam em sala sobre o preconceito contra a mulher, podem exercitar a troca de papéis, mas sempre partindo de uma referência, de um lugar para onde a criança possa voltar.

Muitos pais podem contribuir ativamente para a produção de um transtorno quando incentivam os filhos no gênero oposto ao do sexo biológico. O comportamento deve ser observado, pois o incentivo leva à construção de um problema maior, ligado ao lado social e ao desenvolvimento da criança. Temos que analisar, pois se o gênero é apenas uma construção social, pode ser mudado; a criança que se diz “trans” pode estar acompanhando a moda e vivendo apenas um desajuste, possível de ser simbolizado e corrigido.

A questão é: se gênero se constrói, por que construirmos um gênero em uma criança com base no sexo oposto, sabendo que será uma construção artificial, conflitante, já que não compactua com o sexo do nascimento?

Veja o que afirma o psicanalista Roberto Barberena Graña, autor do livro *Transtornos da Identidade de Gênero na Infância*:

Pode ocorrer essa confusão de gênero devido a uma distorção na matriz familiar do gênero. Ou seja, uma lacuna na identidade sexual do pai ou da mãe (ou dos dois) ou nas gerações passadas da família pode contribuir para o desejo da menina de ser e se vestir como um guri.

Crianças incentivadas a viver como transgênero vivem um momento pré-transexual, o que poderá evoluir para o transexualismo adulto. É importante dar liberdade para a criança escolher suas roupas e brinquedos. Porém, quando há compulsão por algo do sexo oposto, há transtorno, que pode afetar áreas do desenvolvimento e trazer dificuldade de interação social, estado de retraimento, quadros de depressão, tentativa de suicídio infantil (ligada principalmente a acidentes domésticos), psicose, problemas na sala de aula, agitação e hiperatividade.[4]

8.3 Quando observar esse transtorno de gênero?

A busca de um profissional da psiquiatria ou da psicologia que entenda do caso e que não seja um militante da ideologia de gênero, ou seja, um profissional que não induza a troca de gênero na criança por pressão social e que faça uma avaliação honesta, sem impor seus conceitos, é fundamental, pois crianças não podem ser usadas como cobaias sociais.

Estudos mostram que, quanto mais cedo se recorrer à ajuda especializada, melhor, pois aos dois ou três anos os comportamentos de gêneros invertidos, chamados de “gênero trans”, podem ser percebidos pela observação empírica de algum transtorno. Quanto mais precoce o diagnóstico, melhor a evolução clínica. O ideal é não esperar até a puberdade — avalia o especialista.[5]

Entre os sinais mais comuns de transtorno de identidade de gênero em *meninos* estão a insistência em assumir comportamentos femininos e a preocupação com atividades do sexo oposto. Podem manifestar-se a preferência por vestir-se com roupas de meninas ou mulheres, optar por brinquedos e brincadeiras femininos, usar maquiagem e tecidos para representar cabelos longos ou saias etc.

As *meninas* com transtorno de identidade de gênero apresentam reações negativas intensas às expectativas ou tentativas dos pais de que se vistam com roupas femininas. Algumas podem recusar-se a comparecer à escola ou a eventos sociais em que essas roupas sejam exigidas. Elas preferem roupas de menino e cabelos curtos. Também podem pedir aos outros que as chamem por nomes masculinos. Seus heróis são figuras masculinas poderosas, como Batman ou Super-Homem.

8.3.1 Diagnóstico

A preocupação com o diagnóstico “transgênero” na infância deve ser tratada com honestidade, pois sabemos que pode ser passageiro, uma fase, e a não simbolização da criança pode, sim, contribuir para transtornos. Embora haja um movimento contrário à simbolização natural de acordo com o sexo de nascimento, vale lembrar que é apenas uma ideologia, e que, quando falamos de proteção da criança, a ausência de símbolos pode acarretar conflitos futuros ainda maiores, os quais talvez se transformem em graves depressões ou ideações suicidas, por exemplo.

Segundo estudos, crianças podem começar a ter interesses e atividades relativos ao sexo oposto habitualmente entre 2 e 4 anos de idade, por isso a concepção errônea de que é possível nascerem com o sexo errado.

Temos que ser honestos e não podemos ter medo do ativismo social da normatização de gênero, do modismo e da militância. Sabemos que apenas um pequeno número de crianças com transtorno de identidade de gênero continua apresentando sintomas na adolescência tardia ou na idade adulta que satisfazem os critérios para esse tipo de transtorno. Portanto, não devemos atribuir preconceito ou mesmo negligenciar os riscos desses transtornos segundo a CID 10 e outras literaturas.

A maioria das crianças que apresentam transtorno de identidade de gênero exibe comportamentos menos manifestos do gênero oposto com o passar do tempo, com a intervenção parental ou com a resposta de seus pares. Ao final da adolescência ou na idade adulta, cerca de três quartos dos meninos cuja história infantil incluía transtorno de identidade de gênero relatam orientação homossexual ou bissexual, mas sem um transtorno desse tipo concomitante. *Grande parte dos restantes declara orientação heterossexual, também sem um transtorno ligado à identidade de gênero concomitante.*

O grupo de início mais tardio pode ter um grau mais flutuante de identificação com o gênero oposto, maior ambivalência acerca de uma cirurgia de reatribuição sexual, *maior propensão a sentir atração por mulheres e menor tendência a sentir-se satisfeito após tal cirurgia*.

Os homens com transtorno de identidade de gênero que sentem atração sexual por homens tendem a apresentar, na adolescência ou no início da idade adulta, *história de disforia ao longo da vida quanto ao gênero*. Em comparação, aqueles que sentem atração sexual por mulheres, por homens e por mulheres, ou que não a sentem por qualquer sexo tendem a revelar-se mais tarde e têm *tipicamente história de fetichismo transvéstico.*

Se o transtorno de identidade de gênero se manifesta na idade adulta, tende a um curso crônico, *mas há relatos de remissão espontânea*. Classificado como um transtorno de personalidade, esse distúrbio caracteriza-se pela persistência do indivíduo em se identificar, querer vestir-se e/ou comportar-se social e/ou sexualmente como se fosse uma pessoa do gênero oposto ao seu.

O diagnóstico não é estabelecido se o indivíduo apresenta condição intersexual física concomitante (p. ex., síndrome de insensibilidade aos andrógenos ou hiperplasia adrenal congênita) (Critério C). Para que se realize esse diagnóstico, deve haver evidências de sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida.

8.3.2 Prevalência

Em amostras clínicas infantis, existem aproximadamente cinco meninos para cada menina encaminhada com esse transtorno. Em amostras clínicas adultas, os homens superam em número cerca de duas a três vezes as mulheres. Em crianças, a tendência para o encaminhamento de meninos pode refletir, em parte, o maior estigma associado ao comportamento do gênero oposto em meninos do que em meninas.

Dados de países menores da Europa, com acesso a estatísticas da população total e encaminhamentos, sugerem que aproximadamente 1 em 30.000 homens adultos e 1 em 100.000 mulheres adultas buscam cirurgia de reaparelhamento sexual.

Segundo a literatura médica, não existe qualquer teste diagnóstico específico para o transtorno de identidade de gênero nem exames físicos. Geralmente não se indicam o cariótipo de cromossomos sexuais e as avaliações de hormônios sexuais; somente a testagem psicológica pode revelar identificação ou padrões de comportamento do gênero oposto.

Não podemos aceitar a desconstrução da nossa cultura, pois ela só existe no papel, ainda que em mídias ou nas escolas tentem desnaturalizar o ser humano, promovendo a multiplicidade de gênero e impondo o gênero neutro. Os arquétipos do inconsciente permeiam a sociedade e os inconscientes coletivo e individual com simbolismos. Em uma sociedade como a nossa, com tanta diversidade cultural, é impossível estabelecer a criação do gênero neutro como verdade. A falta desses simbolismos e o desajuste dos modelos familiares são justamente os geradores desses transtornos.

Referências bibliográficas

1. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=322911&e=
2. Disponível em: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/08/crianca-pode-escolher-ser-menino-ou-menina-veja-o-que-os-especialistas-dizem-3004697.html
3. Paechter C. Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminidades. Porto Alegre: Artmed; 2009.
4. Graña RB. Transtornos da Identidade de Gênero na Infância. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2009. apud Zanoni A. Disponível em: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/08/crianca-pode-escolher-ser-menino-ou-menina-veja-o-que-os-especialistas-dizem-3004697.html
5. Ibidem.

Fontes de consulta

Gender Identity Disorder – DSM-IV.

Transtorno de Identidade Sexual – CID10 (Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, 10ª edição).

Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Americana de Psiquiatria (DSM IV), em sua 4ª edição.

Capítulo 9

A EXPERIÊNCIA CATASTRÓFICA DE UM PSICÓLOGO COM A IDEOLOGIA DE GÊNERO

Ao psicólogo e sexologista John Money é creditada a expressão *papel de gênero* (*gender role*) em 1955. “A expressão papel de gênero é usada para significar tudo o que a pessoa diz ou faz para evidenciar a si mesma como garoto ou homem, como garota ou mulher, respectivamente. Isso inclui, mas não é restrito a, sexualidade, no senso de erotismo.”

Elementos de tais papéis incluem vestimenta, modo de falar, gestos, profissão e outros fatores que não são limitados pelo sexo biológico. Por se presumir que os aspectos sociais de gênero são normalmente os aspectos de interesse na sociologia e em disciplinas relacionadas, o termo *papel de gênero* costuma ser abreviado por *gênero* sem que haja ambiguidade nesse contexto.

A diferença conceitual entre sexo e gênero foi estabelecida pelo psicólogo norte-americano Robert Stoller em 1968: sexo refere-se aos aspectos anatômicos, morfológicos e fisiológicos (genitália, cromossomos sexuais, hormônios) da espécie humana. Stoller estudou casos de meninos e meninas classificados, à época, como hermafroditas (hoje em dia fala-se em intersexuais) ou que possuíam “genitais escondidos” e que foram educados de acordo com um gênero que não correspondia ao seu sexo biológico.

Esses meninos e meninas, mesmo depois de saberem que suas genitálias externas eram malformadas ou sofreram alguma mutilação acidental, empenhavam-se em manter os padrões de comportamento de acordo com os quais haviam sido educados, o que levou Stoller à conclusão de que seria “mais fácil mudar o sexo biológico do que o gênero de uma pessoa”.

Foi um experimento baseado nessa ideologia de gênero que castrou e torturou um menino de 2 anos, David Reimer, até levá-lo ao suicídio. Um fato real, documentado e detalhadamente comprovado, desmascara a loucura criminosa da chamada “teoria de gênero”: o drama brutal dos gêmeos canadenses Reimer, mártires dessa ideologia que não tem qualquer embasamento científico e cujos resultados práticos são escandalosamente antinaturais.

9.1 Dr. Money e o menino sem pênis

O principal divulgador dessa modalidade de tortura física e psicológica, irresponsavelmente fantasiada de “ciência”, foi o médico neozelandês John Money, que

tentou obrigar um menino de 2 anos de idade a transformar-se em menina a fim de "comprovar" que o gênero seria uma "construção social" independente dos fatos reais da biologia. Seu "tratamento" incluiu, entre uma série abominável de crimes de tortura, nada menos que a castração do pequeno Bruce Reimer, submetido a partir de então a uma insana tentativa de "torná-lo menina". *O resultado foi uma tragédia familiar sem precedentes, que culminou na morte de um irmão e no suicídio do outro*.

David Reimer nasceu do sexo masculino, com um irmão gêmeo idêntico, em Winnipeg, Manitoba. Seu nome de nascimento era Bruce, e seu irmão gêmeo foi chamado Brian. Com a idade de 6 meses, após seus pais se preocuparem com a maneira como ambos urinavam, os meninos foram diagnosticados com fimose e encaminhados para a circuncisão com 8 meses. Em 27 de abril de 1966, um urologista realizou a cirurgia utilizando o método não convencional de cauterização.

O procedimento não saiu como os médicos tinham planejado, e o pênis de Bruce foi queimado além do reparo cirúrgico. Os médicos optaram por não operar Brian, cuja fimose logo desapareceu, sem qualquer intervenção.[1]

Os pais, preocupados com as perspectivas futuras de felicidade do filho, que desempenharia a função sexual sem um pênis, levaram-no para o Johns Hopkins Hospital, em Baltimore, para ver John Money, um psicólogo que estava desenvolvendo a reputação como pioneiro no campo do desenvolvimento sexual e da identidade de gênero, com base em seu trabalho com pacientes intersexuais. O Dr. Money era um proeminente defensor da "teoria da neutralidade de gênero" e defendia que a "identidade de gênero" era desenvolvida principalmente como resultado da aprendizagem social desde a infância e poderia ser alterada com as intervenções apropriadas de comportamento.

Os Reimers o tinham visto ser entrevistado no programa de notícias canadense *Esta hora tem sete dias*, onde ele discutiu suas teorias sobre gênero. Ele e outros médicos que trabalhavam com crianças nascidas com genitália anormal acreditavam que um pênis não podia ser substituído, mas que uma vagina funcional poderia ser construída cirurgicamente, e que seria mais provável que Bruce tivesse uma mais bem-sucedida maturação funcional sexual como menina do que como menino.[2]

Esses médicos convenceram os pais de Bruce Reimer de que a cirurgia de mudança de sexo seria o melhor para o garoto, e, com 22 meses de idade, uma orquidectomia foi realizada para remover seus testículos. Seu sexo foi redefinido, e os pais foram instruídos a criar Bruce como mulher, nomeando-o de Brenda.

O Dr. Money deu apoio psicológico para a cirurgia no tocante à posterior reeducação sexual e continuou a ver Reimer anualmente, por cerca de dez anos, para consultas e para avaliar o resultado. Essa mudança foi considerada um caso de teste especialmente válido do conceito de aprendizagem social da identidade de gênero por duas razões. Primeiro, o irmão gêmeo de Reimer, Brian, serviu de controle ideal, pois os dois não só compartilhavam genes e ambientes familiares, mas tinham compartilhado o ambiente intrauterino também. Segundo, essa tinha a fama de ser a primeira mudança e reconstrução realizada em um bebê do sexo masculino que não apresentava anormalidade pré-natal ou

pós-natal precoce de diferenciação sexual.

O médico forçou os gêmeos a ensaiarem atos sexuais envolvendo “movimentos empurrando”, com Bruce desempenhando o papel sexual passivo. Quando criança, Bruce Reimer dolorosamente lembrou-se de ter que “ficar de quatro” com seu irmão, Brian Reimer, “por trás de sua bunda”, com “sua virilha contra ‘suas’ nádegas”. Em outra posição sexual, o Dr. Money forçou Bruce a ter suas “pernas abertas” com Brian por cima. O Dr. Money também forçou as crianças a tirarem a roupa e se envolverem em “inspeções genitais”. Em “pelo menos uma ocasião”, o Dr. Money tirou uma “fotografia” das duas crianças fazendo essas atividades. A razão do médico para esses vários tratamentos era sua crença de que “jogos sexuais infantis” eram “importantes para uma identidade de gênero adulta saudável”.[3]

Durante vários anos, O Dr. Money relatou o desenvolvimento de Reimer como o “caso João/Joana”, descrevendo-o como um aparentemente bem-sucedido desenvolvimento de gênero feminino e usando-o para apoiar a viabilidade da mudança de sexo e da reconstrução cirúrgica mesmo em casos de não intersexuais. O médico escreveu: “O comportamento da criança é claramente o de uma menininha ativa, muito diferente dos modos masculinos de seu irmão gêmeo”. Notas de um ex-aluno do laboratório do Dr. Money relatam que, durante as visitas de acompanhamento do caso, que ocorreram apenas uma vez por ano, os pais de Reimer costumavam mentir ao pessoal do laboratório sobre o sucesso do procedimento. Ficou comprovado, mais tarde, que Brian, o irmão gêmeo de Bruce, sofreu de esquizofrenia.

A experiência de Reimer em suas visitas a Baltimore foi traumática, em vez de terapêutica, e quando o Dr. Money começou a pressionar a família para levá-lo para uma cirurgia de construção de uma vagina, a família interrompeu as visitas de acompanhamento. Dos 22 meses de vida até seus primeiros anos como adolescente, Reimer urinou por meio de um orifício que cirurgiões fizeram em seu abdome. Foi-lhe dado estrogênio durante a adolescência para induzir o desenvolvimento das mamas. Não tendo mais contato com a família, visto que as visitas foram suspensas, o Dr. John Money não publicou mais nada sobre o caso, deixando de sugerir ao público que a mudança não havia sido bem-sucedida.

O relato de Reimer, escrito com o Dr. John Colapinto duas décadas mais tarde, descreveu que — ao contrário do que informou o Dr. Money — quando viveu como Brenda, Reimer não se identificou como menina. Ele foi marginalizado e intimidado pelos colegas, e nem vestidos de babados (que foi forçado a usar durante invernos gelados em Winnipeg) nem hormônios femininos fizeram-no sentir-se feminino. Com 13 anos, Reimer vivenciou depressão suicida e disse aos pais que cometeria suicídio se eles o fizessem ver o Dr. John Money novamente. Em 1980, os pais de Reimer disseram-lhe a verdade sobre sua mudança de sexo, seguindo o conselho do endocrinologista e do psiquiatra de Reimer. Aos 14 anos, Reimer decidiu assumir uma “identidade de gênero” masculina, autodenominando-se David. Em 1997, ele se submeteu a um tratamento para reverter a mudança, incluindo injeções de testosterona, mastectomia dupla e duas faloplastias. Em 22 de setembro de 1990, casou-se com Jane Fontaine e tornou-se o padrasto dos três filhos

dela.

Em 1997 seu caso começou a chamar atenção da sociedade acadêmica e da imprensa internacional, quando ele contou sua história a Milton Diamond, um sexólogo acadêmico que persuadiu Reimer a lhe permitir apresentar os resultados do experimento que fizeram a fim de dissuadir médicos de tratarem outras crianças da mesma forma. Logo depois, Reimer foi a público com sua história e o Dr. John Colapinto publicou um relato amplamente divulgado e influente na revista Rolling Stone, em dezembro de 1997. Eles contaram a história em um livro: *As Nature Made Him: The Boy Who Was Raised as a Girl*.

9.1.1 A morte da criança cobaia

Além de um relacionamento difícil com seus pais durante toda a vida, Reimer teve de lidar com o desemprego e a morte de seu irmão, Brian, por overdose de antidepressivos em 2002. Em 2 de maio de 2004, sua esposa, Jane, disse a ele que queria a separação. Na manhã de 5 de maio de 2004, Reimer foi a uma mercearia e cometeu suicídio dando um tiro na cabeça. Ele tinha 38 anos.[4]

O relatório e posterior livro sobre Reimer afetou várias práticas médicas e reputações, bem como uma compreensão ainda atual da biologia do gênero.

9.2 O declínio das cirurgias de mudança de sexo

O caso acelerou o declínio da cirurgia de mudança de sexo e de cirurgias para crianças masculinas inequivocamente XY com micropênis, várias outras raras malformações congênitas ou perda do pênis na infância. Ele apoiou os argumentos daqueles que acham que os hormônios pré-natais e da primeira infância têm forte influência na diferenciação cerebral, na identidade de gênero e, talvez, no comportamento sexual dimórfico. A aplicabilidade desse caso para atribuição sexual adequada em condições intersexuais envolvendo grave deficiência de testosterona ou insensibilidade de seus efeitos é mais incerta.

9.3 A confusão gerada na comunidade científica

Para algumas pessoas, a incapacidade de prever a identidade de gênero neste caso confirmou o ceticismo sobre a capacidade dos médicos de fazê-lo em geral, ou sobre a crença de usar a cirurgia reconstrutora genital para submeter uma criança com condição intersexual ou defeito genital a um papel de gênero específico antes que ela tenha idade suficiente para reivindicar uma identidade de gênero.

A Sociedade Intersexual dos Estados Unidos da América, que se opõe à mudança de sexo involuntária, considera a história de David Peter Reimer uma advertência sobre o porquê de os órgãos genitais de menores não deverem ser modificados desnecessariamente e sem consentimento.

O livro do Dr. Colapinto descreveu desagradáveis sessões de terapia infantil, o que implica que o Dr. Money havia ignorado ou escondido a evidência de que o desenvolvimento da transformação de Reimer em uma menina não estava indo bem. O

caso inspirou documentário, episódios, filmes, novelas, discussões e é lembrado por todos os defensores da família e contrários à ideologia de gênero nas escolas. Essa é a prova de um experimento que não deu certo, ocasionou uma grande tragédia para a humanidade, causou um caos na comunidade científica e um macabro silêncio na psicologia e na militância LGBTTs. Ainda assim, é ignorado pela corrente pedagógica que defende a ideologia de gênero.

O episódio “Boys will be girls” (2000), da 6ª temporada da série *Chicago Hope*, foi baseado na vida de Reimer e no direito da criança de ser criada como menino.

O episódio “Identidade” (2005), da 6ª temporada da série *Law & Order: Special Victims Unit* foi baseado nas vidas de David e Brian Reimer e em seu tratamento pelo Dr. Money.

Em seu álbum de 2007, *Reunion Tour*, uma música do The Weakerthans intitulada “Hino da Estranheza Médica” foi inspirada pela história de David Reimer.

O documentário *Horizon*, de uma série da TV BBC, exibiu dois episódios baseados na vida de Reimer: “The boy who was turned into a girl” [O menino que foi transformado em uma menina] (2000) e “Dr. Money and the boy with no penis” [Dr. Money e o menino sem pênis] (2004).

Um capítulo intitulado “Doing justice to someone: sex reassignment and allegories of transsexuality” [Fazendo justiça a alguém: mudança de sexo e alegorias da transexualidade], do livro *Desfazendo gênero*, escrito em 2004 pela filósofa feminista Judith Butler, aborda o caso de David Reimer.

O oitavo episódio da série de TV *Mental*, “House of Mirrors” [Casa dos espelhos] (2009), lida com a história de Reimer.

A novela brasileira *Chocolate com pimenta* teve um personagem baseado na vida de Reimer.[5]

Referências bibliográficas

1. David Reimer: The boy who lived as a girl. CBC News. 2002 July.
2. Colapinto J. As nature made him: the boy who was raised as a girl. [S.l.]: Harper Perennial; 2001. Revised in 2006.
3. Ibidem.
4. Colapinto J. Gender gap: What were the real reasons behind David Reimer’s suicide?. Slate. 2004 Jun 03. [Acesso em 2009 fev. 13].
5. David Reimer: The boy who lived as a girl. CBC News, July 2002.

Fontes de consulta

Diamond M., Sigmundson K. Sex Reassignment at Birth: Long-term Review and Clinical Implications. Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine. 1997;151(3):298-304.

Colapinto J. The true story of John/Joan. Rolling Stone. 1997 Dez 11:54–97.

Capítulo 10

PEDOFILIA E SUA PERIGOSA RELAÇÃO COM A IDEOLOGIA DE GÊNERO

Neste capítulo será apresentado um breve histórico da pedofilia mostrando como ela encontra voz e se relaciona intimamente com a teoria queer e o quanto é importante perceber a linha tênue entre ela e a ideologia de gênero.

10.1 Origem

Existiu na Inglaterra, entre 1974 e 1984, um movimento de pedófilos chamado PIE (*Pedophile Information Exchange*), que, entre outras coisas, lutava no Congresso para diminuir a idade de consentimento para relações sexuais, uma espécie de militância pela "maioridade sexual". O movimento recebia dinheiro do governo britânico para sua atividade por meio de verbas do Serviço de Voluntários do Ministério do Interior. O PIE acabou sendo fechado, na década de 1980, depois que investigações de frequentes escândalos de pedofilia conduziram a membros do movimento. Além disso, sua atividade política começou a tornar-se ultrajante para a sociedade britânica.

Entre as ações empreendidas por esse movimento durante sua atividade esteve a luta pela redução da idade de consentimento para *quatro* anos, o que começou a despertar indignação. Mas houve resistência do governo, pois a atividade do movimento estava abrigada pelo Conselho Nacional para Liberdades Civis. Ficou claro na época que nenhuma iniciativa pedófila teria êxito enquanto a prática mantivesse um estigma negativo na sociedade, isto é, fosse contrária a valores tradicionais ainda em voga.

Nos EUA, em 1978, foi criada a NAMBLA (Associação Norte-Americana do Amor entre Homens e Garotos) com o mesmo objetivo do PIE. É considerada a organização mais importante do ativismo pedófilo da atualidade. Entre 1984 e 1994, pertenceu à ILGA (Associação Internacional de *Gays* e Lésbicas), mas foi expulsa. O movimento pedófilo alega que a expulsão foi devido ao objetivo do movimento internacional de conseguir um *status* consultivo como ONG na Organização das Nações Unidas. A ONU chegou a dar esse *status* à ILGA em 1993, mesmo com a associação à NAMBLA, mas, com a ameaça do governo dos EUA de cortar financiamento às Nações Unidas enquanto abrigasse movimentos pedófilos, a ILGA decidiu-se pela dissociação da NAMBLA, sendo, então, admitida pela ONU no ano seguinte após protestos de organizações pedófilas de outros países.

A ILGA é um dos principais promotores da ideologia de gênero na ONU por meio da UNESCO, embora haja hoje centenas de outros movimentos e ONGs feministas empenhados na causa da educação sexual para idades cada vez menores.[1]

10.2 Evolução da pedofilia para orientação sexual

De acordo com a Associação da Família Americana, um anúncio chocante feito pela American Psychiatric Association (Associação de Psiquiatria Americana) em sua mais recente edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* causou um alvoroço entre as organizações pró-família em todo o mundo por agora classificar a pedofilia como orientação sexual ou preferência, em vez de como transtorno.

A American Psychiatric Association (APA) afirma que a pedofilia é agora classificada como "orientação sexual pedofílica" e a diferencia da "desordem pedofílica". Para a APA, tal orientação consiste naqueles que "nunca atuaram em base a seus impulsos".

Sandy Rios, especialista cultural e apresentador de um *talk show* na rede norte-americana *Family Radio*, emitiu um comunicado em nome da Associação da Família Americana em resposta à posição da APA sobre a pedofilia:

> Assim como a APA declarou a homossexualidade uma 'orientação' sob uma tremenda pressão de ativistas homossexuais em meados dos anos 70, agora, sob pressão dos ativistas pedófilos, eles declararam o desejo de sexo com as crianças uma 'orientação' também. Não é difícil ver aonde isso vai levar: mais crianças se tornarão presas sexuais.[2]

A sociedade teme que a psicologia no Brasil, que é cópia do modelo americano, aceite essa sandice. Vale lembrar que estou sendo processada pelo Conselho Regional de Psicologia por defender a família e a integridade da criança e que no meu processo está o alerta, feito em 2012, de que por pressão seria bem capaz de a APA e/ou a psicologia aceitarem a monstruosidade da pedofilia como orientação sexual, pois o Canadá já se compadece do pedófilo como um ser humano que apenas tem uma orientação sexual como a de qualquer outro. Pelas teorias modernas, principalmente a de gênero, temos que considerar a pedofilia como orientação sexual. Deve ser frisado, no entanto, que é e sempre será uma orientação sexual doentia, que deve ser rejeitada a qualquer preço.

Creio que a APA perdeu seu respaldo como associação científica e tornou-se uma militante de orientação sexual, de gênero sexual. Somente isso pode explicar uma associação que influencia o mundo cometer tal absurdo de tornar a pedofilia uma orientação sexual, logo, "natural", "normal". E vão induzir a sociedade mundial, que está perdida nesse relativismo sexual; vão afirmar que toda forma de sexualidade tem o direito de ser manifestada, vivida e, portanto, aceita. Farão do abuso de um inocente um ato de expressão de desejo, e não um ato nojento e doentio de um adulto.

Precisamos denunciar essa insanidade. Só me resta uma expressão: Meu Deus, a que ponto chegou a humanidade?

No Canadá já tratam a pedofilia como orientação sexual há muito tempo, inclusive lutam pelos direitos dos pedófilos. No mundo todo, mais de 12 países já discutem a aceitação social da pedofilia. E nós? Vamos dar direitos a um adulto de ter relações sexuais com uma criança e achar isso uma expressão natural da sexualidade?

Nossas crianças, nossos filhos, estão completamente desprotegidos. Teremos que ser

“tolerantes” com essa “orientação”? Onde termina a loucura?

Quando a pedofilia é declarada como apenas um transtorno de “orientação”, em vez de um crime ou um comportamento com desvios, a legalização pode não estar muito longe. Vários países da Europa estão tentando combatê-la, nas Américas não será diferente.

A sanidade nunca voltará a essa cultura até que a verdade seja recuperada. Pedofilia não é, nem nunca foi, aceitável para pessoas verdadeiramente humanas. Sexo com crianças e desejo sexual por elas é crime, é doentio. Qualquer um que o sente deve saber que é errado, é grave, é hediondo, e deve buscar ajuda para que possa combatê-lo e obter mudança.[3] Mas como isso será possível se a psicologia proíbe a indução de convicções de orientação sexual? Como a psicologia brasileira vai agir se segue à risca as loucuras da APA?

Sabemos onde essa insanidade chegará. Se é “orientação sexual” segundo a APA, ou gênero sexual segundo alguns, as associações que lutam pelos direitos dos pedófilos serão defendidas pela ONU. Conforme informou o *site* Neon Tommy, auspiciado pela Escola de Comunicações de Annenberg, da University of Southern California, a decisão da Associação Americana de Psiquiatria deu espaço para que numerosos grupos de defesa da pedofilia ampliem “o alcance de suas organizações”.

É assim que os direitos humanos funcionam. Esses grupos se colocarão como uma minoria e farão pressão política para serem aceitos pela sociedade. Note que a sociedade não é a maioria da população, e sim a maioria dos militantes ideológicos do liberalismo sexual, que tem pautado como todos devem viver. Uma fala aqui e outra ali, uma brincadeira em um programa de TV, uma piada, a defesa do direito à masturbação infantil, de direitos sexuais na infância, aos poucos vão fazendo a sociedade, de forma subliminar, acreditar que essa “afetividade”, como apregoam, faz bem à criança. Falta pouco para ser imposta a ideia de que homens e mulheres adultos poderão fazer sexo e consumir pornografia com crianças. É o reflexo do direito à pluralidade sexual tão defendida, da multiplicidade de gênero tão ovacionada.

De acordo com o psychcentral.com, os “critérios de transtorno de pedofilia permanecerão inalterados a partir do DSM-IV, mas o nome da doença será revisto de pedofilia a desordem pedofílica”. Ou seja, desordem, e não mais parafilia ou doença.

Não temos mais tempo. Essa foi a pior das ações e a mais maligna. Jamais poderíamos supor que a Ciência cedesse ao crime moral, afetivo, degradante contra um inocente, uma criança, pois falar em “gêneros sexuais” e “multiplicidade de orientações sexuais” abre brechas para o discurso criminoso contra indefesos. Como psicóloga, trato a pedofilia como transtorno, doença e crime, se consolidada em qualquer esfera, mesmo que virtual, pois, se há consumo de material de pedofilia e aliciamento de crianças, é crime.

Pedófilo é uma pessoa que sente desejo sexual por crianças, e alguém que sente esse desejo deve buscar ajuda e empenhar-se exaustivamente para libertar-se dele, pois, se transformado em ato, precisa ser gravemente punido. Muitos, entretanto, se dizem perseguidos por preconceito, pois sentem amor, afetividade por crianças. Como hoje há uma comoção social em defender “qualquer forma de amor”, veremos em breve políticos

sendo favoráveis a esse crime contra a inocência humana.

A temática da ideologia de gênero nas escolas, ensinada até mesmo em creches de todo o país com o pretexto de combater a discriminação, oferece aos pedófilos a possibilidade de pegar carona na multiplicidade de gêneros, colocando a criança à mercê desses doentes sexuais. A diversidade de gêneros abre um leque de opções sexuais e orientações que pode ser um caminho percorrido por um pedófilo para alegar que sua orientação sexual, seu gênero é a pedofilia. Como vamos resolver essa questão se a sociedade e os próprios defensores dessa corrente promovem tais discursos sem o mínimo de crítica e de cuidado?

A mais conhecida teórica da ideologia de gênero, Judith Butler, afirma que "gênero é o seu comportamento", fazendo do conceito um tipo de cultura ou revolução comportamental. Segundo ela, não há homens ou mulheres, simplesmente pessoas. A consequência lógica desse pensamento impõe que não exista nem mesmo preconceito, no entanto esse é o conceito que está sendo utilizado para ensinar as crianças, a partir dos 4 anos, a explorarem seu corpo e o de seus colegas em busca de prazeres sexuais para, assim, definirem seu "gênero".

A conceituação de Butler, se bem compreendida, já demonstra que não é o problema do preconceito que desejam resolver.

É sabido pela psicologia que para mudar a mentalidade de alguém, basta mudar-lhe o comportamento, pois o indivíduo lutará para adequar o pensamento às ações praticadas anteriormente, de modo a reduzir a dissonância cognitiva. Portanto, a mudança da mentalidade é o alvo principal, fazendo de crianças e adolescentes militantes eficientes pela destruição de todos os padrões morais.

Ao contrário do que muitos podem pensar, a Ideologia de Gênero não torna as crianças homossexuais, mas as transforma em órfãos incapazes de perceber a realidade justamente porque habituam-se a adequá-la aos seus desejos e às ideologias do momento. Convertem as crianças a meros brinquedos de adultos.[4]

Estamos em um impasse agora: Se considerarmos a pedofilia uma orientação sexual, teremos que dar aos pedófilos os mesmos direitos que os homossexuais e os heterossexuais têm? Poderemos tratar um pedófilo para mudar sua condição, ainda que não possamos fazê-lo com o homossexual?

Referências bibliográficas

1. Disponível em: https://cristianderosa.wordpress.com/category/movimento-gay/
2. Disponível em: http://www.charismanews.com/us/41571-pedophilia-officially-classified-as-sexual-orientation-by-american-psychology-association
3. Ibidem.
4. Disponível em: https://cristianderosa.wordpress.com/category/movimento-gay/

Fontes de consulta

http://colunas.gospelmais.com.br/absurdo-pedofilia-oficialmente-classificada-orientacao-sexual_6555.html

http://www.midiasemmascara.org/artigos/movimento-revolucionario/16092-2015-10-03-18-32-52.html

https://europeanmediacentre.wordpress.com/2013/11/05/pedophilia-is-a-sexual-orientation-under-new-california-state-law/

http://www.nambla.org/

www.youtube.com/watch?v=NCVXte139pQ

Capítulo 11

PNE: TENTATIVA DE DIVULGAÇÃO NACIONAL DA IDEOLOGIA DE GÊNERO

O Plano Nacional de Educação é, sem dúvida, a grande arma para a doutrinação ideológica de gênero. Neste capítulo será mostrado um panorama dos motivos que levaram a sociedade brasileira a unir esforços, apesar de suas diferenças religiosas e políticas, para combater a ideologia de gênero incluída no PNE. Quanto a este, serão esclarecidos alguns de seus trechos.

Tentou-se estabelecer como lei a ideologia de gênero para desconstruir e reorientar a cultura brasileira ao moldes da europeia, evidenciando a multiplicidade de gêneros sexuais. Após sua rejeição no Congresso Nacional, houve a tentativa de recolocar em seu bojo os mesmos temas rechaçados por quase 100% de todos os estados e municípios do Brasil. Isso foi feito de modo arbitrário, mediante decreto pelo Ministério da Educação, revelando que o Brasil sofre uma grande e terrível perseguição religiosa, que se consolida por meio das ideologias políticas e de gêneros múltiplos orquestradas por esses movimentos.

Em 2011 recebi centenas de mensagens e *e-mails* de professores e educadores preocupados com o conteúdo do Plano Nacional de Educação, que, entre seus itens tão necessários para a construção de uma educação mais eficiente e justa, escondia privilégios, perseguição e cerceamento de direitos a profissionais por sua confissão de fé e valores, além de uma clara tentativa de desconstrução da família tradicional, atribuindo a ela rótulos de preconceito e apontando-a, inclusive, como a principal motivadora da discriminação contra homossexuais.

Emiti uma alerta nacional à educação no Brasil em 2011 em cartas abertas e enviei *e-mails* a todos os deputados e senadores questionando o plano. O PNE 2014, que determina as políticas da educação em nosso país, deixava — antes da retirada de alguns artigos e de mudanças em outros — valores familiares totalmente fora de suas discussões.

A principal crítica ao item 13º era de que todo cidadão deve ter bolsa de estudos quando não tiver condições de pagar por eles, independentemente de sua orientação sexual. O texto original mostrava claramente a superproteção ao homossexual e vitimizava a homossexualidade, reforçando o preconceito, e não o extinguindo, aprovando claramente privilégios que outros cidadãos não teriam. É evidente que as pessoas por trás dessas discussões estavam e estão legislando em causa própria e de forma parcial, usando o PNE para a obtenção de benefícios. Isso é, no mínimo, antiético.

Creio que qualquer cidadão deveria ter direito a bolsas e à educação, não importando

cor, raça, religião ou orientação sexual, e as bolsas deveriam ser dadas por falta de condições financeiras. Uma questão a ser abordada é: Como o homossexual provaria sua orientação? Quanto ao índio, ao negro e ao deficiente físico, sua condição é aparente; e o homossexual? Acredito que este, que luta tanto por igualdade e dignidade, na verdade seria discriminado com tal medida.

O teor do texto original que provocou discussões nacionais deixava claro que sua redação fora elaborada por militantes ideológicos, sem imparcialidade, que se posicionam claramente contra a família tradicional. Um texto entendido como preconceituoso, pois indicava, e ainda indica, apesar das mudanças, tal instituição como reforçadora da discriminação.

Os termos *pai* e *mãe*, absolutamente necessários em nossa concepção para a constituição de família, poderiam, por força de lei, ser questionados. Era uma brecha altamente perigosa e gerou muitos conflitos sociais entre as famílias e a escola.

O PNE tem caráter normativo por um período de dez anos garantido pela Constituição. Para entendimento da gravidade da questão, se um projeto de lei que proíbe a veiculação da imagem da família tradicional em campanha publicitária dos governos e em livros didáticos não passa no Congresso, pode ser consolidado no PNE, pelo menos no que tange às campanhas das secretarias e do Ministério da Educação, podendo consolidar-se ainda mais em relação aos livros didáticos.

A sociedade, os educadores e os parlamentares não viram com bons olhos esse Plano Nacional de Educação, e sim como uma forma de inclusão da ideologia de gênero para corroborar o relativismo sexual e social, promovendo uma inversão de valores sem levar em conta o lado da maioria, que também tem o direito de, pelo menos, requerer um estudo de qualidade para seus filhos isento da pretensão de reorientá-los, conflitando com a educação familiar. Não podemos, para acabar com um preconceito, criar outros. Está claramente descrita em alguns itens do plano a ênfase ao preconceito, e não o diálogo e entendimentos entre grupos, religiões e sexos. O PNE 2014 está criando uma barreira nessa tentativa de relacionamento, que tanto tentamos construir.

Seguem explicações técnicas sobre o Plano Nacional de Educação antes de ter sido mudado pelo Senado e pela Câmara Federal.

O FNE elaborou um texto referência para ser discutido nos municípios e estados. Depois dessas etapas, o texto seguiu para discussão em nível nacional, por ocasião da Conferência Nacional de Educação — CONAE/2014 — que aconteceu entre os dias 17 a 21 de fevereiro de 2014 em Brasília. A conferência teve caráter deliberativo, de acordo com a Portaria n.º 1.410, de 03 de dezembro de 2012. Na CONAE foram consideradas as emendas propostas ao longo do processo, ou seja, as emendas propostas nas Conferências Municipais e Estaduais de Educação. Nesse momento foi constituído um documento base que “atendesse” aos interesses da sociedade de forma geral. Isso porque o documento visava dialogar e consubstanciar o anteprojeto do PNE que tramitou no Congresso Nacional.

Antes de prosseguir, é importante atentar para o que a Constituição Federal diz a

respeito do PNE no Art. 212, § 3º:

> A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.[1]

E no Art. 214:

> A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:
>
> I – erradicação do analfabetismo;
>
> II – universalização do atendimento escolar;
>
> III – melhoria da qualidade do ensino;
>
> IV – formação para o trabalho;
>
> V – promoção humanística, científica e tecnológica do País;
>
> VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.[2]

Discussões vão acontecer até que se construa um texto base. No entanto, o que preocupa são os seguintes fatos:

- Os valores e os anseios da maioria da população não constam, como deveriam, no documento referência elaborado pelo FNE;
- As múltiplas concepções sociais, tanto do ponto de vista dos valores morais e éticos quanto das metodologias e práticas pedagógicas, não estão representadas.

Os pontos ideológicos discutíveis eram inúmeros, desde o documento final do CONAE de 2010. No entanto, o texto referência para deliberação em 2014 extrapolou todos os limites do bom senso. Por mais que se discuta o seu teor, ele é o documento referência. Isto significa que, por mais que haja emendas, ficou praticamente inviável a construção de um documento final que represente o avanço que se pretende para a educação nos próximos dez anos.

11.1 Pontos polêmicos

A partir deste momento, passo a pontuar, mais especificamente, os absurdos que encontrei no documento referência:

- Até para uma compreensão do documento é importante atentar para a composição do FNE, “órgão” responsável pela elaboração do documento e pela organização do CONAE. É inevitável notar que os segmentos da sociedade deveriam estar

representados de forma mais plural. No entanto, o que se percebe é uma abertura maior para determinado grupo, fato que mostra que o documento referência foi costurado “ideologicamente”.

- O documento referência deveria ser elaborado em consonância com as deliberações do CONAE 2010; no entanto, foi radicalmente alterado, sobretudo no que tange aos benefícios à comunidade LGBT. Foi acrescentado um eixo temático para favorecer o citado grupo.
- O documento referência pode ser alterado nas discussões, ainda que seja pouco provável, especialmente quando se considera o fato de a sociedade, de modo geral, não acompanhar essas discussões. A pressão popular poderia resultar num recuo. Talvez isso aconteça à medida que forem divulgadas as implicações das deliberações no CONAE para a educação nos próximos dez anos.
- No final da página 33 e início da 34, o 10° item da planilha de proposição trata do financiamento público a pesquisa nas áreas relacionadas a etnia, raça, gênero e orientação sexual, entre outras. O que me espanta é que, quando se menciona a questão religiosa, o incentivo é para a pesquisa orientada à investigação da privação da liberdade e diversidade religiosa. Ou seja, não deve haver incentivo a pesquisa relacionando a religião com a possibilidade de desenvolvimento social, a ressocialização e os laços de família, entre outros temas nesse sentido.
- No 11° item, que versa sobre ações afirmativas, está textualmente assim: “Implementar políticas de ações afirmativas para a inclusão dos negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, povos das águas, povos da floresta, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, nos cursos de graduação, pós-graduação lato e stricto sensu e nos concursos públicos.”[3]

Esse texto previa a criação de cotas na graduação, na especialização, no mestrado e no doutorado para a comunidade LGBT, e no 13° item essa ideia é ratificada, podendo, inclusive, ser ampliada a partir da concessão de bolsas ao cidadão homossexual para dar continuidade aos seus estudos.

- No item 27 dessa mesma planilha, o eixo temático II fala de articulação e parceria entre o FNE e instituições representativas, inclusive LGBT. No entanto, em nenhum momento aparecem menções a instituições católicas ou evangélicas.
- Outra brecha que querem achar, e por essa razão segue o texto na íntegra para comentário posterior: “Inserir na avaliação de livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), de maneira explícita, critérios eliminatórios para obras que veiculem preconceitos à condição social, regional, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, linguagem, condição de deficiência ou qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos.”[4]

O texto é capcioso. Nele, a figura da família tradicional poderia ser entendida como reforço ao preconceito, e os termos *pai* e *mãe*, absolutamente necessários para a

constituição de família, podem ser questionados. É uma brecha altamente perigosa. Enquanto estamos preocupados com projetos de lei, lei complementar e até mesmo com as emendas constitucionais (e temos que estar), não podemos nos descuidar quanto ao PNE. Todas as questões pontuadas até este momento demonstram, pormenorizadamente, o que se pretende implementar nos próximos dez anos em relação à desconstrução da família tradicional e ao cerceamento dos educadores, entre outras barbáries. É preciso uma análise cada vez mais profunda para definirmos as estratégias necessárias para o enfrentamento no campo das ideias.

Durante todas as discussões expostas na imprensa, tentam enganar a população afirmando que não existia a ideologia de gênero no PNE, que foi uma invenção do fanatismo religioso. É fácil perceber a tentativa de desviar a atenção, pois, conforme os textos citados na íntegra, a ideologia não só existe, como permeia todo o plano de educação, promovendo uma vergonhosa doutrinação e deturpação da sexualidade normativa no sentido de tradicional, natural e biológica.

Embora a ideologia de gênero exista em inúmeros países desde os anos 1990, no Brasil ela começou a ganhar força a partir de 2005 em âmbito acadêmico, voltada incialmente para educadores com uma série de programas de formação de professores promovidos por universidades, envolvendo cursos de pós-graduação e mudança de *curriculum* da licenciatura de pedagogia. Os alunos foram obrigados a participar de aulas sobre o tema, e premiações foram oferecidas a professores e profissionais que divulgassem a cultura da igualdade e implantassem essa ideologia. O programa foi chamado de “Construindo a igualdade de gênero no Brasil”.

Há também iniciativas de ONGs que buscam complementar a formação de professores com autarquias de profissões, como a psicologia, que defendem essa questão. A mídia, por meio de novelas e programas, tenta em seus roteiros implantar essa ideologia pela alienação.

O Brasil foi um dos primeiros países a seguirem a orientação da ONU quando, em 2009, o presidente Lula assinou o Decreto 7.037/2009, que aprovou o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Em seu eixo orientador III, diretriz 10, objetivo estratégico V, ação programática d, o decreto estabelece a meta de: “reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade.” Ou seja, o Governo não quer somente o reconhecimento das outras configurações familiares e da diversidade sexual, como se propaga ao senso comum, mas a desconstrução do *status* de normalidade da família tradicional, ainda contemplada na Constituição.[5]

11.2 Medidas para burlar a lei

O Congresso Nacional (Senado e Deputados federais), depois de longos estudos sobre o tema em questão, percebeu que essa política não poderia ser implementada no Brasil em forma de lei, pois em outros países onde foi instaurada estava gerando conflitos de identidade e sociais. Portanto, a matéria foi recusada por todo o Parlamento.

O Plano Nacional, então, depois de sancionado, deu aos estados e municípios o prazo até julho de 2015 para que adaptassem seus planos, porém em conformidade com ele. Ao contrário do que dizem os militantes e ativistas antifamília, todas as diferenças foram contempladas.

A votação do Plano Nacional de Educação (PNE) se deu no Senado, em 2012, e na Câmara dos Deputados, em 2014. Em ambas as casas legislativas, a ideologia de gênero foi apresentada, por iniciativa do Governo Federal, mas rejeitada pelos dois plenários.

A redação final do Congresso à Lei 13.005/2014, em seu Art. 2º, inciso III, diz que o Estado deve garantir "a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação", sem, no entanto, especificar e/ou privilegiar grupos sociais.

Agora a mesma matéria ressurge nas votações dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, trazida pelo relatório final da 11ª[iv] Conferência Nacional de Educação (CONAE), do Ministério da Educação (MEC). Esse relatório comumente usado pelas prefeituras e estados para construírem seus planos ignora a decisão do Congresso e faz 35 referências à ideologia de gênero.

Ao retornar com tais expressões, o relatório da CONAE induz prefeituras e estados a também ignorarem a vontade do Congresso manifestada no PNE. Além disso, abre espaço nos planos educacionais para a inclusão do ensino da ideologia de gênero no decorrer dos dez anos de validade desses documentos.

O MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação realizam cursos para a formação de professores em cooperação com universidades, movimentos sociais em defesa dessa causa e editoras de livros didáticos e paradidáticos, mesmo sendo notório que o assunto choca e incomoda uma parcela considerável de pais, alunos e professores que se sentem indefesos diante da força de imposição que esta visão opera no sistema de ensino.[6]

O que temos de questionar é:

1. *Por que* uma ideologia sem consenso na sociedade e na Ciência, mesmo nos campos científicos nos quais se estabeleceu, ganha *status* de verdade absoluta a ponto de influenciar leis e forçar a mudança de paradigmas sociais cristalizados?

2. *Por que* uma ideologia que, embora trate do corpo, não se firmou nos estudos biológicos e genéticos acomodou-se nas ciências sociais e humanas, sobretudo nos limites do discurso e do comportamento?

3. *Por que* é aceita uma ideologia que não consegue se equilibrar no critério cartesiano de verdade e que, para vestir-se no manto científico, orienta-se nos terrenos movediços do desconstrutivismo e do relativismo filosófico? Muitos dos seus achados importantes derivaram do método científico de pesquisa-ação, que é livre de preocupação objetiva e predominantemente subjetivo como nenhum outro método.

Adiante citarei um trabalho de conclusão de curso supervisionado por mim e realizado por duas alunas do curso *Desconstruindo a ideologia de gênero*, do qual sou idealizadora e coordenadora na cidade de Curitiba.[a]

Buscou-se investigar a legislação vigente e a literatura existente sobre os assuntos abordados e os referenciais que sustentam a concepção do cuidar e do educar na Educação Infantil. Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010),[7] é importante verificar se os processos de desenvolvimento infantil estão ou não sendo respeitados pela sociedade e pelas instituições de Educação Infantil e seus agentes educativos.

Para efeitos legais, segundo as DCNEF, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Para respeitar todas essas questões e não deixar que concepções infundadas interfiram no desenvolvimento do ser humano, principalmente das crianças, sobrepondo-se ao direito dos pais de educarem os filhos segundo os seus valores e os princípios que professam, serão abordados dois tópicos básicos: o desafio da educação básica e a função social da escola associada ao papel da família nesse contexto.

11.2.1 O desafio da educação básica

Um dos grandes desafios do século 21 no campo da educação tem sido elaborar propostas pedagógicas para atender a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. É de responsabilidade dos municípios esse nível de escolarização e tem como principal finalidade desenvolver integralmente a criança de 0 a 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, e formar pessoas para serem autônomas, capazes de construir experiências, expressar-se, comunicar-se, sentir segurança, amar, ser felizes, ter autodomínio e compreender seu contexto.

Atualmente entende-se que a função da Educação Infantil resgata o equilíbrio entre o educar e o cuidar.

No Brasil, o atendimento a crianças de 0 a 5 anos é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, cuja redação foi alterada pela Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que estabelece em seus Artigos 29 e 30:

> Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I. creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II. pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.[8]

O atendimento a essa faixa etária é um direito da criança, resultado de reivindicações de diferentes movimentos sociais, de grupos organizados, da sociedade civil, de estudiosos e teóricos preocupados com o cuidado e a formação dela, agora considerada cidadã e detentora de direitos. É função, portanto, das instituições de Educação Infantil vencer todos esses desafios, assegurando às crianças, sem distinção, uma vida social e que complete o contexto familiar.

Desenvolver a criança em sua totalidade significa considerá-la por inteiro. Portanto, toda a proposta educativa deve integrar as ações de educar e cuidar, atendendo as necessidades fundamentais do desenvolvimento infantil e respeitando a criança como sujeito de direitos.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), *educar* significa:

> Propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos acontecimentos mais amplos da realidade social e cultural.[9]

Percebe-se dessa citação a relevância do ambiente educacional como promovedor do processo de ampliação da realidade social e cultural infantil, mas nunca esquecendo os princípios e valores que a criança recebe da família. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), “a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.[10]

É importante respeitar as fases de desenvolvimento da criança nessa faixa etária, e foi Piaget que mapeou as etapas de desenvolvimento infantil de 0 a 11 anos, assim descritas:

- Estágio sensório motor: mais ou menos de 0 a 2 anos – a atividade intelectual da criança é de natureza sensorial e motora. A principal característica dessa idade é a não representação mental dos objetos, sendo direta a ação da criança sobre eles. Essas atividades serão o fundamento da atividade intelectual futura. Neste estágio, a partir de reflexos neurológicos básicos, o bebê começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente o meio.[11] Também é marcado pela construção prática das noções de objeto, espaço, causalidade e tempo.[12] Segundo Lopes, as noções de espaço e tempo são construídas pela ação, configurando, assim, uma inteligência essencialmente prática.[13] Conforme Macedo, é desse modo que os esquemas vão “pouco a pouco diferenciando-se e integrando-se, no mesmo tempo

em que o sujeito vai se separando dos objetos podendo, por isso mesmo, interagir com eles de forma mais complexa."[14] Nitzke et al. dizem que o contato com o meio é direto e imediato, sem representação ou pensamento.[15]

- Estágio pré-operatório: mais ou menos de 2 a 6 anos – nessa etapa a criança já não depende tanto de seu movimento e sensações, como no estágio anterior, e já distingue um significador (imagem, símbolo ou palavra) daquilo que ele significa. Para a educação é importante ressaltar o caráter lúdico do pensamento simbólico. É nesta fase que surge, na criança, a capacidade de substituir um objeto ou acontecimento por uma representação,[16] e esta substituição é possível, conforme Piaget, graças à função simbólica. Assim, este estágio é também muito conhecido como o estágio da Inteligência Simbólica.
- Estágio operatório concreto: mais ou menos dos 7 aos 11 anos – a criança é capaz de ver a totalidade dos fatos por meio de diferentes ângulos. Conforme Nitzke et al.,[17] neste estágio a criança desenvolve noções de tempo, espaço, velocidade, ordem, casualidade, sendo, então, capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade. Apesar de não se limitar mais a uma representação imediata, depende do mundo concreto para abstrair.
- Estágio operatório formal: vai dos 12 anos em diante – ocorre o desenvolvimento das operações de raciocínio abstrato. Segundo Wadsworth,[18] é neste momento que as estruturas cognitivas da criança alcançam seu nível mais elevado de desenvolvimento. A representação agora permite à criança uma abstração total, não se limitando mais à representação imediata nem às relações previamente existentes. Agora a criança é capaz de pensar logicamente, formular hipóteses e buscar soluções, sem depender mais só da observação da realidade. Em outras palavras, as estruturas cognitivas da criança alcançam seu nível mais elevado de desenvolvimento e tornam-se aptas a aplicar o raciocínio lógico a todas as classes de problemas.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, construir a identidade implica conhecer os próprios gostos e preferências e dominar habilidades e limites, sempre levando em conta a cultura, a sociedade, o ambiente e as pessoas com quem se convive. Esse autoconhecimento começa no início da vida e segue até o seu fim.[19]

Concluiu-se, portanto, que é de fundamental importância respeitarmos as etapas de desenvolvimento da Educação Infantil para que a criança tenha o direito de ser criança, de brincar, ser feliz, imaginar, aprender, questionar, experimentar, vivenciar, socializar-se. É nosso dever como educadores preservar o direito dela de desenvolver-se de forma sadia em todos os seus aspectos: físico, psicológico, biológico, intelectual e social, a fim de que se torne cidadã autônoma, crítica, consciente, responsável e reflexiva sobre seus atos e escolhas perante a sociedade em que vive.

11.2.2 Função social da escola associada ao papel da família

Apesar das transformações sofridas no século 21, a escola ainda representa a instituição

que a humanidade elegeu para socializar o saber sistematizado. Portanto, o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer nesse ambiente, que é o lugar onde, por princípio, é difundido o conhecimento que a sociedade estima necessário transmitir às novas gerações. Mas é importante salientar que, por mais que a escola tenha consciência da sua função, ela jamais poderá suprir o dever da família. O papel dos pais na educação é de extraordinária importância para a formação integral do educando. É necessária uma parceria entre eles e a escola para o pleno desenvolvimento do cidadão.

Pensar a função social da educação e da escola implica problematizar a escola que temos na tentativa de construirmos a escola que queremos. O grande desafio da instituição hoje é levar o aluno a “pensar”. Nesse processo, a participação democrática de todos os envolvidos é fundamental para a concretização de uma gestão igualitária.

Nos últimos anos, a educação tem passado por diversas modificações, apresentando a necessidade de se reorganizar e dar novo sentido ao modo como o conhecimento é produzido. Com uma nova cultura pedagógica da escola, segundo a qual ela deverá estar integrada com seu projeto educativo, é necessário que a equipe de professores assuma o compromisso de trabalhar de forma cooperativa visando à compreensão crítica da realidade onde está inserida para a formação de uma cidadania mais livre, democrática, ativa e participativa. Nesse contexto, o professor pode e deve ajudar o aluno, sendo um mediador no processo de ensino-aprendizagem, mas não pode pensar ou agir por ele.

A escola, como instituição educacional, tem uma função social a cumprir, fundamentalmente assentada no trabalho do professor mediante o processo de ensino-aprendizagem com a finalidade de contribuir para a humanização, preparando as crianças e os jovens para atuarem como cidadãos críticos e participativos da sociedade em que vivem.

A escola é um espaço que propicia essas relações humanas permitindo que os alunos convivam com as diferenças, aprendam a respeitá-las, a compartilhar e a lidar com hierarquias. A ética ajuda na aquisição de hábitos e atitudes que convergem em uma maneira própria de viver e retomar os valores humanos cruciais nas relações. Portanto, a educação não pode ser neutra quanto a esses valores, que são o alicerce para cultivar a paz e a harmonia, valores esses construídos pela família, fundamentados em princípios e que devem ser considerados.

Essa relação entre família, escola e professor ocorre de maneira positiva quando pais e educadores partilham a responsabilidade sobre a educação, pois ambos devem viabilizar relações pautadas na afetividade e no adequado desempenho de seus papéis. É evidente que a liberdade que pode ser vivida em casa e na escola, enfim, em sociedade, é algo a ser construído coletivamente, construção esta permeada pelo respeito entre os seus construtores (crianças, adolescentes, pais, professores) e pelos limites gerados coletivamente. Logo, a família e a escola precisam trabalhar de forma equilibrada, refletida e dialogada, a fim de criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem no dia a dia e manter pais e professores no caminho do desenvolvimento estável e progressivo.

A escola é uma entidade viva e dinâmica. Para que alcance seus objetivos e cumpra sua

função social, que é com o processo de ensino-aprendizagem de forma eficiente e eficaz, deve haver o entendimento dessa organização por meio da atuação especial de todos os envolvidos na educação.

Ocorre que, com as discussões acerca do Plano Nacional de Educação com vigência para 2015/2025 e as diversas conferências que trataram do assunto, uma corrente adepta da ideologia de gênero, ideologia esta mascarada sob o pretexto de combater o preconceito e a discriminação, busca inserir na grade curricular do ensino básico fundamental assuntos relacionados à orientação sexual nas mais tenras idades.

Após o tema ter sido amplamente debatido no Parlamento brasileiro com plena participação da sociedade, dos alunos e educadores, foi retirada do Plano Nacional de Educação qualquer menção a ideologia de gênero, orientação sexual e seus sinônimos. Como a referida ideologia entende que o ser humano não nasce homem nem mulher, sendo ele mera construção social atrelada ao desenvolvimento cultural de sua região, ela se mostrou uma ideia no mínimo polêmica, portanto não incorporada ao nosso ordenamento jurídico.

Neste sentido, cabe o questionamento: a ideologia de gênero respeita as diferenças ou impõe uma orientação sexual?

Vimos anteriormente que, a partir de 1990, com a publicação do livro *O problema do gênero*, de Judith Butler, o termo *ideologia* gradativamente evoluiu para sua atual configuração. Entretanto, a ideologia do gênero já havia iniciado suas construções nos anos 1980, quando o conceito de gênero passou a ser adotado pelos movimentos marxistas e feministas, que viam na ideologia uma justificação científica para as teses desenvolvidas inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels.

Segundo Marx, é impossível implantar a revolução socialista sem que antes se destrua a família. Consequentemente, para possibilitar essa revolução, é necessário desenvolver concomitantemente um amplo trabalho de fragmentação da política e da cultura.

As teorias de Marx sobre a família foram postas em prática pelo Leninismo e aprofundadas pela Escola de Frankfurt. Posteriormente, esta escola associou-se à revolução russa a fim de apontar claramente o motivo pelo qual a destruição da família seria tão central para o êxito da revolução socialista. Todavia, não explicou como esta deveria ser realizada.

Ocorre que o conceito de gênero está sendo utilizado para promover uma verdadeira revolução cultural ou sexual, argumentando combater o preconceito e a discriminação e dando aos alunos formação sobre diversidade sexual ainda crianças.

Para essa ideologia, que repousou nas ciências sociais, pois não encontrou base científica e tampouco legal, o sexo é uma construção cultural, social; assim sendo, poderá ser modificado até chegar a uma completa igualdade na qual não haverá mais famílias, tanto heterossexuais quanto alternativas, e a educação será tarefa exclusiva do Estado, não havendo traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Segundo tal concepção, todos teriam que ser educados como assexuados, e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais.

A essência da questão foi muito bem exposta pelo Professor José Eduardo de Oliveira em uma entrevista concedida à agência Zenit, recentemente publicada em um livro intitulado *Caindo no conto de g*ênero:

> Sintetizando em poucas palavras, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e de mulher, e as consequências são as piores possíveis. Conferindo *status* jurídico à chamada "identidade de gênero" não há mais sentido falar em "homem" e "mulher"; falar-se-ia apenas de "gênero", ou seja, a identidade que cada um criaria para si.
>
> Portanto, não haveria sentido em falar de casamento entre um "homem" e uma "mulher", já que são variáveis totalmente indefinidas. Mas, do mesmo modo, não haveria mais sentido falar em "homossexual", pois a homossexualidade consiste, por exemplo, num "homem" relacionar-se sexualmente com outro "homem". Todavia, para a ideologia de gênero o "homem 1" não é "homem", nem tampouco o "homem 2" o seria. Em poucas palavras, a ideologia de gênero está para além da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade, da transexualidade, da intersexualidade, da pansexualidade ou de qualquer outra forma de sexualidade que existir. É a pura afirmação de que a pessoa humana é sexualmente indefinida e indefinível.[20]

Para os ideólogos de gênero, não é a biologia que deve imperar, mas o meio social/cultural onde o ser humano é criado, daí dizer-se que o sexo é natural, mas o gênero é construído. De acordo com essa ideologia, as evidências biológicas seriam sepultadas, vigorando a ideia de que o indivíduo é quem define seu próprio gênero, ou seja, ele nasce menino, mas quer ser menina, e vice-versa. Por isso a nossa preocupação com o que querem ensinar às nossas crianças.

Contemplar, portanto, a referida ideologia nos planos estaduais e municipais de educação por meio de programas que tratem da identidade de gênero ou orientação sexual desde a educação básica é uma tentativa perfeita para propagar essa revolução cultural, que nada tem a ver com o combate à discriminação ou às formas de preconceito contra os que manifestam outras opções sexuais ou sentem-se diferentes.

Nesse diapasão, "o princípio da igualdade pressupõe" que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual: "Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades".[21]

A escola, como um campo científico e de informação intelectual, não pode negar a biologia e inventar gêneros para satisfazer minorias ou maiorias. Segundo os PCNs (1997) – Temas Transversais, as questões referentes à sexualidade não se restringem ao âmbito individual; pelo contrário, para se compreender comportamentos e valores pessoais, é necessário contextualizá-los social e culturalmente. Essa proposta caracteriza-se pelo trabalho de esclarecimento e pela problematização de questões que favoreçam a reflexão e a ressignificação das informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um. Isso tudo só reafirma a nossa visão de que a escola deve desenvolver

em seus alunos o pensamento crítico e reflexivo.

Por derradeiro, não cabe à escola transmitir conteúdos sobre ideologias, orientação sexual, conceitos morais ou religiosos às crianças e aos adolescentes, pois esse é o dever dos pais, o qual, aliás, além de amparado pela Magna Carta, é assegurado no Pacto de San José, do qual o Brasil é signatário. Em seu Art. 12, inciso IV, consta:

“Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.”

A escola deve servir aos cidadãos com o intuito de dar-lhes conhecimento suficiente capacitando-os para o mercado de trabalho, constituindo-se, então, o lugar de ensino e aprendizagem, jamais de doutrinação. Logo, qual deveria ser realmente a nossa luta?

É evidente que todo cidadão, independentemente de identidade, gênero ou opção sexual, deve ser respeitado e resguardado de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e exclusão social. Contudo, impor a uma sociedade por meio da Educação temas de discussão para crianças e adolescentes sobre uma falsa bandeira de combate a preconceitos, adentrando em competência exclusiva dos pais, é desrespeitar os princípios, valores e opiniões do outro. Sendo assim, não há que se falar em respeito se a premissa não vale para ambos os lados.

Fixar na grade curricular de nossas crianças assuntos oriundos de ideologias sem qualquer embasamento científico para ensinar-lhes como não serem preconceituosas nem proferirem palavras discriminatórias ao desigual é retirar direitos já conquistados e abraçados pelo ordenamento jurídico brasileiro, ferindo, portanto, o princípio da igualdade que tanto se avoca.

Enfim, nossa reflexão é: pelo que devemos lutar? Por um ensino com ideologia de gênero ou por uma escola de qualidade, que provoque discussões, trabalhe amplamente o preconceito e a discriminação e desenvolva no aluno o educar para o pensar, conduzindo-o ao pensamento crítico-reflexivo e, com isso, realmente contribuindo de maneira significativa para o seu desenvolvimento pleno? Se escolhermos a segunda opção, formaremos cidadãos críticos, participativos e que de fato saibam fazer suas escolhas na idade adulta de modo consciente e com convicção do que é melhor para sua vida.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. Constituição Federal de 1988.
2. BRASIL. Constituição Federal de 1988.
3. http://www.comed.salvador.ba.gov.br/documentos/referencia-conae-comed.pdf
4. Ibidem.
5. Damares Alves. Disponível em: https://noticias.gospelprime.com.br/decreto-presidencial-desconstrucao-familia/
6. Prof. Orley José da Silva. Disponível em: http://www.midiasemmascara.org/artigos/governo-do-pt/15898-2015-06-17-22-28-40.html
7. BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para educação infantil, 2009.
8. BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9394/96 e Lei 12.796/2013. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
9. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de

Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF; 1998. p. 23.

10.BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para educação infantil, 2009.

11.Lopes J. Jean Piaget. Nova Escola. ago 1996; XI, 95.

12.Macedo L. *Ensaios construtivistas*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1994.

13.Lopes J. Jean Piaget. Nova Escola. ago 1996; XI, 95.

14.Macedo L. *Ensaios construtivistas*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1994. p. 124.

15.Nitzke JA, et al. Teoria de Piaget. PIAGET. 1997b. Disponível em: http://penta.ufrgs.br/~marcia/piaget.

16.Piaget J e Inhelder B. *A psicologia da criança*. São Paulo: DIFEL; 1982.

17.Nitzke JA, et al. Teoria de Piaget. PIAGET. 1997b. Disponível em: http://penta.ufrgs.br/~marcia/piaget.

18.Wadsworth B. *Inteligência e afetividade da criança*. 4. ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli; 1996.

19.*Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF; 1998. p. 23.

20.José Eduardo de Oliveira. Caindo no conto de gênero.

21.Nery Jr., 1999. p. 42.

Fontes de consulta

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

_____. Ministério da Educação. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. 2009

_____. Ministério da Educação. Lei 12.796/2013.

http://conae2014.mec.gov.br/index.php.

http://conae.mec.gov.br/index.php.

http://fne.mec.gov.br/index.php.

Piaget J. Biologia e Conhecimento. 2ª Ed. Vozes : Petrópolis, 1996.

Piaget J. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Dias MB. Manual de direito das famílias. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Mota TS, Rocha RF, Mota GBC. Família – Considerações gerais e historicidade no âmbito jurídico. In:Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 84, jan 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8845&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em julho de 2015

Piaget J e Inhelder B. A psicologia da criança. São Paulo: DIFEL, 1982.

Wadsworth B. Inteligência e Afetividade da Criança. 4. Ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1996.

---

iv Meus agradecimentos às queridas alunas e amigas Raquel Cavalheiro — Especialista em Direito Aplicado pela EMAP, Especialista em Direito do Estado pela LFG, Assessora Parlamentar e Consultora ANOREG/PR — e Tania Mara Fantinato — Pedagoga, Especialista em Gestão Educacional, Mestre em Educação pela UFSC e Consultora Pedagógica — pela contribuição neste capítulo, que visa alertar a sociedade mundial do perigo da ideologia de gênero não apenas na educação, mas em todas as áreas.

Capítulo 12

MAPEAMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO E DO CONTEÚDO PROGRAMÁTCICO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO

Quem disse que aula de sexo é obrigatória nas escolas? Quem disse que você tem de aceitar tudo o que o professor ensina ao seu filho?

Diante dos avanços da doutrinação ideológica de gênero no país, faz-se necessário estarmos cada vez mais atentos ao ambiente educacional e literário dos nossos filhos. Nesse contexto, este capítulo alerta sobre a necessidade de os pais observarem a lista de material, as tarefas e os livros permanentes (didáticos e paradidáticos).

Há muita literatura indicada pelo MEC. Ocorre que os livros infantis e juvenis contêm, além de erotização infantil, temas explicitamente ligados à ideologia de gênero, à ideologia política de esquerda marxista, cuja finalidade é distorcer "saberes", conhecimentos sobre a realidade da natureza humana. Eles tentam desconstruir conceitos sobre a sexualidade e o sentido original de família para promover o que chamam de "diversidade cultural", sob a perspectiva de gênero, quebra de tabus, paradigmas culturais, morais, implantando novas configurações de família, relativizando totalmente o conhecimento acerca da reprodução humana.

Precisamos analisar os materiais didáticos e paradidáticos de nossos filhos, não apenas os que eles compram, mas os que são expostos nas bibliotecas, principalmente os usados por professores nas diversas áreas da educação. Os ideólogos de gênero estão fundamentando esse fenômeno dos "gêneros sexuais" por meio de leis e da imposição pela via da educação. Embora não tenham conseguido incluí-lo nas escolas de modo legal, as cartilhas parecem drogas: estão nas salas de aula viciando nossos filhos em desobedecer e questionar nossa autoridade.

Há um "clamor social" dos pais que ficam perplexos com esses conteúdos e com a maneira como seus filhos têm sido reorientados com pensamentos extremamente relativistas em relação ao sexo, como têm despertado sexualmente mais cedo. Esses pais consideram o ensino sobre sexualidade, o material didático e paradidático e a atuação do professor os principais responsáveis pelo que chamam de erotização precoce.

Os pais ou responsáveis por crianças em idade escolar devem verificar o conteúdo, a composição dos materiais didáticos oferecidos a elas. Embora sejam chancelados pelo MEC, não representam a forma como a maioria dos professores, alunos e pais vive, portanto se tornam uma agressão moral aos que não concordam com essa militância e não

querem expor seus filhos ao perigo da confusão que pode gerar quanto aos afetos e à elaboração da identidade da criança, que, vale lembrar, é de responsabilidade dos pais, não da escola.

Chamo atenção para a educação dada em casa: é função dos pais a educação formal, portanto eles podem competir com esse conteúdo transmitido na escola oferecendo literatura de qualidade aos seus filhos. Como está escrito em Provérbios 22.6: *Instrui o menino no caminho em que deve andar, e, até quando envelhecer, não se desviará dele.*

Essa é uma máxima. Pais que educam os filhos com moral, princípios e fé, respaldando-se nas tradições que orientam seu modo de vida, as quais se baseiam no respeito e no amor a Deus em primeiro lugar, a si e ao próximo, não terão problemas em convencer os filhos de que alguns comportamentos adotados por determinados grupos e certos materiais "didáticos" indicados pela escola e pelo professor não estão em consonância com sua sexualidade. Querem distorcer os preceitos éticos que os pais ensinam aos filhos. A criança não pode ser objeto de laboratório, cobaia de pesquisas sociais. Ela não é um animal, e, mesmo que fosse, há um movimento contrário ao uso de animais como cobaias de experimentos.

Nossas crianças têm o direito de saber que podem viver como sua família vive e podem seguir o Deus de seus pais, portando-se conforme sua fé, servindo a Cristo com toda a liberdade.

Analisando textos subversivos, encontrei um parágrafo que explica toda a intenção de se implantar a ideologia de gênero. Perceba o que ela deseja na verdade:

> De um modo geral, para Silva (2011), é necessária uma estratégia pedagógica e curricular realizada no âmbito das recentes teorias culturais, sobretudo do pós-estruturalismo, em que "identidade" e "diferença" são entendidas como questões de políticas, produzidas socialmente. Para o autor, antes da tolerância, vem a necessidade de explicar como a identidade e a diferença são ativamente produzidas, de questioná-las. Nessa perspectiva, ele nos diz que os alunos devem ser estimulados a subverter, perturbar e transgredir as identidades existentes, mostrando seu caráter construído e artificial.[1]

Em seu discurso, o autor deixa claro que a intenção é subverter, transgredir as identidades, manipulando as evidências e dando à verdade um caráter artificial. Ou seja, é uma doença essa insistência em mudar, perverter a cultura sexual, pois o que é natural foi rotulado de artificial, e a sociedade está aceitando pacificamente por falta de conhecimento.

Temos que mostrar aos nossos filhos, com toda a tranquilidade, que a heterossexualidade não é apenas uma tradição religiosa; é a sexualidade de origem da humanidade, é natural, é a responsável pela constituição da famíla, a célula mater da sociedade . É nosso dever sinalizar e simbolizar o seu nascimento. Ainda que mais tarde essa criança não queira dar continuidade a tais princípios morais e éticos, à fé abraçada por sua família, os pais têm direitos e deveres sobre a educação dela e devem transmitir com amor e respeito essa verdade.

Falar a verdade à criança é uma maneira de não causar conflitos e fazê-la entender que há pessoas que não são nem pensam como ela, e que essas pessoas podem e devem serem respeitadas, porém ela não precisa compactuar com os comportamentos e sentimentos delas. Os pais precisam ensinar os filhos a questionar, rejeitar a imposição da multiplicidade de gênero sexual nas escolas, defendendo sua posição.

Os pais também devem ficar atentos ao comportamento dos professores e da escola em relação aos filhos, pois, da mesma forma que querem que filhos de casais homossexuais sejam respeitados por terem dois pais do mesmo sexo, seu filho deve ser respeitado por ter um pai, uma mãe, por ter só mãe, por ser órfão, por morar com avós, por ser filho de mãe solteira, por ter padrasto, enfim, independentemente de qual seja a configuração familiar. Quando falamos em família tradicional, que fique claro que estamos falando de todas as configurações que nasceram de um pai e uma mãe e não negam essa realidade, ainda que haja conflitos.

Pais e educadores que têm ciência de toda essa manipulação de ideias e conceitos e não concordam com ela devem influenciar na escolha do material didático e paradidático, participar das reuniões de pais e, caso não aprovem o material, devem fazer valer seus direitos e contrapor com seus filhos todo conteúdo impróprio.

Observe sempre o material didático, as lições de casa, tente entender o que está por trás de cada desenho, de cada texto, qual a intenção da mensagem e, principalmente, como isso é repassado ao seu filho. Se em todas as matérias houver exercícios e conteúdos que falem sobre essa ideologia, estará configurada o que chamamos de doutrinação ideológica de gênero.

12.1 Como o professor doutrina por meio dos conteúdos

Quando o “doutrinador” fala da Biologia de acordo com a ideologia de gênero, apresenta a sexualidade sob uma perspectiva simplesmente da atividade do gozo, do prazer sexual. Quando trata de reprodução humana, fala sobre barriga de aluguel e já coloca as famílias hetero e homossexuais em pé de igualdade, sem discutir qualquer diferença evidente. Crianças têm aprendido acerca da genética e da fertilização *in vitro* não apenas considerando a heterossexualidade, como meio de casais constituídos por um homem e uma mulher engravidarem por conta da infertilidade, mas como uma possibilidade de gerar, reproduzir uma família homossexual.

Quando os doutrinadores abordam a sexualidade, mostram fotos de pessoas do mesmo sexo se beijando e simulam o ato sexual usando bonecos e bonecas. Então me pergunto: qual a intenção deles e por que uma criança ainda no ensino básico precisa saber como se faz sexo? E por que é simulado o relacionamento homossexual e o heterossexual não é mostrado, ou, quando o é, é apresentado apenas como mais uma das possibilidades sexuais e de arranjos familiares? Os tais “professores” tentam reduzir a sexualidade apenas ao instinto sexual, não como parte e característica da constituição humana, transformando o conceito real em abstração.

O panorama atual para as crianças e os adolescentes em relação à sexualidade é este: as

escolas incentivam o sexo mediante aulas de educação sexual, despertando precocemente esses desejos, oferecendo camisinha em máquinas na própria escola e ensinando que, se a camisinha furar e a menina engravidar, não tem problema: é só ir a um posto de saúde e tomar a *pílula do dia seguinte*. Se ela não funcionar, ainda existe a possibilidade de conseguir no posto o *Misoprostol* ou recorrer ao *Citotec*, medicamento ilegal abortivo proibido pela Anvisa, mas vendido no mercado negro. E, caso este não funcione, é só procurar uma clínica clandestina e submeter-se ao aborto.

Há uma lei aprovada pelo Superior Tribunal de Justiça que autoriza o aborto por estupro e por anomalias, sancionado pela presidente Dilma o PLC 3/2013. O perigo é uma mulher que não gostou da noite, ou do sexo, meses depois procurar um hospital e dizer que foi estuprada. Quem vai questionar, se ela não é obrigada a denunciar o nome do abusador?

Triste e cruel, mas é dessa forma que as crianças têm aprendido. Não há uma discussão honesta, tampouco uma segunda opção, como, por exemplo, incentivar a adolescente ou a mulher a ficar com a criança, assumir a gravidez, levá-la adiante. Na escola, o discurso de empoderamento da mulher prevê o aborto como direito e regra que a mulher deve perverter. Valores como fidelidade, santidade e manutenção da virgindade até o casamento são conceitos que devem ser destruídos. Não cabe nessa ideologia qualquer moralidade que não seja a ideia relativista erotizada, que incentiva o sexo como o único prazer possível para garantir a felicidade do ser humano. As crianças que são recatadas e gostam de se preservar e seguir os preceitos de sua fé não são respeitadas. Nossas crianças têm sido desrespeitadas, violentadas em sua moral, em sua infância. Estão expostas, desprotegidas, transformando-se legalmente em objetos de desejo dos adultos tanto pela via da arregimentação quanto pelos próprios desejos sexuais. Isso é muito assustador.

Em meio à imposição do tema “direitos sexuais”, essa ideologia de gênero tem exposto nossas crianças a mentiras, discussões perversas sobre as “masculinidades” e “feminilidades”, sobre a multiplicidade de gêneros. A escola oferece um cardápio variado de opções de realizações sexuais e de gênero, sempre com tons de brincadeira, direitos, paz, escondendo em seus ensinamentos a subversão sexual e a desnaturalização.

Esses “estudiosos” do movimento LGBTT afirmam que o modo como explicam a sexualidade às crianças é “libertador”, que elas têm “direitos sexuais”, e que quem não acreditar nem assimilar essa máxima é retrógrado, obscurantista.

Os pedófilos adoram esse discurso: um discurso para vender a aceitação social da pedofilia e de variados transtornos sexuais, da xenofobia e da homofobia. Mas quem se importa? O governo? O estado? Como vemos, a sociedade e a escola estão distorcendo, invertendo valores humanos, valores estes que estão sendo negativamente “ressignificados” com essa banalização sexual.

Crianças erotizadas perdem o interesse por tudo a sua volta, pois podem desenvolver vícios sexuais, compulsão, dependência, ignorando outras matérias, outros conhecimentos que não tenham conteúdo sexual e de subversão de comportamentos e valores ensinados pela família. Transgredir regras? Perverter conceitos morais? Com que intuito? Promover conflitos familiares e pessoais intermináveis.

Os ativistas dessa ideologia se utilizam de jogos de palavras, apenas isso, para enganar muitos, inclusive os escolhidos por Deus, aqueles que já têm o conhecimento de que esta realidade está escrita há milhares de anos: *Não vos enganeis: as más conversações corrompem os bons costumes* (1 Coríntios 15.33). *Estas coisas vos escrevi acerca dos que vos enganam* (1 João 2.26).

Vejamos alguns exemplos de como a doutrinação escolar acontece, de como a falta de cuidado da escola e do professor com a criança pode, ainda que esta não concorde, facilitar, contribuir para a doutrinação sexual de gênero e política conforme a literatura quer nos obrigar a aceitar.

Aula de Biologia: *Em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, um trabalho escolar sobre sexo dividiu pais e professores de uma escola pública: a lição continha perguntas constrangedoras, como "O que é boquete?", "O que é sexo anal?" ou "Como dois homens fazem sexo?" – tudo isso para crianças entre dez e doze anos. Mães e pais ficaram indignados. A professora não quis gravar entrevista, e a diretora alegou que o tema sexualidade foi escolhido pelos próprios alunos.*[2]

Aula de Português: *Durante uma aula na escola municipal Jaime Avelar de Lima, em Santa Luzia, na região metropolitana de Belo Horizonte, os estudantes de cerca de dez anos receberam um poema erótico como atividade escolar. O caso gerou repercussão entre os pais dos alunos e foi parar no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A vice-diretora da escola, substituindo a professora de Português, que havia faltado naquele dia, teria imprimido o poema Ciuminho básico, que encontrou na Internet, e passado para os alunos. À mãe de um estudante, ela contou que não havia lido o texto antes de passar para a turma*.[3]

Aula de Redação: *Um pai de Bauru, em São Paulo, que decidiu olhar o material pedagógico da filha de 12 anos, que cursava o sexto ano, ficou abismado com o dever de casa que o livro propunha: o aluno era orientado a passar o fim de semana beijando três meninos e três meninas. O tema da redação seria, então, a descrição das sensações vivenciadas durante essas experiências.*[4]

Aula de História: *Mães de alunos denunciaram a escola por filme com cenas de sexo. O filme com conteúdo impróprio foi exibido por um professor* às crianças *da 5ª série do Ensino Fundamental. O filme Guerra do Fogo, cuja faixa etária é 14 anos, contém cenas de sexo, violência e canibalismo. Foi exibido para cerca de 80 alunos de duas classes da escola estadual Noêmia Bueno do Valle. De acordo com a nota, o vídeo do filme foi transmitido como atividade extracurricular da disciplina História e retrata a pré-história.*[5]

Atividades extracurriculares: *A distribuição de uma cartilha didática entre alunos da escola estadual Deputado Nelson Pedrini gerou polêmica em Joaçaba. O material, elaborado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, é voltado à educação sexual de crianças com idade entre sete e nove anos e contém uma série de ilustrações com personagens sem roupa, além de imagens de sexo e masturbação. A mãe de um aluno de oito anos ficou revoltada por considerar o material obsceno e impróprio para crianças e*

alertou outros pais. A coordenadora de educação acredita que a cartilha, intitulada Tô Crescendo*, possa ter sido distribuída sem que os funcionários da escola notassem o conteúdo, pois a capa não traz qualquer imagem que possa ser considerada imprópria e obscena.*[6]Observe o texto que retirei de uma apresentação de como falar sobre orientação sexual nas aulas de matemática: *O professor de Matemática também deve ver os seus alunos desta maneira, como um todo, pois é necessário preocupar-se com a formação global do aluno, sendo o mesmo parte deste todo e responsável pela formação do mundo futuro.*[7] Ensina o texto acadêmico que o professor deve trabalhar a orientação sexual com conteúdos da disciplina, pois "os jovens são inseridos neste mundo cheio de 'problemas matemáticos'":

> Os alunos, quando vistos desta forma, tanto pela escola quanto pelos professores, só têm a ganhar, pois encontram dentro das disciplinas uma porta aberta para um mundo universal, onde a Ética, a Pluralidade Cultural, o Trabalho e Consumo, a Orientação Sexual, o Meio Ambiente e a Saúde fazem parte e é também parte dos Temas Transversais, que atualmente estão presentes, de diversas maneiras, nas matérias da grade curricular.[8]

O professor acaba ratificando, pela loucura acadêmica que acredita no discurso pronto, decorado, uma alienação de conceitos, ressignificados para dar lugar à construção e à reorientação da sexualidade, sempre a partir da mudança de paradigamas culturais. O texto continua:

> Dentre estes temas, dos Temas Transversais, um se destaca por fazer parte da curiosidade e da roda de discussões dos jovens em idade escolar: a Orientação Sexual. Este tema tão debatido, cheio de dúvidas, é um ótimo ponto de partida para ensinar diversas disciplinas, pois ele gera um ambiente motivador, fazendo com que todos se interessem e queiram participar ativamente das discussões, transformando o ambiente de aprendizagem tradicional em um ambiente de aprendizagem significativo.

Em Matemática, este tema pode ser tratado e discutido dentro de diversos conteúdos. Não é necessário que o professor dê aula sobre Sexualidade, mas ele pode e deve usar este tema para resolver situações e problemas dentro dos conteúdos de Matemática, como, por exemplo, problemas que envolvam tabelas e gráficos.[9]

Podemos observar, por meio desses exemplos, que é orientação do Ministério da Educação trabalhar gênero, orientação, identidade, pluralidade e diversidade sexuais em todas as matérias, manipulando o conteúdo para dar espaço à doutrinação sexual.

Os pais são capazes de mudar essa realidade, mas devem estar atentos ao conteúdo programático ensinado na escola e ao que consta nas cartilhas. Eles têm o direito de questionar e acionar a justiça se acharem que o material é inapropriado e caso este não seja mudado (em anexo segue um modelo de notificação extrajudicial elaborada pela escola sem partido que você pode utilizar para reivindicar seus direitos de pai e dos seus filhos).

Faz-se necessária a implementação de uma rede de proteção escolar, que consiste na

junção de diferentes programas de cunho educacional e social que coordenam esforços voltados à assistência, ao aprendizado, ao monitoramento e ao aconselhamento jurídico e pastoral. É definida a partir de parâmetros morais, de princípios conservadores no sentido de proteger a criança contra abusos de todos os tipos, inclusive contra a doutrinação ideológica política e de "gêneros" sexuais, buscando a restauração da constituição familiar em todas as suas ações.

Seria uma rede constituída de uma equipe de pessoas bem-intencionadas, espiritualizadas, com valores definidos e tradicionais, de todas as áreas do conhecimento, para, juntas em um trabalho multidisciplinar, desenvolver ajuda mútua e solidária, de forma organizada, a fim de enfrentar essa ditadura de gênero. Pais e filhos, sociedade, professores, profissionais e Igreja unidos em amor à infância, para que nossas crianças não sejam vítimas e massa de manobra dessa doutrinação sexual.

Jesus fez uma advertência contra aqueles que escandalizam os pequenos, conforme consta em Mateus 18.6,7:

> *Mas qualquer que escandalizar um destes pequeninos que creem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma mó de azenha, e se submergisse na profundeza do mar. Ai do mundo, por causa dos escândalos. Porque é mister que venham escândalos, mas ai daquele homem por quem o escândalo vem!*

O que vai fazer a diferença para as crianças e os adolescentes, o que vai ser fortalecido como princípio para que eles tenham a coragem de questionar os ensinamentos deturpados, é exatamente o que aprendem em casa. Os conhecimentos transmitidos no ambiente em que vivem e na igreja que frequentam são essenciais para formar cidadãos seguros, que não se deixam influenciar por falsas doutrinas. São as rodas de conversa à mesa nas refeições, por exemplo, os estudos bíblicos, as discussões saudáveis que farão os alunos compreenderem que sua verdade pode e deve ser representada.

12.2 Acervo da biblioteca da escola

Vamos tentar decifrar as entrelinhas das sinopses de livros que têm sido recomendados como material escolar, discernir o que realmente querem ensinar. Note como é sexualizado, erotizado todo o conteúdo, e como tentam transparecer inocência nos textos.

Menina Não Entra, de Telma Guimarães Castro Andrade

Um grupo de amigos quer formar um time de futebol, mas não aceitam que Fernanda se junte a eles – porque ela é menina, e meninas não jogam futebol. Mas quando Fernanda lhes mostra que é boa jogadora, percebem que se enganaram e preconceito não ajuda ninguém a ganhar. As ilustrações são de Ellen Pestili.

Perceba a indução ao preconceito, não das crianças contra os diferentes, mas da autora contra a heterossexualidade. De forma manipuladora, ela faz a criança assimilar que preconceito é não aceitar o comportamento do outro. O lúdico é usado como instrumento porque a escritora sabe que, psicologicamente, é no brincar que crianças assimilam, elaboram conteúdos, até mesmo a própria sexualidade. Por detrás está a doutrinação, afirmando que meninos e meninas são absolutamente iguais, não têm diferenças, mas,

como as evidências nos mostram, isso não é real.

A verdade é que as meninas devem ser respeitadas não por jogarem bola como os meninos ou por serem piores ou melhores no jogo, e sim pelas diferenças sexuais e suas características. Socialmente, podem e devem ter os mesmos direitos em igualdade, mas não são iguais, são diferentes. Essa utopia só desvaloriza a mulher e provoca a violência contra ela, confundindo a criança.

As estatísticas da violência contra a mulher crescem vergonhosamente a cada ano. Como se explica isso, se a sociedade está cada vez mais relativista e as mulheres conquistaram todos os seus direitos de liberdade sexual? É uma realidade que precisa ser pesquisada em toda a sua amplitude. Que fenômeno é esse? O machismo? E para acabar com essa violência, criamos mulheres "machos" e homens "fêmeas"! Não entendo essa conta… Não parece que apenas a posição vai mudar, mas o problema continuará o mesmo?

O Fado Padrinho, o Bruxo Afilhado e Outras Coisinhas Mais, de Anna Claudia Ramos

Para o menino Luar, a ideia de se tornar um "fado madrinho" é simplesmente perfeita para realizar seu desejo de ajudar todas as pessoas do mundo que precisam de uma forcinha. Ele não se importa se ser fada madrinha é "coisa de menina". Ilustrações de Tatiana Paiva.

Já neste livro, tenta-se induzir as meninos de que podem ser como as meninas. O ensinamento é a multiplicidade de gênero, mostrando que o gênero sexual nada tem a ver com o sexo biológico. É a ideologia de gênero criada a partir da teoria queer de desconstrução sexual e cultural.

Olívia Tem Dois Papais, de Márcia Leite

A curiosa menina Olívia tem dois pais. Um brinca de bonecas com ela; o outro sabe cozinhar. Ela fica intrigada com isso. Surge outra dúvida: Quem vai lhe ensinar a usar maquiagem e salto alto se nenhuma mulher mora com eles três? Ilustrações de Taline Schubach. Companhia das Letras.

Aqui a questão é resolvida afirmando-se que homens podem usar maquiagem e salto. Como a resolvem de forma fechada é que nos deixa preocupados: se para as crianças que têm dois pais é normal, é a única maneira de fazer com que se sintam confortáveis com a situação, para as outras crianças, que têm pais heterossexuais, ainda que tenham sido abandonadas por um deles, e entendem a família por meio da heterossexualidade, é complexo e confuso.

Mais uma doutrinação para estabelecer a ideia de que não há diferenças entre os sexos. Homens não usam batom ou salto; quem usa são as mulheres! Mas, de acordo com a ideologia de gênero, os homens que se "sentirem" mulheres podem usar, ou podem subverter o senso comum. As afirmações são feitas sem um mínimo de cuidado com os que não acreditam, não vivem conforme esse pensamento. Assim, ao tentar eliminar um preconceito, cria-se outro, contra aqueles que não aceitam tais ensinamentos.

Apenas a título de ilustração, descreverei uma das denúncias que recebi em 2014 sobre a imposição de gênero na escola. Uma mãe me enviou um *e-mail* reclamando da professora do ensino básico, que fez uma dinâmica, uma brincadeira com as crianças de 0 a 6 anos:

***Exercício lúdico**: A professora colocou sobre a mesa batom e esmalte e convidou todos os meninos e meninas a, juntos, passarem uns nos outros. Os meninos não aceitaram, então a professora, de forma impositiva, obrigou-os a passarem alegando que eles podiam e que não existem diferenças, questionando a sexualidade e a orientação sexual deles. Um dos meninos chorou e disse* à *professora: "Meu pai disse que homens não passam batom. Eu não quero!" A professora questionou e retrucou: "Seu pai pode, sim, passar batom, usar esmalte;* não tem nada *a ver. Deixa de ser preconceituoso!"*

Ou seja, não importa se essa ideologia cria conflitos na mente das crianças ou se entra em choque com a educação dos pais; o que importa é a reorientação que se busca atingir.

Do Jeito que a Gente É, de Márcia Leite

O adolescente Chico quer assumir para a família que é gay. *Béa detesta sua aparência e quer aprender a se aceitar. A história dos dois personagens é contada com sensibilidade, leveza, emoção e sem clichês.*

Em uma sala de aula, há um número muito reduzido de crianças que podem apresentar conflitos de identidade. E como, segundo estudo, a identidade sexual só se forma definitivamente após a adolescência, acho preocupante que essa corrente pedagógica insista em convencer a criança sobre algo tão pessoal e particular que pode ainda não estar definido para ela. A personagem Béa atua apenas para tentar convencer a criança da aceitação do que se é, ou se pensa "ser". Seria fantástico se a intenção não fosse apenas vincular essa aceitação à homossexualidade. Creio ser precipitado definir a orientação sexual da criança. Quando falamos de criança, temos que compreender que somos seres em constante transformação e podemos mudar a todo instante opiniões e comportamentos. É desonesto afirmar o contrário.

Sexualidade é um termo bastante abrangente, que engloba inúmeros fatores e dificilmente se encaixa em uma definição única e absoluta. Assim como a conhecemos, inicia-se juntamente à puberdade ou adolescência, o que deve ocorrer por volta dos 12 anos de idade (Art. 2º — Estatuto da Criança e do Adolescente).

Já a psicanálise freudiana considera a existência de sexualidade na criança quando nasce. Neste sentido, propõe fases (oral, anal, fálica) que contribuem para a constituição da sexualidade adulta ou a definem. Ou seja, apenas após todas as fases do desenvolvimento ela se estabelece, não na infância, como quer impor a doutrinação ideológica de gênero e autores que a defendem.

Meus Dois Pais, de Walcyr Carrasco

O pai e a mãe de Naldo vão se divorciar. O garoto vai morar com o pai e um amigo dele, Celso, embora todo mundo seja contra isso. Tudo vai muito bem, até dizerem para Naldo que seu pai é gay. *Ele fica desnorteado, mas uma conversa resolve a situação: o*

menino entende que isso não muda o amor do pai por ele. Ilustrações de Laurent Cardon.

Aqui, como nas novelas escritas pelo próprio autor, o auge da ideologia de gênero se consolida. Note que, com um ar de direitos, normalidade e cuidado com o bem-estar do menino em questão, que vive em um lar heterossexual disfuncional, o autor ensina que o filho deve aceitar o pai *gay*, que abandona a mãe para montar uma outra "família" .

A verdadeira intenção de toda essa manipulação é a *desconstrução da família heterossexual, é ensinar* à *criança que os pais podem se separar e ficar com pessoas do mesmo sexo,* e que ela deve aceitar com igualdade de sentimentos, porque, para o autor, que é declaradamente bissexual, esta é a verdadeira família. Nas entrelinhas, também sugere que casamento heterossexual é infeliz, e homossexual, feliz, além de deixar claro que a criança pode modelar esse comportamento do pai se quiser. O importante é ser feliz. Esse é um dos piores livros, é uma ficção que visa à reorientação de todos os conceitos morais e éticos de todas as relações. Não é o que os adultos fazem nosso objeto de preocupação, é a insistência em fazer de nossas crianças "cobaias", sem se importarem com o prejuízo emocional gerado.

A História de Júlia e Sua Sombra de Menino, de Christian Bruel, Anne Galland e Anne Bozellec

Os pais de Júlia não gostam nada nada dos modos da filha: dizem que ela se parece com um menino em tudo o que faz. Quando a sombra de Júlia fica igualzinha à *de um menino, ela se sente triste e começa a questionar sua identidade.*

Observe que esse livro tem o foco no questionamento da autoridade dos pais, induzindo as crianças a acreditarem que, por causa de seus pais, Júlia é uma menina infeliz, ou seja, diretamente põem em xeque o poder dos pais na educação dos filhos. Sempre de forma suave, estabelecendo um vínculo com as crianças e os adolescentes minuciosamente pensado, para desconstruir valores e papéis sociais heterossexuais, autores militam ideologicamente ensinando a criança a discordar dos pais, partir para um enfrentamento, e não conversar e estabelecer um equilíbrio.

A resolução de conflitos para essa corrente pedagógica é aceitar todos os gêneros, sem questionar a veracidade deles, a exemplo do supracitado livro *Do Jeito que a Gente É*. O objetivo dessa literatura, que sempre tem um ar de "nobreza" em seus discursos, é a doutrinação de gênero sem respeitar o outro lado, que não é social ou cultural.

Uma terapeuta imparcial pode e deve atender a essa criança para ter a certeza de que ela é como o livro afirma ou se é apenas um gosto pelo visual diferente. Tais obras tentam, com exemplos, eliminar o preconceito contra a multiplicidade de gêneros, porém a maneira compulsória como destilam nas entrelinhas ódio aos pais, ódio aos homossexuais, pode ser percebida como obsessão.

Meu Amigo Jim, de Kitty Crowther

Os amigos Jim e Jack são uma gaivota e um melro, respectivamente. Eles passam muito tempo juntos, e as outras aves acham isso bem esquisito, mas Jim e Jack não estão nem aí para isso. A autora e ilustradora ainda fala sobre preconceito racial e leitura.

Usam o preconceito racial para “pegar carona” e se incluir, legitimar o preconceito que insistem em reafirmar contra os homossexuais, e agora contra todas as pessoas que não seguem como eles dizem as normas vigentes, o senso comum. Nesse livro, induzem claramente o preconceito contra meninos que são amigos e sempre foram. Lançam dúvidas sobre a amizade deles ou mesmo tentam induzir um sentimento homoafetivo entre as crianças. Essa doutrinação ora é sutil, ora explícita, porém, se os pais não lerem a fundo, não poderão entender as mensagens subliminares.

Ceci Tem Pipi?, de Thierry Lenain

Para Max, tudo sempre foi muito simples: existem as pessoas “Com-pipi” e as pessoas “Sem-pipi”. Os Com-pipi são considerados os mais fortes, mas Max se confunde com sua nova coleguinha de escola, Ceci. Ela gosta de fazer tudo o que meninos fazem. O garoto começa a se perguntar se a Ceci é dos Com-pipi, assim como ele. Ilustrações de Delphine Durand.

A desconstrução do sexo biológico das crianças está mais do que evidente nesse exemplar, embora, volto a afirmar, a intenção do autor seja evitar o preconceito, não se preocupando com o conflito de identidade que possa ocorrer.

Olivia Não Quer Ser Princesa, de Ian Falconer

A porquinha Olívia é diferente de suas amigas. Todas elas querem ser princesas, adoram cor-de-rosa e varinha de condão. Olívia começa a se perguntar por que todo mundo tem que pensar do mesmo jeito, ser a mesma coisa e, o mais importante, o que ela quer ser?

Esse livro, de modo sorrateiro, aborda o feminismo, tenta desconstruir a criança que gosta de cor-de-rosa, de ser princesa. É fato que existem as que não gostam, porém qual é a intenção de destruir sonhos, os desejos dos pais? Feministas que promovem um mundo sem cor, que vivem nuas ou de cinza e preto, criticam meninas e mulheres que gostam de rosa, não pela cor em si, mas pelo simbolismo que ela carrega.

A crítica que faço ao livro é que, ao cuidar das crianças que porventura se sintam diferentes, introduzem uma forte desconstrução da figura da mulher em seu papel social e sexual. Tentam fazê-lo a partir da primeira infância, rechaçando uma biologia que deveria ser aceita pela mulher como dádiva, e buscam manipular a criança incutindo nela a ideia de que a mulher é um ser que sofre preconceito quando assume seu papel e sua fragilidade natural. No momento em que a identificação com o próprio sexo está se formando, esse tipo de texto somente causa conflitos. Dependendo de como o “doutrinador” colocar a questão, as meninas terão vergonha de se vestirem de rosa, de se sentirem princesas, porque a escola disse em uma literatura que não é legal.

Amor entre Meninas, de Shirley Souza

Com leveza e dinamismo, a autora responde diversos questionamentos sobre sexualidade que garotas fazem a si mesmas na adolescência. Achar uma pessoa do mesmo sexo bonita não significa que você é gay. E, se for, fique tranquila: não tem nada de errado nisso.

Hoje perdemos a referência do que é modismo. A ideologia de gênero advoga exatamente o gênero neutro, a multiplicidade de gênero, a bissexualidade. O discurso é focado no convencimento das pré-adolescentes de que elas podem se relacionar entre si, pois isso é comum. Todos podem desenvolver o desejo por pessoas do mesmo sexo. É a sociedade que impede por meio da religião.

Tal Pai, Tal Filho, de Georgina Martins

Um menino decide se tornar bailarino, mas, para isso, precisa enfrentar o preconceito de seu próprio pai, que sempre lhe contou histórias de homens "cabras-machos" de sua terra. Ilustrações de Sergio Serrano.

Mais um livro que apresenta o pai como preconceituoso e machista, vendendo homofobia por intermédio da literatura infantil. Estão promovendo uma guerra contra os pais. É incompreensível a necessidade de colocar os filhos contra eles. Não há por parte dos autores, da escola e dos responsáveis pela escolha desse material o zelo pela conservação da família. Pelo contrário: a ideia dessa ditadura travestida de democracia e direito parece a desconstrução, o desajuste familiar.

Tenho Dois Papais, de Bela Bordeaux

Tenho Dois Papais poderia ser a história de qualquer família, mas por acaso nosso personagem tem dois papais: o Beto e o Leo. É a partir da história desse menino um tanto serelepe e muito feliz que vamos mostrar às nossas crianças que não existe família certa ou errada, o que importa é cuidado, carinho e sentimento.

Educação Sexual na Sala de Aula, de Jimena Furlani

Este livro apresenta princípios políticos voltados a uma educação de respeito às diferenças e de positivação das muitas identidades assumidas, hoje, pelos sujeitos sociais, decorrentes de sua sexualidade, seu gênero, de sua inserção étnico-racial, de sua aparência física, entre outros.

Mamãe Nunca me Contou, de Babette Cole

Como as crianças aprendem o que os adultos não sabem ensinar? Este livro mostra algumas dúvidas e os "segredinhos" da vida, desde como o umbigo foi parar na barriga, por que vive tão ocupada e sem tempo, por que papai e mamãe se trancam no quarto deles, até por que é preciso ir para a escola, e as diferenças entre meninos e meninas.[10]

Sugiro que todos os dias os pais sentem com seus filhos para fazer a lição e perguntem sobre o que lhes foi ensinado. Ao menor sinal da doutrinação, devem conversar com amor e cuidado sobre o assunto para não gerar preconceito e não internalizá-lo contra os outros que não são como eles. Os pais precisam aprender para defender seus filhos no amor de Cristo, que é aquele que ama além do comportamento, porém não se deixa manipular pela mentira. Dizer a verdade é um ato de amor. Estamos sendo pautados pelo engano. Temos que mudar essa realidade.

Sobre o "*kit gay*" ou "*kit* anti-homofobia" preparado para ser lançado em 2011, frustrado por pressão política da bancada evangélica, vale ressaltar que o principal alvo,

infelizmente, eram as crianças, pois ainda estão desenvolvendo seus conceitos e valores e podem ser facilmente manipuladas. Foi a tentativa mais descarada de introduzir a ideologia nas escolas.

Ele estava programado para ser distribuído nas escolas públicas. Seus idealizadores o apresentavam como um "material didático que visava conscientizar os jovens contra a prática da homofobia", mas não era bem isso o que o tal *kit* pretendia! Ao analisá-lo, percebeu-se que, na verdade, tratava-se de uma verdadeira apologia ao homossexualismo, um incentivo a essa prática. Era um genuíno cavalo de Troia.

Felizmente o material foi barrado pela presidente Dilma, que o classificou como uma "propaganda de opções sexuais". Porém, sabemos que o verdadeiro motivo que fez com que ela o impedisse foi uma chantagem política feita pela bancada evangélica. Seus membros ameaçaram convocar o então ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para explicar como multiplicou tanto o seu patrimônio em tão pouco tempo. Então o "rabo preso" falou mais alto e o governo recuou. Mas a ideologia gayzista, desde sempre, ronda nossas crianças mediante cartilhas e livros escolares. Tais materiais "didáticos" tentam inculcar nelas o conceito de que podem escolher o próprio sexo, independentemente do que a natureza determinou.

Outra coisa que tenho notado é o esforço que esse grupo tem empreendido ultimamente para sexualizar precocemente as crianças. Para tais relativistas, isso ajuda a tornar as crianças menos "preconceituosas". Esse trabalho de sexualização precoce está sendo realizado disfarçadamente por livros e cartilhas. Cito como exemplo um livro paradidático chamado *Aparelho Sexual & Cia, Um guia inusitado para crianças descoladas,* escrito por Hélène Bruller, uma autora francesa.

Esse livro, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC) e acessível aos professores da rede pública e privada de ensino, tem sido alvo de muitas críticas devido ao seu conteúdo inadequado. Ele estimula a curiosidade de crianças a partir de 10 anos de idade sobre a prática do sexo, dizendo repetidas vezes que o ato sexual é prazeroso. Além disso, ainda ensina passo a passo como praticar sexo. Vejamos alguns trechos:

- Qual a finalidade de se falar sobre o Kama Sutra com crianças de 9 e 10 anos? Segundo alguns pais, o livro incentiva a homossexualidade e o sexo precoce. Tudo bem que crianças dessa idade aprendam sobre sexo. O que não pode é incentivá-las a praticar prematuramente, aguçar sua curiosidade. No livro também aparecem desenhos com crianças fazendo gestos obscenos.
- Outras cartilhas também foram distribuídas em escolas públicas para crianças a partir de 10 anos de idade. Algumas foram entregues de modo negligente, em locais aleatórios, e também chegaram (propositalmente ou não) às mãos das crianças. Seguem alguns exemplos:
- Cartilha *De Homem pra Homem*: produzida pelo Programa Nacional de DTS/AIDS do Ministério da Saúde, apesar de ter sido elaborada para adultos, acabou sendo distribuída em algumas escolas. A cartilha utiliza linguajar chulo, como, por exemplo, *tesão* e *gozar*. Sem contar que o pênis do personagem aparece várias vezes no desenho, sem censura alguma. Lembrando que isso foi parar nas

mãos de crianças de 10 anos de idade.

- Outra cartilha foi produzida pelo SUS: ela também chegou às mãos de crianças da mesma idade. Em vez de ensiná-las a nunca experimentarem drogas, a cartilha ensina **como usá-las**. Segundo ela, o usuário deve passar manteiga de cacau nos lábios antes de usar *crack* para não ressecar os lábios. Deve também usar canudo de plástico para cheirar cocaína, pois canudos de papel têm bactérias. E, se for comprar *ecstasy*, não pode comprar de qualquer traficante. Dá para acreditar nisso?
- A cartilha *Menina Esperta Vive Melhor*, produzida pela Prefeitura de Porto Velho, em 2009, e distribuída em uma escola pública de Rondônia ensina as meninas a se masturbarem.
- A cartilha *O Caderno das Coisas Importantes*, distribuída em escola pública no Rio de Janeiro, ensina crianças a usarem seus dedinhos para se tocar, incentivando a masturbação. Ela fala de sexo como se isso fosse algo absolutamente normal na vida das crianças. Para os relativistas sexuais que produzem esse lixo, o sexo na infância faz bem às crianças e as torna menos preconceituosas. Em certa parte, a cartilha recomenda o uso da camisinha e diz que, se a criança transar com camisinha, no dia seguinte ela só terá boas lembranças.
- *Mamãe, como eu nasci?*, de Marcos Ribeiro: aborda o tema da masturbação infantil e é um livro com maior volume de textos para crianças de 7 a 10 anos. Observe alguns trechos:

– página 15: “Olha, ele fica duro! Certo! Isso acontece de vez em quando. O pênis do papai fica duro também? Algumas vezes, e o papai acha muito gostoso. Os homens gostam quando o seu pênis fica duro.”

– página ١٦: “Aí os espermatozoides se misturam com um líquido que se chama sêmen. Esse líquido, que é grosso e pegajoso, sai da ponta do pênis do homem. É uma sensação muito boa.” (Note como tentam aguçar a curiosidade das crianças dizendo repetidas vezes que a sensação do ato sexual é muito boa.)

– páginas ١٨ e ١٩: “Se você abrir um pouquinho as pernas e olhar por um espelhinho, vai ver bem melhor. Aqui em cima está o seu clitóris, que faz as mulheres sentirem muito prazer ao ser tocado, porque é gostoso.”

– página ٢٦: “Já nesse momento o pênis está duro (ereto), bem maior do que é normalmente. E a vulva também fica um pouco molhadinha. Eles ficam bem juntinhos, bem abraçados, e, então, o homem coloca o pênis dentro da vagina da mulher. A mulher gosta muito e o homem também. O homem movimenta o pênis para dentro e para fora da vagina várias vezes com a ajuda da mulher.”

Vale lembrar que esse livro é destinado a crianças de 7 a 10 anos e foi aprovado pelo MEC. Como se pode ver, existe um esforço para inverter os valores morais da sociedade, com foco mais voltado para as crianças. Elas são levadas a pensar que tudo é normal, que não há limites, que está tudo bem se experimentarem drogas ou praticarem sexo, desde que se previnam usando agulhas descartáveis e camisinhas. Experiências homossexuais são discretamente incentivadas… E tudo isso, infelizmente, com o apoio do governo e da mídia.

12.3 Questões do ENEM de 2015

As provas do ENEM de 2015 foram impregnadas dessa doutrinação ideológica política partidária de esquerda e de gênero. Embora o movimento pedagógico que promove e defende a criação da criança em gênero neutro e a teoria queer tentem enganar a sociedade com discursos fabricados, induzindo à ideia de que não existem a ideologia de gênero nem a tentativa de doutrinação infantil, e sim a campanha contra a violência sofrida pelos diferentes, o Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 provou sua existência. As questões das provas denunciaram que não apenas professores, mas o governo, por meio do MEC, instrumentaliza essa ideologia.

Entre os assuntos mais comentados esteve o feminismo, com uma citação de Simone de Beauvoir. Foi a que mais chamou atenção. Alunos, estudantes e militantes de grupos feministas reproduziram a pergunta com a citação “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, da filósofa francesa, e comemoraram o fato de a questão de gênero ter sido trazida à luz em uma prova dessa dimensão. A citação de outros autores importantes, como Max Weber, Thomas Hobbes, Nietzsche e Paulo Freire também foi comemorada pelo fato de serem pensadores considerados “polêmicos”, que desafiam conceitos de senso comum e que, por vezes, “incomodam” os mais conservadores. Confira algumas questões:

Questão 26

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar. HOBBES, T. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Questão 34

A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: Tudo é um. NIETZSCHE, F. Crítica moderna. In: Os pré-socráticos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Questão 40

A crescente intelectualização e racionalização não indicam um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos. Significa a crença em que se quiséssemos, poderíamos ter esse conhecimento a qualquer momento. Não há forças misteriosas incalculáveis; podemos dominar todas as coisas pelo cálculo. WEBER, M. A ciência como vocação. In: GERTH, H.; MILLS, W. (org). Max Weber: ensaios da sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (adaptado).

Questão 42

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Outras questões envolvendo as religiões e a desconstrução do criacionismo foram temas de prova, portanto o conteúdo curricular mostrou claramente a tentativa de sugestionar os alunos contra sua fé e sua moral.

12.4 Obrigatoriedade da educação sexual como conteúdo escolar

O presente estudo foi elaborado com os seguintes objetivos:[v]

1 - Desmentir a crença generalizada de que a educação sexual é um componente obrigatório do curriculum escolar (ao contrário do que se pensa, obrigatório, como veremos, é não veicular esse conteúdo no âmbito das disciplinas obrigatórias).

2 - Servir de subsídio aos pais para que eles exerçam, efetivamente — recorrendo à Justiça, se necessário —, o direito, que lhes é assegurado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Dado que a temática da educação sexual está compreendida no plano mais abrangente da educação moral, examinaremos aqui, de forma também abrangente, se o professor está legalmente obrigado ou autorizado a tratar de questões morais em sala de aula.

Cuidando-se de uma análise estritamente jurídica, não nos interessa saber se o que os professores estão ensinando em matéria de valores morais é positivo ou negativo; nem se é conveniente ou inconveniente que questões morais sejam levadas para dentro da sala de aula; mas apenas se a Constituição e as leis do país permitem que isso seja feito e, caso permitam, em que condições.

Como ninguém ignora, as salas de aula estão sendo usadas de modo intensivo para promover determinados valores, com a finalidade de moldar o juízo moral, os sentimentos e as atitudes dos estudantes em relação a certos temas.

Que temas são esses? Depende da moda, das novelas, da ONU, da UNESCO e das minorias que controlam o MEC e as secretarias de educação. Pode ser orientação sexual, questões de gênero, “direitos reprodutivos” (p. ex., aborto), modelos familiares, ética, etc. Os educadores chamam isso de “educação de valores”.

Não existe uma disciplina escolar intitulada “educação de valores”. Esse conteúdo é “espalhado” nas disciplinas obrigatórias do curriculum — Português, Matemática, Geografia, Biologia, História —, por meio de uma técnica chamada transversalidade. Assim, por exemplo, numa aula de Ciências, ao tratar do aparelho reprodutor, o professor aproveita para explicar aos alunos “como se transa”; ou, numa aula de Comunicação e Expressão, o professor manda que os alunos leiam um texto que, a pretexto de combater o

“preconceito”, promove o comportamento homossexual.

Nesse tipo de educação, o objetivo não é transmitir conhecimento, mas, sim, inculcar valores e sentimentos na consciência do estudante de modo que ele tenha determinado comportamento. É um tipo de lavagem cerebral, porque utiliza, muitas vezes, técnicas de manipulação mental bastante conhecidas, conforme demonstrado por Pascal Bernardin, no livro *Maquiavel Pedagogo ou o ministério da reforma psicológica*.

Acontece que os valores promovidos pela escola não coincidem necessariamente com aqueles que o estudante aprende em casa com seus pais. E isso fica muito claro quando o assunto é alguma questão relacionada à moral sexual.

Como se sabe, um dos temas mais explorados na educação de valores é a sexualidade. E, ao tratar desse tema nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) — um documento que contém recomendações a serem observadas pelas escolas de todo o país —, o MEC adota dois princípios fundamentais: “direito ao prazer” e “sexo seguro”. Tudo mais é rotulado de “tabu” ou “preconceito” (a palavra preconceito aparece 17 vezes no caderno de orientação sexual dos PCNs).

O texto abaixo — extraído de um livro escrito para crianças de 7 a 10 anos, intitulado *Mamãe, como eu nasci?* — é um exemplo de como a coisa funciona na prática. O autor, Marcos Ribeiro, é sexólogo, com curso de Educação Sexual pelo Centro Nacional de Educación Sexual (Havana, Cuba); consultor em Sexualidade para o Ministério da Saúde, Fundação Roberto Marinho, entre outras instituições públicas e privadas; parecerista para o Ministério da Educação nos Parâmetros Curriculares Nacionais e coautor dos Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos). Ou seja, é um especialista que presta serviço para o governo e para entidades que atuam na educação de crianças e jovens.

Pois bem, ao tratar do tema da masturbação infantil, o Sr. Marcos Ribeiro, dirigindo-se a crianças de 7 a 10 anos, escreve o seguinte:

> Alguns meninos gostam de brincar com o seu pênis, e algumas meninas com a sua vulva, porque é gostoso.
>
> As pessoas grandes dizem que isso vicia ou “tira a mão daí que isso é feio”. Só sabem abrir a boca para proibir. Mas a verdade é que essa brincadeira não causa nenhum problema. Você só tem que tomar cuidado para não sujar ou machucar, porque é um lugar muito sensível.
>
> Mas não esqueça: essa brincadeira, que dá uma cosquinha muito boa, não é para ser feita em qualquer lugar. É bom que você esteja num canto, sem ninguém por perto.

Chamo a atenção para a sintonia entre a abordagem feita pelo autor e os princípios adotados pelo MEC nos PCNs: direito ao prazer e sexo seguro.

Transcrevo, a seguir, uma passagem do caderno de Orientação Sexual dos PCNs que contém sugestões de temas a serem tratados em sala de aula:

> Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro,

> homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista [leia-se: relativista], em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura.

Em suma, não há dúvida de que as disciplinas obrigatórias do curriculum — tanto das escolas públicas, quanto das particulares — estão sendo usadas para promover determinados valores morais, especialmente, em questões ligadas à sexualidade.

O problema: e aqui chegamos ao aspecto propriamente jurídico da matéria — é que isto se choca com o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Que direito é esse? Além de ser um direito natural — ou seja, um direito que existe independentemente de estar previsto em lei, porque decorre da própria natureza das coisas —, esse direito é garantido expressamente pelo Art. 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica: "Os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções."

A CADH é um tratado internacional assinado pelo governo brasileiro que tem força de lei no Brasil desde 1992. Ou melhor: de acordo com o Supremo Tribunal Federal, a CADH, por ser um tratado sobre direitos humanos, está no mesmo nível hierárquico da Constituição Federal.

Ao dizer que os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções, a CADH está reconhecendo aos pais o direito de decidir a educação moral que será transmitida a seus filhos.

Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar as disciplinas obrigatórias — aquelas disciplinas que o estudante é obrigado a frequentar sob pena de ser reprovado —, para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos.

Com outras palavras: o governo, as escolas e os professores não podem se aproveitar do fato de os pais serem obrigados a mandar seus filhos para a escola, e do fato de os estudantes não poderem deixar de frequentar as disciplinas obrigatórias, para desenvolver nessas disciplinas conteúdos morais que possam estar em conflito com as convicções dos pais.

Por outro lado, o Art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal estabelece: VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, (…);

Ora, se o governo, as escolas ou os professores usarem as disciplinas obrigatórias para tentar obter a adesão dos alunos a determinadas pautas morais, isso fatalmente se chocará com a liberdade de consciência dos alunos.

Observo, de passagem, que a liberdade de consciência é absoluta. As pessoas são 100% livres para ter suas próprias convicções e opiniões a respeito do que quer que seja.

Ninguém pode obrigar uma pessoa a acreditar ou não acreditar em alguma coisa. O Estado pode obrigá-la a fazer ou não fazer alguma coisa, mas não pode pretender invadir a consciência do indivíduo para forçá-lo ou induzi-lo a ter essa ou aquela opinião sobre determinado assunto. Isto só acontece em países totalitários como Cuba e Coreia do Norte.

Como o ensino obrigatório não anula e não restringe a liberdade de consciência do indivíduo — do contrário, ele seria inconstitucional —, o fato de o estudante ser obrigado a cursar determinada disciplina impede terminantemente que o Estado, a escola ou o professor se utilizem dessa disciplina para inculcar valores e sentimentos na consciência do aluno.

Além disso, é preciso considerar que a nossa religião é inseparável da nossa moral. Portanto, a liberdade religiosa dos nossos filhos também estará ameaçada se as disciplinas obrigatórias do curriculum veicularem conteúdos morais incompatíveis com os preceitos da nossa religião.

Como se vê, o ordenamento jurídico oferece ao estudante e seus pais toda a proteção necessária para impedir que o Estado, as escolas e os professores se utilizem das disciplinas obrigatórias para promover a tal “educação de valores”.

Mas não é só isso. Parece-nos inaceitável que um Estado laico como o nosso possa usar o sistema de ensino para promover valores morais. Pela simples razão de que a moral é inseparável da religião (pelo menos no que se refere à religião da esmagadora maioria do povo brasileiro, que é o cristianismo). Se o Estado não pode promover uma determinada religião, também não pode promover uma determinada “moralidade”.

Em todo caso, se o Estado pudesse utilizar o sistema de ensino para promover valores morais, seria necessário saber, antes de mais nada, que valores seriam esses. Haveria uma lista de valores? Quem iria aprovar essa lista? O Congresso Nacional? O Presidente da República? Os Governadores dos Estados? Os Prefeitos? Os funcionários do Ministério da Educação? Cada professor em sua respectiva sala de aula?

Por aí já se vê a absoluta impossibilidade constitucional da utilização do sistema de ensino para a promoção de uma determinada agenda moral. Mas, a despeito dessa impossibilidade constitucional, essa política está sendo aplicada em nosso país pela burocracia do MEC e das secretarias estaduais e municipais de educação, pelas escolas, pelos professores e pelas editoras de livros didáticos.

A abordagem de questões morais em sala de aula — em prejuízo, diga-se, de conteúdos que a escola deveria transmitir aos alunos — vem sendo feita sem nenhuma base legal. Não existe lei, votada pelo Congresso Nacional ou pelas Assembleias Legislativas dos Estados, determinando ou permitindo que o sistema de ensino seja usado com essa finalidade. E se lei existisse, ela seria inconstitucional.

Isso está sendo feito por iniciativa exclusiva de funcionários públicos. Servidores dos ministérios e das secretarias de educação e professores estão decidindo por conta própria o que deve ser ensinado aos nossos filhos em matéria de moral — principalmente moral sexual. Funcionários públicos estão fazendo aquilo que o próprio Congresso Nacional não tem poderes para fazer.

Portanto, ao contrário do que se pensa, os professores e as escolas não só não estão obrigados a seguir as recomendações dos PCNs em matéria de educação sexual — o que o próprio MEC reconhece — como estão proibidos de fazê-lo.

Mas suponhamos, para efeito de raciocínio, que o Estado possuísse uma "lista de valores morais" e tivesse o direito de usar o sistema de ensino para promovê-la. Nesse caso, seria necessário compatibilizar o exercício desse direito com a liberdade de consciência e de crença dos alunos e com o direito assegurado aos pais pelo Art. 12 da CADH. É que, obviamente, o exercício desse suposto direito por parte do Estado não poderia ocorrer em prejuízo da liberdade dos estudantes e do direito dos pais, ambos assegurados pelas leis do país.

No entanto, é exatamente isso o que vai acontecer se os temas da tal "educação de valores" forem veiculados nas disciplinas obrigatórias, como têm sido hoje em dia, por meio da técnica da transversalidade.

Pois bem, admitindo-se que o Estado pudesse usar o sistema de ensino para promover a moralidade estatal — o que não é possível, conforme demonstrado —, qual seria a solução?

É simples. Bastaria que esses conteúdos fossem veiculados numa disciplina facultativa, a exemplo do que acontece com o ensino religioso. Conhecendo previamente o programa dessa disciplina, os pais decidiriam livremente se querem ou não que seus filhos a frequentem. [Observação: é claro que nada disso se aplica às escolas confessionais, já que, ao matricular seus filhos numa dessas escolas, os pais manifestam de forma inequívoca a sua concordância com os princípios morais adotados pela instituição.]

Se isso fosse feito, estariam resguardados, de um lado, o (suposto) direito do Estado de usar o sistema de ensino para promover valores morais; e, de outro, o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções e a liberdade de consciência e de crença dos estudantes.

Enquanto isso não acontecer, o governo, as escolas e os professores estão obrigados a respeitar o direito dos pais e a liberdade de consciência e de crença dos alunos. E os pais podem recorrer ao Judiciário para fazer valer esse direito.

Em resumo: o Art. 12 da CADH e o Art. 5º, VI, da Constituição Federal exigem que os conteúdos morais hoje presentes nos programas das disciplinas obrigatórias sejam reduzidos ao mínimo indispensável para assegurar que a escola possa cumprir aquela que é a sua função primordial: transmitir conhecimento aos estudantes.

Tudo o que passar disso deve ser colocado, quando muito, no programa de uma disciplina facultativa. Conhecendo o programa dessa disciplina, os pais decidirão se querem que seus filhos a frequentem.

Referências bibliográficas

1. Disponível em: https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/tomaz-tadeu-da-silva/

2. Disponível em: http://noticias.r7.com/videos/tarefa-escolar-sobre-sexo-revolta-pais-e-maes-em-contagem-mg/idmedia/50638985b61cb1de8db358b8.html

3. Disponível em: http://www.otempo.com.br/cidades/alunos-de-10-anos-recebem-poema-er%C3%B3tico-como-atividade-escolar-1.1033990

4. Disponível em: http://noticias.gospelprime.com.br/lobby-lgbt-destruiu-educacao-damares-alves/

5. Disponível em: http://noticias.terra.com.br/educacao/maes-de-alunos-denunciam-escola-por-filme-com-cenas-de-sexo,0a7a42ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

6. Disponível em: http://ndonline.com.br/oeste/noticias/103195-cartilha-de-educacao-sexual-gera-polemica-em-joacaba.html.

7. Disponível em: http://pt.slideshare.net/limaciuffo/orientao-sexual-tema-para-ensinar-matematica.

8. Ibidem.

9. Ibidem.

10. Disponível em: http://fabianomartatobias.com.br/mapeando-a-ideologia-de-genero-bibliotecas.

---

v Este texto foi escrito pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Dr. Miguel Nagib, fundador e coordenador do projeto de lei e do site www.escolasempartido.org, e sua publicação foi autorizada neste livro.

Capítulo 13

EDUCAÇÃO MORAL DOS FILHOS
DEVER E DIREITO DOS PAIS

Este capítulo tratará da importância da família no desenvolvimento da criança, do respeito aos valores pessoais e familiares, às crenças, e da responsabilidade dos pais quanto ao ato de educar. A família é a base da sociedade, por isso requer proteção especial, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988. Em virtude das enormes mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais, despontam novas formas de convívio, acarretando, assim, uma completa reformulação do conceito de família nesta realidade mundial globalizada.

Entretanto, isso não implica a defesa de todo e qualquer modelo familiar, mas daqueles construídos sobre bases sólidas em que estejam presentes o dever de colaboração, respeito, solidariedade e reciprocidade entre os membros, obedecendo-se ao valor primordial da família, que é educar os filhos.

A organização familiar vem transformando-se ao longo dos anos, porém em todos os momentos, independentemente de como é formada, deve desempenhar sua função educativa, transmitindo princípios, crenças e valores culturais aos que a constituem para que o ser humano seja capaz de viver socialmente e estabelecer relações. A família é o primeiro grupo de mediação do indivíduo com o mundo e é responsável pela sustentação física e mental de seus membros, que consiste em cuidados essenciais para possibilitar seu crescimento e desenvolvimento. Segundo Mota *et al.*,[1] o direito à constituição de família encontra-se fundamentado nos preceitos jurídicos constitucionais, nos quais pauta-se no respeito à liberdade de constituição, na convivência e dissolução, na autorresponsabilidade, na igualdade irrestrita de direitos, na igualdade entre irmãos biológicos e adotivos, no respeito a seus direitos fundamentais e no forte sentimento de solidariedade recíproca, entre outros.

Outro princípio jurídico fundamental é o da dignidade da pessoa humana, expresso no Art 1º, inciso III, da CF/88, sendo considerado o núcleo essencial dos direitos fundamentais e a base para o Estado Democrático de Direito e para todo o ordenamento jurídico pátrio. Nesse sentido, a dignidade humana é tida pela Constituição como o mais importante dos princípios. Segundo Dias,[2] “trata-se de direito fundamental que se calça nos princípios da igualdade e da liberdade, além de servir de mola propulsora à intangibilidade da vida humana, à integridade física e psíquica, às condições básicas materiais mínimas para garantir o tão almejado acesso à felicidade”.

Depreende-se, portanto, que os objetivos constitucionais da educação visam à

articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, bem como à integração das ações do Poder Público.

É de suma importância conceituar e distinguir os termos ensinar e educar, que, embora pareçam sinônimos, possuem funções distintas. Isso porque um dos principais problemas na Educação hoje é a transferência dos pais para a escola daquilo que é de responsabilidade deles e função direta da família: *educar*.

A escola não deve interferir em valores pessoais e familiares, mas respeitar seus alunos e os pais, sendo destes a responsabilidade de educar os filhos. É uma prerrogativa dos pais definir o momento e, principalmente, a forma de abordar com os filhos assuntos de natureza pessoal, relacionados à formação do caráter, especialmente no que se refere à orientação sexual.

Assegurar à família o direito de transmitir às suas gerações os seus princípios, isto é, os verdadeiros valores construídos por seus antepassados, mais do que respeitar um direito, é reconhecer o fundamental papel que ela exerce em qualquer sociedade, sendo ainda o referencial de vida de qualquer indivíduo.

Deste modo, nas palavras do doutor e professor Armindo Moreira,[3] "*educar* é promover na pessoa sentimentos e hábitos que lhe permitam adaptar-se e ser feliz no meio em que há de viver". Assim, aos pais, cabe transmitir valores como verdade, honra e respeito, mostrar aos filhos a importância que têm na sociedade e o valor da boa educação em seu próprio desenvolvimento, bem como discipliná-los quanto ao reconhecimento de valores de ordem, tais como cumprimento de horários, segurança e respeito ao próximo. Educar é missão própria dos pais, não da escola.

Ainda segundo Armindo Moreira,[4] "*ensinar* é instruir, proporcionar conhecimentos e habilidades que permitam à pessoa ganhar seu pão e seu conforto com facilidade". Deduz-se, portanto, que a escola tem por função instruir — transmitir informações cada vez mais precisas e atualizadas capazes de formar cidadãos aptos ao mercado de trabalho, capacitando-os para o exercício de sua cidadania.

O dever do Estado, portanto, para com a Educação tem suas limitações quando nos deparamos com os preceitos constitucionais elencados nos Arts. 208 e 209 da Carta Magna:

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
>
> II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
>
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ ١º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ ٢º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ ٣º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.[5]

Ora, se o ensino deve ser livre à iniciativa privada na medida em que se respeita a norma geral estabelecida, que em nossa conjuntura é a observância à Lei 13.005, de 2014, muito mais a rede Pública deve se moldar à norma superior vigente. Isto se torna importante para entendermos a posição do Estado como ente Federativo com função de não só promover a Educação, mas resguardar os direitos da família no que tange ao respeito e ao dever de educar seus filhos.

O Art. 206 da Constituição Federal também é claro ao mencionar a respeito do ensino: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.”[6]

Isso significa que, assim como o professor, na posição de cátedra, tem a liberdade de ensinar, também o aluno deve ser respeitado na sua liberdade de aprender, resguardando-se suas convicções e os ensinamentos que recebeu em casa.

Ainda sobre o assunto, o Art. 229 da Constituição preceitua: “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.”[7]

Segundo o Art. 22 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.”[8]

Com relação ao ensino, o qual cabe à escola, a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterada pelas Leis 9.475/97, 10.287/2001 e 10.328/2001,

em seus §§ 1º e 2º, define claramente a competência da escola ao mencionar: “§ ١º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § ٢º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”[9]

Portanto, mencionados os preceitos e princípios constitucionais que carregam em si o direito e o dever de ensinar, resta indubitável o papel da escola, à qual cabe ensinar o cidadão capacitando-o para o trabalho e para o pleno exercício de sua cidadania.

Os principais responsáveis pela construção da identidade da criança são as pessoas com as quais ela estabelece vínculos desde que nasce, portanto a família, que é o primeiro canal de socialização. Em seguida, e tão importante quanto, está a escola. Contudo, é dos pais, sem sombra de dúvida, o dever de educar e transmitir valores que serão exteriorizados no meio social, resguardado-se o direito assegurado constitucionalmente de transmitir aos filhos suas convicções e tradições, os quais produzirão efeitos por toda a sua vida. Diante do exposto, é evidente que o conceito de família se ampliou devido às suas novas configurações, mas que a essência do ato de educar permanece vinculada a ela.

13.1 Pesquisa sobre o que os pais pensam da ideologia de gênero

Na avaliação de muitos educadores e profissionais, inclusive da área da saúde mental, os materiais, cartilhas, vídeos e palestras que falam de gênero antecipam fases do desenvolvimento e desorganizam o ambiente escolar, desviando o foco dos estudos e produzindo conflitos. Muitos não concordam com eles nem com essa ideologia, e poucos conhecem o teor da mesma; outros sequer acreditam em tais ensinamentos por considerarem algo surreal e absurdo. De qualquer forma, a agenda feminista e LGBTT continua crescendo.

A psicopedagoga e consultora científica da Associação Brasileira de Pedagogia Marie Irene Maluf, quando questionada sobre sobre o *kit gay*, que faz parte dessa ideologia de gênero nas escolas, comentou:

> Quando você expõe conteúdos para uma criança nova, que não tem maturidade suficiente para entender um determinado assunto, quando você desperta nela algumas questões, você está gerando angústia. Então ela vai tentar entender; sendo muito imatura e não entendendo, ela vai começar a ficar angustiada, sim. A cabecinha que deveria estar voltada para a educação, para aprendizagem das letras, aprendizagem dos números, começa a se voltar para questões da sexualidade, que deveriam aparecer muito mais tarde.[10]

Já a presidente da Associação Brasileira de Pedagogia levanta outra preocupação: “Foi muito inadequado. Isso reflete o que e como estão tratando a educação em nosso país. Será que não estaríamos aí fazendo uma apologia a uma sexualidade precoce, qualquer que seja ela?”.[11]

Na avaliação da Unesco, o Brasil ocupa a posição de número 88 no ranque mundial da educação, atrás de países como Paraguai e Bolívia, lembrando que, em muitos lugares no

Brasil, professores trabalham em condições desumanas, alunos chegam a sentar no chão, sem falar das drogas que invadiram as escolas, causando problemas graves de falta de censura, senso crítico e noção de julgamento. Por conta disso, vêm aumentando a violência e o desrespeito com os próprios professores. É certo investir tanto tempo e verbas públicas na tentativa de impor a ideologia de gênero nas escolas? Nossa "Pátria *Des*educadora" vai de mal a pior. Falta recurso para tudo, menos para divulgar essa ditadura sexual.

Todavia, qual é a opinião dos pais, que nunca foi levada em conta na elaboração das diretrizes que embasaram o Plano Nacional de Educação? Em julho de 2015, os alunos Silvana da Rosa Lascosky, professora na PUC-PR e especialista em Educação Especial pela Faculdade Bagozzi, Cezar Fabiano Lascosky, teólogo em formação pelo Seminário Teológico Batista Independente do Paraná (Stbipar), e Maria Darleide Oliveira, pedagoga em formação pela Faculdade Bagozzi e teóloga em formação pelo Stbipar, participaram da primeira turma de um curso que coordeno em Curitiba sobre ideologia de gênero e decidiram buscar essa resposta. Como trabalho de conclusão de curso, realizaram, sob minha supervisão, uma pesquisa de campo em duas escolas do Paraná da rede pública e da privada, aplicando um questionário a pais de alunos. Embora tenham sido barrados inicialmente ao esclarecer o tema proposto para a entrevista, encontraram dois diretores que autorizaram.

13.1.1 Análise dos resultados obtidos

A princípio, a aplicação do questionário seria empreendida em mais uma escola da rede municipal de Curitiba, porém a diretora não permitiu. Segundo ela, esse assunto ainda não está sendo discutido nem com os professores. Temendo uma reação de recusa por parte dos pais, ela preferiu não assumir o risco, mas se propôs a levar o questionário ao Núcleo Regional de Educação para uma análise. No NRE, a aplicação também foi vetada. Para conseguir tal aprovação, teríamos que pedir à Secretaria de Educação.

O que gera uma grande indignação é que há anos os professores estão participando de palestras sobre diversidade sexual ofertadas pelo município e pelo governo, que induzem uma rede de servidores municipais e estaduais a concordarem com a importância de se combater a homofobia nas escolas e ensinam que a identidade sexual é construída culturalmente, e que a escola não deve reforçar os preconceitos ensinados pela família.

A escola 1 que participou da pesquisa situa-se em um bairro de classe média baixa do município de Araucária. É uma escola municipal, de pequeno porte, com aproximadamente 150 estudantes, divididos em quatro turmas no período da manhã e quatro no período da tarde, do primeiro ao quinto ano. O questionário foi aplicado aos alunos do período diurno, sendo distribuído para 70 estudantes do terceiro, do quarto e do quinto ano. Destes, 36 foram entregues preenchidos.

A escola 2 localiza-se em um bairro da periferia de Curitiba. Os alunos são de classe baixa e muitas famílias apresentam envolvimento com drogas e prostituição. A escola é municipal e tem 1.070 estudantes, entre manhã e tarde, do pré-escolar ao quinto ano. Aproximadamente 300 alunos permanecem nela o dia todo. São 20 turmas por período. O questionário foi distribuído para duas turmas de terceiro ano, uma do período da manhã e

outra do período da tarde, totalizando 46, dos quais voltaram preenchidos 36. Eis as questões:

Questão 1: O que você sabe sobre ideologia de gênero?

Escola 1: dos 36 pais/responsáveis, oito não responderam à pergunta, 16 não sabem nada sobre o assunto, quatro sabem alguma coisa, mas não demonstraram clareza em suas respostas. Responderam à questão coerentemente somente nove. Assim, é possível interpretar que 27 famílias não apresentam argumentos consistentes sobre o tema.

Escola 2: seis pais/responsáveis não responderam à questão, 12 não apresentam conhecimentos sobre o assunto, dois escreveram que sabem pouca coisa, três responderam que sabem, mas sem apresentar qualquer tipo de conceito, e 14 apresentaram respostas coerentes.

Pode-se perceber que, dos 23 responsáveis que responderam satisfatoriamente a essa primeira questão, a maior parte, senão todos, precisou pesquisar sobre o assunto para responder ao questionário. Dez apresentaram conceitos encontrados na Internet, alguns parafrasearam os mesmos conceitos e outros manifestaram suas opiniões sobre a ideologia de gênero. Assim, o instrumento de pesquisa utilizado, além de quantificar a opinião dos pais, propiciou um momento de busca pelo conhecimento e reflexão sobre o assunto a essas famílias.

Questão 2: Você sabe o que significa a sigla LGBT?

Escola 1: quatro responsáveis não responderam à questão, dez não sabem o significado de LGBT, três conhecem um pouco, pois sabem do que se trata, sem, no entanto, precisar a que palavras corresponde cada letra, quatro responderam que sabem, mas não escreveram o significado da sigla, e 16 realmente a compreendem.

Escola 2: não responderam à pergunta cinco famílias, nove escreveram não saber o significado, um respondeu saber alguma coisa, três escreveram que sabem, mas não precisaram o que representa a sigla, e 17 apresentaram respostas corretas.

Por se tratar de uma nomenclatura tão popularizada pela mídia, principalmente, considera-se que muitas famílias estão alienadas ao assunto, pois menos da metade desses responsáveis sabe do que se trata a sigla LGBT.

Questão 3: Quem deve ensinar sobre sexualidade as crianças?

Esta foi uma questão fechada, com possibilidade de marcar quantas respostas fossem necessárias.

Escola 1: em todos os questionários apareceu a família como instituição que tem o dever de ensinar sobre sexualidade às crianças. Algumas pessoas dividiram a responsabilidade, mas sem eximir-se de sua função. Dezenove questionários apontaram apenas a família como a responsável e mais cinco pessoas preferiram restringir, dentro da própria família, essa função à mãe. Foram 11 os responsáveis que dividiram a tarefa de falar sobre sexualidade com a escola. Uma pessoa acredita ser essa uma função da família e da igreja. Outra acredita que seja de responsabilidade da família, da igreja e da escola.

Escola 2: assim como na escola 1, todos os pais são conscientes de que a família é responsável por ensinar sobre sexualidade às crianças. Vinte e cinco pais assinalaram apenas a alternativa família, e cinco restringiram à mãe esse papel. Cinco pessoas dividiram a responsabilidade com a escola e uma acredita ser função da família, mas também da escola e da igreja.

Questão 4: Na sua opinião, além dos conteúdos de Ciências, a escola deve:

Nesta questão, foram abordados cinco aspectos relacionados à ideologia de gênero e a opção de a escola ensinar apenas o que está no currículo (sistema reprodutor, gravidez e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis). Também foi dada a opção de acrescentar um tópico à questão.

Escola 1: quatro famílias acham necessário que a escola ensine sobre a homossexualidade como algo natural. Dois responsáveis concordam com a ideia de que haja na escola um único banheiro para meninos e meninas. Quatorze pessoas acreditam que a escola deve ensinar apenas o que está nas diretrizes curriculares. Nove questionários apresentaram como resposta algumas combinações, como: três pessoas acreditam que na escola deve-se ensinar sobre a homossexualidade como algo natural e incentivar que o estudante vista-se e use os acessórios que desejar, sejam masculinos ou femininos; duas pessoas escolheram como alternativas ensinar sobre a homossexualidade como algo natural e incentivar que meninos brinquem com brinquedos de meninas e meninas brinquem com brinquedos de meninos. Uma família, além da questão que se refere à homossexualidade e ao incentivo às brincadeiras, apoiou a ideia do banheiro único. Outra pessoa colocou que, além da questão que se refere à homossexualidade e ao incentivo às brincadeiras, a escola deve orientar que meninos e meninas assumam seus interesses por um colega do mesmo sexo. Uma pessoa concordou que a escola deve trabalhar o que está no currículo, mas também que a homossexualidade é algo natural. Mais uma pessoa escreveu que a escola deve trabalhar o currículo e incentivar as crianças a brincarem com brinquedos de preferência do sexo oposto. Quatro famílias não responderam à questão. Três pessoas acrescentaram um tópico à questão, mas apenas deram suas opiniões. Quatro acrescentaram que a escola deve ensinar o respeito às diferenças.

Escola 2: quatro famílias acham necessário que a escola ensine sobre a homossexualidade como algo natural. Vinte e dois responsáveis acreditam que a escola deve ensinar apenas o que está nas diretrizes curriculares. Um questionário trouxe como resposta uma combinação de que a escola deve ensinar sobre a homossexualidade como algo natural e incentivar que meninos brinquem com brinquedos de meninas e meninas brinquem com brinquedos de meninos, e que a escola deve orientar que meninos e meninas assumam seus interesses por um colega do mesmo sexo. Cinco pessoas não responderam à questão. Duas acreditam ser função da escola trabalhar o respeito pelas diferenças. Duas pessoas acreditam que incluir esses temas na escola seria um incentivo à homossexualidade. Duas famílias acrescentaram um tópico à questão, mas reproduziram algumas questões já existentes na pergunta.

Questão 5: O que você acha da possibilidade de todos os itens da questão anterior serem obrigatórios nas escolas?

Escola 1: dez famílias não responderam à questão. Quatro responderam concordar com tal obrigatoriedade. Vinte e três se manifestaram contra e argumentaram sobre o assunto. Tais argumentos estavam relacionados à necessidade de manter a família tradicional, sobre a família como projeto de Deus.

Escola 2: duas mães concordam que os itens expostos na questão anterior sejam obrigatórios nas escolas, mas uma delas relata que a existência de um único banheiro não seria viável. Cinco famílias não responderam. Vinte e oito famílias, assim como na escola 1, argumentaram sobre o assunto posicionando-se contra a ideologia de gênero. Uma mãe lésbica escreveu não saber se seria bom que a escola fosse obrigada a trabalhar com os itens da questão anterior. Já sobre a igreja, essa mesma mãe colocou uma observação ao lado da opção escrevendo “ideias retrógradas”.

Alguns questionários continham comentários que comprovam a rejeição dos pais quanto à ideologia de gênero ser trabalhada na escola, como este: “Não concordo que as escolas ensinem ou incentivem as crianças a saberem sobre a homossexualidade ou a usarem acessórios de qualquer sexo. Deve-se respeito às famílias. É contra a ética religiosa de cada um.”

Os pais se preocupam com o fato de tornar a homossexualidade algo tão natural que venha a incentivar as crianças a terem experiências dispensáveis. Acreditam que é uma contramão aos ensinamentos que a família tem oferecido, como relata esta mãe: “Vai incentivar o homossexualismo e desmoralizar os ensinamentos bíblicos.”

Muitos subestimam os conhecimentos dos pais, imaginando que estes são facilmente manipuláveis. Não é o que demonstra o comentário: “Eu acho errado. Na infância a criança constrói o seu caráter. O que eles aprendem na infância levam para suas vidas. A escola deve ensinar a não ter preconceito, não incentivar esse tipo de ato.”

Os pais se preocupam em não ensinar os filhos a serem preconceituosos: “Sou totalmente contrária a essa ideia. Sou contra a discriminação, mas não acho moral ensinar uma coisa antinatural, a meu ver, nas escolas.” “Natural não é, mas temos que respeitar as escolhas dos outros (…) Temos que ensinar o que é de fato correto, mas sem esconder deles o que na realidade acontece e o que existe. Fazê-los entender que comum não é, mas que temos que respeitar o próximo seja ele quem for.” “Não seria de acordo, pois respeitar o próximo é fundamental e necessário sempre. Mas concordar com tudo NÃO.” Esses pais não estão produzindo discurso de ódio, apenas protegendo suas famílias. Sabem da importância do respeito ao próximo, mas reconhecem o valor da família como o alicerce da sociedade.

Famílias religiosas, cujos princípios vêm sendo violados, não pedem mais do que o direito de ensinar aos seus filhos o que é certo, à sua maneira, de acordo com a sua fé. “É uma agressão contra a família e a crença de alguns.” “Até onde eu sei, é abominação dois seres do mesmo sexo se deitarem juntos. Isso é apologia, e não ciência! Não concordo com esse tipo de estudo de ideologia de gênero no colégio. A criança vai na escola pra aprender a ler e escrever, enfim, não para ver esses tipos de situações, as quais não lhe convêm. Vivemos segundo as leis de Deus, e não de pessoas que não sabem o que é o respeito à família, sendo constituída por pai, mãe e filhos. Não concordo com quem

ofende o conceito de família.”

Os pais reconhecem suas responsabilidades: “Acho um absurdo e não aceito que meus filhos estudem isso. Quem tem que ensinar (sobre sexualidade) é a família.” “Sinceramente ridículo, até porque o currículo já está abaixo do necessário, o resto é responsabilidade dos pais.” “Não acho legal. Existem coisas que só cabe aos pais, à família orientar uma criança”. No entanto, mal sabem os pais o quanto terão que lutar em prol de um direito que, até então, era visto apenas como um dever. É de responsabilidade dos pais a educação formal e moral de seus filhos.

Questão 6: Você conhece as metas do Plano Municipal de Educação?

Escola 1: sete pais responderam que conhecem as metas do PME, três não responderam e vinte e sete responderam que não conhecem, mas que têm interesse em conhecer.

Escola 2: cinco pais responderam que conhecem as metas do PME, dois não responderam, vinte e seis responderam que não conhecem, mas que têm interesse em conhecer, e três responderam que não conhecem e não têm interesse em conhecer. Esses últimos três responsáveis não concordam com a ideologia de gênero nas escolas e, provavelmente, não sabem que essa ideologia constava em uma meta do PME. Entre todos os questionários respondidos, apenas uma mãe comentou sobre o assunto ser polêmico e estar em votação.

Questão 7: Você frequenta alguma instituição religiosa? Qual? Com qual frequência?

Escola 1: dez pais responderam ser evangélicos, 16 católicos, dois não especificaram a instituição que frequentam, três responderam que são evangélicos/católicos e cinco não responderam. Quanto à frequência, 18 vão à igreja semanalmente, cinco mensalmente, dez raramente. Dois não frequentam instituições religiosas.

Escola 2: onze responsáveis são evangélicos, 14 católicos, dois espíritas, um é adventista, dois não especificaram a instituição cristã, um respondeu que frequenta várias igrejas, um afirmou ser católico/evangélico, duas pessoas não responderam. Quanto à frequência, ١٩ frequentam a igreja semanalmente, seis mensalmente, nove raramente, e dois nunca frequentam instituição alguma.

13.2 Argumentos legais em favor da família

Observe o que consta nos Arts. 17 e 18 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1992):

> Art. 17: Ninguém será objeto de intervenções arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem de atentados ilegais à sua honra e reputação. Toda e qualquer pessoa tem direito à proteção da lei contra tais intervenções ou tais atentados.
>
> Artigo 18: Toda e qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de ter ou de adotar uma religião ou sua convicção, individual ou conjuntamente com outros, tanto em público

como em privado, pelo culto, cumprimento dos ritos, as práticas e o ensino.[12]

Esses textos também são encontrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Arts. 12 e 18. Segundo o Art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.[13]

No Art. 53, parágrafo único, está escrito: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.[14]

O MEC, no entanto, criou um comitê que apoiará políticas para coibir a discriminação de gênero. Garantir o diálogo, a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas para a construção e a promoção da equidade de gênero é o objetivo da instituição do Comitê de Gênero pelo Ministério da Educação. Além da divulgação de dados e indicadores, o comitê visa ao aperfeiçoamento de programas, projetos e iniciativas sobre o tema. Em sua composição, o comitê, que tem caráter consultivo, conta com representantes das secretarias do MEC e de órgãos vinculados, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Outra atribuição é acompanhar e monitorar as ações educacionais de promoção da equidade de gênero contidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e no Plano Plurianual de 2012-2015.

Segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, a instituição desse mecanismo ocorre em importante momento da política educacional, quando a sociedade debate a inclusão da questão de gênero nas escolas e o papel da escola na constituição de uma cultura dos direitos humanos.

A criação do comitê atende à necessidade de adoção de práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que contemplem e respeitem a diversidade. Essa é uma das formas de enfrentamento da discriminação, determinada pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), contidas na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

O Comitê de Gênero foi instituído pela Portaria do MEC nº 916, de 9 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 último. Confira o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Confira o Plano Plurianual de 2012-2015.[15]

Referências bibliográficas

1. Mota TS, Rocha RF, Mota GBC. Família – Considerações gerais e historicidade no âmbito jurídico. In: Âmbito Jurídico [Internet]. 2011 jan. [acesso em jul. 2015]; Rio Grande, XIV, 84. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8845&n_link=revista_artigos_leitura>.
2. Dias MB. Manual de direito das famílias. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; 2010. p. 149-50.
3. Moreira A. Professor não é educador.
4. Ibidem.
5. Constituição de 1988.
6. Ibidem.
7. Ibidem.

8. Estatuto da Criança e do Adolescente.

9. Brasil. Ministério da Educação. Lei 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

10. Texto retirado da matéria sobre “kit gay” exibida na rede Record de televisão, no programa Domingo Espetacular, em 2011.

11. Ibidem.

12. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, 1992.

13. Estatuto da Criança e do Adolescente.

14. Ibidem.

15. Disponível em: http://zip.net/bmr1Pp

Fontes de consulta

Brasil. Ministério da Educação. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. 2009

_____. Ministério da Educação. Lei 12.796/2013.Lopes J. Jean Piaget. Nova Escola. 1996 Ago;XI(95).

Macedo L. Ensaios Construtivistas. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1994.Nitzke JA, Campos MB, Lima MFP. Teoria de Piaget. PIAGET. 1997a. Disponível em: http://penta. ufrgs. br/~ marcia/piaget/

Piaget J, Inhelder B. A psicologia da criança. São Paulo: DIFEL, 1982.

Piaget J. Biologia e Conhecimento. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes; 1996.

Piaget J. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Wadsworth B. Inteligência e Afetividade da Criança. 4. ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli; 1996.

Capítulo 14

A IDEOLOGIA DE GÊNERO E O RELATIVISMO MORAL

O mundo caminha para uma reorientação sexual. Estamos vivendo um tempo em que o prazer, o desejo e as atitudes de enfrentamento contra o cristianismo e tudo o que é reconhecido na sociedade como princípios morais estão se tornando demasiadamente relativistas. A sociedade perdeu seu papel, sua referência, sua identidade. A ética, que não é necessariamente o que é moral, adapta-se ao gosto de grupos, pessoas, situações, intenções e comportamentos. Em nome do "tudo posso" para conquistar direitos, estamos regredindo, transformando-nos quase em animais irracionais, pois buscamos nossos próprios interesses ou os de um grupo.

O respeito ao próximo, o valor que damos à vida, só tem sentido e peso quando os interesses são colocados acima de qualquer sentimento, pois o que importa nesse relativismo é poder *versus* desejo. Assim, vamos caminhando para uma liberdade que na verdade nos aprisiona, pois nos torna escravos dessa busca por prazer e felicidade na qual as coisas são mais valorizadas do que nós mesmos.

14.1 O que é relativismo moral?

O relativismo moral é um tipo de subjetivismo que sustenta que as verdades morais são preferências muito parecidas com os nossos gostos em relação a moda, cores e comidas, por exemplo. Ele ensina que, quando se trata de moral, do que é eticamente certo ou errado, as pessoas podem e devem fazer o que quiserem, o que sentirem ser o certo para elas. Filosoficamente falando, verdades éticas dependem de indivíduos, grupos e culturas que as sustentam. Segundo esse pensamento, não haveria um determinado padrão de comportamento para todas as pessoas em situações semelhantes, tampouco responsabilização. Observe o que disse Roger Morris a respeito do assunto:

> Relativismo moral. Creio que o relativismo moral, num sentido prático, é completamente inviável. Que tipo de mundo seria o nosso se o relativismo fosse verdade? Seria um mundo em que nada estaria errado – nada seria considerado mau ou bom, nada digno de louvor ou de acusação. A justiça e a equidade seriam conceitos sem sentido, não haveria responsabilização, não haveria possibilidade de melhoria moral, nem discurso moral. Um mundo em que não haveria tolerância. Este é o tipo de mundo que o relativismo moral produz.[1]

E complementou:

> A consciência/percepção de moralidade leva a Deus tanto quanto a

consciência/percepção de queda de maçãs leva à gravidade.[2]

O relativismo moral é mais facilmente compreendido quando comparado com o absolutismo moral. O absolutismo afirma que a moralidade depende de princípios universais (lei natural, consciência). Cristãos, por exemplo, acreditam que Deus é a fonte principal da moralidade comum, e que essa moralidade é tão imutável quanto Ele. O relativismo moral afirma que a moralidade não é baseada em qualquer padrão absoluto. Ao contrário, "verdades éticas" dependem da situação, da cultura, dos sentimentos etc. Esse tipo de pensamento está ficando cada vez mais popular, influenciando, inclusive, a Igreja, pois carrega em seu bojo a satisfação de desejos, prazeres sexuais. Portanto, é totalmente contrário aos princípios e ao modo de vida que construímos historicamente como cristãos.

Fundamentado no livro *Relativism – Feet Firmly Planted in Mid-Air,* de Francis Beckwith e Gregory Koukl, Roger Morris, do site *Faithinterface*, elaborou a lista que segue com erros fatais do relativismo moral:

- O relativismo não exige um determinado padrão de comportamento para todas as pessoas em situações morais semelhantes. Quando confrontadas com exatamente a mesma situação ética, uma pessoa pode escolher uma resposta, enquanto outra pode escolher o oposto. Não há regras universais de conduta que se apliquem a todos.
- O relativismo moral ensina que quando se trata de moral, do que é eticamente certo ou errado, as pessoas podem e devem fazer o que sentirem ser o certo para elas.
- Verdades éticas dependem de indivíduos, grupos e culturas que as sustentam.
- O relativismo torna impossível criticar o comportamento dos outros, porque, em última análise, nega a existência de algo como "má conduta".
- O relativismo é inconsistente com o conceito de que o mal moral verdadeiro existe, porque nega que qualquer coisa possa ser objetivamente errada, não existe padrão moral.
- O relativismo torna os conceitos de louvor e condenação sem sentido, porque nenhum padrão externo de medição define o que deve ser aplaudido ou condenado.
- De acordo com o relativismo moral, as noções de equidade e justiça são incoerentes, já que ambos os conceitos ditam que as pessoas devem receber igualdade de tratamento com base em alguma norma externa acordada.
- Sob o relativismo moral, a culpa e a condenação não existem – se nada for finalmente imoral, não há acusação e, portanto, nenhuma culpa digna de punição.[3]

Em suma, relativistas não podem promover a obrigação à tolerância, já que a obrigação moral relativista de ser tolerante é autorrefutante. Ironicamente, o princípio da tolerância é considerado uma das virtudes principais do relativismo. A moral é individual, assim eles dizem, portanto devemos tolerar os pontos de vista dos outros e não julgar seu comportamento e suas atitudes. No entanto, se não existem regras morais objetivas, não pode haver nenhuma regra que exija a tolerância como um princípio moral que se aplique igualmente a todos.

De fato, se não há absolutos morais, por que ser tolerante afinal? Relativistas violam seu próprio princípio de tolerância quando não conseguem tolerar as opiniões daqueles que acreditam em padrões objetivos morais. Eles são, portanto, tão intolerantes quanto frequentemente acusam os que defendem a moral objetiva de ser. O princípio da tolerância é estranho ao relativismo. Se, por outro lado, a tolerância parece ser uma virtude, então o relativismo é falso. Em 2 Timóteo 3.1-5 está escrito:

> *Sabe, porém, isto: que nos últimos dias sobrevirão tempos trabalhosos; porque haverá homens amantes de si mesmos, avarentos, presunçosos, soberbos, blasfemos, desobedientes a pais e mães, ingratos, profanos, sem afeto natural, irreconciliáveis, caluniadores, incontinentes, cruéis, sem amor para com os bons, traidores, obstinados, orgulhosos, mais amigos dos deleites do que amigos de Deus, tendo aparência de piedade, mas negando a eficácia dela. Destes afasta-te.*

14.2 Raízes do relativismo moral contemporâneo

Permito-me utilizar o pensamento de Alasdair MacIntyre, filósofo britânico principalmente conhecido por suas contribuições para a moral e a filosofia política, mas também por suas obras no campo da história da filosofia e da teologia. É pesquisador sênior do Centro de Estudos Contemporâneos Aristotélicos em Ética e Política (CASEP) na Universidade Metropolitana de Londres e professor emérito da Universidade de Notre Dame.[4] Bastante estudado atualmente na academia, em seu famoso livro *Depois da virtude*, mostra as raízes histórico-filosóficas da fragmentação ética que contemplamos atualmente no cenário mundial, a qual está, segundo o autor, trazendo-nos muitos conflitos.

De acordo com os ensinamentos de Alasdair MacIntyre, devemos analisar a fundo o que está acontecendo em nossa sociedade, pois estamos sendo reflexos de uma série de filosofias de pensamento e de vida oriundas de correntes como o iluminismo europeu e que chegaram até os nossos dias nos induzindo a acreditar que tudo é relativo, que o que importa é a realização do prazer pelo prazer. Na verdade, esses pensamentos estão condenando a humanidade a uma busca desenfreada pela realização de desejos, algo impossível de se alcançar, visto que tem causado mais angústias do que prazer propriamente dito, tanto individual como socialmente, mais conflitos em todas as esferas e dimensões do ser humano.

Essas correntes filosóficas afirmam de forma contundente, porém perniciosa, alienista, que não é possível acudir às razões objetivas para justificar os princípios éticos que cada qual deve utilizar nas suas escolhas. Isso me parece um acordo velado, subliminar, implícito de que os princípios são uma questão de preferências pessoais, ou seja, que você pretender outra coisa, ou ter outra opinião, seja por convicção, ética, religião ou princípios, equivaleria a incorrer num crime, como se lesássemos a humanidade impondo nossa preferência ao outro, o que nessa educação relativista seria crime, pois cada qual tem sua ética, sua moral sua escolha?!! Como viver sem conflito numa sociedade que busca conflitar priorizando o relativismo radical ideológico?

Analisemos o que diz João Malheiro, autor do livro *A alma da escola do século XXI*,

sobre ética e relativismo social:

> Quem profere um juízo ético deve usar uma linguagem pretendidamente impessoal e deve ocultar suas pessoais motivações. Tal coisa é eticamente má significaria, na prática, não quero que faças tal coisa, porque não me agrada. Notem que essa corrente, segundo o autor, chamada emotivista, ensina que não existem critérios universais que sirvam para definir um parâmetro entre posturas éticas rivais. Ou seja, qualquer atitude seria igualmente digna e admissível desde que o ser humano estivesse feliz com ela.[5]

Quais seriam as consequências práticas dessa corrente que se diz ética? Esta tem sido a preocupação de muitos estudiosos da educação e professores que convivem com crianças diariamente. Em minha opinião como psicóloga, é uma postura extremamente perigosa, pois quem saberá os limites? Como arbitrar comportamentos diferentes? Como defender a própria liberdade de opinião e expressão nesse contexto se a luta por "liberdade" fere a liberdade do outro justamente na sua subjetividade? Que direitos relativistas são esses que agridem os direitos de todos em sua essência? Ser relativista é passar por cima do contraditório que não lhe serve como liberdade? E me pergunto: Liberdade de quê? Para quê? Ser feliz a que preço?

Nessa imposição de correntes relativistas, a preocupação é exatamente a compreensão racional da verdade. Como saber quem está com a razão se tudo é relativo? Concordo com o estudioso João Malheiro de que o maior perigo é a verdadeira guerra civil, guerra santa, guerra de valores que está sendo gerada, na qual ganhará quem tem mais poder.

> Uma teoria ética que provoca a injustiça social não parece, portanto, ser a mais adequada. É preciso buscar algo mais isento e transcendente, que dê luz a duas vontades opostas ou diferentes para viverem em paz.[6]

Se questionarmos mais a fundo o porquê de a sociedade atual pensar assim da ética, verificaremos que ela acredita que a tentativa, passada ou presente, de prover de justificação racional a moral objetiva fracassou de fato. Mas, será que as pessoas já se questionaram por que fracassou?

Perdemos nosso referencial de valores, da moral objetiva da natureza humana, como o alcance do bem, da perfeição, do amor real e da felicidade. Estes foram sendo deixados para trás ao longo dos tempos, foram sendo destruídos, descartados em prol de uma sociedade consumista. O ser humano, na tentativa de querer ser feliz a qualquer preço, buscou a maneira mais rápida e fácil, comprando esse prazer e fazendo de tudo para afastar a insatisfação.

Segundo João Malheiro, "esses pensadores relativistas querem que neguemos a própria natureza do homem, arriscando-nos em outra natureza não humana. Temos que ficar atentos, pois, destruindo a natureza, destruímos a verdade objetiva".[7]

A sociedade atual, patrocinada pelo quarto poder, acusa-nos de sermos "exigência sem sentido" por causa dos valores éticos e morais que pregamos, que segundo ela, estão longe de alcançar a verdadeira felicidade, criando traumas, tolhendo a liberdade do sujeito, reprimindo-o.

Como psicóloga, pergunto: A lei do prazer sem regras, sem nos colocarmos no lugar do outro, sem termos um norte na Educação, sem podermos decidir o que é melhor para nossos filhos e para nossa família nos tornou muito mais felizes?

A natureza humana é ligada à natureza biológica, não somente à psicológica. Não podemos simplesmente perverter o que é real para uma linha imaginária do nosso ser, ou cultivaremos uma sociedade esquizofrênica, que em pouco tempo perderá totalmente seu referencial de sanidade e civilização.

> A evidência de que todo ser humano fica ansioso e inseguro até encontrar-se como ser humano livre e responsável por sua felicidade parece mostrar que, por mais que o homem possa negar a própria natureza, só se sentirá feliz e em paz quando entender que, apesar do esforço, vale muito mais a pena autoafirmá-la do que viver como um triste animal.[8]

Como diz João Malheiro, é preciso urgentemente desmascarar o brilho falso da ética relativista, em que nossos jovens estão inseridos recebendo formação. É preciso que todos nós entendamos que ele provocará grande destruição em nossas crianças e em nossos adolescentes. Relativizar pode não garantir o desenvolvimento de indivíduos como seres humanos.

Conforme lemos em Hebreus 13.9: *Não vos deixeis levar em redor por doutrinas várias e estranhas, porque bom é que o coração se fortifique com graça e não com manjares, que de nada aproveitaram aos que a eles se entregaram.*

Referências bibliográficas

1. Roger Morris, do site *Faithinterface*, com base no livro *Relativism – Feet Firmly Planted in Mid-Air*, de Francis Beckwith e Gregory Koukl, elaborou a lista com sete erros fatais do Relativismo moral. Francis Beckwith é professor e filósofo, especialista em política, direito, religião e ética aplicada. Gregory Koukl é apologista cristão, fundador da *Stand To Reason*, organização dedicada à defesa da cosmovisão cristã.
2. Ibidem.
3. Ibidem.
4. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alasdair_MacIntyre
5. Malheiro J. A alma da escola do século XXI. Curitiba: CRV; 2010.
6. Ibidem.
7. Ibidem.
8. Ibidem.

Capítulo 15

DISCURSO DE ÓDIO CONTRA RELIGIOSOS

O conceito de liberdade de expressão tem sido usado indiscriminadamente para justificar posições anarquistas e preconceituosas, falas intolerantes, cristofóbicas, discriminatórias e com grande potencial de violência e tensão nas relações sociais.

Sabemos que a liberdade de expressão é cláusula pétrea da constituição, e todos temos de respeitar essa máxima, mas liberdade de expressão e opinião não pode ser usada para justificar discurso de ódio contra o cristianismo somente pelos princípios fundamentais que carrega, que são contraditórios aos da elite ativista pseudocultural. Como calar o outro com discurso do mesmo ódio que se condena? Hipocrisia.

Acredito que a liberdade de expressão de opinião deve ser uma garantia fundamental na sociedade a fim de permitir o amadurecimento da democracia e do livre pensamento. Dessa forma, refletir, discutir, dialogar e construir devem ser ideais perseguidos eternamente. Porém, o compromisso com a liberdade de expressão não pode ser confundido com a liberdade para perseguir, excluir ou agredir moralmente, ou fisicamente, maiorias por causa de sua religião — atribuindo religião Cristã ou aquelas que defendem a sua moral — de forma preconceituosa, induzindo a crer em um discurso de que todas as mazelas da sociedade e todos os casos de preconceito e de “homofobia” que acontecem em todo o mundo são decorrentes da religião.

A sociedade em geral tem sido amordaçada. A mídia, tendenciosa e desonesta, tenta, de forma maquiavélica, atribuir todos os casos de violência praticados contra o movimento LGBTT aos cristãos. Sem base alguma, negam que a maioria desses crimes é, sim, motivada por “briga de pares” e, quando acontecem, por pessoas más, que sequer acreditam em Deus. Sem falar, por exemplo, na questão social, no panorama de violência mundial e nacional, que está em lugar de extrema violência.

Não estou dizendo, com isso, que não existam casos de violência contra homossexuais, transexuais. Estou afirmando que nunca vi um cristão tratar com violência ou agredir um homossexual. Não podemos mais suportar e aceitar, sem reclamar, essa tentativa de vincular o cristianismo às agressões e aos crimes de intolerâncias por motivos sexuais. Essa verdade tem de ser exaustivamente dita, sem medo. Não podemos permitir que o cristianismo seja colocado nessa posição. Ainda que exista alguém agindo de forma errada, essa pessoa será duramente criticada e recriminada pela igreja.

O pacto social é algo complexo, fundamentado na consolidação de uma série de direitos coexistentes que formam um arcabouço de defesa dos cidadãos e da coletividade. E esses direitos são dados a todos, aos que concordam com sua religião e aos que não concordam, aos que concordam com a multiplicidade de gênero e a praticam e àqueles que não a

aceitam, não somente por questões religiosas ou morais, mas porque a ciência também a questiona. O entendimento de que vivemos em um momento onde o socialismo, o anarquismo, o comunismo tenta encontrar espaço, visibilidade para implantar seu sistema ditador. Como defendemos o estado democrático de direito, temos, por ética, por conceito moral, de defender o que acreditamos; é a lei, é a liberdade, tão venerada por esse mesmo grupo que nos acusa.

Direitos fundamentais são constituídos para preservar a ordem social, e todos têm esse direito, a liberdade individual e os direitos das minorias e maiorias, que devem ser de forma igualitária. Portanto, é preciso ter em mente que tão importantes quanto a liberdade de expressão são a preservação da integridade física, moral e religiosa dos indivíduos e a garantia de exercício de sua plenitude enquanto ser humano e cidadão, e os cristãos fazem parte desse universo, embora juristas de todo o Brasil, políticos e grupos ativistas sociais tentem excluir do debate todos que se declaram cristãos, contradizendo toda a constituição e a declaração de direitos humanos.

A luta histórica pela consolidação da democracia e de um estado capaz de assegurar a defesa de seus cidadãos estimulou o fortalecimento das demandas por respeito aos direitos humanos de todos. Quando surgem conflitos entre esses direitos, é preciso buscar uma abordagem transversal capaz de encontrar pontos de contato, de identificar pontes de diálogo e convergências entre conceitos para evitar que a defesa de um direito implique fragilização de outros, e isso tem de ser a base das políticas públicas e dos estatutos das ações nas escolas. A lei versa sobre o equilíbrio, respeitando todos em igualdade, o que passa disso é ditadura e privilégio.

Independentemente de serem maiorias ou minorias, entende-se que a lei é para garantir e punir todos, e cristãos fazem parte do todo. Ainda que sua parte seja maior no sentido populacional, não pode ser discriminada por isso. Ou estamos lidando com a subjetividade doentia de alguns? Acaso pode a lei render-se à comoção da opinião da elite pública, a qual tem sido o 4º poder a influenciar o mundo real por meio de seus programas e novelas “fictícias”? A que ponto chegou a humanidade. A ficção dominando o mundo real, em todas as esferas.

A liberdade de expressão não justifica qualquer tipo de abuso ideológico, não ignora o fato de que propagar discursos de ódio e intolerância contra a religião cristã é incitação à violência e tem um potencial destrutivo significativo, que coloca em risco a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Ser minoria não justifica atacar as religiões maioritárias, somente porque elas contêm em seu contexto a não aceitação de comportamentos sexuais múltiplos, que não comungam com seus princípios, com suas diretrizes.

Direitos humanos não podem ser usados como bandeira ideológica das minorias contra as maiorias, direitos humanos são para todos em igualdade, de forma multilateral. Há um equívoco gigantesco desses grupos ativistas ideológicos de gêneros múltiplos de que o cristianismo é contra seus direitos, o que não é verdade. Entretanto, o que nos torna, de certa forma, separados é o desrespeito à nossa sexualidade, à nossa moral, que busca a santidade através de conselhos bíblicos que comungamos, como: não fazer sexo antes do

casamento, celibato em algumas funções, como é o caso da Igreja Católica, não ter relação sexual com pessoa do mesmo sexo, ter apenas um cônjuge, não propagar o divórcio, buscar santidade na fidelidade, não fazer aborto, não usar drogas etc., ou seja, o conflito existe.

O que essas minorias pretendem é pautar o comportamento da maioria. Não aceitam que a fé Cristã e outras religiões divulguem o seu modo de vida e a sua moral, que, não contrário do relativismo, é unilateral neste contexto. A militância ativista política LGBTT e feministas propagam que comportamentos que consideramos “sagrados” são os responsáveis pela violência sofrida por eles e por toda a degradação humana, o que o passado e o presente mostram ser uma realidade montada para vender homofobia e, com isso, conseguir verbas para suas ONGs, seu mercado de trabalho. Se passearmos, neste instante, pelos noticiários, veremos que os assassinatos, as brigas, as confusões, as doenças, as mortes, toda sorte de violência humana são causados por esses fatores.

Nos últimos anos, o avanço em relação aos direitos individuais foi acompanhado por uma perigosa e poderosa onda progressista. Ao mesmo tempo em que se tem mais liberdade para demonstrar publicamente a sua religião, casos de violência verbal e de discriminação contra religiões tidas como conservadoras ganham as manchetes e expõem, a fim de ridicularizar, a violência relacionada à religião que não aceita a ideologia de gênero dentro da escola e na sociedade, por considerá-la um atraso no desenvolvimento da sexualidade humana e uma reorientação cultural promovida por grupos minoritários, os quais não podem ter o poder de pautar como a maioria deve viver em sociedade.

Nesse contexto de fortalecimento da corrente progressista, mensagens discriminatórias ganham contornos perigosos e podem incitar um estado de tensão e ódio entre grupos de cidadãos, promovendo uma verdadeira perseguição religiosa em todas as profissões, como vem ocorrendo, há anos, com o Pastor Silas Malafaia, que é meu colega de profissão e que já respondeu, e ainda responde, a processos por ser pastor e por ser formado em psicologia. Ainda que não exerça a profissão, o fato de apenas colocar em seu currículo que é psicólogo já é passível de perseguição pelo conselho de psicologia.

Comigo, foi ainda mais grave. Apenas por dizer, em redes sociais, não enquanto psicóloga, mas como teóloga, que acredito que Deus “cura, sara e liberta” e que acredito na existência de ex-homossexuais, estou respondendo a processo há 5 anos. Nesse tempo, já fui cassada, recuperei meu registro profissional, me processaram novamente, me deram censura pública e, hoje, estou na justiça de apelação em apelação, lutando pelo meu direito constitucional de liberdade de expressão, que me foi cerceado pela ditadura ideológica de gênero desse conselho de psicologia. A perseguição religiosa está presente nas profissões das áreas humanas, para simplesmente amordaçar o contraditório, a oposição de pensamentos, e isso é o que, pela lei, é chamado de ditadura.

O direito à liberdade de expressão não abrange o direito de discriminar determinado grupo social, somente por expressar os princípios de sua religião e de sua fé. Não se pode discriminar uma pessoa, um parlamentar, um pastor, um profissional, somente porque sua religião ou grupo social não concordam com comportamentos ou “ideologias” que não representam, diga-se de passagem, toda a ciência do comportamento humano, e que,

inclusive, exclui as ciências de compreensão da totalidade do ser humano.

Entendemos que a legitimidade de um processo democrático pluralista não se dá com o respeito somente à liberdade de expressão, mas também com o respeito à dignidade dos membros da sociedade e o direito à igualdade. Temos de ter em mente que o direito à liberdade de expressão e o direito à igualdade não se excluem, mas se complementam.

A igualdade, consideração e respeito, é o direito mais fundamental de todos os direitos dos cidadãos, antecedendo, inclusive, qualquer outro direito. O direito à liberdade de expressão é derivado também do próprio direito à igualdade, incluindo a liberdade religiosa, de viver conforme sua fé, os preceitos de sua fé e suas tradições religiosas. A liberdade de opinião e de expressão e a igualdade não são direitos excludentes, mas caminham juntos.

Não podemos restringir a liberdade, mas conciliar liberdade de expressão com o direito à igual consideração e respeito. O cristão deve saber que tem direitos também, mas deve ter em mente que somos apenas parte da sociedade, que existe uma multiplicidade de religiões, de pessoas cujos comportamentos e ações não concordam com os nossos, mas com as quais temos de, em amor e pacificamente, conviver. No entanto, somos *sal da terra* (Mt 5.12,13) e temos de influenciar a sociedade, temos o direito de expor a nossa fé e de sermos respeitados por isso. É preciso criar instrumentos institucionais para garantir a responsabilização daqueles que pregam o ódio e a intolerância contra todos os seres humanos, mas, no nosso livro, estamos abordando a ditadura contra cristãos.

A sociedade não pode permitir que discursos intolerantes ganhem força a ponto de ameaçarem a consolidação de direitos individuais e o estado democrático vigente. Se, por um lado, é preciso garantir a liberdade de expressão, é preciso lutar para que ela não se torne instrumento de violência e propagação do ódio e da intolerância. Todos devem se valer das ferramentas de mobilização para promover a consolidação dos direitos humanos.

15.1 A Declaração dos Direitos Humanos e os pactos internacionais de direitos humanos

É inegável que a Declaração dos Direitos Humanos e os pactos internacionais de direitos humanos trouxeram mais dignidade e reconhecimento das desigualdades sociais, colocando, de certa forma, um freio nos desmandos dos que eles chamam de “capitalistas” e/ou fanáticos religiosos. Ao mesmo tempo, deram mais direitos ao cidadão de existir conforme sua necessidade. Após a Declaração dos Direitos Humanos, o ser humano de mais “sorte” começou a enxergar os menos favorecidos; se não pela vida da solidariedade, pela vida do direito e/ou da obrigação.

Vejo, porém, que os direitos humanos têm sido usados como bandeira de proselitismo político/ideológico, e que as reais necessidades humanitárias ainda estão muito aquém do ideal desejado. Em muitas situações, é utópico e paradoxal falar em direitos humanitários, quando quem os faz realmente são voluntários de religiões que as próprias bandeiras/ideológicas da “liberdade” visam, de certa forma, destruir.

Às vezes, me confundo com a questão dos direitos humanos, pois clamamos por

liberdade e resumimos nossa liberdade em ser o que quisermos mesmo que isso nos prejudique, humanamente falando. Por exemplo: falar em eutanásia como direito humano é falar em direito de deixar de existir e não em lutar pela vida, que deveria ser o “direito humano”; ou falar em direito ao corpo e, ao mesmo tempo, negar o direito humano de um ser existir, como é o caso do aborto.

Falam em direitos à cultura, mas fecham os olhos quanto às matanças de crianças promovidas por essa cultura, como é o caso do infanticídio indígena que acontece no Brasil. E quem luta contra ele são os religiosos, pois os ativistas dos direitos humanos, que deveriam proteger a vida, protegem a cultura de morte.

Vejo que a Declaração dos Direitos Humanos tem hoje, e teve principalmente no passado, sua função protetiva por causa das guerras sociais e territoriais e das religiões que, para defender sua crença e território, matavam e matam como se o ser humano não tivesse valor algum. Minha preocupação, entretanto, é com a perda de propósito e de identidade dos direitos humanos. Até que ponto matar um inocente, como no caso de um aborto, ou deixar uma pessoa morrer (ortotanásia, eutanásia ou mesmo suicídio assistido) é direito humano? Redução de danos é direito humano? Essas situações têm ocorrido em todo o mundo, e vêm sendo justificadas pela via dos direitos humanos. As ações são muito paliativas, e esses “curativos” têm-se tornado permanentes.

Induzir ideologia de gênero na população infantil é direito humano de quem? Impor conceitos de sexualidade relativista e eróticos para crianças e tirar a inocência delas é direito de quem? Os pais, que têm sua cultura religiosa, sua fé, portanto, uma tradição da qual se orgulham e que escolhem para viver, que têm, constitucionalmente, o dever legal de passar essa moral para sua família, têm direito de ser protegidos e representados pelos direitos humanos e pactos internacionais?

Discute-se muito, mas políticas públicas sérias, que defendam o cidadão de verdade, com dignidade, são uma “UTOPIA”. Muitos se lançam em defesa dos direitos humanos como bandeira ideológica para proteger seu grupo, ou seja, tudo acaba virando privilégios.

Vejo que o direito humano funciona como controle de ética de guerra, para campanhas de combate à fome e para ajudas humanitárias, mas não necessariamente tem cumprido seu papel, pois ainda é moroso e parcial quando se trata de punir e/ou responsabilizar quem tem poder, é incompetente para resolver problemas maiores e apega-se a uma única bandeira, tentando contabilizar como se direito humano fosse parcial e dedicado a apenas uma causa: a causa dos que militam mais e tem mais conhecimento e proteção de mídia, de imagem. Tipo tráfico de influência, se é que me entende…

O mundo passa fome, cristãos são mortos por causa da sua fé, homossexuais são mortos nos países do Oriente Médio por causa de sua condição sexual, e os defensores dos direitos humanos, por não terem coragem de lutar contra essas injustiças que são maiores, concentram-se no ocidente usando a causa como bandeira ideológica/política das minorias contra as maiorias, pois assim chamam a atenção da mídia, enquanto os reais problemas mundiais são esquecidos e não enfrentados pelos tais “direitos humanos”.

É fácil lutar contra cristãos em um país livre, onde se tem liberdade religiosa,

transformando-os em homofóbicos para mostrar serviço. Difícil é acabar com as mortes de cristãos e gays no mundo árabe; porque, lá, embora exista homofobia, cristofobia, perseguição religiosa e intolerância religiosa verdadeira, existem também os homens bomba, o terrorismo e o estado islâmico, não é mesmo? Covardia. Os reais problemas mundiais de perda de direitos estão nesses países e nas religiões árabes, é fato. Mas, os hipócritas dos direitos humanos têm pouca coragem para fazer algo. Ao mesmo tempo, porém, militam ferozmente nos países livres, fazem campanhas ideológicas e políticas promovendo guerras ideológicas e intelectuais, apenas para mostrar serviço. Direitos? Não, privilégios; pois ferem justamente os direitos que tanto lutam, hipocritamente, para defender. Paradoxal, não? Nesse sentido, sim.

É com essa roupagem de direitos humanos que ativistas ideológicos políticos vão implantando a sua vontade, os seus conhecimentos que comungam, de forma parcial, seus desejos. Militam em favor dos homossexuais com que intenção? Para proteger os homossexuais ou para fazer caminhar uma agenda contra o cristianismo e/ou religiões e grupos que não aceitam tais comportamentos.

15.2 A estratégia para convencer a sociedade

Existe um livro chamado *Estratégia* que mostra como a militância ativista LGBTT implanta suas ideologias pelo mundo, e como é importante para o caminhar dessa agenda fazer parecer que os cristãos, que não comungam com seus pensamentos, são “maus”. Há uma orquestração de ações, em todos os âmbitos da sociedade, para desconstruir todo e qualquer profissional, político, personalidade, religioso que ousar se levantar para contestar as ideologias que eles apresentam. Seguem alguns trechos do livro:

> Fale sobre os gays e sobre ser gay o mais alto e com a maior frequência possível. Retrate os gays como vítimas, não como adversários agressivos. Forneça protetores para uma causa justa. Faça os gays parecerem bons. Faça os opositores parecerem maus.
>
> Em qualquer campanha para conquistar o público, os gays precisam aparecer como vítimas que precisam de proteção, para que os héteros, por reflexo, inclinem-se a assumir o papel de protetores… Os espectadores héteros precisam ser capazes de identificar os gays como vítimas. Homens e mulheres não podem mais ser desculpados por afirmar que eles não são como nós… Nossa campanha não pedirá apoio direto para as práticas homossexuais, porém usará a indiscriminação como seu tema.
>
> Faça os opositores parecerem maus […]. O público precisa ver imagens de homofóbicos protestando cujas características e crenças secundárias causem repugnância na América e classe média. Tais imagens podem incluir: a Ku Klux Klan queimando gays vivos ou castrando-os; ministros fanáticos do sul histéricos babando de ódio de um jeito que tanto pareça cômico como perturbador; valentões ameaçadores, assassinos e condenados falando friamente sobre as bichas que mataram ou gostariam de matar; uma visita aos campos de concentração nazistas onde os homossexuais eram torturados e enviados às câmaras de gás.

> Os membros e as organizações de fachada devem continuamente envergonhar, desacreditar e degradar os nossos críticos […]. Quando os obstrucionistas se tornarem irritantes demais, rotulem-nos de fascistas, nazistas ou antissemitas […]. Associem constantemente aqueles que se opõem a nós com esses nomes que já não cheiram bem. A associação, depois da suficiente repetição, irá tornar-se *fato* para o público. (Volume I, p. 347)[1]

É dessa maneira, usando comunicação ardilosa, com um vitimismo orquestrado, em seus artigos, ações, destilando ódio em seus discursos, mentindo contra seus opositores, que eles conseguem alienar a opinião pública. “Faça os opositores parecerem maus”. Essa é a estratégia.

Está na hora de a Igreja e as lideranças acordarem para o fato de que nós somos a resistência, a resistência que eles chamam de proselitistas, obscurantistas. Essa é a chance de mantermos a integridade de nossas crianças e das futuras gerações.

Desperta Igreja.

> Não consigo lembrar-me de uma época em minha vida na qual a igreja tenha sofrido uma perseguição tão intensa por parte da cultura ao seu redor. Nós estamos sendo ameaçados, pelos tribunais, pela mídia, pelas escolas e faculdades, pelas elites culturais e até mesmo por separações e divisões dentro da própria igreja. Nós estamos testemunhando um colapso da moral pública e sinais de desrespeito generalizado pelo evangelho e pela mensagem da redenção.
>
> Rev. Louis P. Sheldon

Referência bibliográfica

1. Sheldon LP. A estratégia (The agenda): o plano dos homossexuais para transformar a sociedade. Rio de Janeiro: Central Gospel; 2012. p. 60-62.

Capítulo 16

A FALÁCIA DA HOMOFOBIA x RACISMO

Neste capítulo, esclareceremos que o rótulo de homofobia e racismo é a mola mestra da ideologia de gênero. O cristianismo, então, é descontruído, e atribui-se à fé cristã todos os tipos de preconceitos. Para discorrer sobre homofobia, serão utilizados pensamentos de militantes pró-família. Em seguida, será apresentado um breve histórico sobre racismo e preconceito.

Assim, perceberemos que a igreja nada tem a ver com esse histórico, e sim o darwinismo social. Na atualidade, esses rótulos foram deslocados para a igreja cristã (católica e evangélica) a fim de pressionar a aceitação. Essas ações fazem parte de uma engenharia social, para fazer caminhar a agenda da cultura de morte que tal ideologia carrega.

Cabe ressaltar que, para promover a ideologia de gênero, universidades e escolas elaboram concursos de redação acusando os cristãos de intolerantes e fundamentalistas. Crianças, após serem obrigadas a assistir às aulas ministradas por militantes das universidades, dos "comitês de gênero", participam da confecção de cartazes, com conteúdos sexuais e cristofóbicos.

Além disso, a promoção da ideologia de gênero conta com práticas de trocas de roupas e festas do "diferente", nas quais os alunos têm de dançar com pessoas do mesmo sexo.

16.1 Homofobia e atos homofóbicos

Os termos *homofobia*, *xenofobia* e *transfobia* são utilizados com o intuito de acusar os religiosos de serem os responsáveis por toda a sorte de ataques contra esses grupos, promovendo uma vergonhosa intolerância contra cristãos, além de conflitos familiares e psíquicos.

O vocábulo *homofobia* foi criado por volta de 1971 pelo psicólogo George Weinberg. Ao ler os componentes da palavra, parece que esta significa "medo de homossexual". Porém, esse neologismo foi criado para designar aqueles que tinham aversão à homossexualidade ou ao homossexualismo, como queiram chamar.

Por falar em homofobia, com o auxílio da morfologia e da sintaxe, pode-se afirmar que ela é uma doença proveniente da repulsa aos homossexuais, o que enseja duas reflexões: a necessidade do diagnóstico e, consequentemente, em caso afirmativo, a inimputabilidade do homofóbico.

Ao admitir que não é doença, mas, sim, comportamento reprovável explorado por meio de retórica, é interessante analisar os números. Segundo o relatório da Secretaria de

Direitos Humanos da Presidência — publicado em 2013, mas referente a 2012 —, 312 integrantes do grupo LGBT morreram no Brasil.

O critério usado para catalogar os dados não é nada científico e desconsidera o princípio jurídico clássico, e popularmente conhecido, de que todos são inocentes até que surja uma sentença condenatória:

> Em 2011, o Grupo de Trabalho responsável por discutir a metodologia de análise dos primeiros dados oficiais sobre homofobia no Brasil — composto por pesquisadores, representantes do Conselho Nacional LGBT e órgãos governamentais — recomendou a construção de um relatório acerca de relatos da mídia sobre violações de direitos humanos da população LGBT. A recomendação foi feita tanto para incitar análises comparativas com dados de séries anteriores, quanto para identificar o fluxo desses dados até o poder público.[1]

Mesmo sem o número de inquéritos, ações e/ou condenações, pode-se admitir, para efeito de especulação, que as 312 mortes resultaram de atos "homofóbicos". É importante analisá-los dentro do contexto para se ter um panorama, em vez de um recorte.

> Em 2012, 50.000 brasileiros foram assassinados (homicídios dolosos – 47.136, assaltos seguidos de morte – 1.810 e lesão corporal seguida de morte – 1.162), registrando uma taxa de 25,8 homicídios por 100 mil habitantes e admitindo, mesmo sem a investigação devida, que os 312 casos realmente tinham como motivação a opção sexual da vítima. A matemática informa que 0,62% dos brasileiros mortos naquele ano pertenciam à comunidade LGBT.[2]

Certamente, não se deve menosprezar a vida, e é preciso que haja o lamento por todos os brasileiros perdidos em virtude da violência. Contudo, os números não sustentam a afirmação de "homofobia" como "holocausto *gay*", conforme observado na mídia ou em peças judiciais. O preconceito contra *gays* existe, assim como existem outras formas de discriminação contra negros, nordestinos, gordos e até contra quem discorda da união homoafetiva.

16.2 Homofobia ou liberdade de expressão?

A verdade é que as pessoas contrárias ao homossexualismo e à promoção dos "transgêneros" estão sendo estrategicamente taxadas de homofóbicas. As novelas, em parte, são as grandes responsáveis por isso. Sendo formadoras de opinião, apresentam personagens contrários ao comportamento homossexual, como vilões descontrolados, com postura debochada, agressiva e violenta, e papéis bem elaborados, com discursos para convencer a massa de manobra aficionada por um ídolo.

Essa estratégia das grandes emissoras tem por objetivo fazer parecer que as manifestações contrárias ao homossexualismo são representadas somente por pessoas de má índole, que não sabem expressar-se de forma equilibrada e coerente. Raramente um personagem que é contra o homossexualismo é retratado de forma equilibrada e respeitosa, como um sujeito sensato e amável, que tem atitudes pacíficas.

Ao mesmo tempo, os personagens *gays* estão ocupando cada vez mais o papel de bom

moço (não que não possam ser) propositadamente, para o que o comportamento homossexual seja visto como uma coisa boa e, talvez, uma "qualidade moral" essencial ao ser humano. Isso começou com o homossexualismo, depois veio o transexualismo, a transgeneridade… Enfim, só futuro dirá o que mais.

Por outro lado, a mídia trata as pessoas que têm uma visão equilibrada a respeito da sexualidade — mas contrária ao homossexualismo — como preconceituosas, homofóbicas e amantes da violência. Na maioria das vezes, são associadas aos que cometem crimes de racismo, violência contra a mulher e preconceito contra os portadores de síndromes e deficiências.

Naturalmente, essa configuração assombrosa é uma simulação promovida pela mídia e pelos simpatizantes da causa *gay*, hoje, causa "transgênero", para limitar a liberdade de expressão dos que têm um posicionamento ético-cristão, ou ainda pior, intimidá-los com ameaças de processos tanto na esfera civil como na penal.

Como a questão da ideologia de gênero, a subversão sexual não se sustenta moralmente por si mesma. Há uma tentativa desesperada de colocá-la no mesmo pacote das demais causas sociais, com o intuito de conferir a ela credibilidade e aceitação popular.

Trata-se de uma engenharia social muito bem articulada. O termo *sexo*, por exemplo, tem sido estrategicamente substituído pela palavra *gênero*, e a expressão *união homossexual*, por *união homoafetiva*, a fim de dar ao discurso *gay* um formato mais amigável.

O comportamento homossexual não precisa ser incriminado, muito menos estimulado, embora a engenharia social obrigue-nos a tratarmos os comportamentos sexuais não binários como comportamento sexual humano igual ao binário heterossexual. Sabemos que não é bem assim.

O próprio direito brasileiro está sendo moldado segundo os interesses de grupos econômicos, que dominam os canais de comunicação em nosso país. A sociedade precisa ser ouvida, e não os personagens que fazem sucesso na TV.

Naturalmente, temos de ser contra todo e qualquer tipo de preconceito, discriminação e violência. Todos devem ser tratados com respeito e consideração, mesmo os que divergem dos princípios cristãos no que diz respeito à sexualidade humana.

Ninguém deve ser perseguido por qualquer razão, ou por ser religioso ou mesmo em função de sua orientação sexual. Entretanto, usar o poder do Estado para acabar com os princípios e os valores que, há séculos, têm sido um porto seguro, a base firme de uma educação familiar sadia, no mínimo, fere a lei de Deus — aquele que foi invocado na promulgação da nossa Constituição.

Defender um Estado laico não pode significar transformá-lo em um Estado antirreligioso ou mesmo perverso, que rouba das crianças o direito de dizerem "papai" ou "mamãe" apenas para não constranger o homossexual que ganhou, na justiça, o direito de adotar e cuidar de uma criança.

A reivindicação de alguns não pode sobrepor o direito universal das crianças e das

famílias. Tirar da criança cidadã o direito, por exemplo, de ter o nome do pai e/ou da mãe na sua certidão de nascimento significará, gradativamente, a perda de suas melhores referências.

De acordo com Antonio Luiz Rocha Pirola, advogado e pastor batista:

> O Estado deve ser laico, mas não deve deixar de preservar as coisas que são essenciais para a humanidade, segundo preceitua a religião e sugere a própria ciência, ou seja, a formação de uma unidade familiar a partir do casamento entre um homem (macho) e uma mulher (fêmea).[3]

16.3 Racismo e preconceito não vêm da igreja, e sim do darwinismo social

Muitos ideólogos, hoje, tentam manipular opiniões de modo a fazer a sociedade acreditar que o racismo e outras formas de preconceito nasceram dentro da igreja. Tentam imputar a nós, cristãos, os crimes cometidos por dementes ao longo da história, em uma tentativa desesperada de desconstruir o cristianismo em sua essência, que é o amor ao próximo.

O darwinismo social tornou-se popular em 1944, por meio do historiador americano Richard Hofstadter. Atualmente, devido às conotações negativas da teoria darwinista social, especialmente após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, poucas pessoas se descrevem como darwinistas sociais, pelo fato de o termo ser visto como pejorativo.

Embora Darwin não tenha propriamente dito que suas teorias eram adaptáveis à sociedade, seus seguidores, dominados por seus pensamentos, criaram o darwinismo social, que foi e é responsável por respaldar as atrocidades cometidas por ditadores malucos em toda a história da humanidade.

Esse conceito é muito usado no contexto competitivo entre os indivíduos no capitalismo laissez-faire. Portanto, é um absurdo essa militância ideológica de gênero e de cultura de morte tentar atribuir, de forma compulsória, essas atrocidades ao cristianismo.

Todos os pensamentos racistas, fascistas e nazistas encontraram oportunidade não na igreja, e sim no darwinismo social. Este foi e é o vilão da história. Até mesmo o comunismo de Marx e Angel foi norteado pelo darwinismo, e não pelo cristianismo. Ambos eram cristãos, mas se revoltaram contra Deus e serviram ao darwinismo, por este se contrapor à fé naquela época.

A ideia sempre foi destruir o nosso Deus. Para os defensores do darwinismo social, a verdade é revelada não somente pela Bíblia, mas também pela história da humanidade. Além disso, entendem que a sociedade humana está divida em raças superiores e inferiores, ou seja, defendem a superioridade racial, e não cristianismo, que sempre defendeu o amor e a igualdade.

No século 19, o domínio era dos europeus. Eles eram brancos, portanto, superiores. Logo, explicam-se a escravidão e as diferenças sociais e raciais dessa época, que reprimia, insanamente, a sociedade. Os europeus dominaram todos os povos que se julgavam

inferiores a eles. Esse domínio nasceu por causa do darwinismo social, inspirado em Darwin, e não no Salvador da humanidade, Jesus Cristo.

Para os darwinistas sociais, dominar os mais fracos era uma espécie de seleção natural da espécie. Entretanto, é preciso esclarecer que somos de uma mesma raça, e não de raças diferentes, como defendiam os darwinistas sociais psicopatas.

A sociopatia desses darwinistas era tanta que chegaram a criar o Museu da Antropologia. Eles capturavam negros e colocavam-nos em verdadeiros zoológicos humanos. Além disso, reconstruíam suas casas, chamadas de habitat natural, e os tais homens superiores visitavam esses zoológicos para observar o que chamavam de raças inferiores.

Isso aconteceu na Pós-Revolução Francesa, a tão chamada revolução da igualdade, que matou milhões de seres humanos usados para garantir a superioridade dos defensores dos direitos humanos. Quanta hipocrisia! Isso os ativistas ideológicos "falaciosos" não contam, por quê?

Dentre tantas aberrações do darwinismo social, está a "antropologia criminal", que atribui características físicas e cor da pele à tendência de cometerem-se crimes, como se o crime fosse genético, e as características físicas o denunciasse.

> Vale lembrar que, graças a essa ideologia maluca seguida por psicopatas sociais que odiavam a Deus, ainda hoje os negros e índios são os mais perseguidos pela cor de sua pele. E isso não por causa da Bíblia Sagrada, que ensina a amar as diferenças, e sim pelos seguidores do darwinismo social. A verdade tem que ser dita.[4]

Muitos policiais dos séculos 19 e 20 achavam que o crime fosse genético. Esse tipo de pensamento endossou as atrocidades de Hitler, que matou milhões de judeus, encontrando, nessa teoria, respaldo para seus delitos. Hitler, de origem cristã, rebelou-se contra Deus e assumiu sua personalidade doentia psicopática.

Outro conceito doentio, que também está ligado a essa teoria, é a eugenia, a louca ideia de aperfeiçoar a raça humana. Por meio dela, entendia-se que o ser humano superior pudesse fazer uma intervenção para aperfeiçoar os seres humanos que julgava serem inferiores.

Imediatamente, pensamos no nazismo, que foi o máximo da eugenia. Hitler tinha o ideal do que seria um homem perfeito, um homem belo; e, pela destruição, visava construir esse homem perfeito. Por causa desses pensamentos darwinistas, Adolf Hitler perseguiu, matou e torturou milhões de judeus, asiáticos, negros, índios e outros seres humanos que ele acreditava, em sua mente doentia, serem inferiores a ele.

Não foram o amor e a fé em Deus (cristianismo) que geraram e criaram o preconceito, mas, sim, o ódio, que encontrou forças e respaldo em uma teoria que se contrapunha claramente, e de forma violenta, a Deus. Essa teoria veio com o darwinismo (darwinismo social).

Outros exemplos que servem para mostrar como essa ideologia darwinista social deu origem a atrocidades:

- Em Esparta, crianças deficientes e pessoas inaptas para o trabalho eram atiradas nos penhascos, porque não serviriam para a batalha.
- No Brasil, no século 19, muitos imigrantes italianos e franceses chegaram pensando em aperfeiçoar a raça brasileira. O racismo era política de Estado.
- Na Carolina do Norte, antes de Hitler, no começo do século 20, chegou-se a criar uma lei que esterilizavam crianças com QI abaixo de 70.
- Na Virgínia, chegaram a fazer leis para esterilizar pessoas surdas, mudas e cegas, a fim de melhorar e aperfeiçoar a raça e a sobrevivência dos homens americanos.

Hitler inspirou-se no passado de norte-americanos, italianos, franceses e na teoria ideológica do darwinismo social, e não na Bíblia Sagrada. Ao vermos esses ditadores ideológicos e mentirosos desconstruindo nossa fé e imputando crimes contra a humanidade a Deus, revoltamo-nos, mas nunca encontramos oportunidade na mídia, porque ela faz parte dessa desconstrução da fé, por sermos a favor da vida.

A história conta, e não há como negar, que a maioria das atrocidades não foi cometida em nome da igreja, e sim do pensamento darwinista social. Este, sim, respaldou e deu voz aos demônios interiores desses psicopatas, que usavam a religião para encobrir suas atrocidades.

Eles usavam-na apenas como máscara, quando, na verdade, quem comandava não era a igreja, e sim o pensamento darwinista. Este foi e é o mentor das atrocidades, usado por todos os lunáticos criminosos da história. Hoje, o mesmo pensamento é usado por assassinos de reputação.

Nosso Deus nada tem a ver com esses atos desumanos e preconceituosos ou com crimes cometidos contra a humanidade. Deus está sendo desconstruído por seguidores do darwinismo social que não acreditam nele; homens que viram e veem, nessa teoria da evolução social, um aval para que suas mentes mais dominadoras e perigosas cometam malvadezas.

Como “boas” mentes perigosas, tentam manipular o social e a história, atribuindo a Deus e aos Seus seguidores esses atos desumanos. Tudo isso é estratégia de homens que não acreditam no Senhor, mas Ele tem dado a nós entendimento para revelar a verdade.

Em qualquer livro de história da sociologia, leia sobre o darwinismo social e confirme o que está relatado aqui. É uma pena que somente poucos dão crédito e que a desonestidade intelectual de muitos não suporte a verdade e faça-os viverem de fábulas inventadas por eles mesmos.

Isso mostra como a humanidade intelectual está desgastada e construindo suas teorias e ideologias baseadas em mentiras, e não em fatos históricos verdadeiros. Porém, essa é a verdade, doa a quem doer.

Por fim, meditemos neste texto de 1 Timóteo 4.1,2:

> *Mas o Espírito expressamente diz que, nos últimos tempos, apostatarão alguns da fé, dando ouvidos a espíritos enganadores e a doutrinas de demônios, pela hipocrisia de homens que falam mentiras, tendo cauterizada a sua própria consciência.*

Referências bibliográficas

1. Disponível em: https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/photos/a.303952159744810.1073741857.176976939109000/731405type=1&theater
2. Ibidem.
3. Disponível em: http://tompirola.jusbrasil.com.br/artigos/195538945/liberdade-de-expressao-ou-homofobia
4. Disponível em: https://colunas.gospelmais.com.br/racismo-e-preconceito-nao-vem-da-igreja-e-sim-darwinismo-social_9164.html

Fontes de consulta

Leonard TC. Origins of the Myth of Social Darwinism: The Ambiguous Legacy of Richard Hofstadter's Social Darwinism in American Thought Journal of Economic Behavior & Organization 71. 2009. p. 37–51.

Ridley M. Evolução. 3. ed. Artmed; 2006.

http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012

http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pais-teve-50-mil-mortes-em-2012-maior-n-em-5-anos-imp-,1092590

www.youtube.com/watch?v=9PPaQEeVlco

www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/livro_didatico/sociologia.pdf

www.profdomingos.com.br/explorando_ensino_volume_15.pdf

Capítulo 17

COLAPSO CULTURAL PROMOVIDO PELA MANIPULAÇÃO DAS MASSAS

Neste capítulo, vamos entender como as ideologias são absorvidas pela sociedade, e como a mídia em geral é o mecanismo usado para sugestionar pessoas sem esclarecimento e repertório mental a competirem com o mundo, deixando-se manipular e acreditando que as mentiras propagadas pela mídia são verdades absolutas. Uma vez que se tornam alguns dos atores coadjuvantes da engenharia social, acabam contribuindo para a degradação da sociedade.

Quando falamos em reorientação cultural e social, referimo-nos à revolução cultural, à implantação e reorientação de conceitos na sociedade, as quais visam mudar e perverter radicalmente os valores enraizados por meio de uma grande instrumentalização da engenharia social. Expedientes escusos são utilizados com a finalidade de manipular a população, fazendo-a contribuir para a causa dos movimentos sociais, que visam à revolução cultural, à hegemonia e à ocupação de espaços.

Hegemonia consiste na criação de uma mentalidade uniforme em torno de determinadas questões (no caso, a implantação de uma ideologia que visa à reorientação sexual da sociedade por meio da subversão da cultura vigente), levando a população a acreditar que determinada ideia é a correta, ou certa medida é a adequada, este ou aquele critério, esta ou aquela análise de situação. O objetivo é fazer com que, quando a ideologia tiver tomado a educação, a sociedade e o poder político e social, já não haja qualquer resistência.

Segundo o líder comunista Gramsci, falecido em 1937, o convencimento para uma causa não podia se dar pela força armada, como aconteceu no passado, nas revoluções em que foi implantado o comunismo, por exemplo. Seria preciso, ao contrário, infiltrar lenta e gradualmente a ideia revolucionária – sem que a sociedade percebesse –, sempre pela via pacífica, legal e constitucional, entorpecendo consciências e massificando a sociedade com uma propaganda subliminar, imperceptível aos mais incautos, que representam a maioria da população.

As diretrizes são indicadas pelo “intelectual coletivo”, que as dissemina pelos mais variados “intelectualoides”, como educadores, mídia geral, mercado editorial do mesmo segmento e novelas, os quais se encarregam de distribuí-las a toda a população. Trata-se de ações conjuntas, sempre objetivando a doutrinação de uma massa.

O poder de manipulação sugere, psicologicamente, relativização de valores e mudanças de paradigmas. Seu alcance é tamanho a ponto de enganar o senso crítico, imobilizando

completamente o indivíduo, que se torna incapaz de analisar as questões de maneira imparcial. Desse modo, forma-se a grande massa de manobra. As supostas virtudes diametralmente opostas aos conceitos que os movimentos desejam inserir no corpo social apenas servem de base para as transformações que se pretende implantar, com prerrogativas como vitimização, luta por igualdade, fraternidade e liberdade, por exemplo.

Uma vez superada a opinião que a sociedade tinha a respeito de várias questões e depois de exaustiva doutrinação emocional, atinge-se o que Gramsci denominava *superação do senso comum*, ou seja, a hegemonia do pensamento. Então, enganada e iludida, a sociedade passa a trabalhar para a causa disseminada, que visa destruir até mesmo seus defensores.

É exatamente essa superação do senso comum que faz com que a maioria das pessoas acredite nos índices infinitamente superiores de mortes por preconceito, homofobia, aborto etc. Expõem-se os números; porém, nada é feito efetivamente para eliminar ou diminuir o números de casos do tipo. Então, divulgam na mídia e convencem as pessoas sem que nenhuma medida efetiva seja realizada; afinal, a intenção é apenas alardear para confundir, manipular a sociedade. Essa manipulação sórdida é o que chamamos de *engenharia social*, uma manipulação das massas a fim de implantar uma nova ordem mundial, uma ideologia de subversão social e sexual.

Outra técnica de Gramsci amplamente utilizada pela política vigente e pelos movimentos que desejam implantar essa nova ordem mundial, estabelecendo um novo sistema de governo socialista/comunista, é denominada *ocupação de espaços*. Trata-se da nomeação maciça de cargos de confiança para o governo em todo o território nacional (apenas cargos federais), fazendo conexão com a hegemonia.

Superado o senso comum, importa reconhecer a necessidade de estar em toda parte, comandando todos os setores. O intuito é ter acesso às ações e medidas, inclusive legais, para desconstruir o que se opõe com conhecimento de causa e legalidade. Olavo de Carvalho comenta:

> Um dos *fronts* mais importantes da estratégia revolucionária de Antonio Gramsci é aquele que se empenha em "ocupar espaços" nas instituições de cultura, educação e jornalismo, expulsando os adversários e colocando em seu lugar os militantes e colaboradores do partido – os ativistas culturais. O objetivo final é ocupar todos os espaços, de modo que não existam mais intelectuais (…) fora do controle do partido.
>
> Todos os meios são válidos para isso: boicote, difamação, marginalização, interproteção mafiosa, monopolização partidária do mercado de trabalho, dentre outros. Entretanto, a tática mais perversa, mais costumeira e mais eficiente é atrair para meros ativistas culturais o prestígio que a palavra "intelectual" tem na sua acepção comum. Elevado à condição de autoridade, o ativista cultural torna-se automaticamente uma força automultiplicadora, expandindo a aura de "intelectual" sobre outros ativistas iguais a ele e negando-a a intelectuais genuínos que o partido considere como inconvenientes.[1]

17.1 Manipulação

A palavra *manipulação* está associada a controlar direta ou indiretamente um objeto, animal ou pessoa, para atuar de determinada forma, de acordo com os desejos do agente manipulador. Manipular é levar outrem a fazer algo sem raciocínio e sem senso crítico, de modo que não perceba que está sendo manipulado. A manipulação está intimamente ligada à sugestão psicológica.

17.1.1 Influência social

A influência social é o ato de levar uma pessoa (ou um grupo de pessoas) a fazer algo que, a princípio, desconhecia e/ou não tinha em mente. Dependendo do nível cultural e emocional e dos interesses sociais do manipulado, o manipulador pode incutir ideias, comportamentos, mentiras, crenças não verdadeiras, valores, princípios etc.

Sua importância para determinar o comportamento do ser humano está estimada entre 30 e 90%, dependendo da área da vida influenciada. Na maioria das vezes, a influência social atua no subconsciente, estabelecendo, por exemplo, que roupa vamos utilizar, quais comportamentos são adequados em determinado ambiente e o que devemos e não devemos fazer durante uma fase de desenvolvimento. Além disso, pode agir direta e indiretamente, influenciando as leis de uma nação, as quedas das bolsas de valores e a maneira como as pessoas veem o mundo, que nem sempre é de forma positiva, podendo deixar todos em dúvida quanto à real verdade. Portanto, não podemos ser passivos a essa manipulação.

17.1.2 Influência direta da mídia

A mídia tem um poder de manipulação que chega a assustar, pois está ligada a *status*, gosto pessoal, necessidade de consumo, desejos sexuais e outros anseios em geral, que temos e muitas vezes não conseguimos realizar. Por intermédio da mídia, realizamos sonhos indiretamente e somos influenciados em todos os sentidos.

A manipulação da mídia pode mudar nosso comportamento e nos oferecer estímulos, muitos dos quais podem nos influenciar negativamente, mudando vários de nossos valores. Os modismos incutidos em nossas cabeças podem ser um mal na vida pessoal, familiar e social. Entretanto, a mídia pode também influenciar de forma positiva, com campanhas contra as drogas e a violência, por exemplo, que têm sido feitas em todos os meios de comunicação. Contudo, na maioria das vezes, ela nos induz a ter, ser e fazer o que não somos e não podemos ser; por isso, é preciso ter muito cuidado com esse poder. Em 1 Coríntios 10.23, está escrito: *Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas edificam*.

17.1.3 Humanos são manipulados e influenciados o tempo todo

Quero trazer à consciência de todos os leitores que somos manipuláveis, sim, o tempo todo, de alguma forma. Nossa mente pode ser manipulada ou sugestionada por uma situação ou por pessoas que exercem certa liderança, poder ou *status* sobre nossas vidas. Entretanto, nós é que devemos ter inteligência emocional e segurança de nossas crenças para estarmos cientes de que essa manipulação, muitas vezes, é prejudicial e tira nosso foco do evangelho de Jesus, além de destruir nossos valores e tradições a ponto de causar desequilíbrio na sociedade a qual pertencemos, causando inúmeros conflitos. Em

Romanos 12.2, está escrito: *E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus*.

17.1.4 O lado bom da mídia

Apesar dos perigos da má influência da mídia, também podemos ser influenciados de maneira positiva. Por exemplo, a "boa mídia" pode convencer jovens e crianças a não usar drogas, a respeitar pessoas, cultivar amizades, ter boa educação e cuidados com a saúde, se importar com o outro; enfim, viver de maneira ética e coerente, incentivando valores sociais, familiares e de acordo com sua fé. Pode também nos alertar sobre riscos e nos ajudar a viver melhor e encontrar a tão sonhada felicidade. Muitas influências podem ser boas, isso é um fato.

No entanto, quando essa influência foge de padrões morais e princípios aprendidos e vivenciados até então, causando angústia e desajuste familiar (seja por qualquer motivo), até mesmo conflitando com sua fé, é melhor rever seu comportamento, seus atuais conceitos e, principalmente, o que você tem deixado entrar em sua casa e em sua mente através da mídia.

Quando a influência é boa, nos sentimos livres, felizes, não prisioneiros e não reféns, ainda que de um consumismo de moda, por exemplo, que parece ser bom. Na verdade, absolutamente nada que ocupa muito tempo e que demanda um investimento de energia psíquica demasiado é bom para o ser humano. O bem-estar está ligado à saúde mental; logo, devemos ser emocionalmente inteligentes para sabermos discernir até mesmo o que ou quem pode nos influenciar. Em Romanos 12.21, lemos: *Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem*. Para não errar, na Bíblia, há um líder fantástico por quem com certeza podemos nos deixar influenciar sem medo: Jesus Cristo.

17.2 Engenharia social promovida pela mídia

A mídia usa de engenharia social, manipulando a sociedade para aceitar a ideologia de gênero como verdade absoluta. Para isso, são utilizadas técnicas sugestionáveis permeadas de conteúdos emocionais, fazendo um elo com crenças já existentes no sujeito. Assim, dependendo da situação emocional em que ele se encontre, pode ter certos comportamentos em função da sugestão e de fenômenos psicológicos induzidos.

Conceitos errôneos são incutidos nas mentes, criando raízes difíceis de serem removidas. Isso muda crenças e valores, afetando o olhar sobre o mundo, a fé, a sexualidade e a própria identidade, principalmente se o alvo for ainda criança ou adolescente, que ainda está em formação. Nossos sistemas de valores são, na realidade, produto da nossa história emocional-psicológica e espiritual de sempre.

Devemos abrir nossos olhos e enxergar a existência de manipuladores da moral humana – os sofistas –, que vivem assentados em pretensos e arrogantes conhecimentos LGBTTs para ditarem o que é certo ou errado, muitas vezes diante de uma massa ignorante quanto ao conhecimento bíblico e científico.

A sede por saber que tem o ser humano, de modo geral, ainda não o lança às suas

buscas próprias, mas, sim, a indivíduos ou mídias que, com um *marketing* ditado pelo poder de manipulação, intitulam-se condutores legítimos deste ou daquele saber. Normalmente, não procuramos a opinião de cientistas e pensadores que não comungam com esses pensamentos; em vez disso, acreditamos na manchete de uma notícia, limitando-nos ao conhecimento divulgado em jornal, TV, *sites*, *blogs* etc.).

Faz parte dessa engenharia social convencer a população usando a mídia, e frequentemente somos manipulados porque não buscamos avaliar o que é realmente bom ou o que é legitimamente científico. Usando técnicas psicológicas, a mídia pode produzir uma convicção inabalável, mudando conceitos que temos, desestabilizando a verdade e instituindo uma mentira, com vistas a convencer até o mais intelectual de que “pedra é madeira”, “preto, na verdade, é branco” e “homem, na verdade, é mulher”.

A mídia não é uma instituição voltada para o conhecimento, mas, sim, um mero instrumento de engenharia psicológica, voltado para formar o cidadão “ideal” e “politicamente correto”. Para isso, ela usa um conhecimento bastante raso da realidade, reproduzindo opiniões, valores e comportamentos, sem que o próprio indivíduo perceba que está sendo manipulado. Alguém já disse que “pior que a ignorância são os males da meia ciência”. O pensamento autônomo é cada vez mais raro, o senso crítico, inexistente.

As técnicas psicológicas são aplicadas em grande escala pela mídia, a qual se tornou capaz de alterar comportamentos de boa parcela da população em poucas semanas. Novelas, filmes e telejornais são os instrumentos dessa engenharia social. O principal efeito disso é a perda das instituições tradicionais, como a família e a igreja. Reorientando a sexualidade da humanidade, a mídia tem capacidade de influenciar valores, opiniões e comportamentos nem sempre positivos; em nosso contexto, por meio de matérias tendenciosas, novelas e programas de TV, ela tem sido grande formadora de “idiotas úteis”, massa de manobra para essa engenharia social.

As técnicas psicológicas usadas pela mídia atualmente tentam eliminar a racionalidade ou o pensamento lógico, promovendo discussões baseadas em reações instintivas e irracionais. Desse modo, as pessoas opinam e decidem com base em preferências e respostas condicionadas, e não no estudo da realidade concreta.

O empobrecimento do povo é o objetivo da revolução socialista que estamos presenciando; afinal, os “gurus” da mídia brasileira sempre se interessaram muito mais pelas metas do movimento político revolucionário do qual fazem parte. Assim, empobrecer o povo é uma técnica essencial para desarmar intelectualmente a sociedade, tornando-a incapaz de perceber o que se passa. O que resta é a versão dada pelos próprios agentes desse processo. É possível dizer que não estamos mais enxergando a sociedade e a cultura como elas realmente são, mas sim do modo como fomos treinados a enxergar pela mídia.

17.3 Novelas e suas técnicas de sugestão psicológica

Novelas criam ídolos que exercem influência sobre as pessoas, e seus autores são mestres da retórica, semeadores de ilusão. Ainda que os seus discursos estejam pautados

em uma grande e aparente lógica, não passam de uma tentativa de indução e manipulação do pensamento humano, promovendo a sugestão psicológica com intuito de conquistar o que desejam: incutir princípios deturpados sobre religião, fé, amor, bondade, valores e sexo.

O objetivo dessa manipulação novelística não está na ação ética e ascética, no domínio de si mesmo e na justiça para com os outros; no intuito de engrandecimento ilimitado da própria personalidade, lançam sua subjetividade na ficção do prazer e no domínio violento dos homens, inclusive da sua própria consciência. Isso é assustador. Devemos estar sempre atentos aos que se julgam sempre sabedores de tudo, cuja "missão" é a proteção destes ou daqueles valores, de saber ou de moral. Sem dúvida alguma, há um tirano autor modelando o comportamento alheio e o pensamento humano.

Novelas, programas de TV e outras mídias que têm como foco e objetivo doutrinar a sociedade e induzir sentimentos (visto nas lutas extremistas, por exemplo) motivam brigas por posições, ideias, caprichos e vaidades. Diante disso, prevalecerá o vale-tudo para a manutenção da "verdade" desses doentes da escrita e da interpretação.

Nossas famílias e crianças podem estar vendo pornografia, sugestionadas em sua sexualidade, recebendo ativismo da ideologia de gênero disfarçado de programa de TV. A população em geral está sendo reorientada em seus valores morais por programas infantis e de auditório, principalmente novelas globais, cujo intuito é reorientar a moral e os costumes da humanidade que não estão em consonância com a personalidade, a orientação sexual e os valores morais, religiosos e políticos de quem tem o poder da escrita.

Essas histórias "alienantes" e "lunáticas" não visam apenas mostrar outras formas de viver, mas também desconstruir a maneira de viver da maioria, além dos princípios e da fé que regem a maior parte da população, tão desrespeitada nessas novelas. Alguns autores, ao brincarem de "deuses" por meio de sua ficção, tentam interferir nas relações sociais e familiares. Essa interferência é apresentada com um intuito supostamente nobre; porém, nas entrelinhas, está a intenção de descaracterizar e reorientar um modo de viver que eles julgam ultrapassado ou com o qual simplesmente não concordam. Então, usam seu poder de mídia e sua liberdade de expressão para brincar com a vida.

Novelas que tinham como proposta inicial a discussão da diversidade como realidade social viram armadilhas ideológicas de manipulação de desejos e ativismo político, impondo temas não aceitos pela maioria, como trigamia, homossexualidade, desconstrução do casal heterossexual, apologia ao aborto e intolerância e preconceito religiosos. Usa-se o poder da materialização de um texto a fim de promover doutrinação social.

17.4 Preconceito claro contra o sexo feminino

Umas das maiores emissoras de TV brasileira tem promovido em suas novelas a desconstrução familiar de forma compulsória, tudo em nome de uma liberdade sexual que se confunde claramente com uma libertinagem difícil de ser compreendida, já que não é o que a maioria das mulheres sonha para suas vidas, mas uma clara associação ao movimento LGBTTs e ao movimento feminista. O que me espanta é a falta de senso

crítico e de cuidados de redatores e novelistas com essa desconstrução social e com a degradação humana.

A responsabilidade social deve ser assumida pela mídia, que induz comportamentos sexuais prejudiciais a crianças e adolescentes. Um fato preocupante é o numero crescente de casos de gravidez indesejada e violência contra a mulher, que, em muitos casos, deve-se à banalização da sexualidade, à sexualidade precoce e ao relativismo sexual tão incentivado pela mídia e pelas novelas.

Crianças e adolescentes têm sido sugestionados pelas ilusões e mentiras propagadas com exaustão pela ficção, e se propõem a viver essas fantasias sem medir as consequências e sem levar em consideração que as novelas e os programas de TV em nada se relacionam com a vida real, muitas vezes tão dura. Pergunto-me de onde vem tanta pornografia, tanta banalização da sexualidade, tanto desrespeito ao próprio corpo e ao do outro. A resposta, porém, é simples: vem de uma cultura influenciada por ideias de sexo fácil, que vendem o ato sexual como realizador de todos os sonhos e responsável pela felicidade e inteligência humana. Está infeliz? Faça sexo. Com quem? Não importa, o importante é saber que se tem direito.

Para um mundo que idolatra o sexo e o vê como única forma de prazer, aliado à liberdade de uso de álcool e drogas mais pesadas, não é de se espantar que a corrida pela realização sexual cause tantos problemas sociais e familiares. Essa cultura coloca o corpo como um objeto acima até mesmo do ser humano, e isso sim é insanidade, pois não somos animais irracionais.

17.5 Pornografia propagada pela mídia

O aumento de todos os problemas relacionados anteriormente e da sexualidade precoce é motivado, direta ou indiretamente, por uma cultura sexual apoiada e incentivada pela mídia, na qual crianças exibem seus corpinhos dançando *funk* e tantos outros ritmos até em programas de TV. Alguns exemplos estão expostos a seguir:

- **Programa 1**: apresentado na tarde de domingo por uma reverenciada apresentadora, que ensina as crianças pequenas a encostarem o “dedo no bumbum” e fazerem um gesto sensual, induzindo o pensamento de que o “esquenta” está na região do bumbum. Trata-se de um ato aparentemente inocente, mas não é.
- **Programa 2**: exibido todas as manhãs na mesma emissora. Nele, uma apresentadora tenta, em vários quadros, doutrinar os telespectadores quanto à ideologia de gênero, questionando o uso das cores para cada sexo, mostrando aos meninos que eles podem usar cor de rosa e às meninas que elas não precisam usar rosa. Embora seja uma comparação absurda, pois sabemos que a cor da roupa não tem relação com a sexualidade, a intenção é claramente deturpar valores e questionar a sociedade, desconstruindo os papéis social e sexual de cada pessoa (no caso, da criança).
- **Programa 3**: apresentado na mesma emissora no horário da tarde. Em meio a “brincadeiras”, colocam homens vestidos de princesa e mulheres de príncipes, afirmando que homens podem pôr vestidos. Além disso, promovem danças de

saltos, afirmando e incentivando homens a usar salto. É clara a linguagem subliminar para desconstruir os papéis relacionados com o sexo.

- **Programa 4**: em um programa destinado aos adolescentes, exibido no final da tarde, ainda na mesma emissora,, é comum haver meninas sendo erotizadas, sensualizando e fazendo apologia ao sexo fácil e ao aborto. Além disso, elas incentiva mulheres a aderirem ao feminismo, colocando adolescentes como atores de suas vidas, mas relegando sua família e seus pais a meros espectadores, e não coautores em suas vidas. Valores religiosos, morais, sexuais e familiares são duramente questionados, criticados e reorientados.
- **Programa 5**: em uma novela exibida às 18 horas, que carrega uma "enganosa inocência", há uma tentativa de reorientar a religião da maioria da população, que é retratada sempre de forma ridicularizada, enquanto as crenças minoritárias são representadas como vítimas de preconceito. A reorientação de valores são mais sutis, mas nem tão inocentes. Em uma das cenas, uma menina de aproximadamente 7 anos tem amizade com dois meninos e se diz namorada de um deles. Quando um dos garotos fica doente, a menina foge de casa e vai vê-lo. Então, comovido com o ato da amiga, o menino de aproximadamente 8 anos, "aparência frágil e sensível", pede a menina de "personalidade forte" em casamento. A criança, a princípio, diz que não poderá se casar com ele, pois está "namorando" outro. Porém, ela tem um "ideia": "quem sabe não poderíamos nos casar os três? Garanto que iríamos nos divertir muito mais, seria muito mais divertido."

Como se pode observar, de forma subliminar os papéis da mulher e do homem vão sendo desconstruídos, com sugestões como "casamento a três", ou poliafetivos. Pode parecer uma brincadeira inocente, mas é assim que os manipuladores de valores reorientam os pensamentos, valores e sentimentos da humanidade: mexendo com os princípios na infância, fase em que ainda estão em construção.

Muitos canais de TV estão doutrinando a população para aceitar a ideologia de gênero, promovendo uma revolução cultural pela via da manipulação mental e da sugestão psicológica. Assim, se filhos ou pais ficam o dia todo assistindo a tais programas, pela via da emoção serão sugestionados, e isso é muito sério.

Desenhos infantis também têm oferecido histórias sobre personagens "transgênero", induzindo a criança a pensar que pode estar vivendo em um corpo errado. O tema é abordado de forma poética e em nada tem a ver com a realidade, em que pessoas nesse caso podem apresentar transtorno ou desordem psíquica a ser investigada. Atualmente, o gênero e/ou a orientação sexual são vistos de forma indiscriminada, apoiados pela mídia de maneira irresponsável com apelo de luta contra preconceitos e escondendo problemas visíveis, tudo em nome da diversidade sexual. Essa é a maneira usada. Uma orquestração, uma engenharia diabólica mundial para reorientar valores e desacreditar a moral e os princípios oferecidos pela família por tradições familiares independentes de religião.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permite, por omissão, que crianças façam parte de um programa que, nas entrelinhas do politicamente correto e do amor às diferenças, ensina e incentiva a sexualização mesmo tão pequeninas. Assim, movidas pelo

amor e entusiasmo da apresentadora, elas rebolam e sensualizam, com suas roupinhas sensuais, parecendo adultas.

O Carnaval é uma festa “cultural”, em que crianças são “adultizadas”, usam shortinhos curtos e rebolam até o chão, imitando seus “ídolos”. Certa cantora de *funk*, que se tornou ícone das crianças, canta o erotismo de forma pornográfica, apesar de seu jeito doce. Os gestos sensuais que essas “funkeiras” fazem em seus *shows* podem se transformar em comportamentos nas crianças, e talvez os artistas não tenham consciência de que podem estar induzindo ao erotismo e a atitudes desajustadas, como o sexo em público no local de *show*, conforme a imprensa já noticiou. As complicações desses comportamentos podem incluir até mesmo violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs/AIDS) e gravidez precoce indesejada, engrossando a estatística do aborto entre adolescentes.

A clara degradação e humilhação das mulheres é um dos temas de novelas e programas, nos quais a pornografia é menos violenta, e o abuso é menos óbvio, mas, ainda assim, estão presentes, uma vez que as mulheres são tratadas como objetos sexuais, criaturas disponíveis para serem olhadas de revés, usadas e abusadas e depois substituídas por outras. A pornografia cria um ambiente prejudicial tanto ao desenvolvimento psicológico como moral das crianças, que estão formando a sua visão do mundo adulto nesse contexto. Os propagadores de pornografia argumentarão que a decisão de ler ou ver é individual e não diz respeito a mais ninguém; contudo, todas as indicações mostram que seu uso tem repercussões sociais.

Devido à obsessão pela função sexual, os ideólogos de gênero evitam qualquer reconhecimento do valor das relações familiares tradicionais. O casamento é ridicularizado, a promiscuidade é promovida, as relações homossexuais são valorizadas, e o sexo em grupo é aprovado, mesmo contra a cultura. Muita discussão tem surgido acerca da afirmação, feita pelos seus defensores, de que a multiplicidade sexual merece a mesma proteção que a melhor arte e literatura. Porém, uma das características da arte é que ela enobrece e enriquece, enquanto obsessão sexual leva a pornografia, toma, degrada e destrói.

Muitos cristãos se acostumaram com o erro propagado pela mídia e não estão dando voz a Deus, mas ao mundo. Na Igreja de Cristo não há relativismo sexual, e a sociedade cristã não deve se acostumar ou se deixar manipular por novelas, programas de TV ou artigos de jornais. Sua confiança deve estar fundamentada na Palavra de Deus e na fé em Jesus.

Deus nos advertiu sobre o que vem acontecendo em vários textos, mas escolhi a carta de Paulo aos coríntios por ser essa uma igreja muito parecida com a existente em nosso meio: pessoas se convertem, mas carregam seus comportamentos relativistas e não pensam nem querem mudança: *Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma* (1 Coríntios 6.12).

Não temos um Deus que condena a prática sexual, mas, sim, que nos dá a direção de como vivê-la. O atributo do amor não lança fora a santidade. O sexo, para os cristãos, é uma bênção, é bom, gostoso e foi criado para ser experimentado; porém, entre quatro

paredes e entre casais casados, homem e mulher após o casamento. Essa é a cultura e o princípio a ser propagado; o resto é manipulação midiática.

Deus não nos pune nos aconselhando acerca da nossa sexualidade; por amor, ele nos alerta sobre a promiscuidade, a banalização da sexualidade e a imoralidade sexual. Seu objetivo é tentar nos proteger de abusos, traumas e tantos problemas sociais que podem ser causados a partir desses comportamentos sexuais promovidos pela mídia, causadores de tantas dores e desajustes emocionais, familiares e sociais.

> *Conservai a vós mesmos no amor de Deus, esperando a misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo, para a vida eterna. E apiedai-vos de alguns que estão duvidosos; e salvai alguns, arrebatando-os do fogo; tende deles misericórdia com temor, aborrecendo até a roupa manchada da carne.*
>
> Judas 1.21-23

> *Quanto ao mais, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai.*
>
> Filipenses 4.8

Referência bibliográfica

1. Carvalho O. Ocupando espaços. Editorial do Diário do Comércio; 2008. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/semana/080418dce.html.

Fontes de consulta

Lopes HD. I Coríntios. São Paulo: Hagnos; 2008.

Morris L. I Coríntios: Introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova; 2007.

http://www.simplicidadevoluntaria.com/pornonao.htm

Capítulo 18

FEMINISMO SUBVERSIVO E PROMOÇÃO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO

É difícil conceituar gênero quando ele está ligado à sexualidade humana, conforme propõem os movimentos ativistas sociais. Segundo seus defensores, o gênero sexual está em constante mutação, por isso, sua definição torna-se impossível. Devemos entender que, quando se fala em gênero na atualidade, fala-se de um conceito ideológico, que tem seu fundamento na doutrinação social.

A história mostra que a palavra *gênero*, além de ser emprestada de outras categorias, vive em constante transmutação, sendo subvertida a todo novo texto e aos olhares de autores que a pervertem. No início dos seus enunciados, *gênero* era usado para descrever as diferenças sexuais entre homem e mulher, transformando-se, com o passar dos anos, em ideologias sobre multiplicidade de gêneros.

Hoje, o sexo de nascimento é um mero detalhe. Na história, o feminismo posicionou os papéis de gênero como construídos socialmente, sem qualquer base biológica. Então, as pessoas cuja identidade de gênero difere do gênero designado pelos órgãos genitais são normalmente identificadas como transgêneras.

Em *A vida sexual dos selvagens*, Malinowski abordou a questão da sexualidade, tratando-a como uma força sociológica e cultural que fundamenta o amor, o namoro, o casamento e a família, incorporando ao tema as relações de gênero. Essa posição foi duramente criticada por antropólogos e sociólogos que já ensaiaram discursos desconstrucionistas.

A sociologia interpreta as desigualdade e as diferenças entre os gêneros de três formas. A primeira é composta por autores que sustentam que as diferenças biológicas são determinantes para as diferenças comportamentais entre homens e mulheres. Por isso, os fatores naturais são responsáveis pelas desigualdades entre os gêneros. Isso não nega a importância dos processos de interação social na questão do comportamento humano, nem a coloca como algo definitivo e ou essencial.

A segunda abordagem é guiada pela socialização de gênero, que interpreta as desigualdades entre homens e mulheres como decorrentes da socialização em papéis diferentes. Assim, no contato com organismos sociais (família, escola, igreja etc.), as crianças aprendem a agir de acordo com as expectativas relacionadas ao seu sexo biológico, desconsiderando que os indivíduos possam rejeitar ou modificar os papéis sociais de gênero.

A terceira abordagem enfatiza que, assim como o gênero, o sexo também é construído

socialmente, ou seja, o corpo humano e a biologia estão sujeitos às escolhas pessoais e ao agenciamento humano. De acordo com os ideais de masculinidade e feminilidade, homens e mulheres são encorajados a cultivar uma imagem específica do corpo e um determinado conjunto gestual.

A sociologia contemporânea refere-se aos papéis de gênero masculino e de gênero feminino como “masculinidades e feminilidades”, respectivamente no plural, ao invés do singular, enfatizando a diversidade tanto dentro das culturas como entre elas.

18.1 O feminismo e os estudos de gênero

A filósofa e feminista Simone de Beauvoir aplicou o existencialismo à experiência de vida da mulher ao dizer: “Ninguém nasce mulher, torna-se”. Ao parafrasear a verdade biológica que afirma que uma garota precisa passar pela puberdade para tornar-se uma mulher, feministas criam esse enunciado sociológico impondo, como verdade absoluta, o pensamento de que a maturidade é somente aprendida, e não instintiva.

Os estudos de gênero iniciaram-se na década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos. As pessoas organizavam-se para reivindicar o direito à diferença de grupos sociais, como negros e homossexuais. As mulheres militantes reclamavam de que, embora lutassem da mesma forma como os homens, seu papel era considerado secundário nas funções de comando dentro da militância.

No Brasil, os estudos de gênero emergiram durante as décadas de 1970/80, em torno da problemática da “condição feminina”. Inicialmente, acreditava-se que havia um problema da mulher, que deveria ser pensado unicamente por ela, já que, durante séculos, o homem a silenciou e a reprimiu.

Na década de 1990, o conceito de gênero chegou ao Brasil por meio de pesquisadoras feministas norte-americanas, para assinalar que as características e os comportamentos que reputamos como naturais de um gênero são construções sociais e culturais e que, portanto, não podem ser interpretados como determinados por aspectos biológicos.

Os estudos de gênero surgiram na mesma época em que a chamada segunda onda do feminismo eclodiu, revelando o diálogo entre o feminismo e as teorias sociais, constituindo, também, base teórica e científica para a contestação das desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Nos estudos de gênero, o termo *gênero* é usado para referir-se às construções sociais e culturais de masculinidades e feminilidades. Nesse contexto, gênero explicitamente exclui referências para as diferenças biológicas e foca as diferenças culturais. Esse movimento de desconstrução do gênero sexual é muito recente e sem identidade. Além disso, tem em seu bojo a subversão como essência.

Então, o que determina alguém como masculino ou feminino? Na maioria dos casos, a questão pode parecer óbvia, mas ela se complica para pessoas intersexuais ou transgêneras. A transgeneridade ou transexualidade está ligada à condição na qual a expressão de gênero e/ou identidade de gênero é diferente da atribuída ao gênero designado no nascimento.

Recentemente, o termo também tem sido utilizado para definir pessoas que estão em trânsito entre um gênero e outro. O prefixo *trans-* significa “além de”, “através de”. Transgênero é um conceito abrangente, que engloba grupos diversificados que têm em comum a não identificação com comportamentos e/ou papéis esperados do sexo biológico determinado no seu nascimento. Para eles, a não identificação com o gênero de nascimento se dá em graus diferenciados e refletem realidades diferentes.

Algumas feministas contribuíram para a desconstrução total da mulher. Na tentativa de eliminar a opressão feminina difundida de forma tão generalizada, destruíram, por completo, a sua própria essência. Esses movimentos emergiram de diferentes teorias, da sociologia nos anos 50, das teorias do psicanalista Jacques Lacan etc.

A antropóloga estadunidense Gayle Rubin escreveu um ensaio marcando época e influenciando o movimento feminista, principalmente até o início da década de 90. Em 1975, ela escreveu o que ficou conhecido como “sistema sexo/gênero”:

> O sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.[1]

Rubin tornou-se um marco na teoria feminista ao utilizar o conceito de gênero para tentar explicar a subordinação das mulheres. Em seu ensaio *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política do sexo”*, publicado originalmente em 1975, sem tradução para o português, a autora expôs uma conceituação que sistematizou ideias já existentes sobre o uso de gênero na questão das mulheres.

Seus trabalhos visavam “isolar sexo e gênero de ‘modos de produção’, e contrapor-nos a certa tendência a explicar a opressão de sexo refletindo forças econômicas”[2]. Ela foi a primeira a falar sobre a “desnaturalização das desigualdades de gênero”. Na década seguinte, influenciada pela História da Sexualidade de Michel Foucault, Rubin mudou sua visão sobre gênero, causando grande impacto nos estudos sobre gênero, sexualidade e o próprio feminismo.

Em seu livro *O tráfico de mulheres*, ela observou os mecanismos pelos quais as crianças são impregnadas pelas convenções de sexo e de gênero. Para ela, a psicanálise era uma teoria sobre a reprodução de regras do parentesco. Rubin fez duras críticas aos ensaios sobre sexualidade da psicanálise: “O complexo edipiano confere direitos masculinos ao menino, e obriga a menina a contentar-se com seus direitos diminuídos”[3].

Rubin estimulou as mulheres a fazerem uma “revolução” nas regras de parentesco e, consequentemente, no nosso sistema de sexo/gênero. “Uma revolução profunda libertaria mais do que as mulheres. Ela libertaria formas de expressão sexual, e libertaria a personalidade humana da camisa de força do gênero”[4]. Na visão feminista de Rubin, Freud e Lévi-Strauss eram machistas e preconceituosos, e toda a teoria do Complexo de Édipo, uma teoria de opressão e subordinação para a mulher. A questão das feministas da época era achar uma maneira de revolucionar as regras do parentesco, de forma a libertar a pessoa humana da camisa de força do gênero.

Então, a multiplicidade de gêneros começou a despontar. Gênero não mais servia para diferenciar os sexos. Como podemos observar nas entrelinhas dos discursos de Rubin, há fortes indícios e críticas à posição que versa sobre as diferenças dos sexos e dos gêneros. Existe certo desconforto explícito das feministas da época em desconstruir a sexualidade do nascimento.

Para Rubin, o sistema sexo/gênero é “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas”[5]. Feministas do início do século 21 criticavam o fato de muitos homens importantes na história se mostrarem machistas em suas atitudes e em seus comentários e citaram, por exemplo, Lévi-Strauss, que disse: “Troca de mulheres é fundamental para que a cultura perpetue”.

Na década de 1980, surgiu Joan Scott, feminista e historiadora estadunidense fortemente influenciada pelas correntes pós-estruturalistas. Inspirada no pensamento de Michel Foucault e Derrida, viu o gênero como categoria de análise. Esquematizou uma nova forma de pensar em gênero, que se tornaria referência para militantes feministas, a partir de uma crítica a outras concepções — inclusive a do sexo/gênero — que, em sua opinião, eram incapazes de situar historicamente a categoria sexo e corpo.

Para Scott, o foco era pensar na linguagem, nos símbolos, nas instituições e sair do pensamento dual, que recai no binômio homem/mulher, masculino/feminino. Ela convida as feministas e as intelectuais a olharem para além de questões envolvendo mulheres e homens.

Sua visão estruturalista incentiva a humanidade a desconstruir o que ela mesma chama de vícios do pensamento ocidental, como a oposição tida como universal e atemporal entre homem e mulher. Scott entende o gênero como um “saber” sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar que ela julgava engessada e dual, na qual o poderio é dado ao homem, e não à mulher.

Scott, em seu clássico artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, buscou desconstruir a dicotomia entre um sexo, para a natureza, e um gênero, para a cultura. Para ela, o conceito de sexo estaria subsumido no conceito de gênero. O reconhecimento das diferenças entre os corpos não era suficiente para manter a separação entre sexo e gênero.

Ela tentou desconstruir a noção de que o gênero é uma assimilação de significados sobre diferenças sexuais biologicamente dadas que continua intacta, mas seu esforço foi inútil, pois essa dicotomia permaneceu da mesma forma, e são nesses esforços que se concentram as militâncias feministas de gênero e os movimentos LGBTTs.

Esses movimentos tentam desacreditar as diferenças e os papéis biológicos, como a maternidade, que é naturalmente assimilada pelo sexo feminino. Embora os esforços estejam, ao longo da história, de forma persistente e contínua, tentando mudar essa realidade, as mentes humanas estão predispostas a pensar conforme seu sexo de nascimento.

Para as feministas, esse pensamento não só discrimina as mulheres, mas também exclui as comunidades LGBTTs. Por esse motivo, visam reorientar, por meio da cultura, a

humanidade, em especial, os países que processam uma religião “conservadora”, fazendo ariscados malabarismos para introduzir todos os “saberes” manipulados por algumas autoras dos movimentos feministas e seus pseudointelectuais.

Judith Butler, filósofa norte-americana, aparece em meio a esse pensamento de desconstrução da dicotomia entre sexo e gênero. Ela inspirou todo o ocidente com a teoria queer de desconstrução social e sexual e criticou o feminismo da época, que se preocupava com as diferenças sexuais. Para ela, quando as diferenças entre sexo e gênero eram fortalecidas, o preconceito também se fortalecia, e, por isso, defendeu o oposto para desacreditar essa dicotomia.

Butler destacava que tanto sexo como gênero são formas de saber, isto é, são conhecimentos a respeito dos corpos, das diferenças sexuais, dos indivíduos sexuados.

“Porém, se associamos o primeiro à natureza, e o segundo à cultura, perpetuamos a ideia de que existe uma ‘natureza’ que possa ser apreendida à parte de um conhecimento que produzimos sobre ela”[6].

É importante perceber que a ideia era neutralizar a natureza humana da mulher e não dar empoderamento a ela. A autora trouxe a necessidade de descontruir o papel da natureza e inutilizar a força que esta tem sob o sujeito. Ela chama a sociedade de heteronormativa.

Em uma crítica à heterossexualidade e à sociedade, Butler reconceitua gênero, compartilhando certas referências com Scott, trazendo de vez o corpo e o sexo para o campo discursivo, questionando sua pretensa materialidade. Para ela, a biologia não tem poder sobre o corpo, e sim a cultura. Logo, a filósofa promove uma verdadeira desconstrução do gênero masculino e feminino dentro do corpo de seu nascimento.

Esse pensamento ecoou na sociedade, com a possibilidade de se viver a multiplicidade de gêneros sexuais ou assexuados em qualquer corpo físico. A transgeneridade é contemplada nesse discurso como normal, e a heterossexualidade, como anormal, ou mesmo obsoleta na sociedade, ou, ainda, apenas uma imposição social conservadora.

O ponto central da crítica de Butler reside no fato de que o feminismo incorre na reprodução daquilo mesmo que quer criticar. Ela defende uma desmontagem de todo tipo de identidade de gênero, pois, segundo ela, essa divisão apenas oprime as singularidades humanas que não se encaixam, que não são “adequadas” ou “corretas” no cenário da bipolaridade no qual acostumamo-nos a entender as relações entre pessoas concretas.

Quando, nos anos 60, começou-se a falar em gênero, o termo era usado para referir-se ao “papel” social e cultural que se dispunha sobre o sexo para explicá-lo. O sexo, que era tomado como natural no sentido de ser um destino que acabaria por fundar o gênero (masculino e feminino), começou a ser duramente criticado por alguns que se negavam, e se negam, a pensar no âmbito do senso comum.

18.2 Pensamentos que influenciaram Judith Butler, a feminista lésbica

Judith Butler foi influenciada pelos pensamentos de Simone de Beauvoir, que afirmava que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher. Foucault dizia que até mesmo o sexo tanto quanto a sexualidade foram produzidos por um tipo de discurso, e criticava o que seriam, para a sociedade, verdades absolutas sobre o sexo, porque nem sexualidade nem sexo seriam verdades, e sim construções históricas.

Ela desacredita a dicotômica entre os sexos e tenta, em seus discursos, eliminar toda e qualquer diferença entre sexo e gênero. O que ela chama de “performatividade do gênero”, partindo de aspectos da teoria da linguagem de J. L. Austin, famoso autor da teoria dos atos de fala, diz respeito ao caráter ativo da relação entre o sujeito e a sociedade, enquanto esta última é organizada dentro de normas e leis que funcionam pelo discurso.

Butler faz duras críticas a todos os discursos da sociedade e alega que, antes, os corpos eram vítimas da ciência da anatomia que legislava sobre eles; agora, passaram a ser vítimas da generificação, ou seja, para ela, a divisão de gênero masculino e feminino no corpo nascido em consonância é como uma espécie de segunda natureza que se diz verdadeira.

Para essa feminista, só podemos dizer que somos homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, desde que se torne possível questionar não apenas as identidades “homem” e “mulher”, ou outras, mas também o próprio sentido do verbo “ser” quando se diz que alguém “é” isso ou aquilo.

Butler tenta ser defensora da teoria feminista, porém, engaja-se na defesa de um sujeito que se sente independente de seu sexo. Sua luta é em favor daquele que ela diz ser oprimido pela sociedade, bem como pelo seu corpo. A diferença de Butler acerca do feminismo é que ela defende, além das mulheres, todos aqueles que não se enquadram nos discursos que invocam a “natureza” fixa do corpo.

Para ela, o “excluído” é produzido no discurso, pelo que formaliza uma injustiça de não poder existir. Portanto, tenta, em sua análise, desmontar todo e qualquer discurso nesse contexto. Butler defende que as pessoas fora da classificação precisam existir, mas o feminismo clássico as exclui, surgindo, então, a necessidade de subverter todo e qualquer discurso enquadrado no senso comum de naturalidade e de diferenças sexuais.

Desde que Butler leu um ponto de vista queer, tornou-se promotora e divulgadora desse pensamento e vem dedicando sua vida a subverter o gênero e a cultura heterossexual.

18.3 Outros defensores dos estudos de gênero

Raewyn Connell, socióloga australiana, chama a atenção para as formas como a sociedade lida com processos reprodutivos e diferenças entre os corpos. Em suma, preocupa-se com o que a sociedade faz com o corpo que lhe é dado. Connell lança seu olhar sobre essas práticas, e suas pesquisas focam o campo das masculinidades.

Heleieth Saffioti, feminista brasileira, alertou para os usos de gênero e foi, para o movimento feminista, uma das mais importantes teóricas. Discursava para haver limites em certas escolas, fazendo, inclusive, um pedido: “Feministas, usem menos gênero”. A grande confusão de bandeiras, valores, discursos, saberes entre os discursos das próprias

feministas, falta de equilíbrio e luta contra o sexo masculino de algumas correntes descaracterizaram a verdadeira luta pró-mulher, em todas as suas vertentes.

O cientista social francês Pierre Bourdieu tornou-se muito conhecido pelas suas contribuições ao reprodutivismo e à economia simbólica. Ele interessava-se também pelo construcionismo social (radical). Bourdieu escreveu um trabalho altamente referenciado, que trouxe contribuições, e problemas, dignas de discussão sobre o conceito de gênero.

Ao citar esses autores, procurou-se estimular reflexões e buscas por mais literatura sobre a concepção de gênero. Há muito a ser pesquisado sobre esse tema tão discutível e amplo, e, mesmo de forma condensada, essa abordagem trouxe entendimento sobre a construção desse conceito. Ademais, foi possível desvendar os objetivos reais do uso da palavra *gênero* atualmente, que não se destina apenas a diferenciar e a equilibrar as diferenças entre os sexos.

Por esse motivo, rejeitamos esse conceito atual e defendemos o conceito original do gênero como diferenciador das diferenças, pois acreditamos que, somente dessa forma, as mulheres poderão ser beneficiadas na luta por direitos e igualdade contra a violência. A teoria feminista contemporânea perdeu-se entre os discursos e o simbolismo da ditadura do relativismo sexual, que, em meio à luta pelos direitos, fez emergir o pior movimento dos movimentos — a ideologia de gênero.

Para Carl Rogers, “aceitar a si mesmo é um pré-requisito para uma aceitação mais fácil e genuína dos outros”. O texto em 1 Coríntios 7.17 declara: *Cada um ande como Deus lhe repartiu, cada um, como o Senhor o chamou.* Já Provérbios ۸.۱ indaga: *Não clama, porventura, a Sabedoria? E a Inteligência não dá a sua voz?*

18.4 A ideologia de gênero nasceu no seio do feminismo e tem influências marxistas

Marx protagonizou e promoveu a luta de classes inspirada na Revolução Francesa, que, por sua vez, foi influenciada pelo Iluminismo. Essa revolução sangrenta ocorreu no fim do século 18 e foi marcada por uma série de revoltas e agitações políticas, nos diversos cantos do planeta. Nesse período, colônias buscavam autonomia.

Embora haja esforço em ovacionar a Revolução Francesa, a história não se apaga, porque, por meio dela, milhares de franceses morreram guilhotinados, e não foram apenas os feudais. A revolução voltou-se contra o próprio povo. O *slogan* dos revolucionários era lindo: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Em nome dessa trilogia, matavam qualquer um que se opusesse à revolução tão libertária.

> Entre 1793 e 1794 o terrorismo ensanguentou a França e apavorou o mundo. Em apenas dez meses, 16.594 acusados de conspiração foram guilhotinados, após passarem por processos sumaríssimos. Estima-se que a revolução causou ainda uns 30 ou 40 mil mortos em conflitos diversos espalhados pelo país todo. Apontam-se ainda uns 300 mil detidos durante o processo todo.[7]

Aproveitando o espírito libertário, a revolução sexual se fez presente no imaginário dos anarquistas revolucionários que se rebelaram contra todos os sistemas, inclusive contra a

religião, que foi acusada, entre outras coisas, de oprimir, nas entrelinhas, sexualmente seus cidadãos.

A luta pela liberdade sexual teve influência marxista cultural, que perpetua até os dias de hoje. Aliás, percebe-se que, ao longo da história, a revolução sexual copiou modelos e emprestou termos da própria Revolução Francesa, que forneceu a ideologia e os ensinamentos de como romper barreiras, inclusive rompeu barreiras dos países que resistiam às ideias europeias.

Karl Marx é produto da Revolução Francesa e tem relação direta com ela, porque, pela revolução, surgem as ideologias contestatárias modernas. As negações da Revolução Francesa são o socialismo, o anarquismo e o comunismo modernos. Estes são produtos da frustração da revolução.

A partir daí, nascem as ideologias e o pensamento obsessivo de fazer revolução da revolução. Marx é herdeiro do sentimento de que a Revolução Francesa foi uma revolução falsa. Surge, então, a teoria do valor-trabalho, pois é o trabalho que cria a riqueza. Ele apropriou-se dessa teoria e imaginou ter descoberto a explicação técnica de como um rico fica rico. Esse era o seu pensamento central.

Marx dialogou com os pensadores Henri de Saint-Simon, Charles Fourier, que fez parte da sociologia política francesa, e Owen, um inglês que viveu na França. Todos têm em comum o socialismo humanitário, com o qual pretendem compatibilizar o homem com os maiores valores morais do cristianismo.

Os socialistas utópicos não tinham a mínima ideia de um conceito chamado estrutura sociais, que jamais permitiria que essa metástase do bem mudasse sua natureza. Estrutura social está para a sociedade assim como a moldura está para o quadro. Ela limita o quadro. A estrutura da sociedade é uma barreira que a limita fazendo com que mantenha sua forma de ser.[8]Marx não criou o conceito de luta de classes nem o comunismo. Ele foi apenas o propagador. Quem criou o conceito de luta de classes foi Saint-Simon. Louis Auguste Blanqui, um líder francês, estabeleceu o conceito de revolução da revolução. Essas são as âncoras de Marx. Se não tivesse se apropriado do saber burguês, não haveria pensamento de Marx contra a burguesia. Ele apropriou-se de tudo que era da burguesia para usar contra ela mesma.

18.5 A entrada do feminismo na cultura marxista

As inquietações revolucionárias originaram-se do entrecruzamento sexo/classe. Segundo os teóricos, a luta entre homens e mulheres precedeu a sociedade capitalista. Em decorrência desse entrecruzamento, fez-se necessária uma revolução que transformasse os fundamentos econômicos da sociedade no sentido do socialismo, afetando o papel sexual da mulher.

> O novo ascenso das lutas das mulheres em escala internacional e o surgimento de um forte movimento de liberação da mulher (…) aumentam a força política da classe trabalhadora e torna mais clara a possibilidade de que a revolução possa ser levada adiante, até a sua tarefa de reconstrução socialista. O surgimento do movimento de

> liberação da mulher é uma garantia adicional contra a degeneração burocrática de futuras revoluções.9

Desde os anos 80, as posições teóricas feministas foram, pouco a pouco, abandonadas. Os chamados “estudos de gênero” — nos quais se fundamenta o discurso atual sobre o sexo feminino — vêm apontando a fragilidade de conceitos, como: opressão sexual, guerra dos sexos e classe sexual. Para equilibrar essas deficiências, papéis sexuais decidiram igualar o gênero e neutralizar qualquer diferença.

A luta chegou ao extremo da esquizofrenia social, acusando a natureza humana de estar vivendo e a sociedade de estar promovendo um “engano biológico-determinista”. Defende-se, também, que sejam feitas pesquisas específicas sobre o feminino, reconstruindo esse objeto a partir de uma multiplicidade de níveis e perspectivas.

> Deve-se levar em conta os aspectos mais diversos: culturais, literários, sociais, históricos, psicológicos etc. Além disso, recomenda-se que não se privilegie, como fundamento da opressão feminina, qualquer “causalidade única”.[10]

Assim, gênero é um modelo conceitual do jogo de interações simbólicas. Nesse caso, a forma social gênero é constituída pela polaridade feminino/masculino. George Simmel, sociólogo alemão, propõe que as formas de associação sejam reconstruídas conceitualmente, fazendo-se o inventário das polaridades que as constituem. Logo, o conflito, como forma social, deve ser pensado como síntese entre “subordinação e resistência”.

Para contentar a insatisfação ativista feminina, a reorientação cultural seria inverter os lados do “ser” e tornar-se o sexo oposto. O desprazer da mulher na sociedade passa agora para a rejeição do seu corpo e de todas as suas características. A imposição biológica da qual a mulher se acha vítima começa a desconstruir esses papéis, não apenas distinguindo os sexos e seus símbolos, mas também dando significados aos sentimentos externados no desejo do outro sexo.

Por meio do discurso de teorias sociais, os movimentos antifamiliares objetivam excluir as ciências naturais, deixando-as à margem de todo conhecimento humano e de toda produção científica sobre a construção do homem. A igreja, então, é excluída em nome de um Estado laico, que, na verdade, é confundido com laicista.

Os cristãos, que militam em favor da família e manifestam publicamente sua fé, têm sido relegados à margem dos embates, das discussões sociais e políticas, e discriminados pela ditadura do feminismo liberal, que vem “mentoreando” toda essa ideologia de gênero. Para entender toda essa confusão, vale a pena fazer algumas considerações sobre alguns pontos do passado histórico.

18.6 Quando o gênero deixou de ser expressão das diferenças sexuais e passou a ser sinônimo de desejos, em contraposição à moral humana?

Sem a pretensão de aprofundar-nos em estudos, é oportuno incentivar a curiosidade do leitor a buscar mais argumentos e respostas, a fim de munir seu discurso e ajudar a

defender a sociedade dessa revolução cultural, que visa à desconstrução da heterossexualidade e da fé cristã, as quais conservam princípios contrários à ditadura de gênero que tomou conta de muitos países.

O antropólogo inglês Edward B. Tylor (1832—1917) foi o primeiro a formular o conceito de cultura. Para ele, "a cultura é um conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos em uma sociedade"[11]. O conceito original de cultura valoriza e protege as crenças de determinados grupos, porém, quando se trata de sexualidade, tenta perverter os originais conceitos para subverter a humanidade.

Já a antropologia cultural reflete, em parte, uma reação contra a noção antiga de oposição entre cultura e natureza, segundo a qual alguns humanos vivem em um "estado natural" (de pura natureza). Antropólogos argumentam que a cultura é a "natureza humana" e que todas as pessoas têm a capacidade de classificar experiências, codificar classificações simbolicamente e transmitir tais abstrações.

O conceito de antropologia cultural relaciona-se à ciência social. Esta propõe conhecer o homem enquanto elemento integrante de grupos organizados e relaciona-se também como a ciência humana, que olha para o ser humano como um todo em sua história, suas crenças, seus usos e costumes, sua filosofia, sua linguagem, suas características psicológicas, seus valores éticos e religiosos etc.

Portanto, nos enunciados sobre as ciências sociais e humanas, não se rejeita o ser humano em sua totalidade. Essa tarefa de desconstrução social e sexual é atribuída a movimento políticos ideológicos que praticam o marxismo cultural, reinterpretando e descontextualizando a própria ciência de que se apoderam.

18.7 Dizem que não sabemos do que falamos

Dizem que nós, defensores das crianças e da sociedade contra a ideologia de gênero, não temos a menor ideia do que estamos dizendo. O desespero surgiu porque desvendamos as reais intenções dos movimentos desconstrucionistas com apenas duas armas: senso comum e naturalidade. Essa ditadura da "intelectualidade fabricada" usa a comunicação ardilosa, o vitimismo, a inversão de valores e a desconstrução para desestabilizar seus opositores.

Os defensores dizem que uma ideologia não tem o objetivo nem o poder de doutrinar as crianças ou a sociedade. Entretanto, não é isso o que vemos por meio das ações nas escolas, na mídia, na política e na sociedade. Denúncias chegam todos os dias, provando que essa ideologia existe para impor um conjunto de ideias aos alunos ainda em idade escolar, para que eles doutrinem seus pais, pela via da ameaça, por força da lei e dos tais direitos humanos criados apenas para servir a seus grupos.

Ideologia, para as ciências humanas e as filosofias, é um conjunto de ideias que, na sociedade, procura ocultar a realidade. São convicções e atos que sustentam as práticas institucionais de sujeição e dominação da nação. Segundo os "ideólogos", apenas os humanistas e os sociólogos devem estudar o comportamento humano. Os "doutores" em

ciências sociais alegam que o comportamento é objeto de suas “ciências” e mostram sua intenção concernente à doutrinação ideológica política de gênero “trans”.

Eles acusam a sociedade de não saber o que é gênero ou mesmo de estar mentindo sobre o tema. Esse tipo discurso é maquiavélico e recheado de manipulação enganosa. Somente seus adeptos o aderem, pois necessitam dar uma resposta à sociedade igualmente hipócrita, que não se importa com o caos que está gerando a si mesma e à humanidade.

Vale lembrar que as ciências humanas são muito recentes. Elas nasceram no fim século ١٩. Atualmente, os “historiadores de gênero” dizem que o “gênero trans” — que muda de lugar conforme o desejo de sua mente — já existia entre os gregos. A ideologia de gênero é uma ideia de subversão sexual, que tem o intuito de reorientar o comportamento humano em todas as suas nuances. Essa mentira social foi e é rejeitada pela humanidade ao longo de sua história, tanto política, social e cientificamente.

Os militantes progênero não entendem o que é exatamente esse discurso manipulador que não aceitamos. Contudo, sabemos da influência implícita nas linhas de cada fala mentirosa. Esse golpe de gênero apareceu já no fim do século 19, quando surgiram as tais ciências humanas, a antropologia e a sociologia. Nas primeiras décadas do século 20, estudos feitos por antropólogos e sociólogos procuraram mostrar que o ser humano é um construto social, cultural e histórico.

O desejo de possuir o outro sexo passa a ser compreendido não como um transtorno, como está descrito nos códigos internacionais de doenças psiquiátricas, mas como pura manifestação normal do gênero sexual. O conhecimento científico é deixado de lado, e passa-se a valorizar as relações e interações sociais. A construção histórica do gênero teve influência do Marxismo, que passou a ser uma luta exclusivamente pela liberdade sexual em toda a sua totalidade. Parece que esse foi o ingrediente principal.

Desse modo, a sociedade tem sido enganada, manipulada e conduzida ao erro. Hoje, quando se fala de gênero, refere-se apenas ao “tornar-se”. Não se trata de diferenças biológicas juntamente com as construções sociais que existem, e sim de uma completa ausência do corpo (masculino, feminino) em toda a sua constituição biológica e genética. Essa desconstrução ordena, simbolicamente, que se promova uma revolta contra qualquer pessoa, situação, grupo ou sexo.

A ideia dessa ideologia de que o “gênero” é construído e independe de seu sexo de nascimento é, na verdade, um déficit na teoria, porque todo ser humano, de certa forma, é constituído, e não apenas o gênero ou a sexualidade. O homem é construído e desconstruído artificialmente, em sua existência, pela cultura vigente. Essa é a causa dos inúmeros conflitos existenciais, culturais, ditatoriais e impositivos, quando contrários à natureza humana.

Os sentimentos podem ser gerados no meio, porém os traços de caráter são gerados na genética. Estes são heranças, e não podemos negar a existência do papel biológico de todo o ser humano. Ainda que queiramos, não podemos aprisionar o sujeito com uma mentira, pois o iludiremos a buscar algo que nunca encontrará. O homem, quando nasce, não está constituído por completo. Ele é construído pela mão do homem mau, aculturado, dentro de

uma sociedade que nega sua origem biológica e genética.

Embora tenhamos o entendimento de que a cultura influencia, não podemos negar as outras ciências que explicam a criação do homem, ou não daríamos a oportunidade de esse sujeito existir. Logo, estaríamos rotulando-o apenas como um ser gerado no meio. O meio, no qual esse ser humano é inserido, pode aculturá-lo de forma oposta à sua essência genética e biológica. Isso é possível, mas sempre em um sentido de desequilíbrio da natureza humana.

Para maior compreensão, é importante fazer uma análise do ponto vista genético, que reafirma que o ser humano não é apenas objeto da construção social, mas também produto da interação com o meio. Ele nasce com uma carga genética que determina alguns traços de personalidade, e o meio reafirma ou desconstrói esses traços de personalidade herdados pelo seu DNA.

18.8 DNA e personalidade

De 1853, a partir da descoberta da estrutura do DNA pelo americano James Watson e pelo inglês Francis Crick, até o mapeamento completo do genoma humano, em 2003, abriu-se um campo de exploração, sem precedentes, para entender as origens biológicas da personalidade. Hoje se sabe que os comportamentos dependem da interação entre fatores genéticos e ambientais.

Buscando um meio-termo como apelo ao bom senso, pode-se considerar a totalidade do ser humano um balanço entre duas porções que se conjugam, de forma a produzir a pessoa tal como é na natureza biológica — tendo por base a natural submissão ao reino animal e às leis da biologia, da genética e dos instintos — e na natureza existencial, suprabiológica — que transcende o animal que repousa no indivíduo. A pessoa traduz a essência de uma peculiar combinação biopsicossocial.

O ser humano não deve ser considerado um produto exclusivo de seu meio, tal como um aglomerado de reflexos condicionados pela cultura que o rodeia, despido de qualquer atributo mais nobre de sentimentos e vontade própria. A sociedade tem, sim, o poder de fazer de uma criança um ser humano digno, porém, como promover dignidade negando sua verdadeira existência?

Há, na biologia, uma fórmula muito significativa e de validade indiscutível: fenótipo = genótipo + ambiente. Entende-se por fenótipo o estado atual no qual se encontra o indivíduo aqui e agora; por genótipo, entende-se o seu patrimônio genético; e, em nosso caso, por ambiente, entendemos as influências do destino existencial sobre o desenvolvimento do ser.

Dizem os humanistas que a diversidade sexual, enquanto ciência social, nada há mais para ensinar, a não ser que o ser humano seja um dado antropológico, contrariando o que todas as outras ciências lógicas, que trabalham com as evidências, acreditam. A genética, no entanto, esclarece que, mesmo em atitudes culturais, como a religião, por exemplo, o impacto dos genes é muito forte.

A Universidade de Minnesota, localizada nos Estados Unidos, vem acompanhando

8.000 gêmeos. Três centenas deles são idênticos e foram separados da família no nascimento, há mais de ٢٠ anos. Os resultados surpreendem ao mostrar que certos comportamentos, antes considerados fruto do aprendizado, são fortemente influenciados pela genética.

Muitas universidades promovem ideologias motivadas pelo socialismo, introduzem discursos fabricados de racismo, homofobia, fundamentalismo religioso e machismo, produzem conhecimento subjetivo que luta contra o senso comum, acusam a sociedade de matar e oprimir, suscitam guerra ideológica e política, desconsideram nossa objeção de consciência e expõem sua cruel verdade escondida em discursos de fraternidade, igualdade e direitos.

As lutas de gênero resumem-se em binárias (relativa aos heterossexuais) e não binárias (sobre as muitas formas de relacionar-se). O gênero não pode ser desvinculado de seu sexo biológico. Entende-se que as construções culturais, sociais e históricas são importantes, e deve-se lutar pela igualdade, no sentido de estabelecer respeito ao outro, independente de sua condição social, étnica ou sexual. Todos são iguais, independente de suas diferenças. Não se pode reduzir o ser humano a "identificações" ou contribuir para a sua despersonalização.

A atividade mental contemporânea do ser humano é diferente da de nossos ancestrais, principalmente no que diz respeito à aquisição do conhecimento. Porém, trata-se de um tipo de destino biológico da espécie em sua jornada dirigida ao conhecimento, a qual se promove por meio da utilização progressiva dos ilimitados recursos do sistema nervoso humano.

Há uma herança genética, e a criança não pode ser desconstruída dessa forma. Criá-la em gênero neutro e promover a transgeneridade negligenciada são violências contra a existência do ser humano. Sabemos da responsabilidade social em educar crianças e jovens para lançarem um olhar de amor e tolerância aos diferentes, mas jamais podemos promover as diferenças como a desconstrução de sua essência.

Encontram-se, nessa desconstrução, os transtornos emocionais considerados endógenos. É o caso da esquizofrenia, que pode ou não se manifestar durante a vida do indivíduo, apesar da probabilidade constitucional-genética. A eclosão franca da doença dependerá de um complexo conjunto de circunstâncias psicossociais. Também a predisposição à depressão poderia ser entendida por meio desse mecanismo, assim como outras condições psicopatológicas de comprovada concordância familiar.

Devemos deixar claro que não podemos admitir qualquer tipo de violência contra a pessoa humana nem contra os adeptos de outras religiões que não sejam hegemônicas. Precisamos ensinar o respeito à diversidade humana e não promover a degradação cultural. Esta função é da sociedade e da igreja: ir na contramão da revolução cultural que fortalece a resistência aos verdadeiros valores da humanidade.

Igualdade não se conquista pela via da manipulação da verdade, muito menos pela violência moral ou pelo discurso de ódio contra os que não aceitam mentiras que embasem a teoria queer, o gênero neutro ou a transgeneridade. Essas ideias, que fazem parte da

ideologia de gênero, não podem ser promovidas na sociedade, nem podemos dar atenção a esses discursos. Temos de ignorá-los.

Todos nós, responsáveis pela educação dos filhos, no nível de ensinamento doméstico, queremos uma educação científica sobre o conhecimento humano, não conhecimento manipulado pela subjetividade de "pseudorrevolucionários" que, como a própria história mostra, expressam, muitas vezes, desajustes em suas próprias personalidades.

Carrie Paechter, autora do livro *Meninos e Meninas*, diz: "A distinção entre homem e mulher é básica para a compreensão de nós mesmos enquanto seres humanos"[12]. Ela regula a maneira como os indivíduos são tratados, os papéis que desempenham na sociedade e as expectativas sobre o modo de comportar-se e sentir-se. Vejamos o que dizem os textos em Deuteronômio 22.5 e Romanos 1.26:

> *Não haverá trajo de homem na mulher, e não vestirá o homem veste de mulher; porque qualquer que faz isto abominação é ao SENHOR, teu Deus.*
>
> *Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza.*

18.9 Multiplicidade de gênero: uma construção do movimento feminista LGBTTs

Em meio a contradições e lutas dentro do próprio movimento feminista, que se ocupava em descrever as diferenças entre homens e mulheres no início, algo precisa ser discutido, como a promoção da transexualização cultural. Nos primórdios, a luta era em defesa dos direitos das mulheres e da busca pela igualdade, que dava sentido às diferenças biológicas entre os gêneros masculino e feminino — homem (macho) e mulher (fêmea).

Nessas últimas décadas, com a apologia do movimento da teoria queer, defendida pelo feminismo liberal de gênero e dos movimentos LGBTTs, criou-se um paradoxo, e devemos, enquanto sociedade, repensar nesses movimentos que estão tornando-se cada vez mais intolerantes. Eles usam o vitimismo e a desonestidade intelectual como armas para discriminar e promover uma guerra entre os sexos e entre quem não aceita suas ideologias.

É válido frisar que o movimento de promoção do "gênero trans" traz implicações que enfraquecem a luta pelos direitos das mulheres, a partir do momento que não se sabe mais o que é ser mulher ou homem. Se defendermos as diferenças sexuais e o papel de cada um na sociedade, ou se defendermos o "sentir-se" e o "dessentir-se", as questões envolvendo essa relação ainda não serão totalmente resolvidas.

A discriminação e a distribuição do "poder" na sociedade baseiam-se nas diferenças entre feminino e masculino e nas relações sociais construídas na história das mulheres e do movimento feminista, sobretudo a partir das últimas décadas do século 20. Entendemos que as transformações foram necessárias e que uma nova consciência de proteção à mulher surgiu, até mesmo pela estatística de violência contra elas, que ocorre pela sua fragilidade sexual, hoje quase proibida de ser exposta.

No início, o movimento feminista buscava direitos igualitários, liberdade sexual, equiparação salarial à dos homens, proteção à mulher e à sua maternidade e lutava contra a opressão da sociedade contra a mulher, a favor do voto etc. Queimados os sutiãs na década de 60, ainda há um mal-estar em reconhecer que a mulher conquistou o que almejava e, se conquistou, por que a violência tem aumentado? O movimento falhou?

Há muito descontentamento. Vários estudos sobre a negativa em alcançar os objetivos propostos ideologicamente pelos movimentos feministas tentam encontrar o motivo pelo qual, apesar de todos os direitos legais e sociais conquistados, a mulher ainda continua sujeitando-se, simplesmente, a ser mulher e a desempenhar papéis rejeitados pelo mundo do ativismo feminista.

Alguns líderes, historiadores do tema, sociólogos e psicólogos, não aceitam e não entendem a mulher realizada por reconhecer seu papel na sociedade de fêmea (mulher), esposa de um homem só, apaixonada, que faz exceções pelo bem da família e de seu marido, que quer ser mãe, sofre por não querer abortar, gosta de ser dona de casa ou simplesmente assume seu papel biológico inscrito na natureza humana.

Há uma luta declarada de classe entre o próprio movimento feminista, que perdeu seu foco quando assumiu a luta dos transgêneros, por exemplo, em pé de igualdade como a mulher sentida, tornada e nascida. Isso é paradoxal, já que o sentimento não é igual, pois ninguém sabe como a pessoa se sente, a não ser o indivíduo em questão. São sentimentos totalmente dicotômicos e, embora se busque igualdade pela aparência, são apenas superficiais.

Nossa luta por direitos sociais e igualitários sempre se justificou pelas diferenças entre os sexos. Foi exatamente por essas diferenças que se buscou a igualdade de direitos, que, hoje, com essa ideologia de gênero, com a promoção da “teoria queer do sexo neutro”, é totalmente negligenciada ou banalizada, fazendo com que o ponto de partida se perca e fique sem referência.

Os movimentos sociais, em apoio à mulher, são manipulados por feministas liberais, estão sem rumo e perderam o objetivo, porque tiraram o foco da mulher e passaram a enfatizar a multiplicidade de gêneros. A mulher perdeu seus defensores e vem perdendo seus direitos. A formação social sempre foi estruturada na divisão dos sexos pelas suas lógicas, evidências e características.

Na contemporaneidade, são várias as dificuldades, e temos de reconhecer que muitas posições que o movimento feminista quer que as mulheres ocupem nem sempre têm o intuito de valorizá-las, mas de desfazer socialmente as diferenças, propagando a mulher masculinizada como um direito.

Os movimentos feministas, em todas as suas vertentes, estão sempre descontentes. Eles reconhecem o avanço da participação da mulher no mercado de trabalho e na política; entretanto, acreditam que ela é induzida a exercer profissões femininas.

“Até hoje impera o preconceito de que as mulheres foram feitas para desempenhar tarefas secundárias.”[13] Essa referência, que se costuma usar, é de 1988. Quase 30 anos se passaram, o que nos faz acreditar que os movimentos feministas vivem no passado e não

enxergam o presente.

A maioria das mulheres consome produtos de beleza. Se elas os utilizam é porque gostam de serem admiradas. O próprio feminismo trata a mulher com preconceito e nega a sua inteligência quando tenta usar a beleza como algo contrário à inteligência. Por acaso as duas não podem viver juntas, beleza e inteligência?

No entanto, esses são pensamentos retrógrados, de mais de trinta anos. Hoje, a mulher culturalmente sabe o poder que tem e administra a sua beleza com a inteligência. Isso é poder, sim, ter elegância no trabalho. Por que não podemos fazer-nos respeitar, sendo bonitas, elegantes e inteligentes?

Dizer que, ao homem, basta a inteligência e, a nós, a beleza insiste nesse pensamento, como se quisesse fazer a sociedade acreditar que ainda é assim que as pessoas pensam. Isso é ignorância, manipulação, desmerecimento da própria luta e um grande preconceito do feminismo.

As coisas mudaram, e as mulheres aprenderam a defender-se e a valorizar-se em sua condição de mulher. Somos, nós, mulheres, que gostamos de ser elogiadas e reconhecidas em todas as nossas qualidades. Buscamos essa máxima, porém, o que mudou é o fato de que aprendemos a fazer-nos respeitar.

Os homens aprenderam a reconhecer essa verdade. Podemos construir juntos esse respeito, sem precisar vestir-nos como homens, muito menos com vulgaridade, não por causa deles, mas por causa de nós mesmas. Temos autoestima, por isso, preocupamo-nos tanto com a moda. Somos mulheres, simples assim.

Muitos aspectos culturais foram mudados e ressignificados. Ocupamos lugares antes destinados aos homens, e a reciproca é verdadeira, homens também ocupam lugares que antes eram somente tidos como femininos. Graças a esse discurso feminista liberal sem sanidade, começou-se a desconstruir a figura masculina, com o intuito de estabelecer a igualdade.

O discurso que coloca em dúvida a masculinidade do homem, obrigando-o a reafirmar sua virilidade — e esta somente é construída socialmente —, descarta toda a seleção sexual da teoria da evolução, bem como todo senso comum, e as ciências destacam certos comportamentos como típicos do sexo, ou seja, o papel biológico existe, ainda que tentem desconstruí-lo.

Essa manifestação coloca o homem contra a feminilidade da mulher, e vice-versa, e a ditadura de “gênero trans” começa a delinear-se e a fortalecer-se por meio desses pensamentos desconstrucionistas liberais, como enfatiza Bourdieu: “A virilidade é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”[14].

Mesmo com a liberdade sexual alcançada, a neurose do feminismo contemporâneo ainda manipula o discurso e faz a sociedade acreditar que haja um controle sobre a sexualidade feminina, exercida social e culturalmente, e que ela é a grande responsável

pela ignorância de inúmeras mulheres sobre seus corpos.

Precisamos reconhecer que a repressão sexual existe. Entretanto, ela não se apresenta hoje com a mesma força de décadas passadas. A mulher não pode dizer, socialmente, que tem prazer em ser leal ao marido, pois isso é entendido, pelas feministas, como submissão, opressão. Se a mulher fala, com prazer, em ser boa esposa, já é acusada por LGBTTs e feminazis como machista.

Até quando a mulher admitirá sentir prazer nessa relação doméstica (na qual existe um provedor e uma mãe dona de casa) que, para esses ditadores, é retrógrada. Daí, então, vem o discurso de mais um prazer significado pelo domínio masculino, como se, nós, mulheres contemporâneas, fôssemos pessoas despersonalizadas, incapazes de ter nossas próprias opiniões.

Essas generalizações apenas vendem discursos de ódio e deixam-nos reféns do movimento político feminista que, na realidade, precisa vender opressão para ganhar seus milhões. Em seus discursos, focam sempre as virgens e o cristianismo, ou seja, a manutenção da pureza das garotas acusadas de preconceito.

Não percebem que o movimento feminista é preconceituoso e opressor, quando, ao generalizar, nega o direito de as meninas quererem, por vontade própria, continuar virgens. A opressão está em forçá-las a terem relações sexuais para dar uma resposta ao feminismo liberal. Isso não é respeito à sexualidade da mulher, e sim invasão de privacidade. É um tipo de censura de preconceito, isto é, uma violência moral.

18.10 As feministas contemporâneas apegam-se a determinados textos para fortalecer sua luta de preconceito contra os homens e o cristianismo

Carla Bassanezi afirma que “os manuais instrutivos mais popularizados e os artigos de revistas femininas que tratavam do tema não falavam em prazer, mesmo para as mulheres casadas, e sim em realidade a ser enfrentada, missão a ser cumprida”[15].

A desonestidade intelectual e a generalização dos discursos parecem preparados apenas para a manutenção de tabus vencidos exaustivamente pela igreja há anos. Essa insistência em viver de passado e não reconhecer os avanços das próprias lutas tem desacreditado as políticas em favor das mulheres. Construir políticas públicas, ações com motivação desonesta, com artigos tendenciosos e pesquisas falsas, é um atraso.

Todas essas dificuldades em reconhecer os avanços de grupos contrários ao movimento feminista são, de certa forma, preconceituosas e servem apenas para a manutenção das eternas “lutas de classe” simbolizadas aqui pela luta entre os sexos e contra o conservadorismo, ou seja, contra os cristãos. O que se pretende é ter sempre o controle social por meio das guerras sociais e de interesses.

Para o conhecimento das feministas, há uma infinidade de artigos, matérias, ministérios de casais, de mulheres, que buscam vencer esses tabus e fazer a mulher compreender que o prazer sexual é um direito, e não uma obrigação. Todavia, reconhecer essa máxima é admitir que o maior trunfo para manterem a luta e serem beneficiadas financeiramente está

enfraquecido. Manter o cristianismo como conservador e opressor gera lucros em todos os sentidos.

Por outro lado, se todos os direitos sociais igualitários foram alcançados, por que isso não significou o fim da opressão feminina? Porque as estatísticas de violência têm aumentado? O movimento feminista tem de olhar para sua própria história e reconhecer seus erros, que são bastante numerosos.

Um deles, e o mais grave, foi o caminho escolhido para descartar toda a verdadeira essência feminina, promovendo uma crise de identidade da mulher, desacreditando na dicotomia entre os sexos masculino e feminino. Hoje, a mulher tem de conviver com essa crise criada pela militância ideológica de que ela é construída socialmente, buscando romper com o domínio masculino.

Começaram a pressupor que a identidade feminina é socialmente construída. Os interesses femininos foram divididos, e passou-se a questionar se esse atual movimento, que divulga que mulher se torna independente de seu sexo, não rompeu com a prática de opressão da mulher, e sim com a geração de outro tipo de opressão.

O homem está invadindo o mundo da mulher. O mundo masculino tem sido invejado pelo seu poder, e esse poder tem seduzido as mulheres que já não se sentem confortáveis com sua condição, pois as ideologias as têm alienado, induzido algumas a crerem que não apenas podem igualar-se ao homem, mas ser o homem.

Ceder a esses pensamentos, como o da filósofa Simone de Beauvoir, é contribuir com a desconstrução da mulher em sua totalidade, é perder os direitos, é esquizofrenia social. Diz a feminista, em seu livro *O segundo sexo*:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.[16]

Esse pensamento desencadeou uma revolução de desconstrução da mulher em sua totalidade. Com esses discursos, houve um racha no feminismo. Muitos não aceitam a ideia do gênero neutro e a “transexualização” dos gêneros binários (masculino e feminino). O conceito de gênero começou a mudar e a tornar-se múltiplo, como é o caso do movimento transgênero.

As lutas feministas levaram a discussões com uma perspectiva mais ampla, tendo como base de sustentação o relacionamento entre homens e mulheres, implicando a “coexistência para além das diferenças”[17]. Precisamos encontrar o equilíbrio para que as diferenças convivam em paz, sem a obrigatoriedade de uma se sobrepor a outra, já que é impossível dizer que elas não existem. De acordo com Margaret Mead:

> Insistir que não há diferenças de sexo numa sociedade que sempre acreditou nelas e dependeu delas talvez seja uma forma tão sutil de padronização de personalidade como insistir em que existem muitas diferenças de sexo.[18]

Outros movimentos não acreditaram nessa busca por equilíbrio e seguiram ignorando as

diferenças em uma busca desenfreada pelo poder masculino, que só foi alcançado com o direito de “masculinização”. Acreditavam as feministas que se masculinizando encontrariam o respeito e direitos.

As mulheres, então, permitiram-se ocupar o lugar do homem, como se elas se reconhecessem como incompetentes e adquirissem uma obsessão para assumir o lugar do homem na sociedade. No início, o que era para ser apenas simbólico virou comportamento, e começou-se a pensar em gênero independente do corpo.

Dessa forma, a repressão mudou de lugar e passou a ser exercida pela mulher contra si mesma, já que ocupou o lugar desse homem simbólico. A representação de um novo ser social gerado no movimento feminista, que, ao mesmo tempo, contradiz toda a sua luta, não poderia ser mais contraditória: para conquistar a liberdade, tem de tornar-se um homem social.

Quando se tenta romper paradigmas, novos paradigmas são criados. Quando se tenta acabar com as regras, outras regras surgem. Assim, novos tabus são gerados, e, com eles, novas formas de aprisionar as mulheres buscam libertá-las, dando-lhes um novo corpo ou uma nova mente social. O gênero liberta-se do corpo e vira um modo de relacionar-se, de sentir-se, de tornar-se.

Teoricamente, isso pode parecer lindo para a militância, porém não passa de pura manipulação de palavras a loucura do ser que não se aceita e tenta, de forma doentia, subverter ou perverter seus sentimentos, para dar uma resposta à sociedade que o aprisiona na busca por uma liberdade inexistente. A regra agora é ser feliz a qualquer preço. A pessoa faz as regras e torna-se prisioneira de si mesma em um corpo que não é seu. Simbólica ou real, a verdade não pode ser negada, ainda que pretendam negá-la.

Ser homem ou mulher, para a “contemporaneidade acadêmica” de algumas pseudociências, nada tem a ver com sexo, e sim com as relações culturais. Segundo Miriam Grossi, a discussão de gênero determina tudo o que é social, cultural e historicamente definido.

Essa discussão está em constante processo de ressignificação, em virtude das interações concretas entre indivíduos dos sexos feminino e masculino. Assim, “a sexualidade é apenas uma das variáveis que configuram a identidade de gênero, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução”[19].

Em nome do discurso da repressão sofrida pelas mulheres, desvinculou-se o gênero do sexo. Pensar na questão da mulher passou a ser uma luta além da divisão dos papéis entre os sexos e do próprio sexo. Toda discussão sobre as conquistas e as lutas femininas, sobretudo na segunda metade do século 20, está associada à obsessão da desconstrução do gênero.

Logo, esses discursos não defendem mais a mulher, e sim o homem que se “sente mulher”. A mulher assumiu o lugar simbólico do homem, sentindo-se homem. Então, o problema do empoderamento feminino foi resolvido ou criou-se uma despersonalização da mulher?

Perdeu-se o sentido do feminismo, pois o verdadeiro sentimento contemporâneo foi exposto, não para provar que todas as mulheres são iguais aos homens, mas para desconstruir a beleza das diferenças dos sexos. Algumas de nós tornaram-se homens em suas mentes e estão presas agora ao mundo masculino, com seus corpos artificiais, provando que toda mulher pode "ser homem", e vice-versa.

As mulheres defendidas hoje são as que não se sentem mulheres; e as mulheres que se sentem mulheres não o são. Onde está, então, a mulher tão defendida historicamente pelo feminismo? Lia Zanotta Machado afirma que "romper com os estudos da substancialidade do que é a mulher e do que é o homem, e romper com a determinação do biológico sobre o sexo, é construir um novo paradigma, os estudos de gênero"[20].

O gênero passa a ser difundido como uma construção social e histórica, que define a masculinidade e a feminilidade e os padrões de comportamento, aceitáveis ou não, tanto para homens como para mulheres. Ele passa a referir-se ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser homem ou ser mulher. De acordo com Joan Scott:

> Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. É uma forma primeira de dar significado às relações de poder.[21]

Atualmente, a maior de todas as batalhas do movimento feminista é alcançar de novo a consciência individual e coletiva de homens e mulheres sobre a sua situação real, produzida por um novo ideal de cultura. Resolveu-se o problema das desigualdades, colocando-as apenas no plano psicológico e social.

A história dos movimentos feministas comprova que, em seu radicalismo, houve duros combates contra a essência da mulher como mãe, esposa e dona de casa. Teorias feministas foram construídas para defender que ser mãe e esposa era uma opressão machista exercida sobre a mulher.

A verdade dessas afirmações está evidente nas palavras de Simone de Beauvoir, uma das mais importantes teóricas do feminismo: "Enquanto a família, o mito da família, o mito da maternidade e o instinto maternal não forem destruídos, as mulheres continuarão a viver sob opressão".

A tentativa de igualar homens e mulheres eliminando as diferenças significa perdas sociais e de direitos. Estamos desperdiçando as potencialidades. A categoria gênero e sua perspectiva de análise centrada nas relações sociais se mostram fundamental para a sociedade do século 21.

18.11 O verdadeiro "empoderamento" da mulher foi dado primeiro por Deus, uma máxima rejeitada pelo feminismo

> Empoderamento é um conceito que só tem serventia para quem vê o mundo de uma perspectiva de luta entre os opressores e os oprimidos, que, por meio de uma falsa aparência de luta pela igualdade, esconde o desejo de domínio. Empoderar-se,

segundo essa lógica, é tomar o poder, é lutar para colocar-se como o centro que controla o entorno com objetivos políticos e ideológicos.[22]

O termo *empoderamento* destacou-se na Conferência Mundial sobre a mulher em Pequim, promovida pelas Nações Unidas em setembro de 1995, em que foi adotado como uma das três inovações que possuíam capacidade para dar um novo alcance ao movimento feminista, juntamente com as ideologias de gênero e a visão de transversalidade.

A ideologia, que se aproveita de algumas demandas femininas e as instrumentaliza, esconde-se em um texto que defende o aumento do poder e do desenvolvimento feminino e transforma essas demandas em pauta de revolução cultural, desestimulando as atitudes legitimamente femininas e substituindo-as por condutas revolucionárias.

Com discurso incentivando a subversão, o movimento declara que nenhuma mulher deveria ter autorização para ficar em casa e cuidar de crianças. Afirma, inclusive, que elas não deveriam ter essa opção, porque, se tal escolha existir, muitas mulheres a seguirão, ou seja, entende essa opção natural como uma maneira de forçar as mulheres a seguirem certa direção.

Quando movimentos que lutam pelo empoderamento da mulher discursam em todas as esferas sociais, o objetivo principal não é proteger, e sim politizar todos os assuntos, induzindo-os às suas políticas, e não às da maioria da sociedade. Fazem com que as mulheres desavisadas defendam causas com aparência de fraternidade que, na verdade, escondem a verdadeira cara do feminismo. Em Mateus 23.27,28, diz:

> *Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Pois que sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora realmente parecem formosos, mas interiormente estão cheios de ossos de mortos e de toda imundícia. Assim, também vós exteriormente pareceis justos aos homens, mas interiormente estais cheios de hipocrisia e de iniquidade.*

O movimento feminista é hipócrita, pois, ao mesmo tempo em que fala em direito das mulheres, tira o direito de elas nascerem; quando defendem exaustivamente o aborto, algumas feministas chegam a lucrar com a venda ilegal de Cytotec, medicamento abortivo.

Esse discurso de que a mulher é subjugada ao domínio sexista patriarcal já perdeu o foco. O curioso é que, historicamente, essa postura escravizou as mulheres, transformando-as em objeto sexual, culpando-as pela fertilidade e matando seus filhos — pelo aborto ou por não permitir que fossem concebidos. No fundo, é uma postura que se rebela contra a vontade de Deus. Quero chamar atenção para uma máxima: as mulheres não estão mais conquistando espaço, mas, sim, perdendo poderes. Quando igualamos a mulher biológica à “mulher trans”, não somente causamos confusão social, cultural e jurídica como confundimos as pautas femininas. Não somos mulheres porque usamos salto ou vestidos, somos mulheres porque nascemos assim, nossa condição é confirmada pelo sexo de nascimento, pela história, pela moral, pela ciência, pela nossa biologia, genética, por nossos cromossomos, aparelho reprodutor, hormônios e por todas as diferenças visíveis, externas e internas. É um conjunto de vários fatores que nos marca, não apenas o social. Confundir a pauta das mulheres com a das trans é um retrocesso em

toda a história de conquista de direitos das mulheres.

Com isso, por tantas ideologias políticas e por esse misticismo cercando a “causa”, algumas mulheres cristãs têm se afastado desse maravilhoso aspecto da sua natureza. A mulher cristã não deve aceitar ser empoderada segundo o conceito feminista, porque *o poder pertence a Deus* (Sl 62.11). Ela tem uma característica que ultrapassa qualquer ideologia: a virtude (Pv 31.10).

O verdadeiro empoderamento é dado por Deus em Sua Palavra. O mesmo Deus, acusado pelas feministas de ser preconceituoso com as mulheres, na verdade, foi a primeira pessoa na história da humanidade a dar empoderamento verdadeiro à mulher. Ele deu-lhe inteligência para assumir qualquer posição na sociedade e ser respeitada.

A mulher cristã é forte o suficiente para não cair em ideologias que ecoem a sedução da serpente no jardim do Éden. O verdadeiro empoderamento da mulher é descrito em Provérbios 31.10-31, que serve para ensinar as feministas que tentam imputar a Deus o rótulo de machista. Vejamos o texto bíblico:

> *Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor muito excede o de rubins. O coração do seu marido está nela confiado, e a ela nenhuma fazenda faltará. Ela lhe faz bem e não mal, todos os dias da sua vida. Busca lã e linho e trabalha de boa vontade com as suas mãos. É como o navio mercante: de longe traz o seu pão. Ainda de noite, se levanta e dá mantimento à sua casa e a tarefa às suas servas. Examina uma herdade e adquire-a; planta uma vinha com o fruto de suas mãos. Cinge os lombos de força e fortalece os braços. Prova e vê que é boa sua mercadoria; e a sua lâmpada não se apaga de noite. Estende as mãos ao fuso, e as palmas das suas mãos pegam na roca. Abre a mão ao aflito; e ao necessitado estende as mãos. Não temerá, por causa da neve, porque toda a sua casa anda forrada de roupa dobrada. Faz para si tapeçaria; de linho fino e de púrpura é a sua veste. Conhece-se o seu marido nas portas, quando se assenta com os anciãos da terra. Faz panos de linho fino, e vende-os, e dá cintas aos mercadores. A força e a glória são as suas vestes, e ri-se do dia futuro. Abre a boca com sabedoria, e a lei da beneficência está na sua língua. Olha pelo governo de sua casa e não come o pão da preguiça. Levantam-se seus filhos, e chamam-na bem-aventurada; como também seu marido, que a louva, dizendo: Muitas filhas agiram virtuosamente, mas tu a todas és superior. Enganosa é a graça, e vaidade, a formosura, mas a mulher que teme ao SENHOR, essa será louvada. Dai-lhe do fruto das suas mãos, e louvem-na nas portas as suas obras.*

Deus compara a mulher virtuosa a pedras preciosas. Essa mulher, ao contrário do que dizem as feministas, trabalha por vontade própria, pode ser dona de uma tecelagem e tem felicidade por meio das obras de suas mãos. Ela dá ordem em sua casa e aos empregados e trabalha para manter seus negócios em dia. Deus a vê como forte, capaz de realizar muitas tarefas iguais às dos homens.

Nesses versículos, fica claro Deus confia na capacidade intelectual e física da mulher e na sua prudência. Ele lhe dá plenos poderes. As mãos dela são importantes, pois exercem outras funções além de ostentar um anel de diamantes. Elas são feitas para trabalhos manuais. A mulher virtuosa não tem medo de adquirir habilidades para servir à sua família

e construir um patrimônio. Ela pode ser uma artesã ou uma grande empresária do ramo de customizações, por exemplo.

Essa mulher empoderada por Deus estende sua mão aos necessitados, é corajosa, ama e cuida de sua família, Além de ser tão importante para Deus que seu marido é conhecido por causa dela. Tem honra e força em sua condição e é feliz como mulher, porque pode transitar em todas as profissões e, ainda, enfeitar-se e ficar linda para si, para a sociedade e para sua família.

A mulher cristã jamais foi oprimida. Foi a sociedade machista que a aprisionou, não os valores cristãos. Ela não envolve em contendas com o movimento feminista para ser respeitada, muito menos com política pública. Faz suas regras, estuda, trabalha, é elogiada na sociedade, amada pelos seus filhos, pelo seu marido e louva a Deus por sua vida. Ela se submete ao Senhor com amor e alegria, pois tem tudo de que precisa, em todas as suas funções.

Além disso, a mulher virtuosa se preocupa com seu interior, sua saúde mental, sua inteligência, e, por causa de sua fé e seu comportamento voltado para Deus, ela é simplesmente louvada por todos e por Ele. O Senhor sempre a deixou livre para ter e fazer o que deseja.

Portanto, o texto de Provérbios 31 traz orientações sobre como a mulher pode trabalhar em várias áreas, contrariando as feministas que afirmam que o cristianismo sempre as limitou e oprimiu, principalmente no mercado de trabalho. Infelizmente, as “doutoras pseudointelectuais” falam do que não conhecem, nem ao menos fazem questão de conhecer.

Deus fez mulheres diferentes de homens. As Escrituras não proíbem que mulheres exerçam atividade profissional. Na verdade, a mulher virtuosa de provérbios 31 está envolvida em vários empreendimentos. Deus nos mostra que sempre promoveu o bem-estar da mulher, capacitando-a para o trabalho e para a família. Sua força lhe foi dada para trazer glória a Deus por meio das diferenças femininas.

O feminismo declarou que conseguir algo era a única medida de sucesso que mereceria o respeito dos outros. As mulheres que acreditavam nesse mito viram-se competindo desesperadamente com os homens. Todavia, a mulher empoderada por Deus é a que deixará marcas na humanidade pela sua conduta e sua prole.

Muitas mulheres operam sob as perspectivas irreais de si mesmas e sentem-se fracassadas por não realizar esse modelo de grandeza. Porém, Romanos 12.3 diz: *Cada um dentre vós que não saiba mais do que convém saber*. Não temamos ser normais como se houvesse algum estigma.

As feministas declararam guerra ao conceito de gênero. As qualidades que marcam mulheres como femininas foram julgadas como estúpidas e fracas. Já as masculinas foram consideradas valiosas. O texto em 1 Coríntios 11.7 diz que o homem é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem. Feminilidade não é fraqueza, é coroa gloriosa magnífica sobre a humanidade.

Para as feministas, a única maneira de alcançar a igualdade dos sexos era acabar com as distinções de papéis. Então, a sociedade tinha de acabar com as distinções de gênero. Mulheres abraçaram valores masculinos, e homens foram encorajados a adotar características femininas. Isso resolveria o problema, mas não foi o que aconteceu.

Mulheres, lutem pelo seu real direito de serem respeitadas como mulheres, mães, esposas e defensoras da vida e da família! A harmonia e o poder dos sexos estão nas diferenças. O Senhor criou a mulher para completar o homem, não para competir com ele ou ser uma cópia dele.

Quando Deus falou em Genesis 1.28 NTLH: *Tenham muitos e muitos filhos; espalhem-se por toda a terra e a dominem. E tenham poder sobre os peixes do mar, sobre as aves que voam no ar e sobre os animais que se arrastam pelo chão,* Ele usou os verbos no plural.

Isso mostra que o Senhor deu ordem ao homem e à mulher para que conquistassem e dominassem a terra, mostrando a importância dessa parceria. Deus deu poder de igualdade a bens materiais, posições sociais, direitos civis etc. Porém, ao homem foi dada a função de líder espiritual, não para ser cabeça, pois a cabeça do Corpo é somente Cristo.

Alguns homens, por falta de entendimento e estrutura psicológica, confundem esse ministério por machismo e preconceito, e a mulher tem lutado contra essa falsa interpretação bíblica e buscado seu direito de ser aceita, amada, respeitada e protegida, ao mesmo tempo em que busca ser útil, podendo desenvolver seus dons e talentos.

O perigo está no desequilíbrio e na falta de sabedoria e conhecimento da mulher, pois, nessa busca incessante por direitos, muitas têm se perdido em sua identidade e se eximido de desempenhar seu papel dentro do ministério de Jesus Cristo. É por essa desconstrução da mulher que lutam as feministas. Querem tirá-la do centro da vontade de Deus, no qual não acreditam e o qual, para elas, não nos representa.

As grandes conquistas da mulher dentro da igreja são influências, de certa forma, positivas. Ela tem a liberdade de exercer seu ministério, é aceita e respeitada socialmente pelo homem cristão e a não admite opressão sexual. Logo, surge mais abertura para cooperar com os movimentos sociais masculinos, o que é visto dentro da igreja com bons olhos.

É importante que a mulher, mesmo que esteja no comando, procure ser sábia, a ponto de não descaracterizar seu papel feminino, e não assuma mais responsabilidade do que realmente tem. Além disso, no desespero de querer pertencer a esse novo universo, antes exclusivamente masculino, ela não deve perder o controle e atrair para si estresse desnecessário e luta espiritual que não sejam chamados de Deus para ela cumprir.

Somos capazes de fazer muito mais do que imaginamos, porém, temos de ter senso crítico e não nos influenciar pelos modismos que só atrapalham nossas conquistas. Se cumpríssemos os dois maiores mandamentos de Jesus, jamais precisaríamos lutar para sermos respeitadas, pois o amor de Deus garante esse direito. Se isso não está acontecendo, é porque o ego do homem não tem permitido. Em Marcos 12.30,31, diz:

Amarás, pois, ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças; este é o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes.

Por mais que as mulheres tenham seu ministério, preguem e conquistem vitórias, na igreja local, a autoridade espiritual é do homem. Ele pode exercer, com menor frequência, a função de pregador, mas deve ser respeitado por toda a congregação e por sua família como líder espiritual. Se essa liderança for exercida em amor e respeito, será entendida e aceita por toda mulher, por mais liberal que seja.

Podemos ser mulheres proativas, mas femininas, sem ferir princípios, e devemos gritar pelos quatro cantos da terra que ser mulher é bom e gratificante. Somos felizes por ser mãe e esposa e por ter um homem que nos ama e nos protege. No entanto, nossa felicidade nunca deve depender do outro, mas de nós mesma e de Deus.

O sonho de toda mulher é ser amada e respeitada pelo homem que ela ama. Isso é e tem sido nossa maior luta e conquista. Essa verdade emocional prova que Deus criou o homem e a mulher para completarem um ao outro. *E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom* (Gn 1.31).

18.12 Uma grande perda para o feminismo liberal

A ex-feminista Sara Winter causou impacto na sociedade. Conhecida em todo o mundo como representante do movimento FEMEN no Brasil, essa jovem, antes apologista do aborto, defendia todas as bandeiras subversivas do movimento. Recentemente, causou desconforto entre o movimento mundial, pois apareceu na mídia contradizendo seus discursos e desconstruindo e denunciando todo o feminismo como se apresenta na atualidade.

Sara demonstra sua felicidade por estar apaixonada por um homem e por ter dado à luz um lindo menino, que ela chama de XY, fazendo uma crítica à ideologia de gênero. Ela desmontou o movimento feminista e trouxe esperança a todas as mulheres que estão sendo enganadas por ele, o qual, há muitos anos, perdeu seu foco. Por esses motivos, tem sido duramente criticada pelo movimento que promovia, sendo agora conhecida como traidora.

Em seu artigo *O feminismo brasileiro não me representa mais*, Sara declara sua insatisfação acerca do feminismo brasileiro. Para ela, as feministas são egocêntricas e exigem a desconstrução de privilégios. Em alguns pontos, até concorda com o posicionamento delas em relação ao estupro e ao assédio, quando a sociedade atribui a culpa à mulher.

Um dos motivos por que Sara afastou-se do feminismo foi o fato de ele, para ser pós-moderno e revolucionário, apoiar “homens que se dizem transgêneros e inventam mil novos gêneros”[23]. Ela afirma que alguns desses homens apoiam a pedofilia, a zoofilia e o incesto. Além disso, critica as feministas que incentivam e defendem mulheres que abortam.

Outra razão pela qual Sara distanciou-se do feminismo ocorreu por causa da aceitação e

da valorização apenas das mulheres de esquerda. Sara defende a igualdade das mulheres, independente de serem da esquerda ou da direita. Ademais, ela também ressalta que muitas feministas debocham de mulheres cristãs e não aceita que diminuam a pessoa por causa de sua religião.

Por todas essas problemáticas, ela e mais duas amigas resolveram criar o Movimento Pró Mulher, que acolhe as mulheres que são ou não religiosas, que entendem ou não de política, mas que sentem vontade de lutar pelo fim da violência contra a mulher.

Em outra publicação, *Eu me arrependi de ter abortado e hoje peço perdão*, a ex-feminista fala da beleza de ser mãe e pede perdão à sociedade e a Deus por ter abortado. Ela conta que, após o nascimento de seu filho, sua vida ganhou um novo sentido. Também ressalta que o feminismo jovem e online brasileiro é composto, em sua grande maioria, por mulheres que ainda não conseguiram desconstruir sua rivalidade.

De acordo com ela, um dos maiores problemas promovidos por algumas feministas é o incentivo ao aborto como forma de empoderamento da mulher. Em seu relato, cita como as mulheres se organizam para distribuir Cytotec e conta sua infeliz experiência com o uso desse medicamento abortivo.

Em seu perfil social, ao expor suas experiências, foi atacada por feministas que disseram que a decisão em abortar foi tomada por ela e que suas declarações estavam denegrindo o movimento. Apesar de tudo o que passou, Sara afirma que o feminismo deveria concentrar-se mais em salvar as mulheres, sem colocar a vida delas em risco.

Ao fim de seu relato, a jovem concluiu que tudo o que viveu serviu para que ela se posicionasse contra o aborto e escreveu: “Para as feministas que continuam incentivando outras mulheres a abortar, eu imploro: Parem! Militem de outras formas, não sejam parte responsáveis pela desgraça de outro ser humano”[24].

Portanto, meditemos em Lucas 19.40: *Digo-vos que, se estes se calarem, as próprias pedras clamarão.*

Referências bibliográficas

1. Disponível em: https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/sistema-sexogenero/
2. Rubin G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo; 1993. p. 22.
3. Ibidem, p. 20.
4. Ibidem, p. 21.
5. Ibidem, p. 01.
6. Scott J. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1999.
7. Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa_tres3.htm
8. Disponível em: http://notasdeaula.org/dir7/filosofiadodireito_09-06-11.html
9. Water MA. La revolución socialista y La lucha por La liberación de La mujer. In: Trotski, Leon. Escritos sobre la cuestión femenina. Barcelona: Anagrama, 1977; p. 133.
10. Shapiro J. Anthropology and study of gender. In: Soudings, an Interdisciplinary Journal. 1981;64(4): 446-65.
11. Disponível em: http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Cultura-e-Ideologia/398366.html
12. Carrie P. Meninos e meninas. Artmed. 192 p.

13.Leitão EV. A mulher na língua do povo. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; 1988.

14. Bourdieu P. A dominação masculina. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2007.

15.Bassanezi C. Mulheres dos anos dourados. In: História das mulheres no Brasil 2. ed. São Paulo: Contexto; 1997.

16.Beauvoir S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1980.

17.Muszkat M. Identidade feminina. 3. ed. Petrópolis: Vozes; 1985.

18.Mead M. Sexo e temperamento. 2. ed. São Paulo: Perspectiva; 1979.

19.Grossi M. Gênero, Violência e Sofrimento (coletânea). Cadernos Primeira Mão. Florianópolis: PPGAS/UFSC; 1995.

20.Machado LZ. Gênero: um novo paradigma? Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero; 1998.

21.Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 1995. p. 71-99.

22.Disponível em: http://modaemodestia.com.br/feminilidade/porque-mulheres-cristas-nao-sao-empoderadas

23.Disponível em: https://pt-br.facebook.com/sarawinter13/photos/a.148917918651997.1073741827.148916071985515/424691861074600/?type=3

24.Ibidem.

Capítulo 19

DARWIN | SELEÇÃO SEXUAL DAS ESPÉCIES VERSUS IDEOLOGIA DE GÊNERO

Existem muitas diferenças sexuais e biológicas entre homem e mulher. Portanto, a promoção da identidade transgênero significará o caos social e causará um colapso na natureza.

Não tenho a pretensão de esgotar o assunto ou dar aulas de teoria da evolução, travando debate sobre sua veracidade, mesmo porque sou criacionista quanto à origem do homem. Entretanto, vejo com total interesse a "seleção sexual das espécies", que, hoje, é duramente criticada por movimentos feministas e LGBTTs. Pesquisei a raiz dessa "parte" da teoria e entendi claramente que, se os doutrinadores da multiplicidade sexual são contra alguma tese ou ciência, é porque a mesma não se deixa manipular por suas novas interpretações subjetivas e pautadas na subversão sexual.

Quero dar ao leitor argumentos teóricos para discussão e debate, deixando claro que, com base na teoria da evolução referente à escola e à seleção do parceiro sexual, a aproximação positiva é pelas diferenças, pelo papéis sociais e sexual inscritos na natureza, ao contrário do que apregoa a ideologia de gênero com a teoria *queer*.

A referência de nascimento é heterossexual e se expressa na natureza humana e animal, ainda que tentem questionar socialmente. Assim, o "sentir-se" homem ou mulher, a condição de macho e fêmea, é expressa na natureza, com papéis biologicamente inscritos, e não apenas como maneiras de relacionar-se socialmente, como defende a ideologia de gênero.

19.1 Seleção sexual das espécies

Segundo a teoria de Darwin da evolução das espécies,[1] quando se fala da seleção sexual, a teoria *queer* é facilmente desconstruída, mostrando que essa ideologia é um equívoco e serve apenas aos desejos de quem a criou. Ora, não se pode promover enganos como desculpa para acabar com o preconceito e por vingança de um Deus em quem não acreditam.

Darwin definiu a seleção sexual como a "luta entre indivíduos de um sexo, machos ou fêmeas, pela posse ou conquista do outro sexo". Ele chamou de seleção sexual o processo de escolha de características morfológicas e comportamentais que levavam ao cruzamento bem-sucedido. Em 1858, a teoria da evolução por seleção natural foi publicada pelos manuscritos de Darwin e Wallace.

Segundo a teoria, a seleção sexual é responsável pela evolução de características que

dão aos organismos vantagens reprodutivas, em contraste com as vantagens de sobrevivência. Assim, pode-se explicar por que alguns traços, como ornamentos coloridos em pássaros ou plumagens coloridas da cauda de pavões, são preferidos pelas fêmeas, apesar de não indicarem nenhuma vantagem adaptativa para a sobrevivência. Digamos que, além do sexo para reprodução, os animais, embora irracionais, têm sentimentos e escolhem seus parceiros. Isso ocorre não apenas para procriação; na verdade, eles namoram, sentem prazer na sedução uns do outros, o macho vai em busca da fêmea por prazer, e vice-versa. Os papéis existem no mundo animal para contradizer a teoria humana; porém, mexer “neste mundo” causa desequilíbrio na fauna e na flora em toda a biodiversidade.

A seleção sexual das espécies afirma ainda que a seleção natural, por si só, teria excluído tais características se não fossem importantes no processo evolutivo.

Como se pode observar, Darwin comprovou em seus estudos, os quais são usados pelos mais renomados cientistas da área, que os papéis biológicos, inscritos pela biologia e pela genética, por exemplo, são fundamentais para a evolução, a manutenção do equilíbrio da natureza e sua continuidade; se assim não fosse, a própria natureza trataria de excluir essas diferenças, o que não aconteceu. Contudo, o homem tenta interferir na cultura, o que, para estudiosos do assunto, é uma violação e é o ato responsável pelo desequilíbrio da natureza.

Diz a teoria que os traços anatômicos e/ou comportamentais influenciam o sucesso de cruzamentos. Assim, os indivíduos que possuem as características que são interessantes, do ponto de vista genético, para o outro sexo são escolhidos para a reprodução. Essa tese contradiz a teoria *queer* e a sua maior propagadora, a feminista de gênero Judith Butler, além de toda a corrente pedagógica da criação de crianças em gênero neutro, que nega esse papel da biologia e da biodiversidade.

Há uma tendência de as fêmeas investirem mais em machos com caracteres interessantes para a sua prole, como a ausência de parasitas, por exemplo. É comum também os machos investirem mais na quantidade de fêmeas para reprodução. Esses são os tais papéis inscritos na biologia, atualmente negados pelas ciências humanas de maneira vergonhosa.

A natureza se impõe. Cada espécie tem seu lugar no planeta, e cada um tem sua função. Não se pode doutrinar o ser humano a revoltar-se contra sua natureza humana, pois sabemos o tamanho do desequilíbrio que isso causa na natureza. Nesse contexto, porém, os conflitos também surgirão; então, devemos ter a coragem de contradizer essa ideologia que negligencia as evidências científicas.

19.1.1 Respeito à maturação sexual do animal

Ao estudar a teoria da evolução, aprendemos também o respeito que a natureza animal tem pela maturação biológica, pela idade biológica e pela iniciação reprodutiva. Pode-se dizer que a natureza animal respeita suas crianças, enquanto os “humanos” as sexualizam precocemente, desrespeitando a maturação biológica e psicológica. Pergunto-me quem são os animais, irracionais, com quem estão aprendendo a subverter a natureza.

Somente quando a maturação sexual se completa é que ocorre o investimento

reprodutivo. Isso explica o fato de os machos se arriscarem para cruzar e os jovens desenvolverem suas características sexuais secundárias apenas quando amadurecem; afinal, se elas fossem desenvolvidas antes da maturação, os jovens sofreriam com os custos sem receberem os benefícios, os quais surgem quando os cruzamentos se iniciam.

É fantástico como a natureza sábia cuida dos seus e como é fantástico o respeito que há na natureza animal, além da ética no que se refere à reprodução. Como seria importante se os humanos tivessem esse cuidado com as crianças e respeitassem suas fases, com a responsabilidade em reconhecer que adiantar fases pode causar inúmeros problemas para a espécie humana.

Características selecionadas para o combate entre machos são denominadas caracteres sexuais secundários (chifres e cornos, por exemplo), comumente chamados de “armas”. Características selecionadas por seleção do sexo oposto são conhecidas como “ornamentos”. Estes podem surgir devido a uma preferência arbitrária por algum caráter morfológico inicialmente aumentado por deriva genética, criando, nesse processo, seleção por machos com o ornamento apropriado.

Como se pode observar, embora os amantes de Darwin tentem desprezar a teoria do criacionismo, há clara relação dessa “seleção sexual” com a criação divina. Na verdade, toda a teoria da evolução nesse contexto afirma a importância dos papéis inscritos na biologia e na natureza animal. Logo, os evolucionistas, ateístas e biologistas não podem negar essa verdade absoluta, embora se saiba que os militantes sociais ideológicos sempre o fará.

19.1.2 Seleções intrassexual e intersexual

Na seleção intrassexual, também conhecida como competição entre machos, estes competem entre si por acesso ao sexo oposto. O uso de ornamentos é então usado como um dispositivo sinalizador entre machos para criar uma hierarquia de dominância sem a necessidade de danos ou mortes. Assim, apenas quando dois machos oponentes são tão próximos, a ponto de não terem estabelecido diferenças entre si na escala de hierarquia, é que a confrontação acaba evoluindo até um ponto em que a diferença entre eles precisa ser demonstrada por meio de uso agressivo dessas ornamentações.

O processo de escolha por parte do sexo feminino de membros do sexo oposto é conhecido como seleção intersexual, também chamada de escolha de parceiro ou escolha pela fêmea. Fisher (1930) apontou que a preferência poderia estar sob controle genético e, portanto, ser objeto de uma combinação de seleção natural e sexual, assim como as características dos ornamentos que são “preferidos”.[2]

Machos competem para serem escolhidos pelas fêmeas. É importante perceber que, na seleção intrassexual, os adornos dos machos conferem vantagem reprodutiva mesmo sem a intervenção da preferência das fêmeas e de seleção intersexual. Essa vantagem é conferida por armas utilizadas no processo de resolução de disputas, como aquelas pela posse de território.

As condições que determinam qual sexo é o fator limitante na seleção intersexual podem ser mais bem compreendidas por meio do princípio de Bateman, que afirma que o

sexo que investe mais na produção da prole se torna o recurso limitante pelo o qual o outro sexo vai competir.

A natureza mostra que há diferenças entre os sexos. A interpretação subversiva e subjetiva da mente humana, associada aos conflitos de aceitação, é que desloca para a natureza animal perfeita rótulos delimitantes, principalmente quando se trata da fêmea, para tentar manipular o discurso e atribuir à natureza o rótulo de “imposição biológica”.

Algumas considerações complementares sobre o macho e a fêmea estão relacionadas a seguir:

- O contraste, entre o óvulo e o espermatozoide, no investimento nutricional do zigoto, além da capacidade reprodutiva limitada das fêmeas quando comparada à dos machos.
- Diferenças entre os sexos que são diretamente relacionadas à reprodução, não possuindo função na corte, são chamadas de caracteres sexuais primários.
- Características sujeitas à seleção sexual, que dão ao organismo uma vantagem sobre seus rivais (na corte, por exemplo) sem estarem diretamente envolvidas na reprodução, são chamadas de caracteres sexuais secundários.
- Diferenças nos caracteres sexuais secundários entre machos e fêmeas de uma espécie são denominadas dimorfismos sexuais. Alguns exemplos são chifres extremos ou padrões de coloração.
- O dimorfismo sexual é muito comum na natureza. Exemplos incluem a posse de cornos apenas por alces machos e a coloração mais brilhante nos machos de muitas espécies de aves.
- Os machos de pavão, com suas penas da cauda coloridas e elaboradas, contrastam com a ausência nas fêmeas e talvez sejam o exemplo conhecido de dimorfismo sexual mais extremo.
- Cores brilhantes e ornamentos chamativos, como os observados em muitos machos de aves, chamam a atenção das fêmeas.

As diferenças que se completam são:

- Seleção intersexual: a fêmea de pavão escolhe acasalar com o macho que apresenta a plumagem mais atraente para ela.
- Uma teoria frequentemente utilizada para resolver esse aparente paradoxo é aquela proposta por Fisher, em que tais características são o resultado de ciclos de retroalimentação positiva.[3]
- Nas espécies em que o sucesso reprodutivo de um sexo depende fortemente da capacidade de conseguir a permissão do outro para a cópula, a seleção sexual atuará no sentido de um aumento na preferência pelo caráter atraente por parte do sexo que realiza a seleção, ao mesmo tempo em que ocorrerá o aumento da característica atraente em si.

Em muitos casos, uma retroalimentação positiva de seleção sexual é criada, resultando

em estruturas físicas exageradas no macho. O exemplo mais notório desse processo é a cauda do pavão. É importante perceber que, enquanto um pavão macho apresenta sua plumagem exagerada, a fêmea tem uma preferência ainda maior por essa característica.

19.1.3 Modelo repassado para a prole

Conforme mencionado anteriormente, a fêmea do pavão desejará copular com o macho mais atraente. Assim, os machos de sua prole serão atraentes para as fêmeas da próxima geração.

A natureza modela comportamentos, e papéis sociais e sexuais são passados de geração a geração. Os machos tentarão copular com aquelas fêmeas que os considerarem atrativos, pois, assim, as fêmeas de sua prole manterão a preferência pelo seu padrão de ornamentação na geração seguinte.

Uma vez que a taxa de mudança na preferência é definida pelo maior nível médio de preferência entre as fêmeas, e que os machos desejam ser melhores do que os outros machos, há um efeito aditivo no processo cíclico, que levará a crescimentos exponenciais em ambos os sexos, desde que não seja bloqueado por outra limitação.

A natureza animal é sábia e nos ensina, concedendo-nos um diagnóstico e um prognóstico de que se essas diferenças são essenciais para a manutenção da qualidade de vida e o equilíbrio. A biologia diferencia os sexos e dá a cada um papel diferente para garantir que o mundo se desenvolva. Esse fato só será alterado e limitado se algo for bloqueado.

Pode-se concluir que, ao interferirmos na natureza e no processo de evolução da natureza animal como foi criada, poderemos limitá-la e mudar seu curso. Isso será prejudicial e terá reflexos negativos, causando um desequilíbrio e refletindo em todos os aspectos de forma negativa.

Se os estudiosos tiverem a nobreza de defender a natureza humana como defendemos os direitos dos animais, não será preciso “engolir” ensinamentos que descontroem as diferenças sexuais, colocando a humanidade em risco.

Outras teorias desenvolvidas que exaltam a existência de diferenças entre os sexos masculino e feminino, defendendo que elas são fundamentalmente importantes para a manutenção da prole e para a evolução da humanidade, são:

- Princípio do *handicap*, proposto por Amotz Zahavi, Russell Lande e W. D. Hamilton. Segundo essa teoria, o fato de o macho de uma espécie ser capaz de sobreviver até a fase reprodutiva com uma característica altamente custosa é efetivamente considerado pela fêmea como uma prova de sua boa condição geral.
- Em 1984, Hamilton e Marlene Zuk introduziram a hipótese do “macho vistoso”, sugerindo que ornamentações do macho podem servir como um marcador de saúde, por meio de um exagero dos efeitos da doença e das deficiências.
- Em 1990, Michael Ryan e A. S. Rand, trabalhando com a rã Physalaemus pustulosus, propuseram a hipótese da “exploração sensorial”, em que machos com características exageradas exercem um estímulo ao qual as fêmeas acham difícil de

resistir.

- Em 1991, Anders Pape Møller, trabalhando com as caudas de machos de andorinha, introduziu o conceito de assimetria flutuante a esse campo de pesquisa. Esse conceito, anteriormente invocado no contexto da seleção natural, baseia-se na ideia de que indivíduos com mais aptidão devem apresentar maior simetria do que indivíduos pouco aptos e/ou saudáveis.

19.1.4 Importância das diferenças entre as plantas

No fim dos anos 1970, Daniel Janzen e Mary Wilson, ao perceberem que flores-macho frequentemente são maiores do que flores-fêmea, expandiram o campo da seleção sexual para as plantas. Em 2005, também foram pesquisadas e comprovadas as diferenças e os papéis que a flor-macho e a fêmea têm na natureza, além do dimorfismo sexual no tamanho das flores. Isso reavivou a hipótese de Hermann Müller, de que flores masculinas maiores servem simplesmente para atrair polinizadores aos doadores de pólen antes que estes visitem os receptores de pólen.

Os estudos científicos, com base em experimentos e evidências, concluem fortemente que tal hipótese é verdadeira, e que esse dimorfismo pode ser explicado por seleção natural estrita em vez de seleção sexual. Contudo, apesar das provas de que essas diferenças existem e são inscritas na biologia e na genética das espécies, há os que criticam e contestam.

19.2 Feministas e LGBTTs versus teoria de seleção sexual

Um grupo de autores liderado por Joan Roughgarden, bióloga, filósofa ativista da causa LGBTT, feminista e autora de livros como *Evolution's rainbown: diversity, gender, and sexuality in nature and people* [*A evolução do arco-íris: diversidade, gênero e sexualidade na natureza e nas pessoas*],[4] tem criticado a teoria da seleção sexual, afirmando que os indivíduos não competem fortemente por oportunidades de acasalamento, e, sim, que a função do sexo é principalmente social.

19.2.1 Críticas ao ativismo do grupo de Joan por cientistas renomados

Joan e seu grupo de ativistas LGBTTs foram severamente criticados por autores renomados em função da fragilidade de suas pesquisas, cuja finalidade é tentar desconstruir a seleção sexual das espécies, que contam com *dados fatuais incorretos*. Atrevo-me a dizer que os tais "estudos acadêmicos" têm como única função desconstruir, dar uma nova interpretação às evidências científicas usando o critério do relativismo sexual, da teoria da subversão sexual e endossando de maneira fraudulenta a ideologia de gênero.

Os críticos ativistas tentam induzir a comunidade científica a crer que as ideias de Darwin sobre a seleção sexual foram fortemente influenciadas pela cultura da Inglaterra vitoriana, refletindo um viés chauvinista. É claro que, na teoria da conspiração contra a heterossexualidade, qualquer cientista ou teoria científica só são aceitos quando se propõem a desconstruir qualquer pensamento contraditório às ideias do proselitismo da

multiplicidade de gênero sexual. O objetivo, então, é tentar destruir os argumentos, por mais verossímeis que se apresentem.

Há um mecanismo doentio de defesa do ego desses “doutrinadores” transtornados, dessa ditadura que nega e tenta excluir qualquer estudo ou evidência de que estão totalmente fora do contexto da “normalidade” biológica. No caso específico de Darwim, eles se apoderam da teoria enquanto lhes serve para contestar a criação divina, opondo-se ao Criacionismo. Entretanto, no momento em que a teoria da evolução emerge para contrapor seus argumentos sociais e, em parte, tem um encontro com a verdade bíblica e a verdade científica, os ativistas passam a criticá-la fortemente, inventando dados pseudocientíficos para tentar explicar o inexplicável.

Os ativistas usam a época Vitoriana para criticar a teoria da seleção sexual de Darwin porque remete à moral e à religião; afinal, a guerra deles, na verdade, é moral e religiosa:

> A sociedade da era Vitoriana era pródiga em moralismos e disciplina, com preconceitos rígidos e proibições severas. Os valores vitorianos podiam classificar-se como “puritanos”, e na época a poupança, a dedicação ao trabalho, a defesa da moral, os deveres da fé e o descanso dominical eram considerados valores de grande importância.[5]

No entanto, a mentira precisa encontrar resistência. Como está escrito em João 8.44: … *Ele foi homicida desde o princípio, e não se firmou na verdade, porque não há verdade nele. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso, e pai da mentira.*

Nota-se que se aproxima o fim da humanidade, e há uma política mundial de desconstrução dos valores da sociedade na Terra, mudando os princípios das leis morais de Deus. O planeta está se transformando em uma verdadeira Babilônia.

Deus criou *homem* e *mulher* e os dotou de órgãos específicos e especialmente destinados à reprodução da espécie, chamados órgãos sexuais ou genitais. *Assim Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou. MACHO e FÊMEA os criou* (Gênesis 1.27). Homem e mulher possuem genitália apropriada à reprodução. Deus não criou meio termo, não criou um ser humano que, em determinado momento, pudesse assumir funções incompatíveis com a natureza do seu ser. Ele não criou um homem com possibilidades de desempenhar o papel da mulher no ato sexual, e vice-versa.

Podem manipular o quanto quiserem a Palavra de Deus por não acreditarem nele, o que é constitucionalmente um direito; porém, não se pode manipular mais a história, a natureza. Por mais que se tente reinterpretar a biologia e o DNA, o máximo que se consegue é uma construção artificial dos sujeitos e a promoção de conflitos intermináveis na busca por direitos, pois os direitos sociais e civis conquistados não alteram a verdadeira essência.

19.3 Diferenças entre os gêneros não são meras construções sociais

19.3.1 Neurologia

Médicos confirmam que os homens são extremamente lógicos e resolvem qualquer problema matemático, por exemplo, com mais desenvoltura do que as mulheres. Agir logicamente não é um talento feminino. Essa é a opinião da Neurologia, dos cientistas que investigam as diferenças sexuais no cérebro e que provam, em vários estudos, que homem e mulher nunca pensarão do mesmo jeito.

19.3.2 Cérebro

O cérebro da mulher, mais do que o do homem, é um gigantesco arquivo de argumentos – e isso é consenso entre cientistas do mundo inteiro que pesquisam a chamada cognição, a capacidade de o sistema nervoso captar informações e ligá-las entre si.

Há cerca de 10 anos, caso alguém perguntasse a um pesquisador se o cérebro masculino era diferente do feminino, a resposta seria curta e seca: o da mulher pesa em média 1.150 kg, enquanto o do homem chega a 1.400 kg.

19.3.3 Comunicação verbal

As mulheres se saem muito melhor em todos os testes de comunicação verbal. Elas aprendem novas palavras mais depressa do que os homens e usam todos os recursos do vocabulário com mais criatividade.

19.3.4 Percepção

Uma experiência realizada pela Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, provou que as mulheres são mais detalhistas. Estudos feitos na área do cérebro ligada à percepção afirmam que homens e mulheres são diferentes – elas percebem mais rápido muito mais detalhes do que eles. Há também uma evidente discrepância física ligada ao modo de agir e pensar.

Essas pesquisas não têm agradado antropólogos, psicólogos, feministas e machistas, que já se debruçaram bastante sobre o tema, produzindo teorias e mais teorias para inutilizar tais estudos, porém sem sucesso.

19.3.5 Ossos

As diferenças entre os ossos do homem e os da mulher nada tem a ver com inteligência. Os do homem são maiores do que os da mulher, inclusive os da caixa craniana.

19.3.6 Mecanismos ligeiramente diferentes

Atualmente, embora tentem contradizer estes estudos, tornando-os obscurantistas, há diversas pesquisas mostrando que cérebros masculinos e femininos têm mecanismos *ligeiramente* diferentes. Portanto, ainda que pouco, eles são diferentes, e para a ciência essas diferenças são consideráveis.

Em entrevista à revista Superinteressante, a psicóloga Doreen Kimura, professora da Universidade do Oeste de Ontário, Canadá, deseja ver até que ponto o comportamento está determinado já nas células cerebrais:

> *Daqui pra frente, não se podem avaliar as habilidades das pessoas para certas tarefas analisando apenas a sua experiência pessoal. É preciso analisar igualmente*

a predisposição biológica. Em suma, hoje em dia ninguém pode dizer que uma mulher borda muito bem só porque desde menina foi treinada para trabalhos manuais. Ora, ela borda maravilhosamente também porque tem um cérebro voltado para esse tipo de habilidade.[6]

Por mais que as feministas detestem esses estudos, não se pode incentivar a ideologia de gênero, afirmando que as pessoas são apenas construções sociais ou interações culturais, resultados dessa interação social, sem que se leve em conta todas as outras ciências que se ocupam do ser humano. Essa é uma desonestidade intelectual que pode e deve ser rejeitada. Existe uma pré-disposição biológica no ser humano quanto à sua verdadeira essência; as diferenças são sutis e por vezes gritantes, não se pode negar. O ser humano tem probabilidade de desenvolver características, inclusive sexuais, do sexo a que pertence.

Por mais que a família estereotipe uma menina, educando-a para ser uma mãe zelosa, por exemplo, seu cérebro, segundo pesquisas, já apresenta um talento especial inato e uma coordenação motora fina, como a precisão espetacular com os dedos. Há uma inscrição biológica que difere os sexos, mas essas diferenças são negligenciadas pela imposição da cultura transgênero e da cultura feminista, que está causando colapso e caos na identidade da humanidade.

A ciência prova que a influência social é posterior, pois dons para fazer artesanato, ser mãe, ser pai, trabalhar com mecânica, etc. são resultados não apenas da interação social, mas também de certas substâncias existentes no cérebro no início da vida. Segundo Doreen Kimura: “Elas alteram a organização dos neurônios, como são chamadas as células cerebrais, bem antes de a pessoa ouvir os conselhos da mãe ou notar os olhares da aprovação dos outros.”

A influência social, portanto, é posterior e, por isso, pode provocar conflitos. No que se refere à implantação da ideologia de gênero (criação de crianças sem simbolizar os gêneros, negligenciando as diferenças), os conflitos podem ser graves, causando consideráveis transtornos psicológicos. Estes, porém, são apenas um indicador, mas os sinais de disparidade aparecem cedo.

19.3.7 Cromossomos

Mulheres têm um cromossomo X no lugar em que os homens têm um cromossomo Y.

19.3.8 Hipotálamo

A área do cérebro que governa o comportamento sexual é o hipotálamo – uma estrutura escurecida e estreita na base da massa cinzenta. Em 1991, pesquisadores da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, descobriram que determinada área do hipotálamo tem diferença de tamanho e provaram que essa distinção é causada pela testosterona que circula no cérebro. A mesma equipe divulgou recentemente que, no cérebro humano, existe uma diferença similar entre homens e mulheres, só não sabem, por enquanto, se ela também aparece nos primeiros dias após o parto, motivada pelo hormônio sexual.

Segundo o neurologista Esper Cavalheiro, da Escola Paulista de Medicina, “os

hormônios sexuais não influenciam só o comportamento de reprodução, eles têm a ver com a maioria dos comportamentos em que homem e mulher diferem". Conforme estudo em ratos, foi comprovado que a falta ou o excesso dessa substância, passado o tempo, muda as características físicas dos animais, mas não altera seu comportamento. Com os seres humanos, ninguém sabe até onde vai essa influência.

Diante disso, não se pode incentivar o uso de hormônios em crianças, por exemplo, como propõem alguns irresponsáveis; afinal, a ciência comprova que eles têm influência direta nas diferenças entre os seres humanos, e não se sabe até onde podem ir essas diferenças. Esses subversivos estão "brincando de ser Deus", mudando a criação para garantir direitos humanos, transformando seres humanos em mutantes.

19.4 Homens são mais durões, mulheres são mais sensíveis

Segundo a canadense Doreen Kimura, há indícios de que os homens são, de fato, mais durões do que as mulheres, e a causa disso não estaria no hormônio sexual. Os cientistas descobriram que o hormônio **prolactina** (não sexual) ajuda o cérebro a provocar o estado do choro. Esse hormônio, fabricado no próprio sistema nervoso, é mais presente no organismo das mulheres e participa diretamente na produção de leite no período de amamentação do bebê. Essa é uma explicação do fato de as mulheres serem mais propensas ao choro.

Embora as feministas não concordem, os sociólogos questionem e os movimentos LGBTTs não aceitem, as diferenças existem e não podem ser ignoradas, pois não são somente mera construção social. Os gêneros são opostos, e os opostos se atraem; queiram ou não aceitar, o sistema nervoso central de homem e mulher é diferente.

Como surgiram tais diferenças não se sabe ao certo, embora a antropologia e o feminismo conjecturem a possibilidade da evolução da sociedade, pela divisão de trabalho, na época primitiva. Contudo, são apenas argumentos sociais para aquelas que lutam para não serem inferiores aos homens. Ninguém pode negar que as diferenças são notórias; portanto, a ideologia de gênero é uma farsa, uma imposição doentia que deve ser exaustivamente rechaçada.

Os cientistas sociais também divagam sobre a origem dessas diferenças. Atualmente, diz-se que a biologia, devido à evolução, deu poderio ao homem por sua força física e domínio sobre a mulher, a qual, para eles, recebeu características inferiores. No entanto, esse é um argumento esquizoide, para servir apenas a uma militância. Nenhuma dessas suposições pode garantir que essa ou aquela seja a origem das diferenças que constatam em seus laboratórios.

Referências bibliográficas

1. Darwin C. A descendência do homem e seleção em relação ao sexo. 1871.
2. Fisher RA. A teoria genética da seleção natural. Reino Unido: Oxford University Press; 1930.
3. Ibidem.
4. Roughgarden J. Evolution's rainbow: diversity, gender, and sexuality in nature and people. Berkeley, Los Angeles: University of California Press; 2004.

5. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_vitoriana#cite_note-14.

6. Kimura D. Como ele pensa; como ela pensa: as diferenças entre os sexos. Superinteressante. 181. ed. p. 94-95; 2002. Disponível em: http://super.abril.com.br/ciencia/como-ele-pensa-como-ela-pensa-as-diferencas-entre-os-sexos.

Fontes de consulta

Thierry L. La guerre des sexes chez les animaux. (eds.). Odile Jacob; 2006.

Stearns SC. Evolução: uma evolução. São Paulo: Atheneu; 2003. p. 50-61.

Capítulo 20

GRANDES GOLPES SOFRIDOS PELA IDEOLOGIA DE GÊNERO NO MUNDO

20.1 Como o comediante e sociólogo norueguês Harald Eia abalou a ideologia de gênero[1]

Em 2012, o Conselho Nórdico de Ministros decidiu encerrar o Instituto de Gênero Nórdico (NIKK), uma instituição importante para que os ideólogos de gênero conseguissem verbas para produzir bases "científicas" para suas políticas sociais e educacionais. A decisão do Conselho aconteceu depois que um documentário foi produzido por Harald Eia, um comediante formado em Ciências Sociais, conhecido na Noruega pelas sátiras que faz na televisão.

Nesse documentário, exibido pelo canal de TV estatal norueguês, Harald revelou a falta de caráter científico do instituto. Ele ficou intrigado porque, apesar dos investimentos que o governo planejou por meio de "engenheiros sociais" e de a Noruega ter sido eleita o país com mais igualdade de gênero, os homens e as mulheres continuam a preferir profissionais considerados "estereótipos de gênero". Por exemplo, mulheres ainda tendem para a enfermagem e a medicina, e homens ainda tendem mais para a tecnologia, para a construção civil etc. As preferências profissionais de homens e mulheres não só parecem ter continuidade como também parecem tornar-se mais tradicionais do que eram, mesmo com todo o investimento feito pelo governo.

Em seu documentário, Harald fez perguntas aos especialistas em gênero do NIKK. Depois, entrevistou cientistas responsáveis por pesquisas recentes envolvendo o tema em países como a própria Noruega, o Reino Unido e os EUA. Ele mostrou aos cientistas as respostas dadas por seus colegas e fez um vídeo de como as afirmações das autoridades nórdicas em gênero causaram espanto na comunidade científica, principalmente porque ficou claro que os pesquisadores de gênero basearam suas afirmações em suas próprias teorias, sem fundamentá-las em pesquisa empírica.

Com a exposição pública da farsa das pesquisas de gênero do NIKK, as pessoas começaram a questionar o dinheiro de impostos usado para patrocinar pesquisas de ideólogos de gênero feitas sem credenciamento científico. Um documentário, com algumas perguntas simples e objetivas, feito por um sociólogo e comediante que queria compreender o "paradoxo da igualdade de gênero" foi suficiente para mostrar que a teoria de gênero não tem fundamentos.

20.2 Feministas em conflito

Movimentos feministas começaram a ter conflitos em seus discursos, e feministas conhecidas como transgênero vieram a público mostrar sua preocupação com a promoção do termo e a banalização dos tratamentos e cirurgias de ressignificação.

Ativistas pró-transgênero têm tratado o assunto recentemente, e uma das mais influentes da atualidade, identificada como transgênero, Camille Paglia, falou sobre o tema ao Roda Viva, programa realizado pela TV Cultura, em 22 de outubro de 2015[2].

Durante a entrevista, a ensaísta e crítica cultural relatou que, muitas vezes, é identificada como transgênero. Paglia nasceu no fim dos anos 40 e cresceu nos anos 50, "quando os papéis sociais eram muito polarizados", declarou. Ela não se identificava com seu gênero e, em toda oportunidade que tinha, vestia-se com roupas masculinas. Contudo, ela disse que ainda acredita que "existam fundamentalmente dois sexos que são determinados biologicamente".

Paglia começou a escrever sobre androginia na faculdade. Gostava do assunto e encontrava-o em toda parte, como nas obras de Shakespeare, no travestismo de Rosalinda em "Como gostais". Em sua pós-graduação, esse foi o tema de sua tese. Sobre a propaganda dos transgêneros, ela afirmou:

> Há um número muito pequeno de casos, um número diminuto de gêneros autênticos que são ambíguos. Acho que a propaganda dos transgêneros faz alegações muito infladas sobre a multiplicidade de gêneros, e a cirurgia de redesignação sexual, mesmo com todos os avanços de hoje, não pode mudar o sexo de ninguém. Você pode se identificar como um homem "trans" ou como uma mulher "trans", ou como uma das novas definições, mas, por fim, toda célula do corpo humano, o DNA dessa célula, segue codificado para seu nascimento biológico. Então, atualmente, são propagadas muitas mentiras que acredito não serem do melhor interesse de ninguém.

A popularidade e a disponibilidade da cirurgia de redesignação sexual é uma preocupação para Paglia, que declarou sobre o assunto:

> Alguém que sente não pertencer ao sexo biológico está sendo encorajado a intervir no processo. Pais estão sendo estimulados a submeterem a criança a procedimentos que acredito serem uma forma de abuso infantil. Hormônios para desacelerar a puberdade, manipulações cirúrgicas etc. Acho isso errado, acho que as pessoas devem esperar até terem idade para o consentimento. Pais não deveriam fazer isso com seus filhos, acho que na adolescência é cedo demais para esse salto. As pessoas mudam, as pessoas crescem e se adaptam. Me preocupa…

Em seu estudo histórico em "Sexual persona", Camille Paglia diz que sempre fala sobre as fases mais avançadas da cultura e que sempre foi atraída por essas fases ou pelas fases decadentes da cultura. Oscar Wilde, um grande expoente no fim do século 19, foi uma de suas maiores influências na juventude. Sobre o que aprendeu com seu estudo, ela relatou:

Descobri, em meu estudo, que a história é cíclica, e em qualquer lugar do mundo você encontra um padrão: em períodos antigos, quando uma cultura começava seu declínio, surgiam fenômenos transgênero. Isso é um sintoma do colapso de uma cultura. Então, em vez de as pessoas elogiarem o liberalismo humanitário, que permite todas essas

possibilidades transgênero aparecerem ou serem encorajadas, deveriam ficar preocupadas com o modo como a cultura ocidental está se definindo para o mundo, porque, na verdade, esse fenômeno está incentivando os irracionais e quase psicóticos opositores da cultura ocidental, na forma do Estado Islâmico e outros jihadistas. Nada define melhor a decadência do Ocidente para os jihadistas do que a nossa tolerância à homossexualidade aberta e essa mania transgênero. Acho que qualquer visão de futuro…

Ela ressalta que o futurismo da ficção científica do fim do século 19 e começo do século 20 projetou que, no espaço distante, os homens e as mulheres começariam a adaptar-se em gênero. Ela lembra que isso pode ser visto, por exemplo, em "Star Wars", em que "o gênero começa a ser apagado", homens e mulheres trabalham lado a lado como uma máquina, e as diferenças de gêneros vão desaparecendo.

Paglia explicou ainda que o "masculino" é, cada vez mais, "visto como algo retrógrado, paleolítico, que pertence ao passado. No entanto, sobre isso, ela faz um alerta avisando sobre a possibilidade de desastres de todo tipo: desastre político, guerras, fome e, até mesmo, graves problemas climáticos. Ela declarou:

> Acho que a mudança climática é inerente à história da Terra, e todo tipo de coisas pode acontecer: erupções solares inesperadas, vulcões entrando em erupção e mandando cinzas para a atmosfera, mudando o clima tão gravemente durante décadas que a produtividade agrícola no mundo todo seja afetada. Todo tipo de coisas pode acontecer. E o aviso… Se estudar a história, é previsível: como Roma caiu, o Ocidente também cairá. E o que nos restará?
>
> Dependeremos dos homens de novo. Precisaremos de homens. As mulheres e crianças ficarão em casa, e os homens terão de sair e caçar animais selvagens com as mãos, cortar a carne e fazer o trabalho pesado. De repente, o "masculino" voltará. Então, acredito que o gênero é fluído em um respeito. Tirando isso, existem certos fatos fundamentais que a atual teoria de gêneros se recusa a conhecer (…).

Um dos fatos fundamentais de que Paglia tratou, e que a teoria de gêneros se recusa a conhecer, é "o fato de que a maioria dos homens tem de 8 a 10 vezes mais testosterona (hormônio masculino) do que qualquer mulher". "Existem diferenças profundas que surgem no cérebro ao banharem-se os tecidos nesse hormônio masculino", explicou Paglia. Ela ainda acrescentou que não vê a testosterona como "o inimigo da humanidade", como muitas feministas veem, que a "energia ativa e agressiva dos homens criou civilizações" e que "a mulher moderna se beneficiou tremendamente desses grandes sistemas que o homem criou".

Parece ingrato, para Paglia, que a mulher moderna negue todo o trabalho que o homem realizou e que continua a realizar. Ela deu um exemplo do que os homens costumam fazer pelo mundo todo, sem qualquer glamour, como sair no meio da noite, após uma tempestade, com cabos elétricos derrubados por árvores, desafiando a morte. Ainda disse mais:

> Não vejo mulheres clamando para sair no meio da noite para consertar rede elétrica. Não vejo mulheres clamando para misturar o asfalto quente e colocar nos tetos, ou

consertar as redes de esgoto. Há duas semanas, uma grande rede de esgoto se rompeu numa cidade vizinha, e quem estava lá fazendo o trabalho sujo eram todos homens, aos quais deveríamos agradecer. Acredito que, com a mudança das culturas, sim, existem definições distintas de homem e mulher. Em culturas mais sofisticadas, os sexos se unem, mas então há um grande colapso, recomeçamos a história humana e existe a separação de sexos de novo.

20.3 Epidemia de suicídios entre transgêneros: uma tragédia silenciosa

Pesquisas recentes mostram que os transgêneros têm maior propensão ao suicídio, não por questões sociais de aceitação, mas, sim, devido à autoaceitação. Cirurgias e hormônios têm se mostrado ineficazes para resolver essa questão, pois, mesmo após inúmeras mutilações, terapias e hormônios, grande parte dessas pessoas decide acabar com a própria vida.

Forçar uma pessoa a mudar seu corpo para aceitar uma condição contrária à sua natureza biológica tem mesmo sido a grande tragédia silenciosa dos nossos dias. No dia 18 agosto de 2015, foi publicado um estudo que chocou a comunidade LGBTT em todo o mundo, mas que, no Brasil, poucos tiveram interesse em divulgar e/ou traduzir. A pesquisa diz que “pessoas que sofrem de ‘confusão de gênero’ são estimuladas pela cultura atual a ‘serem elas mesmas’, o que significa rejeitar o sexo com que nasceram e partir para uma cirurgia ‘reparativa’”, ou seja, transformar seu corpo de modo artificial, à base de hormônios e de cirurgias que são verdadeiras mutilações.

O estudo mostrou que, apesar dos esforços sociais para fazer com que o transexual se aceite conforme se “sente” ou conforme “se tornou”, e mesmo que a sociedade não o rejeite, está havendo uma epidemia de depressão e suicídios ignorada pela sociedade e pelas áreas de saúde mental e militância do gênero.

A seguir, está um trecho traduzido do estudo feito pela Fundação Americana para a Prevenção do Suicídio e pelo Instituto Williams, divulgado por Fr. Mark Hodges (LifeSiteNews)[3]:

> Nos Estados Unidos, como em qualquer país que apoia a ideologia transgênero, adolescentes são ensinados que o que “sentem” é quem eles são, e que para serem felizes e realizados, devem “se tornar” o sexo oposto. Quando Bruce Jenner, conhecido como Caitlyn Marie Jenner, decidiu se olhar publicamente como uma mulher, foi apoiado pela mídia de massa. Até mesmo o presidente dos Estados Unidos aplaudiu Jenner como uma “heroína corajosa” quando decidiu fazer a cirurgia de castração.
>
> No entanto, os estudos mostram repetidamente que os transgêneros que buscam tratamento hormonal e cirurgias para mudar o gênero tornam-se, na verdade, pessoas infelizes e não realizadas, segundo pesquisas da Fundação Americana para a Prevenção do Suicídio e do Instituto Williams. De fato, explica o estudo, há uma guerra interna entre a vida e a morte; o que está se estabelecendo dentro desse sujeito continuamente é uma luta interior, levando-o à depressão severa, a ponto de muitos

desejarem acabar com a própria vida.

Isso é o que a Fundação Americana para a Prevenção do Suicídio e o Instituto Williams constataram quando analisaram os resultados da Pesquisa Nacional de Discriminação Transgênero. O número de tentativas de suicídio é desolador, assustador, e não depende da aceitação do outro, mas, sim, de si mesmo. Mais de 41% dos transgêneros ativos tentam se matar – 10 vezes a taxa de tentativa de suicídio (4,6%) da média.

Esse estudo, porém, não é a única prova de que aqueles que procuram viver como se fossem do sexo oposto estão cometendo suicídio. Diversos outros inquéritos em todo o mundo têm encontrado as mesmas assustadoras altas taxas. Uma pesquisa nacional com mais de 6.500 transgêneros perguntou: "Você já tentou se suicidar?" 41% responderam "sim".

O estudo ainda revela os sintomas apresentados por pessoas que tentam mudar seu gênero, como: níveis cronicamente elevados de estresse, ansiedade e depressão, que são os mais comumente relatados entre pessoas trans ativas. Além desses sintomas, a automutilação por corte, muitas vezes, é relatada como uma maneira pela qual alguns aliviam as dores emocionais.

Em seus primeiros nove meses de operação, uma hotline de suicídio dedicada a eles, chamada Trans Lifeline, recebeu mais de 20 mil chamadas. Nos estudos, a mídia também é questionada por divulgar as influências externas, companheiros e rejeição dos pais, como causas das taxas de suicídios, desconsiderando os conflitos, a batalha interna e a dicotomia psicológica pelos quais os transgêneros passam.

Fr. Mark Hodges relata que uma revisão médica feita pela *Aggressive Facility Intelligence Research*, da Universidade de Birmingham (ARIF), descobriu que não há evidências conclusivas de que a mudança de sexo melhora, significativamente, a vida dos transexuais e que muitos deles continuam angustiados, tornando-se potenciais suicidas depois da operação. Chris Hyde, diretor da ARIF, explicou: "Um grande número de pessoas que opta pela cirurgia [de mudança de sexo] permanece traumatizada – muitas vezes a ponto de cometer suicídio."

Esse estudo também questionou e reprovou movimentos militantes que têm induzido as crianças nas escolas do Ensino Fundamental a acreditarem que as pessoas transexuais estão concretizando seu "verdadeiro eu". Stella Morabito, do The Federalist, escreveu: "Os transexuais não têm permissão para falar sobre o seu arrependimento. Não abertamente. O lobby transgênero suprime a discussão sobre o arrependimento da mudança de sexo."

Fr. Mark Hodges explicou que:

Alguns pacientes transexuais têm dito que perceberam tarde demais que as operações de mudança de sexo não fazem jus à sua promessa. Alan Finch explica: "Você não pode mudar fundamentalmente o sexo. A cirurgia não altera geneticamente você. É uma mutilação genital. […] Foi tudo uma terrível desgraça. […] A analogia que eu faço sobre a opção de cirurgia para alguém desesperado por mudar de sexo é que

seria um pouco como oferecer uma lipoaspiração para uma anoréxica.”

O campeão de tênis Renée Richards, que passou de homem para mulher nos anos 1970, escreveu: “Eu teria me dado melhor ficando do jeito que eu era. […] Uma pessoa totalmente intacta… Eu não quero que ninguém me tenha como um exemplo a seguir. […] Eu recebo um monte de cartas de pessoas que estão pensando em fazer esta operação e desencorajo todos.”

Infelizmente, muitos ativistas pró-teoria *queer* (de desconstrução sexual e apologia ao gênero trans) e vários deputados que promovem as cirurgias de mudança de sexo ainda quando crianças por meio de projetos no Brasil são irresponsáveis ou ignoram que estão levando essas pessoas em conflito direto à morte. Como psicóloga, concordo com esse estudo e peço aos profissionais de bem que lutem em favor do direito de as pessoas em conflito não serem “empurradas” por militância ativista da ideologia de gênero a mutilarem seu corpo. Elas estão sendo cobaias sociais.

Repudio a tentativa de normatizar no Brasil a ideologia de gênero sem o mínimo cuidado com a verdadeira essência do ser humano, que tem sido impelido, pela reorientação cultural, a assumir uma condição por meio de mutilação. Isso deixa sequelas irreversíveis no corpo e na alma, a ponto de levá-lo a desistir da vida. Chega de manipulação. A sociedade brasileira não pode ser usada como cobaia. Posso ser recriminada pelos ativistas de gênero, ou até mesmo pelo Conselho de Psicologia, mas não posso deixar de dizer a verdade e mostrar a minha preocupação com essa imposição de gêneros que está adoecendo a sociedade.

20.4 Declaração do American College of Pediatricians contra a teoria de gênero

Importante salientar, neste capítulo, que uma das associações médicas de pediatria mais influentes dos Estados Unidos publicou uma dura nota contra a teoria de gênero – também chamada de ideologia de gênero – como fundamento de políticas públicas. A declaração do *American College of Pediatricians* alerta educadores e parlamentares para que rejeitem qualquer medida que condicione as crianças a aceitarem como normal “uma vida que personifique química e cirurgicamente o sexo oposto”. A nota do grupo médico afirma, enfaticamente, que “os fatos, não a ideologia, é que determinam a realidade”.

Leia uma tradução da íntegra da associação:

1 – A sexualidade humana é uma característica biológica binária objetiva: “XY” e “XX” são marcadores genéticos saudáveis – e não marcadores genéticos de uma desordem. A norma da concepção humana é ser masculino ou feminino. A sexualidade humana é planejadamente binária com o propósito óbvio da reprodução e da prosperidade da nossa espécie. Esse princípio é autoevidente. As desordens extremamente raras no desenvolvimento sexual, que incluem, entre outras, a feminização testicular e a hiperplasia adrenal congênita, são todas desvios medicamente identificáveis da norma binária sexual, e são com razão reconhecidas como desordens da formação humana. Indivíduos que as portam não constituem um terceiro sexo.

2 – Ninguém nasce com um gênero. Todos nascem com um sexo biológico. O gênero (uma consciência e um senso de si mesmo como homem ou mulher) é um conceito sociológico e psicológico, e não biologicamente objetivo. Ninguém nasce com a consciência de si como homem ou mulher: essa consciência se desenvolve com o tempo e, como todo processo de desenvolvimento, pode ser prejudicada por percepções subjetivas da criança, relacionamentos e experiências adversas desde a infância. Pessoas que se identificam como “se sentissem do sexo oposto” ou “nem masculinas nem femininas, algo entre os dois” não constituem um terceiro sexo. Elas permanecem, biologicamente, homens e mulheres.

3 – A crença de uma pessoa de ser algo que ela não é, na melhor das hipóteses, é um sinal de pensamento confuso. Quando um menino biologicamente saudável acredita que é uma menina, ou uma menina biologicamente saudável acredita que é um menino, existe um problema psicológico objetivo, que está na mente, não no corpo, e deve ser tratado dessa forma. Essas crianças sofrem de disforia de gênero, formalmente conhecida como transtorno de identidade de gênero, uma desordem mental reconhecida na edição mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico da American Psychiatric Association. A psicodinâmica e as teorias de aprendizagem social dessa desordem nunca foram refutadas.

4 – A puberdade não é uma doença e a injeção de hormônios bloqueadores da puberdade pode ser perigosa. Reversíveis ou não, hormônios bloqueadores de puberdade induzem um estado de enfermidade – a ausência de puberdade – e inibem o crescimento e a fertilidade em uma criança anteriormente saudável biologicamente.

5 – Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico, 98% dos meninos e 88% das meninas confusos com seu gênero aceitam o seu sexo biológico naturalmente ao passar pela puberdade.

6 – Crianças que usam bloqueadores de puberdade para personificar o sexo oposto precisarão de hormônios do sexo oposto no final da adolescência. Esses hormônios estão associados com graves riscos para a saúde, incluindo pressão alta, coágulos sanguíneos, AVC e câncer, mas não se limitando a isso.

7 – As taxas de suicídio são vinte vezes maiores entre adultos que usam hormônios do sexo oposto e passam por cirurgias de mudança de sexo, mesmo na Suécia, que é um dos países de maior ação afirmativa LGBQT. Que pessoa razoável e compassiva condenaria crianças a esse destino, sabendo que depois da puberdade 88% das meninas e 98% dos meninos aceitarão o seu sexo real e terão saúde física e mental?

8 – Condicionar as crianças a acreditar que uma vida inteira de personificação química e cirúrgica do sexo oposto é normal e saudável é abuso infantil. Apoiar a discordância de gênero como normal através da educação pública e de políticas legais confundirá as crianças e os pais, levando mais crianças a procurar “clínicas de gênero”, onde tomarão drogas bloqueadoras da puberdade. Por sua vez, isso garantirá que elas “escolherão” uma vida toda de hormônios cancerígenos e tóxicos e provavelmente considerarão passar por uma mutilação cirúrgica desnecessária de partes saudáveis do seu corpo ao chegar à vida adulta.

Referências bibliográficas

1. Disponível em: http://www.direitosdoshomens.com/como-harald-eia-abalou-a-ideologia-de-genero/

2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KlYR1isM2o8

3. Hodges FM. The transgender suicide epidemic: is accepting their confusion really the answer? Disponível em: https://www.lifesitenews.com/news/gender-confused-suicide-rate-ten-times-national-average.

Fontes de consulta

Cezar-Ferreira VA da M. Ideologia de gênero em uma visão psicojurídica. ADFAS. Disponível em: http://www.adfas.org.br/admin/upload/18012016%20Parecer.pdf. Acesso em: 9 fev. 2016.

Coates S, Zucker K. J. Gender Identity Disorders in Children. In: Kestenbaum, C.J.; Williams, D. T. (Org.). Handbook of Clinical Assessment of Children and Adolescents. New York: University Press, 1992, v. 2.

Feinberg L. Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman. Boston: Beacon Press, 1996.

Hales RE, Yudofsky SC, Gabbard GO. Tratado de psiquiatria clínica. Tradução de Cláudia Dornelles. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Mundo das Tribos. Transtorno de identidade sexual na infância: saiba mais. Disponível em: http://www.mundodastribos.com/transtorno-de-identidade-sexual-na-infancia-saiba-mais.html. Acesso em: 9 fev. 2016.

Santos CA. O discurso dos experts na constituição das identidades infantis e de gênero na mídia impressa brasileira. Pro-Posições, v. 16, n. 3 (48), set./dez. 2005. Disponível em: http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/48_artigos_santosca.pdf. Acesso em: 9 fev. 2016.

Capitulo 21

A IDEOLOGIA DE GÊNERO SOB A ÓTICA JUDAICO-CRISTÃ

O ser humano é criativo. Por vezes, suas criações são maravilhosas, por outras, desastrosas. Se olharmos para a história da humanidade, veremos uma biblioteca de criações humanas e uma infinidade de filósofos, sociólogos, defensores dos direitos humanos e psicólogos debatendo questões já solucionadas pela própria natureza.

Muitas pessoas não se contentam com as evidências, nem com o "Eu Sou" como definição da natureza, tampouco com a realidade dos fatos, e tendem a confeccionar suas ideologias e doutrinas, muitas vezes, vãs, sem sentido. Então, o que dizer do sentido? Se o relativizarmos, nada mais terá sentido ou tudo poderá mudar de sentido, basta desejarmos.

Não nos importamos mais com o equilíbrio natural das coisas, pois o "natural" tornou-se o opressor. O ser humano quer impor, por força de palavras e militância, um novo lugar para o natural, ainda que isso signifique um desequilíbrio da natureza humana futura. Passamos por um conflito de posições no tocante à doutrina judaico-cristã, em contraposição à nova busca da autenticidade, identidade da chamada ideologia do gênero.

Não é preciso criar celeumas, mas apenas mostrar como a religião judaico-cristã pensa a respeito da família. Vale salientar que, quando falamos em cristãos, referimo-nos a pelo menos 89% da população nacional, contando com evangélicos, católicos, outras religiões e pessoas que são conservadoras, no sentido de preservar sua história, sua tradição, sua cultura e sua natureza biológica humana, e de conservar o modelo de conduta de amor ensinado pelo Deus a que servimos.

Para os cristãos, é impossível pensar na ideologia de gênero como algo que faça parte da natureza sexual humana. É importante esclarecer que, se um cristão aceita a ideologia de gênero como verdade, nega a existência de Deus, da natureza observável e da evidência científica.

Então, o que a fé judaico-cristã pensa sobre o homem, a mulher e a família? Vamos analisar a Bíblia Sagrada, que é o código de ética dos judeus e dos cristãos. Logo no início, encontramos, em Gênesis 2.7, a ideia do Criador no tocante ao ser que Ele mesmo criou, ou seja, o homem, e, em 2.18, a criação da mulher. Vejamos:

> *E formou o SENHOR Deus o homem do pó da terra e soprou em seus narizes o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente.*
>
> *E disse o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que esteja como diante dele.*

Deus deu origem ao homem e, a partir deste, criou uma ajudadora — não um ajudador. Os versículos referem-se claramente aos gêneros masculino e feminino, ou seja, são os opostos que se completam. Mais adiante, em Gênesis 2.22-24, lemos que:

> *Da costela que o SENHOR Deus tomou do homem formou uma mulher; e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; esta será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada. Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne.*

Não há como negar ou manipular o que está escrito na Bíblia Sagrada e inscrito na natureza humana. Deus esclarece a formação do homem e da mulher e, assim, define o conceito de sexos masculino e feminino — essa questão está ligada à natureza, à própria biologia, à fisiologia etc.

A civilização partiu desse dogma. A confirmação intelectual e científica veio com a chamada teoria de Darwin, que nega Deus, mas reafirma, por meio de sua teoria da seleção natural, que a evolução das espécies só se consolida mediante a procriação entre um homem e uma mulher, macho e fêmea, sem a intenção de exaltar ou endossar a criação divina.

Deus criou o Seu povo, e a evolução deste só foi possível por meio da organização social e do casamento heterossexual. Assim foi determinado por Ele e pela natureza humana. Tudo o que é evidente não necessita ser provado.

O desenvolvimento natural do homem e da mulher nos é trazido pela orientação de que ambos são uma só carne. Dentre os vários prismas de interpretação com os quais podemos trabalhar, atentamos apenas para o que alcança a formulação de família. Nesse ponto, começamos a observar o conteúdo lógico: homem, mulher, sexos e união.

Há um grande conflito aqui, pois ideologia, como diz o próprio Karl Marx — o tão venerado e adorado mestre dos revolucionários — é uma “falsa consciência”, e não um conjunto de ideias. E o “falso” discurso vê as coisas não como elas são de fato, mais de maneira invertida, diferente e deturpada. Isso serve para tudo, porém nos atentaremos aqui para a sexualização como forma de prazer.

Deus é lógica, é matemática, é biologia, é evolução da humanidade. Ele não é ideologia, nem se presta a falácias. A violência intelectual sofrida pelos que não aceitam a ideologia de gênero, não apenas por questão de fé, mas de opinião, com base em evidências, jamais pode ser interpretada como preconceito.

Essa é a grande falácia da atualidade. Ela é tão violenta quanto a tal homofobia que pregam. Podemos, sim, conviver com as pessoas e as sexualidades ideologizadas, porém o cristianismo tem sua ideologia enraizada na fé, na cultura, na tradição e na biologia.

É nela que acreditamos e queremos viver. Podemos respeitar o próximo, no entanto queremos ser respeitados além de nossa fé. Isso seria o ideal de sociedade. Haver direitos humanos para todos pode ser um desafio, mas é possível.

Capítulo 22

PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA
E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Com o crescimento da diversidade religiosa no Brasil, verifica-se um aumento da intolerância religiosa, sendo necessária a criação do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (21 de janeiro), por meio da Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Essa foi uma maneira de o próprio Estado reconhecer a existência do problema.

A Constituição prevê a liberdade religiosa, e a Igreja e o Estado estão oficialmente separados, sendo o Brasil um Estado laico. A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de intolerância religiosa, o que torna o direito à prática de religião livre no país.

Segundo o Relatório Internacional de Liberdade Religiosa de 2005, elaborado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, a "relação geralmente amigável entre religiões contribui para a liberdade religiosa" no Brasil.

Essa legislação, no entanto, não retira o direito de seguidores de determinada denominação religiosa (ou mesmo os que não seguem uma) criticarem os que fazem parte ou não de outra.

Isso está garantido na Constituição Federal do Brasil de 1988, pela cláusula democrática presente no art. 1º, "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito":

> Pelo art. 5º, IV ("é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato"), pelo art. 5º, VI ("é inviolável a liberdade de consciência e de crença"), pelo art. 5º, VIII ("ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei"), e pelo art. 5º, IX ("é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença").

Porém, não é bem isso o que acontece. Nossos direitos estão sendo cerceados por uma militância ativista, que encontra na lei formas de manipulação capazes de induzirem ao erro, coibindo nossos direitos de vivermos conforme nossa fé e de não aceitarmos imposição social que violente nosso modo de vida.

Estamos presenciando, sim, uma perseguição religiosa e uma intolerância à moral da fé

cristã e sendo perseguidos e violentados em nosso direito de viver conforme nossa escolha. Somos obrigados a ver nossos filhos serem doutrinados pelo governo, com conteúdos inapropriados anticientíficos, que desmoralizam e confundem a cabeça de nossas crianças e jovens, promovendo conflitos entre pais e filhos, família e escola.

A doutrinação de gênero e políticas nas escolas e na sociedade está amordaçando os cristãos, as crianças e toda a sociedade, e aqueles que conhecem seus direitos constitucionais e não aceitam ser amordaçados estão sofrendo perseguição religiosa e intolerância religiosa, que é crime perante a lei.

Embora seja crime, parece que, para a maioria, ele não se caracteriza, já que a manipulação, até mesmo dos direitos humanos e da Constituição, está a serviço apenas de alguns grupos tidos como “minoritários”, ainda que promovam ódio contra uma maioria apenas por ela existir.

A sociedade tem sido amordaçada e segue acuada por medo de ser rotulada de conservadora, proselitista, preconceituosa e intolerante. Mas, as perguntas que me faço são: Quem são os verdadeiros intolerantes? Quem tenta desconstruir a humanidade tentando ressignificar conceitos milenares e subverter a sexualidade humana, gerada pela natureza do homem? Quem quer quebrar paradigmas, somente porque a história afirma bem, com ramos da ciência, que um Ser inteligente criou a humanidade?

Está claro que há uma perseguição religiosa no bojo de toda essa teoria, pois a essência dela é sexual, moral e quebra qualquer base que remeta a um conservadorismo que não é peculiar a esses intolerantes e não os representam. Como podemos viver em uma sociedade totalmente amoral? Somos obrigados a viver debaixo de um regime anárquico para contentar alguns? Somos, por acaso, animais irracionais?

É óbvio que intolerâncias religiosas devem ser combatidas e dialogadas, e preconceitos devem ser ressignificados e excluídos da sociedade. Entendemos que certos tabus devem ser vencidos, e até mesmo paradigmas devem e podem ser quebrados quando estes oprimem de fato; porém, o que não podemos aceitar é que se destrua a humanidade com conceitos fabricados, com mentiras engenhosamente inventadas apenas para servir a uma causa que tem como objetivo final destruir a fé dos conservadores, em sua maioria cristãos.

Essa subversão da realidade mostra claramente que, após a Revolução Francesa, que teve como lema “liberdade, fraternidade e igualdade”, muitos pervertidos pegaram carona e introduziram, em nome dessa liberdade, comportamentos libertinos, a fim de ferirem a moral e a fé daqueles que vivem conforme sua religião apregoa.

É nítido que a luta de classe promovida intensamente por Karl Marx, como já assinalamos, segue mudando os atores principais. Porém, a intenção é promover guerra, para que o Estado usufrua politicamente e tenha seus ganhos secundários. Governos corruptos lucram com as guerras, principalmente com as morais, porque, assim, manipulam e cegam seus adversários.

Quem é o verdadeiro adversário do governo esquerdopata? A religião, pois ela impede ações governamentais, as quais têm cunho religioso fortíssimo. Não há como fugir dessa

máxima.

O governo brasileiro, por exemplo, para resolver questões de políticas públicas, copia modelos externos que nem sempre são eficazes em nosso país. Resolve questões de controle de natalidade pela via moral, legaliza o aborto, apoia a homossexualidade e a transgeneridade, com o discurso de direitos humanos, quando, na realidade, esse é um meio de controle populacional. Além disso, participa de agendas internacionais para, quem sabe, subir no ranque mundial de países desenvolvidos.

22.1 Perseguição a profissionais

As profissões cobram dos profissionais, com rigor, a não "indução" de convicções religiosas de orientação sexual ou política. Porém, ao mesmo tempo, agem como "tiranas", cerceando os direitos dos profissionais, tirando sua liberdade de opinião e obrigando-os a calarem-se mediante a verdade científica, com o único objetivo de reorientar culturalmente a sociedade. Dentro desse contexto, a família tradicional e a fé em Deus tornam-se um impedimento.

A nova sociedade pleiteada por esses lunáticos visa a construir um império de desejos sem leis, regras, moral e princípios. Eles idealizam uma sociedade utópica somente para defender o gênero sexual, independente de seu nascimento, gerando, com isso, seres humanos sem identidade e causando conflitos intermináveis.

Alguns profissionais e profissões estão contaminados por militantes que, nos últimos anos, detêm o poder e lutam usando as minorias com a desculpa de construir uma sociedade justa, com direitos igualitários, que defenda os excluídos, os discriminados, os menores abandonados, os que sofrem etc. Na verdade, usam apenas essas pautas sociais para agregar valor à sua luta e serem aceitos e defendidos pela sociedade que se inclina a defender as minorias, sem o mínimo de senso crítico.

22.2 Perseguição religiosa no caso Marisa Lobo

Em 2011, o Conselho Regional de Psicologia (CRP), motivado por denúncias de militantes políticos, recebeu ordens expressas para eu não me dirigir à sociedade e/ou me declarar cristã por ser psicóloga. Como me neguei, todas as 140 denúncias feitas contra mim nas redes sociais foram aceitas, algumas beirando o absurdo, com frases do tipo: "Deus cura, sara e liberta", "Ex-homossexuais existem", "Deus criou o homem e a mulher, macho e fêmea os criou", "Não acredito na recuperação de um dependente químico sem a ajuda de Deus", "Deus existe, de Deus não se zomba". Todas essas frases postadas no *Facebook* e no *Twitter* foram usadas no processo, norteando-o contra mim.

Além das frases citadas anteriormente, foram aceitas, como denúncia, mentiras ditas por líderes dos movimentos LGBTTs, como: "Ela diz que *gays* são doentes e oferece cura a eles" etc., sem uma única prova. Mas, ao longo do processo, minha defesa desmentiu e provou as mentiras inventadas por aqueles que queriam calar a minha a voz e impedir-me de, como psicóloga, falar contra as imposições do Conselho de Psicologia.

Nessa época, eu havia gravado, em DVD, uma preleção aos líderes da Jocum, no Paraná, na base do Pr. Coty, sobre a "Teoria Queer de desconstrução". Essa palestra

também foi denunciada e somada às inúmeras acusações sem fundamento, que visavam apenas impor uma ditadura da liberdade religiosa e da liberdade de opinião.

No entanto, certa vez, não aceitei ser amordaçada em meu direito constitucional (art. 5º), e, como consequência, o Conselho marcou meu julgamento para maio de 2014, às vésperas da votação do Plano Nacional de Educação. Eu estava justamente militando como voluntária contra a ideologia de gênero e a perseguição religiosa dentro do referido plano.

Eu não compareci ao meu julgamento, pois minha agenda estava comprometida com uma igreja no interior de São Paulo. Por 9 votos a 3, o CRP do Paraná decidiu pela cassação do meu registro profissional, sem um único paciente ter feito uma denúncia sequer contra minha atuação profissional; ao contrário, três pacientes foram testemunhar a minha total ética dentro do meu consultório.

Como as denúncias de que eu "curava *gay*" foram desmascaradas, e sua inverdade comprovada, decidiram cassar-me por infringir quase todos os códigos de ética. Disseram que, quando me dirijo às redes sociais, afirmando que ex-homossexuais existem, estou sendo preconceituosa, racista e homofóbica.

Caros leitores, esta foi a minha culpa: ter a coragem de afirmar que todas as pessoas têm o direito de ser o que querem, *gays* e não *gays*, em uma perspectiva de direitos humanos. Mas, a militância ativista LGBTT não suportou ver uma psicóloga falando tal absurdo.

Todas as mentiras inventadas sobre a minha pessoa como profissional foram desconstruídas por minha defesa, bem como pela OAB do Paraná, que fez um relatório oficial reconhecendo que o meu caso é uma descabida perseguição religiosa; porém, o CRP/08 não deu a mínima importância.

Em seu conteúdo, o posicionamento da OAB afirma que "o ato administrativo, consubstanciado na notificação, padece de vício de inconstitucionalidade material, eis que tanto sua motivação quanto sua finalidade agridem frontalmente, na essência desta análise, o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, exaltado no art. 1º, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como os dispositivos constitucionais corroborados no art. 5º, incisos VI e VIII".

O parecer ressalta ainda que a manifestação de fé não pode ser considerada proselitismo, como o CRP mencionou em seu inquérito: "O ato administrativo perpetrado pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná contra a consulente é indubitavelmente inconstitucional, pois de forma clara descortina a indevida utilização de um instituto jurídico de natureza conceitual diversa — o proselitismo — à conduta da psicóloga Marisa Lobo, com o fito de cerceamento do seu direito inabalável de assumir publicamente sua fé".

Gostaria de salientar que esse é um caso inédito no Brasil. Ele prova realmente que a perseguição religiosa existe, está acontecendo e é um fato. Precisamos ficar atentos, pois isso está estendendo-se a outras profissões, não somente a psicólogos.

Após seis meses, a Justiça anulou a cassação por conter "nulidades" e erros jurídicos

graves, confirmando o que a OAB do Paraná havia afirmado sobre o meu caso. Segundo o relator do meu processo, eu estava sendo condenada pelo que a sociedade dizia que eu fazia, não pelo que eu realmente tinha feito.

O Conselho Regional de Psicologia, então, apelou da decisão de levar-me até o Conselho Federal de Psicologia, que, por 7 votos a 2, decidiu pela não cassação do meu registro profissional e optou por dar uma censura pública.

Não aceitei a censura pública, e meu advogado recorreu da decisão. Estamos lutando contra qualquer penalidade junto, agora, ao Supremo Tribunal, e, até o lançamento deste livro, passo meus dias defendendo-me do Conselho, do movimento LGBTT, sendo oprimida, humilhada e crendo na exaltação daquele que me deu a vida, Jesus Cristo.

Embora este livro não seja sobre a perseguição religiosa que sofri, menciono, de forma resumida, para chegar a um momento importante, a ditadura ideológica de gênero que gostaria de pontuar com meus leitores.

1. O Conselho de Psicologia marcou meu julgamento para um dia antes do maior evento religioso do Paraná, com a intenção de causar intimidação.

2. Cassaram o meu registro e, embora o relator tenha pedido censura pública, que é a primeira pena a qualquer profissional que tenha cometido uma infração ética, foram direto à penalidade máxima.

3. Mesmo que minha defesa tenha provado que não curo *gays*, nem ofereço qualquer tratamento a eles, muito menos trato-os com desrespeito ou como doentes, ainda assim, decidiram pela minha cassação.

4. Após a decisão do Conselho Federal de Psicologia de não acatar a cassação pedida pelo Conselho Regional do Paraná, psicólogos e militantes ativistas LGBTTs criticaram, em massa, o Conselho Federal em suas redes sociais. Por sua vez, o CFP fez uma nota em minha defesa, expondo, nas redes sociais, uma explicação aos ditadores do Conselho Regional do Paraná de que não havia motivos para tal cassação.

5. Em seguida, o CRP/08 emitiu uma nota de repúdio ao Conselho Federal por não ter acatado a cassação do meu registro profissional.

6. Os movimentos LGBTTs também emitiram notas de repúdio, inclusive impedindo que o Conselho Nacional proibisse o Conselho Federal de não participar do Conselho Nacional da LGBTT. De fato, nas eleições de 2015, após ter decidido por unanimidade não cassar meu registro profissional, o CFP perdeu a vaga no Conselho Nacional da LGBTT.

7. Como não conseguiram cassar meu registro profissional, dois conselheiros do CRP do Paraná me processaram por danos morais. O motivo? Por eu ter dito, em um programa de TV, que meu julgamento havia sido uma “armação”.

8. Em virtude dessa perseguição, tenho sofrido casos de intolerância. Há pouco tempo, fui agredida verbalmente, em uma universidade de Curitiba, por alunos que me acusaram de ser homofóbica e de curar *gay*. Passei por um constrangimento que não desejo a ninguém.

9. Em outra universidade, também do Paraná, fui proibida de participar de uma palestra, e o DCE teve de refazer a mesa de debate temendo por minha integridade física.

10. Na PUC/PR, alunos de psicologia, motivados pelo centro acadêmico, fizeram uma nota de repúdio e um abaixo-assinado para impedir minha presença em palestras ou debates.

11. Muitas Universidades do Brasil exibiram minha foto durante as aulas e mentiram sobre o meu caso, induzindo o colegiado ao ódio contra mim, chamando-me de "proselitista religiosa fundamentalista", destilando repulsão por meio de discursos distorcidos, com o intuito de desmoralizar-me como profissional para calar nossa voz, a voz da ciência.

Muitos outros profissionais e estudantes, que se posicionam contra essa ideologia de gênero, contra os privilégios, contra a promoção da homossexualidade ou mesmo contra a forma como essa ideologia chega às escolas (erotizando crianças), têm sido violentamente perseguidos.

Neste primeiro semestre de 2016, já recebi três notas de repúdio, duas pelo conselho de psicologia, por minha posição contrária à promoção da ideologia de gênero nas escolas, e estou respondendo a mais um processo por dano moral, promovido pelo conselho regional de psicologia. Eles não se cansam de tentar punir um profissional que tem a coragem de enfrentar esse conselho, que é ditador e emparelhado pelo estado.

22.3 Caso Malafaia

O pastor e psicólogo Silas Malafaia tem sido um atalaia em nossa geração há anos e denunciado a intolerância religiosa que sofremos. Por muito tempo, ele tem gritado para acordar a sociedade contra a ditadura da reorientação sexual que destrói a família e a sociedade.

Silas Malafaia é constantemente agredido e vive defendendo-se de processos que o acusam de ser intolerante com os LGBTTs e com a questão de gênero, quando, na verdade, apenas utiliza de seu direito constitucional de opinião, de liberdade de expressão, fazendo denúncias e participando de audiências públicas em favor da família tradicional, com posições cristãs bem definidas, o que é seu direito constitucional.

Politicamente, suas igrejas e sua editora têm sofrido ataques por não se render à esquerda ativista. O Conselho de Psicologia tentou cassar seu registro profissional por duas vezes, e, em todas elas, o caso foi engavetado por inconstitucionalidade.

Em julho de 2016, a justiça abriu novamente um processo contra Malafaia. Retomaram o processo em que o acusam de homofobia. Parece-me uma orquestração contra pessoas de bem, que defendem o cristianismo, para mostrar força e intimidar os cristãos.

22.4 Caso Marco Feliciano

Marco Feliciano é um deputado duramente perseguido por posicionar-se em favor da família e ousar enfrentar o movimento LGBTTs. Respondeu e responde a vários processos, inclusive por racismo, apenas por emitir sua opinião e pela ousadia em assumir

a presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDM). A Comissão era a “mina de ouro” dos movimentos sociais ativistas que usam pautas das minorias para angariar verbas para suas “causas”. Sofreu, como presidente da CDM, perseguição e intolerância jamais vistas em nosso país.

Os noticiários ficaram, durante meses, tentando desconstruí-lo como pessoa, perseguindo sua vida pessoal e familiar. Marco Feliciano viveu, por certo tempo, no “olho do furação”, sob ataques de ódio da militância e de deputados ativistas, sendo humilhado e acusado de racismo, homofobia e intolerância. A estratégia é fazer os bons parecerem maus, induzindo as pessoas ao ódio contra os seus opositores.

22.5 Casos de profissionais que são perseguidos por serem contra a ideologia de gênero e a agenda dos LGBTTs

Paula Marisa, professora em Canoas, no Rio Grande do Sul, foi humilhada e demitida por não concordar com a promoção da ideologia de gênero em sua escola. *Damares Alves*, assessora parlamentar, foi perseguida e humilhada por deputados de esquerda e militantes por denunciar cartilhas que erotizavam crianças e, com isso, recebeu denúncia no Ministério Público.

Profissionais de saúde mental têm sido perseguidos e cerceados em seu direito à liberdade religiosa e de expressão. Os perseguidores querem, por força, mudar o que a Bíblia diz sobre casamento e princípios, desrespeitando a própria Constituição e a sua cláusula pétrea, que é a liberdade de opinião e expressão, e até mesmo o artigo ١٣ da Declaração de Direitos Humanos, que versa sobre o direito à liberdade religiosa de culto.

Psicólogos que se manifestam socialmente como cristãos contra a agenda internacional da cultura de morte, da legalização das drogas, da ideologia de gênero ou contra qualquer comportamento em razão de sua fé, mesmo que usem seu direito de fazer objeção de consciência, são ameaçados de processo de cassação de seu registro profissional.

Médicos que se negam a fazer aborto por princípios religiosos estão sendo recriminados e podem responder administrativamente. Muitos têm sido questionados por orar pelos seu pacientes.

Juízes e cartorários que se negarem a realizar o casamento *gay*, por qualquer razão que seja, serão responsabilizados e responderão por isso criminal e moralmente (pela sociedade midiática) como homofóbicos.

Professores são proibidos de orar ou falar de Deus aos seus alunos, mesmo quando estes lhes pedem. Os docentes têm sido ameaçados e coagidos por não concordar com a ideologia de gênero nas escolas. Até a presente data, professores já foram punidos e destruídos moral e psicologicamente, por não concordar com essa corrente pedagógica que tomou conta da educação no Brasil e tenta, por força, alienar crianças pela via do conhecimento.

Escolas confessionais têm sido perseguidas e ameaçadas a seguir as diretrizes de gênero impostas pelo MEC, mesmo sendo contrárias às tradições e aos princípios de sua fé.

Estudantes universitários cristãos têm sofrido *bullying* por denominarem-se cristãos evangélicos e por não concordarem com a doutrinação ideológica política de esquerda, que tomou conta das universidades, principalmente das federais, promovendo toda a sorte de perversões, de uso de drogas por alguns militantes de esquerda, que comandam, com comportamentos agressivos, os *campus* das universidades, intimidando os que se opõem. Por conta dessa ideologia de gênero, muitas universidades já aderiram ao banheiro neutro, sem placa, onde é livre o acesso de qualquer pessoa, independente de seu sexo.

22.6 Grupos que apoiam a ideologia de gênero e a agenda dos LGBTTs e ofendem a fé cristã

Seminários universitários regados a drogas e promiscuidades têm acontecido sem qualquer punição aos envolvidos. Ainda que isso conste na lei como atentado ao pudor, para essa ditadura, tornou-se liberdade de opinião. Feministas e *gayzistas* militantes ativistas vilipendiam símbolos religiosos em seus protestos, chegando a introduzi-los em seu canal anal, como aconteceu na visita do Papa Francisco ao Brasil em 2014, no Rio de janeiro.

Eventos universitários afrontam a religião e os valores morais, nos quais corpos nus são expostos, em posições sexuais, como aconteceu na Universidade da Bahia (UFBA), no Seminário (CUS) em setembro de 2015. Mais degradante ainda foi o evento que ocorreu em 2014 na UFRJ de Rio das Ostras, onde mulheres que se *odeiam* (ênfase do autor), em rituais movidos a drogas, costuraram suas vaginas em protesto contra o que chamam de biologização da mulher, um tipo de imposição biológica referindo-se ao aborto.

Professores de esquerda, bem como alguns ateus, têm promovido o escárnio contra a fé cristã por meio de seminários, encontros e palestras, tentando destruir o ideal de paz, amor e salvação da fé cristã.

As paradas gays têm usado a imagem da cruz como objeto a ser ridicularizado na avenida ao som de músicas profanas e de orgias. Homens e travestis crucificam-se em uma encenação macabra, ridicularizando a fé cristã.

Na Arte, peças teatrais patrocinadas por órgãos governamentais, em todo Brasil, usam o tema cristianismo com um texto desconstrucionista, fazendo duras críticas a Jesus e aos cristãos.

Os programas de TV e as novelas têm se apoderado do tema cristianismo para ridicularizar os cristãos, bem como para destruir o respeito que a sociedade tem pela fé cristã.

O socialismo está consolidando-se no Brasil por meio da promoção da Revolução Bolivariana. A Revolução Bolivariana é uma expressão criada pelo falecido presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para designar as mudanças políticas, econômicas e sociais iniciadas com seu acesso ao governo. A Revolução está baseada, segundo Chávez, no ideário do libertador Simón Bolívar e tem como objetivo chegar a um novo socialismo. Uma de suas primeiras medidas foi aprovar, mediante referendo, a Constituição de 1999.

Escolas de ensino médio têm ensinado, por meio de cartilhas e material didático e

paradidático, o socialismo, a filosofia marxista e a Revolução Bolivariana. As escolas têm promovido uma verdadeira doutrinação política de esquerda, quando as crianças ainda estão em formação. A ideia é desenvolver um senso crítico distorcido, doutrinado pela ditadura socialista imposta pelo governo atual.

Jesus Cristo, nosso salvador, tem sido o motivo de chacotas, charges pornográficas, programas de humor, comentários cristofóbicos e preconceituosos. Em toda a rede social, na mídia em geral, em novelas e artigos, essa destruição da imagem de Deus é apresentada de forma obsessiva. Para quem segue o pensamento marxista, talvez Jesus mereça essa perseguição, já que é Rei e tem a maioria da população com seguidora, enquanto outras religiões têm poucos adeptos. Vemos, claramente, a luta de classes que norteia o pensamento esquerdista manifestar-se nessa insistência de descontruir Deus como Ser de existência magnífica.

Deus tem sido vinculado a ações de estados islâmicos radicais, para que se queime literal e moralmente a imagem de um Deus em que eles não acreditam. Nosso Deus bondoso e amoroso está sendo associado a todos os tipos de atrocidades. Porém, isso vem sendo negado, e a grande perseguição que nossa fé cristã sofre em todo o mundo é excluída dos debates. Enfim, esses ditadores e essa educação esquerdista culpam a nossa religião e a nossa fé por todas as mazelas da sociedade.

Somos pressionados por uma militância ideológica política de gêneros e por feministas liberais — com a ajuda da mídia e de políticos, que têm, de forma orquestrada, criado resoluções, decretos e leis que cerceiam o direito constitucional do cidadão e geram conflitos éticos com a Constituição, em nome de uma luta em prol das minorias sexuais — a acabar com preconceitos e a seguir sua agenda, destruindo todo pensamento que possa favorecer a família tradicional e a heterossexualidade como natural do ser humano.

Para encaixar todas as formas de erotismo à afetividade, tenta-se desconstruir, em todos os seguimentos sociais, a fé cristã e a família heterossexual. Ao longo da história, essa desconstrução vem consolidando-se, pois se sabe que o que impede o avanço da ideologia de gênero e da imposição homossexual é o judaísmo/cristianismo.

A população e muitos líderes desavisados têm sido enganados por essas ideologias e se inclinado a defendê-las, sem analisar a profundidade de suas ações e a essência monstruosa de suas iniciativas que declaram o fim da sociedade cristã e da fé cristã, fazendo uso da bandeira de direitos humanos como algo politicamente correto. Muitos são enganados e militam a favor dessa ditadura de reorientação da humanidade.

Esses movimentos ditadores estão lutando, de forma incansável, pela aprovação de lei que puna, principalmente, cristãos que se manifestem contra o relativismo sexual que abarca todos os tipos de comportamentos.

A intenção é aprisionar e amedrontar os que se opuserem a essa reorientação sexual, moral, política e religiosa da humanidade. Moralmente, já nos denominam de “promovedores de discursos de ódio”. Somos taxados de “proselitistas religiosos”, “fanáticos”, “preconceituosos”, “homofóbicos”, “racistas”, “sexistas”, “heterosexistas” etc. Querem rotular-nos de “monstros” e fazer com que a sociedade se incline em sua

defesa.

Deus tem sido massacrado por esses “ideólogos de gênero”. Nossa Bíblia vem sendo acusada de homofóbica por conter versículos que falem expressamente contra o comportamento homossexual e contra todos os comportamentos promíscuos que, na concepção da nossa religião, são tidos como pecaminosos.

Em Romanos 1.26,27, está escrito:

> *Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro.*

A humanidade e muitos cristãos têm cultuado os homens e, com a ajuda da omissão ou da hipocrisia, pela falta de entendimento e conhecimento, não reconhecem o mal nem mesmo pela aparência, pois parece que já se acostumaram com ele.

O texto em Lamentações 3.22,23 diz:

> *As misericórdias do SENHOR são a causa de não sermos consumidos; porque as suas misericórdias não têm fim. Novas são cada manhã; grande é a tua fidelidade.*

Espero que, ao final deste livro, você possa entender que o mundo está sendo reorientado para uma desconstrução sexual e familiar, que visa a afetar o cristianismo, usando a sexualidade por meio da mídia, das leis e, principalmente, da escola.

É uma guerra moral declarada contra a fé cristã, que tenta amordaçar-nos por meio das leis que criminalizam a opinião e a objeção de consciência, desrespeitando a Constituição. São leis impostas por decretos que implantam no Brasil a “ideologia de gênero”, a “criação da multiplicidade de gênero”, a “criação de crianças em gênero neutro”, o aborto, as drogas etc. Com essas ações, instituem a homofobia pela militância contrária de seus opositores.

É óbvio que, em uma sociedade, em sua maioria cristã, há contradições. Portanto, os conflitos surgem, e os debates acontecem. Isso é democracia. Porém, nossa democracia tem sido ameaçada por esses movimentos ditadores, e temos de aprender a defender-nos espiritual e socialmente.

Se não aprendermos sobre o tema e como prevenir-nos e enfrentá-lo, promovendo ao menos o equilíbrio, seremos obrigados a assistir, passivamente, à aceitação social da pedofilia e das orgias institucionalizadas como casamento.

Creio que você, leitor, já é capaz de identificar que, ao longo da história da humanidade, surgem “pseudointelectuais” que vêm, de maneira maquiavélica e diabólica, coordenando ações práticas na vida cotidiana da escola e da sociedade, com o intuito de dar um golpe fatal — o de deixar em dúvida a população sobre a normalidade da sua heterossexualidade —, e tentando implantar a “criação de gênero neutro” na mente das crianças, reorientando todo e qualquer valor que se oponha.

A situação só não está pior porque Deus tem levantado homens e mulheres corajosos para enfrentarem essa ditadura que quer impor a sua presença.

22.7 Estado laico é diferente de Estado antirreligioso1

No ano de 2012, noticiou-se que o Conselho da Magistratura do TJ/RS, em decisão unânime, acatou o pedido da Liga Brasileira de Lésbicas e de outras entidades sociais para retirar crucifixos e símbolos religiosos de espaços públicos dos prédios da Justiça do Rio Grande do Sul.

O magistrado alegou que resguardar o espaço público do Judiciário para o uso apenas de símbolos oficiais do Estado é a única forma de responder aos princípios constitucionais republicanos de um Estado laico. Assim, a manutenção de crucifixos e outros símbolos religiosos em ambientes públicos dos prédios deve ser vetada.

Paulo Henrique Hachich De Cesare afirma que essa decisão é mais uma subversão do conceito de Estado laico e mais particularmente do Estado brasileiro, como a Constituição Federal de 1988 delineia.

O Estado laico não adota uma religião oficial. Nele, separam-se o Clero do Estado, sem haver envolvimento ou sujeição entre os assuntos de ambos. Verifica-se, então, que Estado laico não é sinônimo de Estado antirreligioso.

A laicidade é característica dos Estados não confessionais que assumem posição de neutralidade em face da religião. Já o laicismo, também não confessional, diz respeito aos Estados que assumem uma postura de tolerância ou de intolerância religiosa.

A Constituição Federal de 1988 não permite que se cogite ou suspeite de laicismo no Estado brasileiro. Em seu preâmbulo, lê-se: “Promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”. Um Estado que se constitui sob a proteção de Deus pode ser tudo, menos ateu ou antirreligioso.

Segundo o Jurista Hachich De Cesare, a Constituição reconhece que os valores religiosos não ficaram apenas no preâmbulo e foi bastante zelosa ao dispor sobre eles. Observe:

> Art. 5º (…)
>
> VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
>
> VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
>
> VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
>
> (…)

Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ ١º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ ٢º As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

(…)

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (…)

VI - instituir impostos sobre: (…)

b) templos de qualquer culto;

(…)

Art. 210 (…)

§ ١º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

(…)

Art. 226 (…)

§ ٢º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

O apreço pela religião é tal que até o artigo 19 não deixa de conferir garantias religiosas:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Esse dispositivo deve ser interpretado de forma taxativa, pois refere-se à norma restritiva. Logo, surge a pergunta: Como um crucifixo na parede incorreria em alguma das vedações do artigo 19, inciso I da Constituição? Obviamente, de forma nenhuma, porque não há nada que justifique sua proibição. Acredita-se que essa razão é suficiente para demonstrar o equívoco da decisão gaúcha.

Partindo de outra perspectiva e abstraindo a conclusão do parágrafo anterior, é possível ir direto ao ponto e interpelar: A existência de algum símbolo religioso em prédio público macula a laicidade do Estado brasileiro?

A resposta pode ser facilmente encontrada a partir de outras simples indagações, com base nos dispositivos constitucionais anteriormente transcritos, como: O fato de o Estado…

a) assegurar o livre exercício dos cultos religiosos e garantir a proteção aos locais de culto e a suas liturgias fere a laicidade do Estado?

b) assegurar a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva fere a laicidade do Estado?

c) permitir que alguém oponha validamente sua crença religiosa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta, mediante prestação alternativa, fere a laicidade do Estado?

d) eximir do serviço militar obrigatório, mediante serviço alternativo, quem alegar imperativo de consciência decorrente de crença religiosa fere a laicidade do Estado?

e) isentar do mesmo serviço obrigatório os eclesiásticos compromete a laicidade do Estado?

f) conceder imunidade de impostos aos templos de qualquer culto não fere a laicidade do Estado?

g) prever o ensino religioso facultativo como disciplina dos horários normais das escolas compromete a laicidade do Estado?

h) conferir efeito civil ao casamento religioso, na forma da lei, não fere seu caráter laical?

i) impor a si mesmo a proibição de embaraçar os cultos religiosos não compromete seu caráter laico?

A resposta a todas as indagações anteriores é negativa, pois o contrário corresponderia à negação do Estado laico, e, sem essa premissa, a presente questão não subsistiria.

A próxima pergunta é óbvia e com certeza já está na mente do leitor: Se nada disso compromete o caráter laico do Estado, visto que tudo está previsto na Constituição, como seria possível algo como um simples crucifixo na parede malferir a laicidade do Estado?

Parece-nos absurdo supor que a Constituição, que abre mão de cifras milionárias com a concessão de imunidade aos templos de qualquer culto e que se desdobra para tutelar os valores religiosos, possa proibir a permanência de símbolos religiosos que tradicionalmente se encontram em alguns prédios públicos.

De fato, quem pode o mais pode o menos. Assim, se a Constituição admite o mais no campo religioso, sem que se possa considerar o Estado menos laico por conta disso, é evidente que também admita o menos (o crucifixo na parede).

Outro ponto preocupante nesse tema é a utilização repetitiva de sofismas — afirmações vazias que procuram transformar o absurdo em lógica —, como o caso noticiado do Conselho da Magistratura da Justiça gaúcha: “Resguardar o espaço público do Judiciário para o uso somente de símbolos oficiais do Estado é o único caminho que responde aos princípios constitucionais republicanos de um Estado laico, devendo ser vedada a manutenção dos crucifixos e outros símbolos religiosos em ambientes públicos dos prédios”.

Nada é mais equivocado. Resguardar do quê? De algo vedado pela Constituição? Percebe-se que não. Único caminho para onde, para quê? Para a intolerância. Ao contrário do afirmado pelo Conselho, acredita-se que o que responde aos princípios constitucionais republicanos de um Estado laico chama-se respeito e compreensão quanto à herança cultural e religiosa de um país. Logo, a presença de um símbolo religioso em uma repartição pública não tem a capacidade de sequer arranhar a laicidade do Estado.

Argumenta-se que os símbolos são cristãos, mas nem todos o são, daí a inconstitucionalidade. Esse tipo de argumento traz à memória um fato noticiado há algum tempo. A mulher de um jogador de futebol negara-se a entrar no carro de sua mãe porque nele havia uma pequena imagem religiosa doutra fé que não a da sua. Essa intolerância religiosa não é nada além daquilo que o Judiciário tutela quando determina a retirada de objetos religiosos tradicionais das repartições públicas, alegando agir em defesa da laicidade ou de qualquer outro princípio republicano.

O Brasil é um país eminentemente cristão. Então, que tipo de imagem religiosa se supõe encontrar disseminada? Haveria alguma concessão do Estado em prol de uma religião e em detrimento de outras? De modo algum, porque ou tais imagens estão por tradição nos referidos prédios, ou são miudezas carreadas pela fé e tradição dos que laboram no local.

Quanto ao não cristão, ao ateu e ao agnóstico, como “ficam”? Eles não terão sua esfera jurídica atingida, pois, se não forem cristãos, ignorarão o crucifixo ou o considerarão um penduricalho na parede. Ou assim teremos um Judiciário que premia a intolerância e se vocaciona ao acolhimento das pretensões mais mesquinhas que insistem em acompanhar a humanidade por meio dos séculos.

Referências bibliográficas

1. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2012-mar-21/estado-laico-nao-sinonimo-estado-antirreligioso-ou-laicista

Fontes de consulta:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Intoler%C3%A2ncia_religiosa_no_Brasil

http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=10%2F09%2F2015]
[http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/mec-cria-comite-de-genero.html

http://www.jornaluniao.com.br/noticias?noticia=6666

Paulo HHC. Mar 2012. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI151274,21048-Determinada+a+retirada+dos+crucifixos+dos+predios+da+Justica+gaucha

CONCLUSÃO

Tudo o que foi apresentado neste livro mostrou, claramente, que vivemos em uma época onde a reorientação mundial da sexualidade humana e de valores está a serviço da ditadura ideológica de gêneros múltiplos que se instalou no Brasil, começando com o descaso de muitos de nós, por não acreditarmos, por exemplo, na política e nos alertas de grandes líderes. A crítica que faço é direcionada aos que estão preocupados apenas com o crescimento de suas igrejas, fechados em seus problemas internos e distantes da importância de ter e de repassar esse entendimento.

Quando não buscamos conhecimento acerca de todas as coisas, ficamos sempre nas mãos de enganadores que nos ludibriam com facilidade. Precisamos ter entendimento sobre as leis e as políticas públicas por essa realidade estar acontecendo. Os bons políticos devem ser escolhidos por nós — pelo histórico de lutas honestas travadas, pela lealdade à sua fé e aos seus princípios, e não pela politicagem, por usarem as causas em prol das crianças e da família como objeto de promoção dentro de suas denominações —, para que eles possam criar leis que nos defendam.

Vivemos uma inversão de valores. Está na hora de deixarmos nossa omissão de lado e buscarmos conhecer, envolver-nos mais, ajudar e criticar o sistema com inteligência e ações efetivas, ou perderemos nosso maior direito e a graça que temos de manifestar a nossa fé garantida pela Constituição. Temos de ter a segurança e a consciência de que estamos no centro da vontade de Deus quando lutarmos por uma sociedade mais justa; a saber, nossas intenções têm de estar focadas no Seu Reino.

Em 2 Coríntios 1.12, lemos:

> *Porque a nossa glória é esta: o testemunho da nossa consciência, de que, com santidade e sinceridade de Deus, não com sabedoria humana, mas, na graça divina, temos vivido no mundo e mais especialmente para convosco.*

Nas últimas décadas, a ideologia de gênero tem promovido uma revolução cultural, influenciado a política e as leis, reorientado, de forma perversa, tudo o que entendemos por moral e idolatrado o prazer sexual em toda sua “perversidade”, o que antes era considerado pelos códigos internacionais de doença (cid10), por exemplo, como parafilias, ou seja, doenças com conotação sexual, hoje é aceito como um “fetiche” ou, simplesmente, como um direito da livre manifestação de uma sexualidade livre, sem amarras e sem limites. A regra é não ter regras. Estão “despatologizando” quase todas as perversões sexuais humanas com pretexto de dar direito aos diferentes, sem o cuidado para não abrir portas para mentes doentias que se aproveitam sexualmente de animais e de crianças, por exemplo. E isso não é exagero, pois a zoofilia já tem aceitação em alguns países no mundo, e a pedofilia já encontra aceitação sexual em 12 países no mundo.

Outro alerta que devemos fazer é sobre a promoção indiscriminada da transgeneridade — condição em que as pessoas são induzidas a acreditar que nasceram no corpo errado e a buscar apoio legal de grupos ativistas, para ressignificar seu sexo de nascimento por meio de hormônios e cirurgias reparativas, mesmo sem o consentimento dos responsáveis e sem

questionamento social e/ou político, para satisfazer um desejo promovido pelo coletivo ativista.

Alguns sociólogos não aceitam a expressão “ideologia de gênero” e acusam-nos de fazermos indevido uso técnico do tema. Mas, em suas explicações sobre o que seria então “ideologia”, atestam exatamente suas intenções.

Para as ciências humanas e as filosofias, ideologia é um conjunto de ideias que, na sociedade, procuram ocultar a realidade. São convicções e atos que se sustentam por meio de práticas institucionais de sujeição e dominação da nação.

Segundo esses ideólogos, quem pode e deve estudar o comportamento humano não é a biologia ou a genética, mas a sociologia, a antropologia e as psicologias, que são ciências humanas e sociais.

Alguns doutores em ciências sociais não aceitam ouvir biólogos, médicos, geneticistas, endocrinologistas ou neurologistas, pois alegam que o comportamento é objeto somente de suas “ciências”, ou seja, traem a si mesmos em seus discursos e mostram exatamente sua intenção acerca da doutrinação ideológica, pois, se entendem o ser humano como um todo, construído pela soma de suas partes, como podem negligenciar todas as outras ciências?

Para a sociologia, todo o homem é construído, e não somente seu gênero ou sua sexualidade. Afirma-se que a humanidade é artificial em sua existência e que não há um ser humano *in natura*.

Segundo as áreas humanísticas e sociais, quando o homem nasce, não está constituído; ele é construído peça por peça pela mão de outro ser humano, dentro de um “ser cultural” nesse sentido, na dependência antológica do outro.

Para essas “ciências”, são seres humanos apenas os construídos socialmente pela cultura. Excluem-se o nascimento, a gestação, o ser humano em sua totalidade, e começa-se a contar a vida somente após o nascimento. Por isso, muitos são favoráveis ao aborto.

Esses “ideólogos” não reconhecem o ser humano gerado no útero, e sim no social, na cultura. Em decorrência desses pensamentos, a sociedade moderna vive em conflitos, pois as outras ciências, que têm como objeto de estudo a vida desde a sua concepção, bem como a genética, a biologia, entre outras, são excluídas pelas tais ciências sociais por causa dessa ideologia. O aborto tem sido propagado quase como uma obsessão, pois só se considera a vida após o nascimento, pelas interações sociais.

Segundo alguns militantes, o ser humano é construído apenas pela cultura e pelas relações sociais. Por essa razão, a cada filho que nasce, as culturas precisam tomá-lo a seu encargo e torná-lo ser humano. Esse é o pensamento da sociologia que hoje é permeada de doutrinação política.

Na opinião da autora desta obra, essa “fala” mostra claramente a intenção da doutrinação ideológica nas escolas e na sociedade.

A igualdade civil entre homem e mulher é um dos maiores direitos da pessoa humana. Na ideologia de gênero, porém, não se trata de igualdade de diretos, mas do próprio

nivelamento de qualquer diferença, inclusive a diferença biológica entre homem e mulher.

Infelizmente, a maioria das pessoas, inclusive pais, desconhece o significado de "gênero". A ideologia que está por detrás do gênero e as consequências que pode produzir na educação de crianças e adolescentes são: confusão nas crianças devido ao uso comum dos banheiros, promiscuidade, gravidez na adolescência, perda da autoridade paterna sobre a educação sexual dos filhos e impedimento do ensino da moral cristã, mesmo nas escolas confessionais.

É no feminismo e no marxismo cultural onde encontramos as raízes de todas as ideologias que visam descontruir a família tradicional, porque, em seu bojo, carregam a ideia conflitante de que todas as relações humanas podem ser reduzidas a uma dinâmica de dominação e submissão, com um opressor e um oprimido. Pela lógica marxista, aquele que tem certo poder econômico transforma-se, automaticamente, no opressor que deve ser destruído, pois torna-se inimigo da sociedade.

Uma das ferramentas utilizadas por adeptos desses movimentos é o "desconstrutivismo filosófico". Com ele, mudam o texto e o contexto com o pretexto de ressignificar conhecimentos e conceitos, conforme o entendimento de seus autores doutrinadores.

Ainda que saibamos que a mudança é totalmente carregada de subjetividade e de interpretação perversa — pois pervertem a realidade textual para revalidar seus desejos —, muitos de nós caímos nessa armadilha. A sociedade, como um todo, tem se sugestionado e se deixado manipular por esses discursos fantasiosos e discriminatórios, a ponto de mudar seus princípios, contribuindo, assim, com essa ditadura ideológica de gênero que atinge toda a sociedade, principalmente as crianças.

O marxismo cultural não se contentou em deturpar o conceito textual. O seu objetivo é materializar-se e trazer para o comportamento humano essas "loucuras". Os devaneios "revolucionários" criados no papel têm a obrigatoriedade de quebrar paradigmas, para alimentar a luta de classes que hoje, na sociedade contemporânea, resume-se em guerra dos sexos — guerra de moral —, desestabilizando todos os princípios da sociedade heterossexual, que, hoje, os ideólogos querem que seja conhecida como (cis) ou gênero binário.

O cristianismo, para o marxismo, o comunismo, o esquerdismo, o socialismo e todos os "ismos", é o mecanismo de impedimento para as conquistas de domínio, já que se sustenta em valores familiares e morais, que são contrários à luta obsessiva que visa destruir a família. A fé cristã passa, então, a ser o inimigo de toda corrente marxista, e de todos os movimentos, e das ciências humanas e sociais que surgiram posteriormente.

Muitos movimentos desconstrucionistas sugiram a partir dessas ideias, principalmente o feminismo, que luta, ao longo da história, por direitos contra o patriarcado, a defesa da liberdade sexual e o cristianismo. Este é acusado, ao longo da história, de ser o responsável por impedir o gozo libertino da sociedade antiga até contemporaneidade.

A ditadura do "politicamente correto" inverte obrigações e valores e defende tudo que, em sua concepção, é "minoria oprimida". Hoje, os direitos humanos estão a serviço do politicamente correto e existem apenas para defender essas "minorias" que, em alguns

casos, têm comportamentos totalmente nocivos à sociedade, como todas as categorias de criminosos que são mais defendidos do que qualquer cidadão de bem neste país.

Muitos cristãos não participam dessa discussão e não enxergam o grande golpe social que estamos vivendo. Observemos o texto em Mateus 15.7-9:

> *Hipócritas, bem profetizou Isaías a vosso respeito, dizendo: Este povo honra-me com os seus lábios, mas o seu coração está longe de mim. Mas em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos dos homens.*

O que nos faz ter a certeza de que estamos vivendo uma ditadura ideológica de gênero é a forma como ela está sendo introduzida, de maneira compulsória, orquestrada e impositiva no Brasil, desrespeitando a opinião da sociedade, as leis, o Congresso Nacional, as tradições familiares, o Estado democrático por direito e os direitos humanos — quando a utiliza como bandeira ideológica para afetar as maiorias.

Mesmo tendo sido rejeitada de forma esmagadora por todo o país, a ideologia é imposta por decreto exatamente como ensinam e procedem os governos comunistas, ditadores. Segundo Rodrigo Nery, especialista em Bioética na PUC-RJ:

> Tal ideologia é sustentada por organizações que "desfrutam de um retorno financeiro garantido e que se tornaram, no campo da sexualidade humana, uma fonte de lucro e um veículo da secularização planificada" (…) e que o Estado favorece quando capitulado diante de tão vis interesses, que em nada dignificam, mas degradam a pessoa humana.1

A pornografia, a prostituição, o aborto, as drogas, a ideologia de gênero e os movimentos feministas são indústrias organizadas, cujo capital é posto a serviço de um ideal que é contra a vida humana, a família e, principalmente, a fé cristã.

O objetivo de tal indústria é a destruição da instituição familiar. Essas forças operam secretamente no espírito da era contemporânea e aumentam de forma contínua, negligenciando a violência contra a criança e a sua saúde mental e sexual.

Espero que você, leitor, tenha ciência de que o maior inimigo dessa ideologia é o cristianismo. Somos apenas objetos, peças de um tabuleiro de xadrez, de um jogo sórdido travado contra o nosso Deus que, segundo os militantes, é o impedimento para o "gozo" da sociedade, no sentido literal.

Desde os primórdios da humanidade, tenta-se negar Deus e perseguir o cristianismo. Na história do conhecimento, sempre vemos grupos advogando a favor da liberdade sexual, contrapondo-se à moralidade bíblica. Em Oseias 4.11, lemos: *A incontinência, e o vinho, e o mosto tiram a inteligência.*

Mesmo antes do nascimento de Jesus, tenta-se destruir o cristianismo com perseguições ao povo de Deus, mentiras que negam Sua existência, ameaças, surgimento de seitas etc. As pessoas questionavam as tradicionais crenças em Deus e na visão de mundo cristã. A ciência e a razão foram colocadas à linha de frente do modo como alguém adquire conhecimento e responde às grandes questões da vida.

Alguns, no domínio das ciências, chegaram a acreditar que estas detinham todo o

conhecimento possível. As teorias começaram a desenvolver-se e, ainda hoje, tentam oferecer explicações fora da existência de Deus.

A ciência, para muitos, colocava-se contra a visão de mundo cristã, principalmente porque o domínio sobrenatural não pode ser investigado por meio de testes científicos. Portanto, nessa visão, o sobrenatural não pode existir, nem os milagres, que são operados fora de explicações naturais. O intento do naturalista era apenas destruir Deus — então, o cristianismo e todas as demais religiões cairiam. No entanto, essa abordagem falhou na destruição do cristianismo, e o crescimento deste foi ainda maior.

Durante o Iluminismo, foram desenvolvidas teorias alternativas para explicar o túmulo vazio. A crença de que os discípulos haviam encontrado Jesus depois de Sua morte é parte da firme crença histórica da maioria dos estudiosos, sejam eles cristãos ou não. No entanto, o texto em Atos 3.15 declara: *E matastes o Príncipe da vida, ao qual Deus ressuscitou dos mortos, do que nós somos testemunhas.*

Hoje, a teoria de destruição do cristianismo é a ideologia de gênero, que não concentra esforços para fazer a humanidade desacreditar em Deus ou acreditar no fato de que o Seu amor aceita tudo. As Escrituras são manipuladas por "estudiosos", que induzem a população a crer que a Bíblia não tem poder espiritual por ter sido escrita por homens.

Apesar de serem, em sua maioria, ateus, defendem que o ser humano tem a "Síndrome do túmulo vazio" — um vazio emocional, existencial, que só pode ser preenchido com a aceitação de um poder superior. Esse vazio leva o homem a buscar aceitação e a acreditar que, assim, está libertando-se de suas neuroses. Consequentemente, liberta-se para viver todas as múltiplas possibilidades de gênero e de orientação sexual.

Questionar Deus não é mais o foco principal dessas teorias da contemporaneidade; elas querem relativizar "o amor e o pecado". Veja o que o texto em Isaías 30.1 diz: *Ai dos filhos rebeldes, diz o SENHOR, que tomaram conselho, mas não de mim! E que se cobriram com uma cobertura, mas não do meu Espírito, para acrescentarem pecado a pecado!*

Como um Deus que prega amor pode ser contra o amor? O texto em 1 João 2.5 diz que *qualquer que guarda a sua palavra, o amor de Deus está nele verdadeiramente aperfeiçoado; nisto conhecemos que estamos nele.*

As crianças são objeto de doutrinação escolar, porque estão em fase de construção de saberes. Com isso, são mais suscetíveis a sofrer interferências em seu sistema nervoso central e a ter seu comportamento modelado, em contraposição à educação dada pelos pais e pela traição religiosa em casa.

Os adolescentes são arregimentados como soldados, como objetos de guerra ideológica, já que passam por uma fase chamada "síndrome normal da adolescência", onde os questionamentos e o enfrentamento à autoridade dos pais e à religião são marcas dessa etapa e são, também, facilmente associados por grupos.

As classes menos favorecidas, por carecerem de proteção, por não terem entendimento e por terem necessidades de tudo o que lhes é imposto, tornam-se massa de manobra nas

mãos de oportunistas. A Bíblia declara, em Jeremias 9.6, *que a tua habitação está no meio do engano; pelo engano recusam conhecer-me, diz o SENHOR.*

As “minorias” são usadas para dar visibilidade às causas LGBTTs e feministas. A inclusão de “todos e de todas” em sua linguagem visa mostrar que os ativistas são bons, e quem os exclui não tem amor, porque Deus é amor. Eles fazem opositores parecerem maus, e eles, “bons”, para que a sociedade, em um impulso, incline-se a defendê-los ainda que as causas não sejam tão justas.

A violência contra a mulher é um fato usado como bandeira ideológica da “teoria queer” da ideologia de gênero nas escolas e na sociedade. Quem se oporá a uma militância que diz proteger a mulher contra a violência, ainda que essa mulher, em seu papel social e sexual, tenha sido totalmente desconstruída e reduzida a apenas um dos tantos gêneros sexuais?

A Bíblia Sagrada é reinterpretada pelos ativistas conforme a visão “desconstrutivista”. Além disso, usam, de forma sórdida, a história da humanidade para asseverar que as lutas do ser humano foram e são geradas pela fé em Deus, tornando-se, portando, um atraso para o homem.

Por mais que busquemos conhecimento e tenhamos foco no objetivo e em ações práticas, não devemos esquecer-nos de que a nossa luta é espiritual, pois o intento do diabo é roubar, matar e destruir, como afirma o texto em João 10.10: *O ladrão não vem senão a roubar, a matar e a destruir; eu vim para que tenham vida e a tenham com abundância*.

Precisamos unir esforços para mobilizar os parlamentares, a sociedade, a igreja e outros formadores de opinião, para não apenas questionar o Ministério da Educação ou o Governo, mas também elaborar medidas que possam vetar tais iniciativas e, ao mesmo tempo, enfrentar essa desconstrução da sexualidade humana, alertando, com ações práticas e entendimento, sobre esse golpe contra a humanidade, que está causando um colapso cultural.

A ideologia de gênero é uma mentira inventada para abarcar todas as formas perversas de prazer sexual à custa da destruição da humanidade. Lute contra isso e não contribua para um futuro totalmente subversivo, cheio de perversões, do qual até mesmo os moradores de Sodoma e Gomorra sentiriam vergonha.

Portanto, incentivo você, leitor, independente de sua religião, a fazer a sua parte como ativista pró-família, pró-vida, a envolver-se nas causas, a cobrar de seus parlamentares, a divulgar, em suas redes sociais, atos e ações de todos aqueles que se importam e tentam, de alguma forma, lutar contra esse movimento que está engessando a nossa fé, e a manifestar sua indignação pessoal contra essas novas leis e a usurpação de direitos.

Espero que este livro, que não teve a pretensão de esgotar o assunto, dê a você embasamento técnico para enfrentar e prevenir abusos, e o faça despertar e indignar-se, a ponto de ser motivado a lutar na causa de Cristo, com conhecimento, amor e muita sabedoria, reivindicando seus direitos e não permitindo a retiradas deles.

Referência bibliográfica

1. Disponível em: http://www.midiasemmascara.org/artigos/governo-do-pt/16062-2015-09-16-02-59-15.html

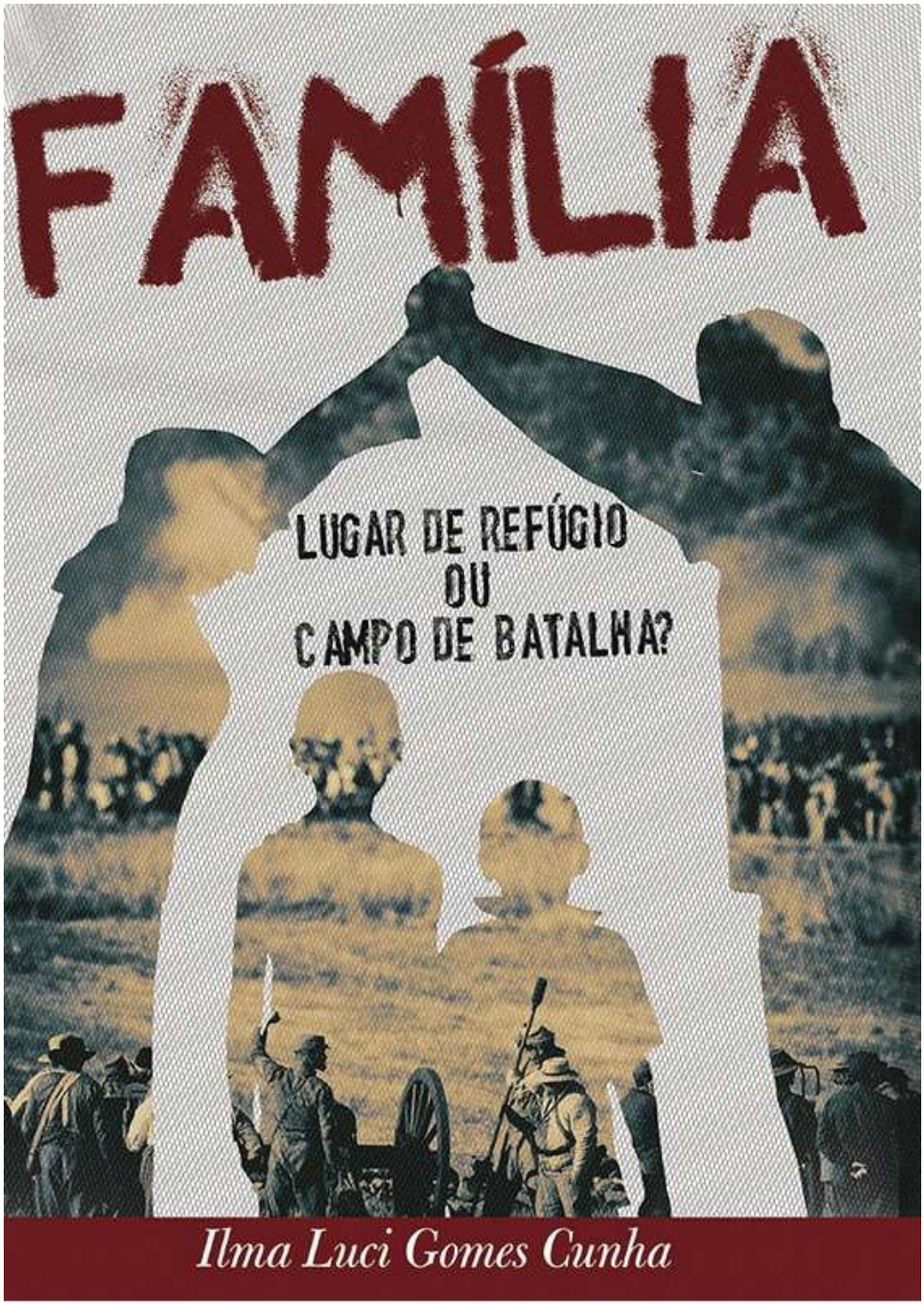
Para mais informações visite nossas redes sociais:

 Instagram Editora Central Gospel

 Facebook Editora Central Gospel

 Youtube Editora Central Gospel

Editora Central Gospel Ltda.
Estrada do Guerenguê, 1851 – Taquara
CEP: 22713-001
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2187-7000



Disponível também no formato ebook

editoracentralgospel.com/ebook


SILAS MALAFAIA
BONS PAIS,
FILHOS
MELHORES

Bons pais, filhos melhores

Malafaia, Silas

9788576895787

64 páginas

Compre agora e leia

Muitos desejam ou desejariam uma família feliz e filhos educados e obedientes, mas, o que fazem para alcançar isso? A família é a matriz social, a mais importante agência socializadora, que transfere para os filhos a herança biológica, psicológica, cultural e espiritual, e está sob a responsabilidade direta dos pais e das mães. Neste livro “Bons Pais, Filhos Melhores”, o Pr. Silas Malafaia fala sobre alguns tipos de pais. É evidente que ele não fala sobre todos os tipos, e sim acerca daqueles que, por uma atitude negativa ou positiva para com seus filhos, mais se destacam na sociedade atual. O autor fala também sobre cinco características dos jovens que conhecem ao Senhor, e dará cinco conselhos aos que querem triunfar na vida.

Compre agora e leia

CLAUDIO DUARTE



SEXUALIDADE

SEM CENSURA

Sexualidade sem censura

Duarte, Claudio

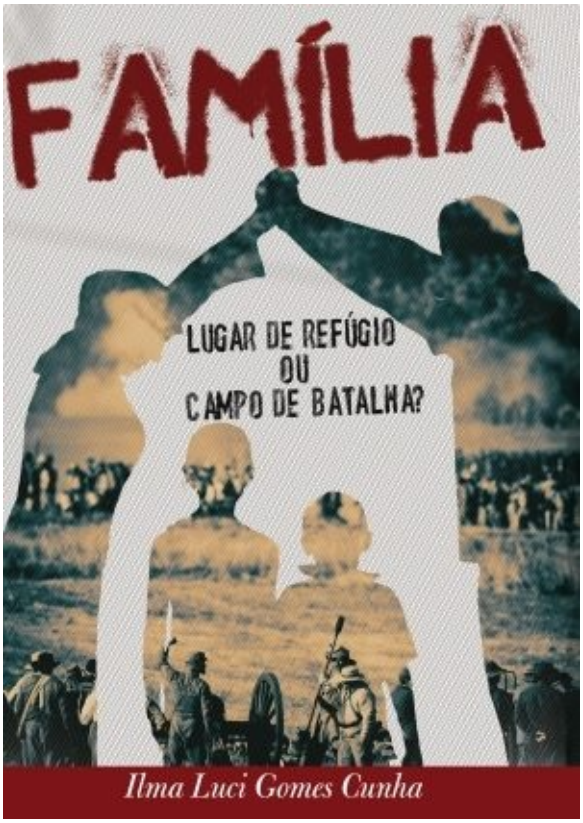
9788576895800

128 páginas

Compre agora e leia

Sexo! Este assunto tão delicado no meio cristão é abordado de forma simples e descomplicada pelo Pr. Claudio Duarte, que, de maneira bem descontraída, aponta tópicos importantes sobre a motivação e a liberdade no ato sexual. Além disso, esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao certo e errado na intimidade do casal. Prepare-se para ser abençoado em seu casamento com muita alegria e bom humor!

Compre agora e leia


FAMÍLIA
LUGAR DE REFÚGIO
OU
CAMPO DE BATALHA?
Ilma Luci Gomes Cunha

Família

Cunha, Ilma

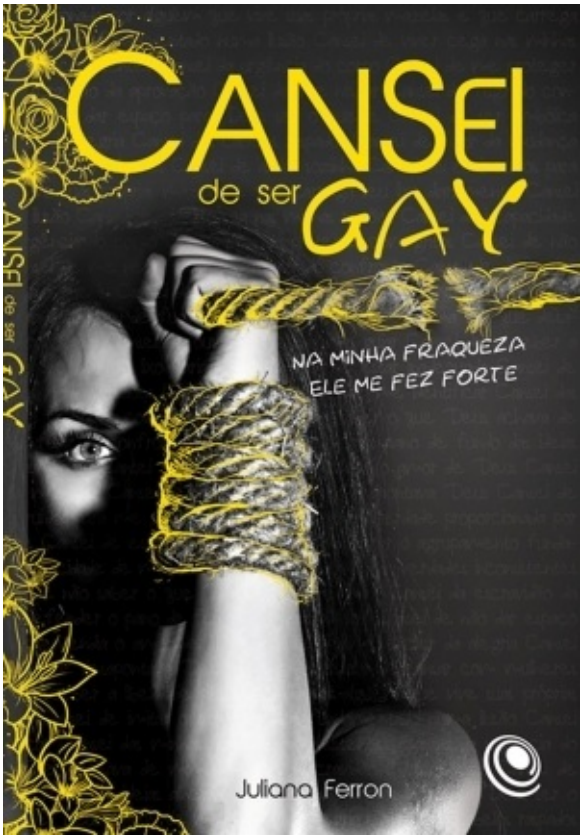
9788576895190

200 páginas

Compre agora e leia

A Dra. Ilma Cunha aborda muito bem a fragilidade dos relacionamentos dos membros do núcleo familiar e compreende as razões e consequências desses desajustes. Assim, a partir de uma larga experiência clínica e em sala de aula, ela escreveu este livro; no qual, firmada em uma postura cristã e em conformidade com a Bíblia, não omitiu o elemento fundamental do perdão e a compreensão entre os componentes da família. Nesta obra, ela mostra seu profundo conhecimento da psicologia e das Escrituras Sagradas, usando essas duas fontes de sabedoria a fim de demonstrar a autoridade máxima da Palavra de Deus na solução das questões familiares e do ser humano.

Compre agora e leia


CANSEI
de ser
GAY
NA MINHA FRAQUEZA
ELE ME FEZ FORTE
Juliana Ferron

Cansei de ser gay

Ferron, Juliana

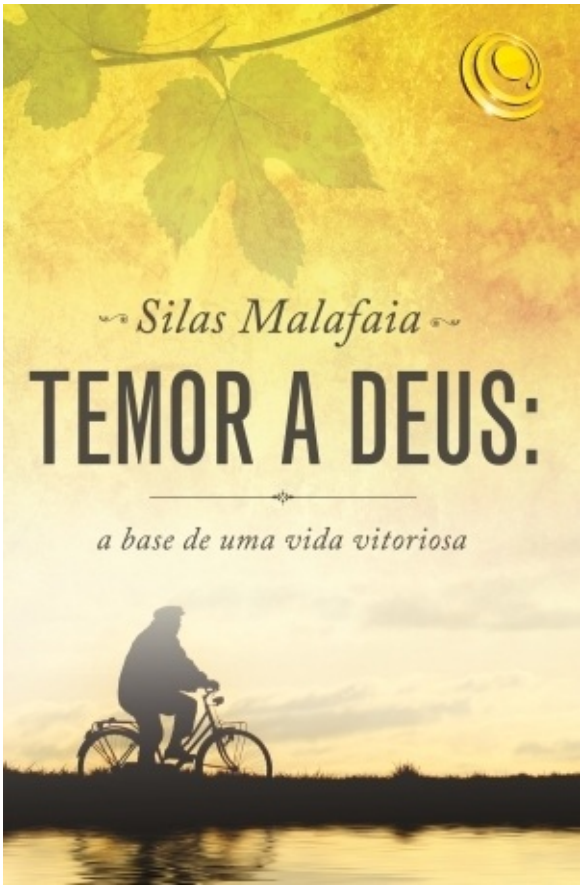
9788576895206

120 páginas

Compre agora e leia

Este livro narra as marcantes experiências de uma menina que foi rejeitada por seu pai e negligenciada por sua mãe, e conheceu, como substitutas de suas carências, colegas que lhe proporcionaram experiências homoafetivas.Ao tornar-se moça, ela resvalou para o caminho do lesbianismo, e envolveu-se em situações de alto risco de morte. Escrito em um estilo veloz e envolvente, o Cansei de ser Gay é um livro único entre as ferramentas de evangelismo existentes em língua portuguesa, por sua objetividade e força, por seu exemplo do que Jesus pode fazer na vida de uma ex-lésbica que chegou a liderar partidos homossexuais.

Compre agora e leia


Silas Malafaia
TEMOR A DEUS:
a base de uma vida vitoriosa

Temor a Deus

Malafaia, Silas

9788576895855

64 páginas

Compre agora e leia

O Livro Temor à Deus a Base de Uma Vida Vitoriosa trata de questões como, O que é temer a Deus? Quais as características daqueles que temem ao Senhor? Quais são os resultados na vida dos que temem a Deus? E na dos que não o temem? Quem são os inimigos do justo? Como vencê-los? Com base no Salmo 112, o pastor Silas Malafaia analisa por que o temor ao Senhor é a base de uma vida vitoriosa, mostrando que quem crê em Deus obedece-lhe e pratica sua palavra, é uma pessoa abençoada e próspera, que dispõe as suas coisas com juízo; não temem os maus rumores e não é abalado pelas adversidades. Porque confia em Deus, o justo é fortalecido, seus atos de justiça fazem a diferença deste mundo de injustiças e garantem-lhe uma memória eterna.

Compre agora e leia